

PACTO DE SILENCIO

O GOLPE DE 1964

A DITADURA E A TRANSIÇÃO EM ALAGOAS

Org. *Anderson da Silva Almeida* | *Marcelo Góes Tavares*



Volume I
Poder, Resistências e Metamorfoses

Edufal

PACTO DE SILENCIO

O GOLPE DE 1964

A DITADURA E A TRANSIÇÃO EM ALAGOAS

Org. *Anderson da Silva Almeida* | *Marcelo Góes Tavares*



Volume I
Poder, Resistências e Metamorfoses

Esta obra foi aprovada pela Comissão Editorial do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas e financiada pelo “Viramundo”: coletivo de pesquisadores/as em História, Ditaduras e Arte engajada, da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), cadastrado no CNPq, em parceria com o Laboratório de História, Memória e Política (LAHMP), da Universidade Estadual de Alagoas (Uneal), campus Palmeira dos Índios.

Coordenação: Anderson da Silva Almeida (Ufal) e Marcelo Góes Tavares (Uneal)



PPGH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA – UFLA



Org.
Anderson da Silva Almeida
Marcelo Góes Tavares

PACTO DE SILÊNCIO

**O golpe de 1964, a ditadura e a
transição em Alagoas**

Volume I
Poder, Resistências e Metamorfozes



Editora da Universidade Federal de Alagoas

Maceió/AL
2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

Reitor

Josealdo Tonholo

Vice-reitora

Eliane Aparecida Holanda Cavalcanti

Diretor da Edufal

Eraldo de Souza Ferraz

Conselho Editorial Edufal

Eraldo de Souza Ferraz - Presidente
Fernanda Lins de Lima - Secretária
Alex Souza Oliveira
Cícero Péricles de Oliveira Carvalho
Cristiane Cyrino Estevão
Elias André da Silva
Fellipe Ernesto Barros
José Ivamilson Silva Barbalho
José Márcio de Moraes Oliveira
Juliana Roberta Theodoro de Lima
Júlio Cezar Gaudêncio da Silva
Mário Jorge Jucá
Müller Ribeiro Andrade
Rafael André de Barros
Tobias Maia de Albuquerque Mariz
Walter Matias Lima

Núcleo de Conteúdo Editorial

Fernanda Lins de Lima - Coordenação
Roselito de Oliveira Santos - Registros e catalogação

Conselho Científico da Edufal

César Picón - Cátedra Latino-Americana e Caribenha (UNAE)
Gian Carlo de Melo Silva - Universidade Federal de Alagoas (Ufal)
José Ignácio Cruz Orozco - Universidade de Valência - Espanha
Juan Manuel Fernández Soria - Universidade de Valência - Espanha
Junot Cornélio Matos - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Nanci Helena Rebouças Franco - Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Patricia Delgado Granados - Universidade de Servilha-Espanha
Paulo Manuel Teixeira Marinho - Universidade do Porto - Portugal
Wilfredo Garcia Felipe - Universidad Nacional de Educación (UNAE)

Projeto gráfico e Editoração eletrônica

JDMM

Capa

Matheus Freitas

Imagem da Capa

Vol. 1, O presidente Castelo Branco em visita a Alagoas para a posse do novo governador do estado, o general João José Batista Tubino, em 1966. Acervo do Arquivo Nacional / SIAN, Fundo Agência Nacional - BR_RJANRIO EH, código BR_RJANRIO_EH_0_FOT_PRP_08340_d0040de0047.pdf-MB.

Fonte da Capa

Sistema de Informações do Arquivo Nacional

Revisão de Língua Portuguesa e Normalização (ABNT)

Fátima Caroline Pereira de Almeida Ribeiro

Catalogação na Fonte

Editora da Universidade Federal de Alagoas - Edufal

Núcleo de Conteúdo Editorial

Bibliotecário Responsável: Roselito de Oliveira Santos - CRB-4/1633

P121 Pacto de silêncio : o golpe de 1964, a ditadura e a transição em Alagoas / Anderson da Silva Almeida, Marcelo Góes Tavares (Org.) . - Maceió : Edufal, 2024.
327 p. (Poder, resistências e metamorfoses, v. 1).

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5624-297-2 E-book

1. Ditadura em Alagoas 2. História de Alagoas.
3. Golpe de 1964. I. Almeida, Anderson da Silva, org.
II. Tavares, Marcelo Góes, org.

CDU: 981(82)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA PPGH-UFAL

Coordenação

Irinéia Maria Franco dos Santos

Vice-Coordenação

Arrizete Cleide de Lemos Costa

Comissão Editorial (PPGH/Ufal)

Ana Cláudia Aymoré Martins
Anderson Diego da Silva Almeida
Elias Ferreira Veras
Marcelo Góes Tavares

Corpo Docente

Ana Cláudia Aymoré
Ana Paula Silva Santana
Anderson da Silva Almeida
Anderson Diego da Silva Almeida
Andréa Giordanna Araújo da Silva
Antônio Alves Bezerra
Arrizete Cleide de Lemos Costa
Aruã Silva de Lima
Danilo Luiz Marques
Elias Ferreira Veras
Flávia Maria de Carvalho
Gian Carlo de Melo Silva
Irinéia Maria Franco dos Santos
Jailton de Souza Lira
Lídia Baumgarten
Luana Teixeira
Marcelo Góes Tavares
Michelle Reis de Macedo
Pedro Abelardo de Santana
Pedro Lima Vasconcellos
Raquel de Fátima Parmegiani
Willian Soares Lucindo

Técnica Administrativa

Luciana Alves Pimentel

À professora Ana Paula Palamartchuk, que nos deixou de forma precoce
e certamente estaria compondo esta coletânea. Paula, presente!

A todos aqueles e aquelas que tombaram no período da ditadura ou que
resistiram às sevícias e torturas perpetradas pelos agentes do Estado!

Às pessoas silenciadas pelos pactos que teimam em permanecer, mesmo
em períodos supostamente democráticos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todas/os autoras e autores que aceitaram o convite e contribuíram com seus textos a partir de um compromisso político e historiográfico com o nosso tempo e, em especial, com nossa sociedade. Pelo “Nunca Mais”!

Às professoras Michelle Reis de Macedo, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e Samantha Viz Quadrat, da Universidade Federal Fluminense (UFF) e aos professores Rodrigo Patto Sá Motta, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Antonio Torres Montenegro, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) pela contribuição com seus textos para os prefácios e orelhas desta coletânea.

À Irinéia Maria Franco dos Santos, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da UFAL, pela acolhida desse projeto editorial e mediação junto ao Conselho Editorial do PPGH, a quem agradecemos também todos os membros pela aprovação.

Aos/as integrantes do Laboratório de História, Memória e Política (LAHMP), da Universidade Estadual de Alagoas – Campus Palmeira dos Índios -, e do recém-criado “Viramundo”: coletivo de pesquisadores/as em História, Ditaduras, Transições e Arte engajada, do Curso de História da Ufal, campus Maceió.

Um agradecimento especial à Fernanda Lins, coordenadora editorial da Edufal; à senhora Diva Lessa, como também ao diretor Eraldo Ferraz.

Por fim, a todas/os funcionários dos arquivos de Alagoas e além divisas. Sem vocês o resultado aqui apresentado não seria possível.





“Contra esses militantes do esquecimento, traficantes de documentos, os assassinos da memória, contra os revisores [negacionistas] das enciclopédias e os conspiradores do silêncio, [...] apenas o historiador, animado pela paixão austera dos fatos, das provas, dos testemunhos, que são o alimento de sua profissão, pode velar e montar guarda”.

(Yosef Yerushalmi, citado por Seligmann-Silva, 2003, p. 62.)

SUMÁRIO

13 Prefácio

20 Apresentação

37 CAPÍTULO 1

“Inimigos” de Estado: trabalhadores, comunistas e polícia política em Alagoas (1961-1964)

Rodrigo José da Costa



57 CAPÍTULO 2

Luiz Cavalcante e o Seminário Socioeconômico: um projeto conservador para Alagoas (1961-1964)

Matheus Araújo Machado de Freitas; Marcelo Góes Tavares

77 CAPÍTULO 3

O governador Luiz Cavalcante foi a sentinela do golpe militar de 1964 em Alagoas

Geraldo de Majella

94 CAPÍTULO 4

Crises políticas e um golpe contra o trabalhismo: Muniz Falcão e as eleições de 1965 em tempos de ascensão autoritária

Marcelo Góes Tavares; Thiago Henrique Farias Pereira

125 CAPÍTULO 5

Partido Comunista Revolucionário (PCR): origem e trajetória em Alagoas durante a ditadura militar

Magno Francisco da Silva

149

CAPÍTULO 6

A Assessoria Especial de Segurança e Informação da Universidade Federal de Alagoas (Aesi/Ufal)

João José da Silva

165

CAPÍTULO 7

Estatizando um empreendimento sem torná-lo público: um estudo sobre a construção do Trapichão (1968-1970)

Renata Gusmão

187

CAPÍTULO 8

Antes do Planalto: o jovem Fernando, a ditadura e a ascensão de Collor nas páginas da *Gazeta de Alagoas* e do *Jornal de Alagoas* (1979)

José Cláudio L. S. Júnior; Anderson da Silva Almeida

207

CAPÍTULO 9

Em assembleia permanente: a greve dos trabalhadores da construção civil de Maceió em tempos de ditadura (1979)

Airton de Souza Melo



229

CAPÍTULO 10

Da unidade à ruptura: os Encontros Estaduais da Classe Trabalhadora (Enclats) e a participação dos jornalistas alagoanos na construção de um organismo intersindical durante a transição

Alexander Moreira

250

CAPÍTULO 11

As veredas da ditadura nos sertões do Rio São Francisco: patrimonialismo, autoritarismo e violência no Alto Sertão das Alagoas (1964-1988)

Aruã Silva de Lima; Monielly Suelen Gomes Barboza

269

CAPÍTULO 12

Indígenas de Alagoas: da luta contra a ditadura militar ao reconhecimento étnico

Amaro Hélio Leite da Silva

294 CAPÍTULO 13

“Não entendemos democracia com barriga vazia”: sem terra, reforma agrária e o SNI em Alagoas no contexto da Nova República
José Vieira da Cruz; Aline Oliveira da Silva

319 Sobre os/as autores/as

322 Notas



PREFÁCIO

O livro *Pacto de silêncio: o golpe de 1964, a ditadura e a transição em Alagoas* – que os historiadores Anderson da Silva Almeida e Marcelo Góes Tavares trazem a público como organizadores, em dois volumes – pode ser lido como fios de urdidura, expressos nas palavras de Karl Deisseroth (2022, p. 11): “Os fios de urdidura formam uma ponte do passado já formado para o presente esfarrapado, para um futuro ainda não configurado”.

A representação dos tempos históricos numa perspectiva do passado como algo já formado, ou seja, consumado, se, por um lado, contempla o que se pode denominar como movimento da história, por outro, não atende à dimensão própria da historiografia. A historiadora Regina Guimarães, em reflexão sobre o tempo presente, ao apresentar as trilhas analíticas de Koselleck, Agamben e Chartier, entre outros estudiosos do tema, analisa os múltiplos desafios enfrentados pelos historiadores atentos a essa problemática. Destaco, inicialmente, a importância em pensar o tempo presente como “um incessante jogo entre passado e futuro, orientando-nos a pensar a escrita da história e a leitura dos registros documentais” (Guimarães Neto, 2014, p. 37).

Nesse aspecto, *Pacto de silêncio: o golpe de 1964, a ditadura e a transição em Alagoas*, ao narrar a história do estado de Alagoas, soma-se a outros estudos e pesquisas que, ao longo dos últimos 60 anos, por meio de ampla investigação documental, possibilitaram compreender como foram se constituindo nos diversos estados do Brasil, e não apenas nas regiões Sul e Sudeste, os caminhos que instituíram o golpe militar em 1964 e a ditadura então implantada.

Afinal, a criação, a partir da década de 1990, de pós-graduações em História em praticamente todas as universidades públicas federais, estaduais e particulares do território nacional, ao motivar novas pesquisas e publicações,



gradualmente possibilitou outra compreensão da história do Brasil no período em tela.

Porém, é importante destacar a necessidade de uma operação crítica sistemática contra o discurso de que haveria uma história nacional em contraposição a uma história regional ou local ou de que a história autoproclamada nacional subsumiria às experiências históricas em diversos estados e cidades do Brasil.

Os capítulos que constituem este volume documentam amplamente as experiências vivenciadas em Alagoas antes do golpe militar, durante a ditadura e na redemocratização. Estabelecem conexões com histórias desse período em outros estados, mas têm suas próprias urdiduras que não se explicam de maneira reducionista ou simplificada por histórias em outras partes do Brasil.

Nunca esqueci a aula de uma historiadora na Universidade de Nova York que se candidatava a uma vaga de professora no Departamento de História. Ela apresentou sua pesquisa sobre escravidão no século 19 numa pequena cidade do Sul dos EUA. Quando concluiu, foi sabatinada por mais de uma hora pelos professores presentes àquela sessão. Ao final, na saída, indaguei a uma amiga professora daquele departamento se a temática da pesquisa que a candidata a docente apresentou não era regional. Ela respondeu: “Antonio, não temos história regional. Toda história é história dos EUA”.

Neste sentido, pode-se pensar como a historiografia no Brasil tem um grande desafio: compreender a alteridade como uma prática instituinte na elaboração dos relatos históricos resultantes de pesquisas em diversos estados e cidades do País. Dessa forma, outras histórias do Brasil seriam conhecidas e indicariam sua importância na vida de extensas parcelas da população que não foram contempladas na historiografia produzida nos centros econômicos hegemônicos.

Entretanto, a jornada de um operar histórico em sintonia com a alteridade constituída de significativos acontecimentos narrados em distintos estados do Brasil tem, nesta antologia, uma marca indelével. O leitor será surpreendido por relatos historiográficos amplamente documentados que transcendem fronteiras.

Nos capítulos iniciais, é possível conhecer a forte presença do Partido Comunista, quer entre jornalistas, quer entre sindicalistas do setor têxtil e do



setor petroleiro, nas décadas de 1950 e 1960. Porém, o governador eleito em 1961 era um ex-militar, conhecido como “major”, embora tivesse patente de general, com formação técnica em Engenharia que exerceu uma grande repressão em toda articulação e mobilização de operários e demais setores que atuavam na defesa de uma agenda de ampliação dos direitos trabalhistas.

A pesquisa realizada em um dos capítulos do livro apresenta como, em 29 março de 1964, após o grande comício do dia 13 na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) de Alagoas, em parceria com várias entidades, articulou-se e programou um comício na área central de Maceió. Essa mobilização foi fortemente reprimida pela polícia, por jagunços contratados e por empresários e políticos armados. Vale ainda o registro da visita programada do embaixador dos EUA, no dia 30 de março, para, em companhia do governador, realizar a entrega de casas populares atendendo ao programa da Aliança para o Progresso. No entanto, o embaixador cancelou na véspera, tendo comparecido ao evento, em seu lugar, um representante da embaixada.

A atuação do complexo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais/Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ipes/Ibad) no financiamento da campanha política de 1960 em Alagoas é mais uma marca da presença dos EUA, que concorriam para direcionar a política estadual alagoana em sua cruzada anticomunista, assim como em outros estados do Brasil.

Em diversas publicações, a historiografia do Brasil tem registrado a interferência e a pressão da embaixada estadunidense junto a setores empresariais, políticos e militares nos rumos políticos do Brasil antes e depois do golpe de 1964. Vale assinalar que, após a eleição para governador em nove estados brasileiros, em 1965, um documento da Embaixada dos EUA foi enviado ao governo militar tecendo ameaças sobre a vitória do ex-governador Muniz Falcão. Afirmando o registro que seria um retrocesso da ditadura autorizar sua posse como governador eleito em Alagoas.

Com histórico no trabalhismo, aliado de Adhemar de Barros e tendo sido apoiador do golpe em 1964, Muniz Falcão saiu vitorioso na eleição estadual em 1965, derrotando o candidato Rui Palmeira, apoiado pelo então governador, o “major” Luiz Cavalcante. Todavia, sua vitória em 1965 também foi uma derrota da ditadura. Dessa maneira, a historiografia do Brasil deve passar a incluir Alagoas.



goas como mais um estado onde os militares foram derrotados; ou seja: eles não foram vencidos em cinco, mas em seis Unidades da Federação¹.

Apesar da forte repressão às lideranças sindicais e à esquerda em Alagoas, o Partido Comunista Revolucionário (PCR) – uma das organizações que defendiam a luta armada como estratégia para derrotar a ditadura – tinha significativa atuação entre militantes metalúrgicos, funcionários dos Correios, médicos, engenheiros, economistas e estudantes da Universidade Federal de Alagoas (Ufal).

No capítulo dedicado à história do ex-prefeito de Maceió e ex-governador de Alagoas Fernando Collor, eleito presidente em 1989 e empossado no cargo em 1990, alvo de *impeachment* em 1992, é possível conhecer, em face de uma extensa pesquisa, a trajetória de um político de perfil elitista e conservador que se projeta nacionalmente, tendo como plataforma inicial o conglomerado de comunicação da família.

Outro tema importante desta coletânea contempla a pesquisa sobre as paralisações em Alagoas no ano de 1979. A construção civil promoveu uma greve de enorme impacto social e político. Essa categoria concorreu para que o setor respondesse por 17% do número greves no Brasil naquele ano, em comparação com outras categorias. A marca diferencial desse movimento foi ter conquistado um índice maior de reajuste salarial do que o determinado pelo governo. A perseguição aos operários, por meio de demissões, deixou seus registros nos processos trabalhistas da Junta de Conciliação e Julgamento de Maceió.

Outra conquista trabalhista importante no ano de 1979 foi a dos bancários, que, em negociação com os bancos no decorrer de uma intensa campanha salarial, alcançaram um reajuste acima do índice que a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) havia estabelecido. Mesmo pressionado, o Sindicato dos Estabelecimentos Bancários do Estado de Alagoas honrou o acordo assinado com o Sindicato dos Bancários.

A mobilização de diversas categorias profissionais e sua atuação política no campo sindical podem ser compreendidas, em parte, pela atuação de pro-

¹ No portal do Memorial da Democracia, consta que o AI-2 foi apresentado em razão da derrota dos candidatos da ditadura em cinco dos 11 estados que haviam realizado eleições para governador em 3 de outubro: Minas Gerais, Guanabara, Mato Grosso, Santa Catarina e Rio Grande do Norte. Disponível em: <https://tinyurl.com/55ect58z>. Acesso em: 25 jun. 2024.

fissionais com vinculação ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) nas décadas de 1950 e 1960. Posteriormente, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) passou a ter grande influência entre as lideranças sindicais e políticas do campo da esquerda. Já o Partido dos Trabalhadores (PT), segundo as pesquisas, foi formado em Alagoas a partir dos estudantes da Ufal, sobretudo do curso de Direito. Dois nomes anotados nesse período de constituição do PT são o do radialista Adelmo dos Santos e o de Pedro Luiz, do Sindicato dos Urbanitários. É nesse cenário de intensa articulação que a Frente Sindical em Alagoas irá eleger delegados para participar do Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (Concutf), que fundou a CUT em 1983. As disputas no meio sindical em Alagoas são marcadas pela forte presença do PCdoB e pelas novas articulações de sindicalistas que se alinhavam ao PT.

Na trilha construída neste prefácio, abro parênteses para revisitar o historiador da ciência Kapil Raj. Acredito que ele pode contribuir com reflexões teóricas e metodológicas para a desconstrução de produções historiográficas que estabelecem marcos temporais e eventos como nacionais e desconsideram que o movimento ou a circulação de coisas e ideias ocorre por meio de um processo dinâmico de transformação. Assinala Raj (2016, n.p.):

Quando eu falo de circulação, eu quero entender como os objetos, os humanos, suas práticas e seus saberes incorporados mudam, se transformam, a partir do fenômeno do deslocamento. O que me interessa é perceber como, no processo de circulação, as coisas mudam.

Nesta perspectiva, as pesquisas apresentadas no volume 1 da coletânea, incluindo trabalhos sobre os distintos embates ocorridos no Sertão de Alagoas, possibilitam conhecer e refletir sobre marcantes acontecimentos históricos do período em foco, que não se passam apenas nas maiores cidades do estado. Assim, as pesquisas sobre como trabalhadores e trabalhadoras resistiam à exploração, às políticas de repressão e ao medo de proprietários rurais e políticos em municípios do Submédio São Francisco evidenciam registros deixados nos arquivos do Serviço Nacional de Informações (SNI), sobretudo de cidades como Pão de Açúcar e Piranhas. Esse poder local, fundado na violência, na repressão



e no medo, projetou alguns políticos em nível estadual. Alguns foram monitorados pelo SNI e chegaram a ser cassados pela ditadura por atos de corrupção e crimes cometidos. Entretanto, mesmo cassados, muitos continuaram a ter força política, em face do apoio de outros parlamentares.

No cenário do Sertão de Alagoas no período da ditadura, os povos originários ocupam lugar de destaque no presente livro. Muitos no Brasil (como eu) não conhecem a trajetória dos indígenas das comunidades Jiripankó, Katokinn, Karuazu e Kalankó que atuaram no movimento de guerrilha organizado pela Ação Popular (AP) nos anos 1960. Embora seja uma história já publicada no livro *Serra dos Perigosos: guerrilha e índio no Sertão de Alagoas*, as análises realizadas neste volume possibilitam compreender as lutas intermináveis que esses indígenas enfrentaram em Alagoas antes do golpe militar de 1964, durante a ditadura e nas últimas décadas. E, apesar dos reveses, há o que se comemorar, como o reconhecimento dos Geripankó (Jiripankó), em 1990, a primeira comunidade indígena na região. Em 14 de junho de 1993, após uma vida de ameaças e violências, a área Geripankó foi delimitada com 1.110 hectares. Também está no bojo dessa história de resiliência a emancipação do município de Pariconha, que se separou de Água Branca.

O capítulo final do volume 1 estuda, a partir de diversos registros documentais, em especial do SNI, os movimentos sociais dos trabalhadores do campo e da cidade no pós-ditadura. Há um destaque especial para a pesquisa sobre a ocupação da Fazenda Peba e a mobilização por sua desapropriação, em 1987. São constituídos, nesse processo de luta, os assentamentos Peba e Lameirão, do MST, longamente registrados nos relatórios do SNI sobre o tema da reforma agrária, assim como a ação de apoio das Comunidades Eclesiais de Base, com destaque especial para o embasamento social, político e religioso na Teologia da Libertação.

Para concluir, estou seguro da importante contribuição da coletânea *Pacto de silêncio: o golpe de 1964, a ditadura e a transição em Alagoas* para a historiografia do Brasil a partir das valiosas pesquisas realizadas por autoras e autores dos 13 capítulos que constituem este primeiro volume, relatos historiográficos de múltiplos eventos vivenciados em uma temporalidade que se



estende desde antes do golpe militar de 1964 ao período da redemocratização. Ao privilegiar o território de Alagoas, as autoras e os autores não se furtam em criticar a visão histórica construída desconhecendo a historiografia elaborada fora dos centros de poder e de conhecimento, mesmo no território alagoano. Essa é mais uma marca diferencial e significativa desta obra. Uma excelente leitura.

Antonio Torres Montenegro

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Referências

DEISSEROTH, Karl. **Conexões**: uma história das emoções. Tradução de Paulo Geiger. Rio de Janeiro: Objetiva, 2022.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. História e escrita do tempo: questões e problemas para a pesquisa histórica. In: DELGADO, Lucília de A.; FERREIRA, Marieta de M. (org.). **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

RAJ, Kapil. **Circulação não é fluidez**. Entrevista concedida ao Boletim Eletrônico da Sociedade Brasileira de História da Ciência, n. 9, jun. 2016. Disponível em: <https://tinyurl.com/46ys5unr>. Acesso em: 25 jun. 2024.



APRESENTAÇÃO

PACTOS DE SILENCIO, METAMORFOSES E ATUALIZAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS: ALAGOAS E OS TEMPOS DA DITADURA

Eu, sinceramente, vou tratar da forma mais tranquila possível. Eu estou mais preocupado com o golpe de 8 de janeiro de 2023 do que com [19]64. Eu tinha 17 anos de idade, estava dentro da metalúrgica Independência quando aconteceu o golpe de [19]64. Isso já faz parte da **história**. Já causou o sofrimento que causou. O povo já conquistou o direito de democratizar esse país. Os generais que estão hoje no poder eram crianças naquele tempo. Alguns acho que não tinham nem nascido ainda naquele tempo. O que eu não posso é não saber tocar a **história** para frente, ficar remoendo sempre, remoendo sempre, ou seja, é uma parte da **história** do Brasil que a gente ainda não tem todas as informações, porque tem gente desaparecida ainda, porque tem gente que pode se apurar. Mas eu, sinceramente, eu não vou ficar remoendo e eu vou tentar tocar esse país pra frente (Silva, 2024, n.p., grifos nossos).

O trecho escolhido como epílogo desta apresentação foi pronunciado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em resposta ao jornalista Kennedy Alencar, após ser questionado, em fevereiro de 2024, sobre a passagem dos 60 anos do golpe de 1964. Lula tentava reconstruir pontes com o alto escalão das Forças Armadas, cujos integrantes haviam mergulhado, em grande número, na onda da extrema-direita que governara o País na quadra 2019-2022, sob a liderança do ex-capitão do Exército, defensor da ditadura e da tortura Jair Messias Bolsonaro.

A pergunta de Kennedy Alencar tinha uma razão de ser. Durante os quatro anos de sua gestão, Jair Bolsonaro ordenou comemorações nos quartéis sobre o que chamava “revolução de 64”. Além do que, uma das principais bandeiras educacionais de seu governo foram as escolas cívico-militares, cujo projeto, deliberadamente, consistia no adestramento e na disciplinarização dos jovens



brasileiros a partir dos princípios da hierarquia e da disciplina que poderiam produzir, como efeito, a formação de exércitos de apoiadores com os quais sonhava governar por algumas gerações. Esse projeto, que ainda prevalecia em 2024, ganhou adesão em gestões estaduais alinhadas ao bolsonarismo, principalmente nas regiões Sul e Sudeste. Ou seja, o experiente jornalista queria saber como Lula – após voltar ao poder depois de ter saído da prisão e ser legitimado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no que ficou conhecido como governo Lula 3 – iria enfrentar a questão. Principalmente porque um ano antes, em 8 de janeiro de 2023, o Brasil passou por outra tentativa de golpe da direita, de forma violenta, com a invasão e a destruição das sedes dos três poderes republicanos, em Brasília. No contexto da entrevista, ainda se apuravam as responsabilidades de militares das Forças Armadas e das forças policiais, principalmente do Exército Brasileiro e da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF).

Na sequência da entrevista, Lula viaja temporalmente entre presente, passado e futuro, a partir de sentenças diversas, tais como: “eu tenho”; “eu quero”; “eu passava”; “já passou”; “construir o futuro”, numa mensagem que buscava um posicionamento para além dos ressentimentos, embora eles estivessem evidentes. O sindicalista, que foi preso e fichado durante a ditadura, falou, nitidamente, como alguém que precisava do apoio das Forças Armadas para governar. Atuava como um estadista que almejava a reconciliação e a união de todos os brasileiros e brasileiras. Essa posição é também expressa no lema do governo Lula 3: União e Reconstrução.

Constatamos, deste modo, a partir da ideia equivocada de História como sinônimo de passado, e não como a disciplina que trabalha com as três dimensões do tempo (presente, passado e futuro), que o carismático líder e personagem principal da política nacional após a transição autoritária iniciada em 1979 sugere, nas entrelinhas, um “pacto de silêncio”:

Eu tenho um compromisso de fazer esse país voltar a crescer economicamente. Eu quero que esse país seja a quinta ou a sexta economia do mundo. Eu quero gerar empregos de qualidade. Eu não quero ficar remoendo, fazendo as coisas sempre pensando no **passado**, no retrocesso, dar a volta por cima. Eu fico pensando que, nesse tempo que teve o golpe militar, eu passava muita fome com a minha mãe e o irmão. Não quero ficar lembrando disso, não. A fome que eu passei com a minha mãe, já passou. Ago-



ra eu quero que as pessoas comam, que as pessoas trabalhem, quero que as pessoas vivam. E obviamente que isso faz parte da gente construir o futuro do Brasil e não ficar apenas discutindo o **passado, o passado, o passado** (Silva, 2024, n.p., grifos nossos).

É compreensível o desejo do político habilidoso que é o presidente Lula, ao tentar acalmar os ânimos, ainda mais quando precisava mostrar resultados práticos após uma eleição dificílima e vencida por uma minúscula margem contra a extrema-direita, que expressava um País dividido nos seus projetos de futuro. Mas essa vontade do estrategista Lula não pode ser confundida com o ofício do historiador (Bloch, 2001), que opera a partir de uma epistemologia do conhecimento histórico (Ricouer, 2007), que compreendemos como operação historiográfica (Certeau, 1982). Sobretudo, quando pensar no passado, sugerido pelo presidente, é um retrocesso sobre o qual se deve dar a volta por cima.

E, embora sua família tenha superado alguns traumas como a fome, ressaltamos que outras experiências trágicas desse mesmo passado ainda persistem em nosso País. Como um espectro, o autoritarismo e o desejo golpista da ditadura ainda assombram a sociedade brasileira, lembrados e celebrados por grupos de extrema-direita que abrem espaço em seus discursos e agendas e em ações políticas do presente. Leituras quentes sobre o golpe frustrado de 2023 buscam raízes, justamente, no fato de o Brasil ainda não ter passado a limpo o período de sua última ditadura (1964-1985), caracterizada, entre outras coisas, pela anistia recíproca de 1979; pela não punição de agentes do Estado (militares e civis); pela não implementação efetiva de uma Justiça de Transição; pela ausência de uma política que evidencia os lugares de memórias e de consciência histórica e pela não revisão dos currículos de História das Academias Militares. Destacamos, também, a tardia implantação da Comissão da Verdade, inclusive com estados que não conseguiram, sequer, publicar e socializar seus relatórios finais. Alagoas foi um caso exemplar. E, além disso, é um estado que, na transição da ditadura para a democracia, “presenteou” o País com políticos que ocuparam a cena nacional, tais como Teotônio Vilela, Fernando Collor, Heloísa Helena, Renan Calheiros, Aldo Rebelo e Arthur Lira, dentre outros.

De toda forma, esses/essas personagens construíram suas trajetórias políticas entre a ditadura e a redemocratização inconclusa. A exemplo de Lula,



queiram ou não, já são sujeitos/sujeitas da história recente do Brasil. Alguns aparecem nesta coletânea como personalidades do presente, do passado e do futuro, contrariando a ideia de história apresentada por Lula como sinônimo de um pretérito que não deve ser revisitado e remoído. Neste sentido, o que apresentamos aqui seria uma “nova” história? É óbvio que não.

É quase um clichê, nos embates políticos, a frase: “Não há nada mais velho na política do que se autodeclarar como o novo”. Não sabendo ao certo qual a autoria da sentença, deixamos o registro de onde foi consultada: um texto publicado no site da Fundação Perseu Abramo, em 2017. Poderíamos muito bem trazer essa espécie de aforisma para o campo historiográfico. Todo trabalho historiográfico sério, cientificamente conduzido e eticamente balizado sabe que os resultados apresentados, por mais bem construídos que sejam, são conscientemente provisórios. A novidade deixa de existir a partir do momento em que novos conceitos são testados, fontes são desveladas e outros temas entram em cena, por mais paradoxal que seja. O bom pesquisador sabe, na sua intimidade, que seu texto é sempre um recorte. Angustiadamente incompleto, inacabado, incerto, imperfeito, suspeito e temporalmente sustentado sobre colunas de sorvete. Na melhor das hipóteses, sobre colunas de gelo, que derreterão com o passar dos tempos. Mesmo que demorem décadas ou séculos, um dia, sua narrativa estará superada e cairá por terra o desejo de ter sido novo. Não corremos esse risco. Não temos a pretensão de novidade. Nossa tarefa, nesta coletânea, é simples: apresentar um inventário da produção historiográfica alagoana – logo, nordestina; nacional; universal – no contexto que marca a passagem dos 60 anos do golpe civil-militar de 1964.

O título da coletânea, *Pacto de silêncio*, já estava decidido antes da referida entrevista do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e nada mais é do que uma provocação – alicerçada em indícios, evidências e rastros – no sentido de incentivar pesquisas originais sobre temas que não conseguimos contemplar nesta quadra histórica. Citamos como exemplo o caso Salgema/Braskem, que teve, no período da ditadura, sua ascensão econômica com a participação efe-



tiva dos militares e do empresariado nacional em aliança com o capital internacional². Reconhecemos a necessidade de estudos sobre diversos personagens que protagonizaram, na ditadura, situações de vítima, resistência, adesão e/ou acomodação. Outro tema sobre o que lamentamos ainda não termos uma pesquisa densa diz respeito às relações – no período da ditadura – dos cinco reitores da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) com os generais, embora já possamos apresentar aqui indícios de apoios, adesões e acomodações da instituição (Motta, 2016; 2021), enquanto parcela significativa do movimento estudantil e de docentes estavam na margem oposta e, por isso, foram perseguidos e perseguidas pela ditadura.

Outro silêncio eloquente que não conseguimos quebrar neste momento aponta para a necessidade de uma análise mais aprofundada sobre um personagem de alcance nacional que, a partir de 1979, levou o nome de Alagoas para os holofotes da luta política pela anistia e pela redemocratização do país. Como é possível não termos, ainda, uma análise historiográfica profunda sobre Teotônio Vilela, que era vice-governador em 1964, com origem política na União Democrática Nacional (UDN), de genealogia usineira e apoiador da ditadura por cerca de 15 anos³? Sim, obviamente, é possível, porque a historiografia é, ao mesmo tempo, destruidora e construtora de silêncios. Não são as certezas que nos movem, mas sim as dúvidas, os vazios e os vácuos, que nos arrastam em um movimento permanente.

Faz-se necessário sublinharmos que, historiograficamente, o conceito de silêncio/silenciamento não pode ser confundido com o de esquecimento (Pollak, 1989; Laborie, 2003; Almeida, 2016). O silêncio é mais uma maneira de lembrar-se. Silencia-se, muitas vezes, não porque se esqueceu, mas sim porque há lembranças incômodas, indizíveis, impronunciáveis, indesejáveis e indigestas. A exemplo, citamos o fato de o reitor que nomeia o principal *campus* da Ufal, Aristóteles Calazans Simões (A. C. Simões) – após aprovação do Conselho Uni-

² Especificamente sobre a Salgema/Braskem, a pesquisadora Júlia Magalhães tem se debruçado sobre vasta documentação e evidenciado essas grandes articulações. Seu trabalho de conclusão de curso está em fase de elaboração, com previsão de defesa ainda em 2024, porém, em data posterior à conclusão desta coletânea.

³ Registre-se a importante biografia escrita pelo jornalista Carlos Marchi, sob o título *Senhor República: a vida aventurosa de Teotônio Vilela, um político honesto* (2017). A ausência aqui apontada diz respeito aos trabalhos historiográficos.

versitário –, ter sido o responsável por homenagear o ditador-general Humberto Castelo Branco, em visita a Alagoas, em 1966, como professor *honoris causa*. Nessa mesma ocasião, a Assembleia Legislativa do Estado outorgou a Castelo Branco o título de cidadão alagoano. Será que há um esquecimento coletivo sobre essas homenagens ou um silêncio seletivo, camuflado de amnésia, justamente por lembrar-se?

As pesquisas também precisam avançar sobre temas que envolvem as perseguições aos trabalhadores e sindicatos; aos benefícios concedidos ao empresariado local. Precisam mapear a atuação dos/as intelectuais, artistas, músicos e musicistas celebrados e/ou censurados – a exemplo de Djavan e Clemilda – e demais personagens ainda invisíveis e invisibilizados/as nas dimensões de gênero, raça e classe, como também nas perspectivas do ensino de história, lugares de memórias e de consciência histórica, sobretudo a permanência de homenagens a ditadores e apoiadores civis em nomes de praças, avenidas e escolas, dos sertões aos litorais. Que instituições como a Academia Alagoana de Letras, o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (Ihgal), o alto clero, associações religiosas, escolas de samba, a Ordem dos Advogados do Brasil no estado (OAB-AL), a Justiça do Trabalho, os Clubes de Futebol e suas torcidas organizadas apareçam – ainda mais – nas atualizações historiográficas sobre Alagoas.

Provoca-se, ainda, que temas variados, como a produção cordelística e literária do estado sobre a ditadura, os festivais de música e demais eventos culturais, as montagens teatrais no período, as trajetórias de vida de apoiadores, acomodados, camelões e resistentes, os movimentos de camponeses e campomenses, os/as atingidos e atingidas por barragens e hidrelétricas, as Câmaras Municipais, as votações e atuações na Assembleia Legislativa Estadual, os crimes de mando, pistolagem e assassinatos políticos ocorridos no período, as violências contra as comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas, as operações policiais e as sevícias contra as prostitutas, contra a população periférica dos grotões maceioenses e contra as pessoas LGBTQIA+ e, ainda, as ações explosivas da extrema-direita em Alagoas sejam melhor analisadas. Que se abordem o crescimento do turismo e as desapropriações que beneficiaram grandes redes hoteleiras naquelas décadas (1960-1980). Que as atuações de profissionais liberais – a exemplo de médicos, engenheiros, advogados e assistentes sociais que



se posicionaram contra e a favor dos direitos humanos nos centros de prisões e torturas, dentre outros – despertem o interesse ou continuem a ser temas de pesquisas como as que vêm sendo orientadas pelos/as docentes dos cursos de História da Ufal e da Universidade Estadual de Alagoas (Uneal).

Que os jornais impressos e demais veículos de comunicação, tais como emissoras de rádio, não apenas na capital, mas, sobretudo, avançando para os agrestes e sertões, sejam temas de monografias, artigos, documentários e *podcasts*, no sentido de tentar compreender as variações de um mesmo tema que possibilitaram a ascensão de partidos políticos que, mudando de nome, dormiram apoiadores dos militares e acordaram cantarolando nos comícios e *showmícios* pela democracia (Reis, 2000; 2014).

Indicados esses silêncios, é importante ressaltarmos que, desde os anos 1990, podemos mapear a existência de uma historiografia alagoana que vinha enfrentando – em capítulos de livros, monografias, dissertações, teses e livros de memórias – o espinhoso tema do golpe de 1964, da ditadura e da transição no estado.

Entre os trabalhos que nos antecederam, só para citarmos alguns exemplos que, de alguma forma, contribuíram com o saber historiográfico sobre o golpe e a ditadura, desbravando temas e experiências históricas, destacamos: Alberto Saldanha (1994; 2011); Amaro H. L. Silva (2004; 2007); Fernando Medeiros (2007); Geraldo de Majella (2011; 2015); Rodrigo Costa (2013; 2014); Irinéia Santos (2014); Michelle Reis de Macedo (2017); Paulo Vitor B. Santos (2017); Geraldo de Majella e Marcelo G. Tavares (2019); Marcelo G. Tavares (2017; 2019); Maria Luísa Pereira de Melo e Marcelo G. Tavares (2019); Pedro Samyr de Souza Barros (2021) e Matheus A. M. A. Freitas (2022); Elias Veras (2021; 2023); Elias Veras e Roberta Sodó (2024); Aruã Lima e Osvaldo Maciel (2024).

Alguns desses autores e autoras, para nossa alegria, estão presentes nesta coletânea. Nossa ideia foi reunir desde trabalhos monográficos ou em processo de construção – inclusive de graduação –, passando por autores e autoras com dissertações de mestrado já defendidas, chegando às mais experientes trajetórias, com doutores e doutoras que há muito dedicam-se à pesquisa e a orientações em nosso estado, inclusive de docentes que são referências na historiografia nacional.

A coletânea *Pacto de silêncio: o golpe de 1964, a ditadura e a transição em Alagoas*, que ora apresentamos, é dividida em dois volumes. No volume 1, subscrevemos como enfoque: *Poder, resistências e metamorfoses*. As narrativas apresentadas nos capítulos concentram-se nas áreas da História Política (Rémond, 2003) e das relações de poder (Foucault, 1982) presentes nas culturas políticas (Motta, 2014), assim como nas trajetórias de diversos personagens que protagonizaram as cenas políticas com ações, disputas e cultura política. Este volume é composto por 13 capítulos.

Rodrigo José da Costa, em “*Inimigos* de Estado: trabalhadores, comunistas e polícia política em Alagoas (1961-1964), e Matheus Araújo M. de Freitas com Marcelo G. Tavares, em *Luiz Cavalcante e o Seminário Socioeconômico: um projeto conservador para Alagoas (1961-1964)*, analisam as tensões e tramas políticas entre o período de 1961 e 1964. Abordam a atuação do governo Luiz Cavalcante na repressão de movimentos sociais e no planejamento econômico e de ações governamentais alinhados com ideais modernizadores e influenciadas pelo projeto norte-americano Aliança para o Progresso. Geraldo de Majella, no capítulo *O governador Luiz Cavalcante foi a sentinel da golpe militar de 1964 em Alagoas*, demonstra que esse governo, em 1964, optou pela adesão ao golpe, sendo Alagoas um dos primeiros estados brasileiros a apoiar as forças golpistas. O autor esmiúça os bastidores do poder em Alagoas, evidenciando, inclusive, a elaboração de listas daqueles que deveriam, na ótica do grupo de poder do governador, ser perseguidos e presos. Marcelo Góes Tavares e Thiago Henrique F. Pereira, no capítulo *Crises políticas e um golpe contra o trabalhismo: Muniz Falcão e as eleições de 1965 em tempos de ascensão autoritária*, demonstram como o golpe agiu de forma a conter o projeto trabalhista no Brasil, que, em Alagoas, tinha como principal representante Muniz Falcão. Abordam, ainda, que a tomada de poder em 1964 não instalou de imediato uma ditadura, sendo vivenciadas eleições diretas para governadores em 1965.

Nos anos seguintes, observamos o refinamento das práticas autoritárias de poder, provocando ações de resistência, como demonstrado por Magno Francisco da Silva, no capítulo *Partido Comunista Revolucionário (PCR): origem e trajetória em Alagoas durante a ditadura militar*, ou mesmo em formas



de adesão e acomodação, como João José da Silva evidencia no capítulo *A Assessoria Especial de Segurança e Informação da Universidade Federal de Alagoas (Aesi/Ufal)*.

No âmbito econômico, é possível considerar as interfaces entre a ditadura e grupos empresariais. Neste sentido, grandes obras funcionaram como vetor de projetos modernizadores, mas também produzindo efeitos sobre as condições de trabalho. Renata Gusmão, no capítulo *Estatizando um empreendimento sem torná-lo público: um estudo sobre a construção do Trapichão (1968-1970)*, aborda como os empreendimentos estatais durante a ditadura mobilizavam discursos nacionalistas, empreiteiras, times de futebol e possuíam apelo popular. Os trabalhadores desse empreendimento, contudo, vivenciaram situações de vulnerabilidade em suas condições de trabalho e de direitos.

A complexidade dessas relações de trabalho é abordada também por Airton de Souza Melo no capítulo *Em assembleia permanente: a greve dos trabalhadores da construção civil de Maceió em tempos de ditadura (1979)*, uma experiência de organização sindical de vanguarda já em tempos de reabertura política e redemocratização. Do mesmo modo, é demonstrado por Alexander Moreira, no capítulo *Da unidade à ruptura: os Encontros Estaduais da Classe Trabalhadora (Enclats) e a participação dos jornalistas alagoanos na construção de um organismo intersindical durante a transição*, quando evidencia o esforço e a luta de formação sindical entre jornalistas.

As lutas políticas durante a ditadura não se restringiram apenas a Maceió. Aliás, os confrontamentos no meio rural e em municípios mais distantes da capital alagoana são mais um silêncio quebrado nesta coletânea. Aruã Silva de Lima e Monielly Suelen Gomes Barboza demonstram, no capítulo *As veredas da ditadura nos sertões do Rio São Francisco: patrimonialismo, autoritarismo e violência no Alto Sertão das Alagoas (1964-1988)*, a atualização da cultura política autoritária em outros territórios – neste caso, o Semiárido, que não passou imune à resistência, como evidencia Amaro Hélio L. da Silva no capítulo *Indígenas de Alagoas: da luta contra a ditadura militar ao reconhecimento étnico*. Ressalta-se, neste capítulo, a simbiose entre identidades campesinas e indígenas que, ao resistirem contra a ditadura na Guerrilha de Pariconha, deixaram também



como legado a formação de lideranças de esquerdas e progressistas no Alto Sertão alagoano. A questão agrária, inclusive, motivou outras experiências de luta, como exposto por José Vieira da Cruz e Aline Oliveira da Silva no capítulo “*Não entendemos democracia com barriga vazia*”: *sem terra, reforma agrária e o SNI em Alagoas no contexto da Nova República*. A organização de movimentos de trabalhadores rurais e a vigilância contra eles atravessaram a década de 1980.

Destacamos, ainda, o capítulo *Antes do Planalto: o jovem Fernando, a ditadura e a ascensão de Collor nas páginas da Gazeta de Alagoas e do Jornal de Alagoas (1979)*, de José Cláudio Lopes Santos Junior e Anderson da Silva Almeida. Nele, os autores abordam a ascensão política de Collor em tempos de redemocratização, demonstrando as metamorfoses desse personagem em sua trajetória em Alagoas, experiência política que reverberou também na sua construção como um presidenciável.

Já no volume 2, os capítulos foram concentrados em torno do eixo *Cultura, narrativas e trajetórias*. Os capítulos organizam-se a partir das interfaces entre política e cultura, cujas narrativas demonstram a multiplicidade das formas de ação política, dos discursos, das visualidades, das expressões e representações étnicas e de gênero, dos modos de associação coletiva e trajetórias de variados personagens nas lutas contra a ditadura, apontando, também, a possibilidade de novos lugares de pedagogias e narrativas sobre esses passados atravessados no Brasil sob regime ditatorial. As experiências históricas evidenciadas e narradas nestes capítulos quebram os silêncios e preenchem lacunas historiográficas sobre novos temas e olhares.

O capítulo de abertura do volume 2, *O palco e a censura: uma abordagem sobre a encenação da peça Liberdade, Liberdade em Maceió durante a ditadura (1966-1967)*, de Pedro Paulo Alves Abid Esteves, problematiza a censura contra a peça teatral *Liberdade, Liberdade*. Emilly Karen dos Santos Vasconcellos, no capítulo *Hippies, elites e artistas: os primeiros Festivais de Verão de Marechal Deodoro e a ditadura civil-militar (1970-1972)*, aborda a riqueza de formas de expressões e representações presentes em um festival de verão naquela que foi a primeira capital de Alagoas, o município de Marechal Deodoro.



As celebrações ganham novamente destaque, porém por uso político da ditadura, como demonstra José Guido Dantas Lessa da Silva no capítulo *As comemorações do sesquicentenário da independência do Brasil em Alagoas: instituições e personagens no apoio à ditadura* (1972). Ainda no âmbito das expressões artísticas, Ana Paola Santos Silva, no capítulo *Luz, câmera e realização: o Festival Brasileiro de Cinema de Penedo no período ditatorial*, demonstra como o campo cultural era fértil e expressava-se com variadas linguagens e práticas durante a ditadura.

No capítulo *Ditadura, militares e reis nos xangôs de Alagoas*, Irinéia Maria Franco dos Santos evidencia como até as representações e associações de religiosidades de matriz africana tornavam-se preocupação na ditadura. Era um território a ser disciplinado. Na mesma direção, Lucas Martírio de Araújo, em *Escolas de samba no contexto da ditadura militar e da transição autoritária em Alagoas: repressão, contradições e reinvenção*, demonstra como o espaço das escolas de samba foi se tornando, ambigamente, lócus para temas sensíveis e ao mesmo tempo de intervenção ainda durante o período da redemocratização – um momento fértil de lutas e formas de expressão do corpo e das sexualidades, de resistências aos conservadorismos e modos de repressão durante a ditadura, como aborda Elias Veras no capítulo *Repressão e resistência LGBTQIA+ na ditadura civil-militar e na abertura em Maceió-AL*.

A pauta antirracista ganha centralidade em alguns escritos desta coleção. Destacam-se o movimento negro, narrado por Danilo Luiz Marques no capítulo “*Acorda, negrada!!!: a Associação Cultural Zumbi e a luta antirracista pela redemocratização do Brasil (Alagoas, 1979-1985)*”; o movimento indígena, narrado por Michelle Reis de Macedo no capítulo “*Nós somos índios desprezados: as estratégias racistas da ditadura civil-militar para negar a existência do povo indígena Tingui-Botó de Alagoas na década de 1980*” e o protagonismo indígena-feminino evidenciado por Ana Valéria dos Santos Silva no capítulo *A trajetória de Maninha Xukuru-Kariri e atravessamentos no movimento indígena durante a transição (décadas de 1980-1990)*.

A pauta de gênero, para além da abordagem de Elias Veras e Ana Valéria, aparece em outros capítulos. Paula Santos da Silva, no capítulo *Gastone*



Lúcia Beltrão: uma jovem guerrilheira alagoana na Ação Libertadora Nacional (ALN), narra a trajetória de uma revolucionária alagoana na resistência contra a ditadura. Ana Cláudia Aymoré Martins, no capítulo *Das visões de Heliônia Ceres: imagens da ditadura civil-militar brasileira na ficção alagoana*, aborda as múltiplas formas de leitura sobre a ditadura a partir do olhar ficcional de uma escritora alagoana.

Por fim, somam-se a estas narrativas de cultura e trajetórias, com recortes que atravessam gênero, etnicidade, religiosidade, múltiplas formas de associação social e expressões culturais, os novos lugares de enfrentamento de temas sobre a ditadura. Lídia Baumgarten e Jonathan Vieira da Silva abordam, no capítulo *Lugares de pedagogia e narrativas mestras sobre a ditadura civil-militar em Alagoas: o papel da aprendizagem histórica para a formação da consciência histórica*, possibilidades pedagógicas sobre a ditadura, apresentando como horizonte a consciência histórica.

Observamos, portanto, no conjunto de capítulos desta coletânea, dividida em dois volumes, que o remoer, ou escovar a contrapelo, como diria o filósofo Walter Benjamin (1994), é necessário. Expressa-se um esforço de duplo esclarecimento: do passado e do presente, sem o qual não podemos avançar em uma sociedade democrática.

Lembremos que as lutas do passado também foram motivadas por desejos de futuro, projetando múltiplos horizontes de expectativas. E os usos políticos desse passado são atualizados e ressignificados historicamente. Para nós, investigar o passado ditatorial e suas múltiplas experiências históricas é uma forma de resistência no presente, sobretudo quando o autoritarismo e a sedução golpista ainda assombram a sociedade brasileira. Lidamos com um passado que não passou e que persiste como um espectro no presente, seja nas atualizações e nos usos pelos grupos de extrema-direita, seja pelos familiares dos mortos e desaparecidos por ação do terrorismo do Estado, seja pela própria sociedade brasileira, cujas gerações mais recentes anseiam pelos avanços democráticos em variadas pautas políticas em nosso País.

Nesses termos, convidamos leitores e leitoras, acadêmicos e acadêmicas, como também o público em geral, a conhecer, pelas linhas escritas desta cole-



tânea, o golpe, a ditadura e a transição em Alagoas, desvendando seus silêncios e evidências. Investigar historiograficamente o passado e publicizar histórias da ditadura nas suas múltiplas experiências, para nós, que abraçamos o desafio desta coletânea, é uma forma de caminhar para o futuro.

Anderson da Silva Almeida

Universidade Federal de Alagoas (Ufal)

Marcelo Góes Tavares

Universidade Estadual de Alagoas (Uneal)

Referências

A NOVA política: nada mais velho do que se autodeclarar o novo. **Fundação Perseu Abramo**. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2017/12/06/a-nova-politica>. Acesso em: 24 jun. 2024.



ALMEIDA, Anderson da Silva. **Como se fosse um deles:** almirante Aragão – memórias, silêncios e ressentimentos em tempos de ditadura e democracia. Niterói: Eduff, 2016.



ALMEIDA, Anderson da Silva. História, tempo presente e a última catástrofe: fichas para um debate pertinente. In: ALMEIDA, Anderson da Silva (org.). **O que vamos contar?**: vozes da pandemia – uma ação de documentar relatos sobre os impactos da Covid-19 em Alagoas (2020). Maceió: Edufal, 2021.

BARROS, Pedro Samyr de S. **Jornalismo e luta discursiva**: o anticomunismo na imprensa alagoana (1954-1964). 2021. 180 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2021.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COSTA, Rodrigo J. Do “comício que não houve” à marcha da vitória: a deflagração do golpe civil-militar em Alagoas. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 15, n. 22, p. 30-62, jan./jun. 2014.

COSTA, Rodrigo J. **O golpe civil-militar em Alagoas**: o governo Luiz Cavalcante e as lutas sociais (1961-1964). 2013. 161 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

FREITAS, Matheus A. M. **A ascensão política de Luiz Cavalcante e a reação conservadora e udenista em Alagoas (1951-1964)**. 2022. 66 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual de Alagoas, Palmeira dos Índios, 2022.

LABORIE, Pierre. **Lêis Français dès années troubles**: de la guerre d’Espagne à la Libération. Paris: Seuil, 2003.

LIMA, Aruã; MACIEL, Osvaldo. **Ditadura Empresarial-Militar em Alagoas**: trabalhadores, poder e cultura (1964-1988). Goiânia: Phillos, 2024.

MACEDO, Michelle R. (org.). **As repúblicas em Alagoas**: pesquisas em história social e política. Maceió: Edufal, 2017.

MAJELLA, Geraldo de. **Jayme Miranda, um revolucionário brasileiro**. Recife: Bagaço, 2015.

MAJELLA, Geraldo de. **O PCB em Alagoas**: documentos (1982-1990). Maceió: [s. n.], 2011.

MARCHI, Carlos. **Senhor República**: a vida aventurosa de Teotônio Vilela, um político honesto. Rio de Janeiro: Record, 2017.

MARQUES, Geraldo de Majella F. de M.; TAVARES, Marcelo Góes. O governo Luiz Cavalcante: a presença do complexo Ipes/Ibad em Alagoas. In: MARIA NETA, Francisca; PEIXOTO, José Adelson L. **Fragmentos da história de Alagoas**: cultura, memória e patrimônio. Recife: Libertas, 2019.

MEDEIROS, Fernando Antonio Mesquita de. **O homo inimicus**: Igreja, ação social católica e imaginário anticomunista em Alagoas. Maceió: Edufal, 2007.



MELO, Maria Luísa Pereira de; TAVARES, Marcelo Góes. Manoel Fiel Filho e memórias do regime civil-militar no Brasil: atualizações do passado no presente. In: MARIA NETA, Francisca; PEIXOTO, José Adelson Lopes (org.). **Fragmentos da História de Alagoas**: cultura, memória e patrimônio. v. 1., Recife: Libertas, 2019.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A estratégia de acomodação na ditadura brasileira e a influência da cultura política. **Paginas**: Revista Digital de la Escuela de Historia, Rosário, n. 17, p. 9-25, dez. 2016. Disponível em: <https://revistapaginas.unr.edu.ar/index.php/RevPaginas/article/view/222/267>. Acesso em: 24 mar. 2024.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Culturas políticas na História**: novos estudos. Belo Horizonte: Fino Trato, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

REIS, Daniel Aarão. Um jogo jogado?. In: MAGALHÃES, Lívia G. **Com a taça nas mãos**: sociedade, copa do mundo e ditadura no Brasil e na Argentina. Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj, 2014. p. 7-8.

RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma nova história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RICOUER, Paul. História. In: RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Edunicamp, 2007.

SALDANHA, Alberto (org.). **A indústria têxtil, a classe operária e o PCB em Alagoas**. Maceió: Edufal, 2011.

SALDANHA, Alberto. **Mitologia estudantil**: uma abordagem sobre o movimento estudantil alagoano. Maceió: Sergasa, 1994.

SANTOS, Irinéia M. F. Padres agitadores em Alagoas: o Inquérito Policial-Militar do padre Luiz de Oliveira Santos (1964-1969). In: SANTOS, Irinéia M. F. dos; VASCONCELLOS, Pedro L. (org.). **Dinâmicas religiosas na História**: perspectivas socioculturais e políticas em debate. Curitiba: CRV, 2022.

SANTOS, Paulo Vitor B. **Discursos, práticas e memória**: o MDB em Alagoas e a ditadura militar (1966-1979). 2017. 180 f. Dissertação (Mestrado em História) –Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **História, Memória, Literatura**: o testemunho na era das catástrofes. Campinas: UNICAMP, 2003.

SILVA, Amaro H. L. Serra dos perigosos: uma experiência de guerrilha no Alto Sertão de Alagoas (1967). In: ENCONTRO NORDESTINO DE HISTÓRIA, 5.; ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 5., 2004, Recife. **Anais**... Recife, 2004.

SILVA, Amaro H. **Serra dos perigosos**: guerrilha e indígenas no Sertão de Alagoas. Maceió: Edufal, 2007.



SILVA, Luiz Inácio Lula da. Brasília, 27 fev. 2024. **Entrevista concedida a Kennedy Alencar**. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/entrevistas/entrevista-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-a-redetv>. Acesso em: 26 jun. 2024.



TAVARES, Marcelo Góes. Nas trilhas da exceção, os rastros da violência: o golpe civil-militar de 1964 em Alagoas e a perseguição contra operários. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 30., 2019, Recife. **Anais**... Recife: Anpuh, 2019. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1565028172_ARQUIVO_ARTIGOANPUH2019_versaofinal.pdf. Acesso em: 08 jul. 2024.

TAVARES, Marcelo Góes. Trabalho, política e estado de exceção (Alagoas, anos 1950 e 1960). In: ENCONTRO REGIONAL NORDESTE DE HISTÓRIA ORAL, 11., 2017, Fortaleza. **Anais**... Fortaleza: ABHO, 2017. Disponível em: https://www.nordeste2017.historiaoral.org.br/resources/anais/7/1494168586_ARQUIVO_Trabalho,politicaeestadodeexcecao_abhofortaleza.pdf. Acesso em: 08 jul. 2024.

VERAS, Elias. “Gay é liberdade”: homossexualidades em Maceió (AL) na abertura. In: RODRIGUES, Rita Colaço; VERAS, Elias Ferreira; SCHMIDT, Benito Bisso (org.). **Clio sai do armário**: historiografia LGBTQIA+. v. 1. São Paulo: Letra & Voz, 2021. p. 171-184.

VERAS, Elias. Existências e resistências homossexuais no Brasil da abertura: uma perspectiva de gênero (1978-1988) – Percursos, percalços e possibilidades de uma pesquisa sob suspeita. In: VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria; SCHIMDT, Benito Bisso (org.). **(Re)Existências LGBTQIA+ e feminismo na ditadura civil-militar e na redemocratização do Brasil.** v. 1. Maceió: Edufal, 2023. p. 17-35.

VERAS, Elias; SODÓ, Roberta (org.). **(In) Desejáveis: LGBTQIA+ e feminismo na imprensa de Alagoas (séc. XX).** Maceió: Edufal, 2024.



CAPÍTULO 1

“INIMIGOS” DE ESTADO: TRABALHADORES, COMUNISTAS E POLÍCIA POLÍTICA EM ALAGOAS (1961-1964)

Rodrigo José da Costa

Considerações iniciais

O termo “policia política” é utilizado, tradicionalmente, para designar uma modalidade de polícia que desempenha uma função preventiva e repressiva na história brasileira, tendo sido criada com fins de entrever e coibir reações políticas adversas, armadas ou não, que comprometessem a ordem e a segurança pública (Xavier, 1993).

O caráter arbitrário e repressivo, próprio dos regimes de exceção, como já havia sido durante a ditadura do Estado Novo, entre 1937 e 1945, perpetuou-se ao longo do intervalo de quase 20 anos do período que o sucedeu, de forma que o restabelecimento do regime liberal-democrático, a partir de 1945, conviveu, paradoxalmente, com uma série de limitações às liberdades democráticas, principalmente das organizações de trabalhadores e de partidos de esquerda. O aparato estatal, através das forças de segurança – as polícias políticas – exerceu uma prática de controle que, dissimuladamente, se apropriava e manipulava a noção veiculada pelo apreço do que é “pátrio” e do que é “bom para todos”.

O surgimento da polícia política (Assunção, 2006; Castellan, 2010) se deu no quadro da modernização burocrática dos Estados contemporâneos. Com o aparecimento desse segmento especializado do aparato policial, sua faceta autoritária revelou-se com mais intensidade. A polícia política é o setor responsável pela segurança do Estado e pela manutenção da ordem; sua existência é justificada em nome da defesa dos interesses coletivos, mas, muitas vezes, sua



preocupação efetiva é zelar pela segurança dos ocupantes do aparelho estatal (Motta, 2006).

O enraizamento das polícias políticas nas modernas burocracias deu-se no quadro da afirmação da ameaça revolucionária. Entre o final do século 18 e a primeira metade do século 20, estabeleceu-se uma tradição revolucionária em que pesou o caráter paradoxal dessa expressão. Os Estados nacionais se habituaram à sensação de insegurança, de risco constante de sublevação revolucionária – e aí está a gênese da polícia política, o departamento responsável por controlar e reprimir os eventuais inimigos da ordem pública. É interessante observar que o tipo de ameaça revolucionária mudou com o tempo, mas as atividades de polícia política sofreram pouca alteração (Motta, 2006).

Beatriz Kushnir (2006) demonstra que as instituições de aparato repressivo no Brasil foram desativadas burocraticamente entre 1983 e 1988 – este último, ano da promulgação da nova Constituição Federal (CF). Entretanto, ao se dar fim, pela caneta, nesses instrumentos de controle, esquecia-se de que a República brasileira conviveu com sua existência nos poucos períodos democráticos da história. Para a autora, “sua exclusão criou, à época, uma imagem de que o cidadão passava a gozar plenamente das liberdades de expressão e organização política – pilares da democracia” (Kushnir, 2006, p. 198).

Em Alagoas, a polícia política se estruturou no final da década de 1930, no governo de Osman Loureiro, que, em 18 de outubro de 1937, através do Decreto nº 2.287, criou a Delegacia de Ordem Política e Social (Dops). A referida delegacia se vinculou à Secretaria dos Negócios do Interior, Educação e Saúde. O primeiro a ocupar o cargo de delegado foi o capitão do Exército Mario de Carvalho Lima, integrante do 20º Batalhão de Caçadores, guarnição sediada em Maceió. Em 17 de julho de 1946, o *Diário Oficial* informou uma mudança: com o Decreto-Lei nº 3.189, de 16 de julho de 1946, a delegacia passou a se denominar Delegacia de Ordem Política e Social, Investigações e Capturas (Dopsic). Para sua chefia, foi nomeado Henrique Equelman¹.

Entre os anos 1946 e 1964, a Secretaria dos Negócios do Interior, Educação e Saúde foi sendo desmembrada, dando origem à Secretaria dos Negócios do Interior, Justiça e Segurança Pública. Por fim, em 7 de fevereiro de 1964, através da Lei nº 2.658, publicada no *Diário Oficial* de 9 de fevereiro de 1964,



a Dopsic foi desmembrada em duas delegacias: Delegacia de Roubos, Furtos, Investigações e Capturas (DRFIC) e Delegacia de Ordem Política, Social e Econômica (Dopse) (Arquivo Nacional, 2024).

Diante do exposto, pretende-se, neste capítulo discutir a atuação da Delegacia de Ordem Política, Social e Econômica de Alagoas (Dopse-AL) no período imediatamente anterior ao golpe civil-militar de 1964. Centrando minha atenção nas fichas pessoais e em alguns relatórios produzidos por agentes policiais, o eixo da discussão será feito no sentido de perceber a atuação dos trabalhadores alagoanos – sua organização, mobilização, campanhas políticas e lutas sociais – através da ótica policial.

Dopse/AL: produção documental e arquivamento de fontes de repressão

Em suas atividades, a Dopse/AL procurava monitorar as movimentações de grupos chamados “subversivos”, principalmente do Partido Comunista Brasileiro (PCB). De fato, grande parte do material produzido por este órgão se refere a ações de indivíduos notadamente militantes comunistas, bem como das ligações que eles mantinham entre os trabalhadores. Sindicalistas e operários envolvidos com greves e reivindicações de direitos, considerados subversivos, também eram alvo de monitoramento. Rodrigo Patto Sá Motta (2006, p. 57) afirma que essa “obsessão anticomunista da instituição policial foi alimentada tanto por temores reais como pela necessidade de justificar a existência e o fortalecimento do aparato repressivo”.

Nas fichas pessoais que pesquisamos – principalmente as dos militantes que haviam tomado parte em ações como comícios e/ou greves entre 1961 e 1964 –, mesmo sem ter acesso aos respectivos prontuários dos fichados, conseguimos informações significativas sobre a ação dos membros atuantes no Partido Comunista e de trabalhadores vinculados ao Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) a partir do fim de 1962. Nem todos os documentos analisados trazem um volume expressivo de dados sobre a atuação do militante, sendo que muitos deles têm registrado, em suas fichas corridas, a prisão em 31 de março de 1964, após a deflagração do golpe civil-militar. Em algumas poucas fichas, o investigado teve apenas acrescentado o ato de assinar um manifesto de soli-



dariedade às reformas de base (Toledo, 2004), fato que, em tese, seria suficiente para configurar subversão.

Neste ponto, é interessante refletir sobre o clima de radicalização que se vivia na época, já que tomar partido frente à causa das reformas de base era considerado crime contra a segurança. A participação em comícios de tom nacionalista, a mobilização de trabalhadores urbanos e rurais diante do processo de sindicalização rural e da formação desses sindicatos e a distribuição do jornal do PCB alagoano *A Voz do Povo* estão entre os temas mais relatados nesta documentação.

Nas fontes policiais pesquisadas, encontram-se apenas as fichas pessoais, sem os referidos prontuários, onde, com certeza, teríamos um leque maior de informações². Ainda assim, tais fichas nos mostram uma série de novos dados, como a profissão de vários militantes comunistas, o endereço de células do partido, a data de filiação de alguns membros do PCB e o mais importante: a razão por que o indivíduo foi fichado na Dopse. Apesar de muitas delas serem relatos breves e simples, conforme veremos adiante, ajudam-nos a entender a atuação tanto dos comunistas quanto dos trabalhadores em geral em Alagoas.

Segundo Caroline Bauer e Rene Gertz (2009, p. 178), o trabalho com arquivos das polícias políticas possui uma especificidade intrínseca, que os autores chamam de “efeito bumerangue”. Neste termo,

[...] os documentos que compõem os acervos de forças provenientes das forças repressivas servem, no presente, para atividades opostas à sua origem – produzidos para coordenar ações repressivas, agora podem ser usados para compensar vítimas por arbitrariedades e violações a seus direitos.

A investigação e a repressão política nos permitem estudar experiências de populares, atos sociais e políticos através da documentação reunida pela polícia. Devemos levar em conta que o olhar da repressão era dirigido para determinados setores, vistos como mais perigosos, realizando uma vigilância desigual sobre a sociedade, muitas vezes obsessiva, talvez exagerando em seus relatórios, nas investigações e nas prisões sobre o perigo que representavam certos indivíduos e organizações (Thompson, 1987).

As fontes e as evidências sobre as ações das pessoas comuns, disponíveis na Dopse/AL, nos possibilitam realizar aquilo que Carlo Ginzburg definiu como prosopografia a partir de baixo, biografias coletivas de estratos subalternos da sociedade. Isso se faz através do uso do nome, “aquilo que distingue um indivíduo do outro em todas as sociedades conhecidas”, como fio condutor da análise “que guia o investigador no labirinto documental” (Ginzburg, 1989, p. 174-176). A partir do nome, é possível percorrer a série de dossiês, fichas e pastas da Dopse e descobrir diversas conjunturas que se entrelaçavam.

Os nomes destas pessoas estão presentes nas fontes devido a ocasiões ímpares: eles aparecem somente porque suas vidas adquirem visibilidade através do Estado e da repressão, “sendo grupos minoritários por definição, excepcionais, dado que se trata de indivíduos que se revoltam contra os comportamentos e as crenças da maioria”, conforme Stone (1971 citado por Ginzburg, 1989, p. 177). Porém, isso não impede que estes casos marginais “funcionem como sinais ou indícios de uma realidade oculta” (Ginzburg, 1989, p. 177).

Não há dúvida de que a documentação produzida pela polícia não deve ser analisada como uma “mina de verdades puras e cristalinas” (Negro; Fontes, 2001, p. 179), pois precisamos atentar para os riscos das distorções das fontes policiais, como, por exemplo, o intercâmbio de informações, dados, telex, ofícios, estudos, informes, comunicados, relatórios reservados, geralmente acompanhados de recortes de jornais da imprensa ou sindicais, coletados e elaborados diariamente pelos agentes de investigação infiltrados.

Entretanto, é impossível que seja, simplesmente, invenção da polícia um segundo tipo de documentação composta de cartas, bilhetes, anotações, atas sindicais, cadernetas pessoais, listas de nomes, impressos vários, correspondência apreendida, fotos, estatutos e documentos de sindicatos, ofícios, panfletos de todos os tipos, convocações para encontros e reuniões, relatórios de atividades das associações, enfim, uma infinidade de falas em um mundo vigiado, registrado nestes arquivos.

Desta forma, cada documento, para além de seu valor histórico ou judicial, condensa um valor-memória e um valor-identidade, que acompanham e reforçam a ação militante e o testemunho das vítimas. Esses documentos per-



mitem – ainda que nem sempre – reconstruir memórias sobre as perseguições, as prisões, as torturas, as mortes e os desaparecimentos.

“Inimigos” de Estado

Um grande número das fichas aponta que os indivíduos investigados mantinham ligações com o PCB ou com o CGT ou com ambos e com seus líderes: os irmãos Jayme e Nilson Miranda, Rubens Colaço e Roland Benamour, membros destacados do PCB em Alagoas, entre outros sindicalistas, como Alan Rodrigues Brandão e o advogado trabalhista Rubem Ângelo. Desta forma, optamos por analisar apenas as fichas das pessoas citadas acima, pelo fato de que há um leque maior de informações nelas.

Jayme Amorim de Miranda (1926-1975) nasceu em Maceió, foi jornalista e advogado, conforme consta na Ficha Pessoal 472, pasta 24 (Dopse, s.d.). Enquanto estudava Direito, foi secretário-geral do PCB em Alagoas e diretor do semanário comunista *A Voz do Povo*. Foi preso em Recife e transferido para Maceió, onde ficou detido por mais de um ano. Isso ocorreu durante o governo Arnon de Mello (1951-1956). Representou os comunistas alagoanos, em 1960, no 5º Congresso do PCB, sendo eleito para a direção nacional. Nas eleições de 1961, foi candidato a deputado estadual, ficando na primeira suplência. Miranda, que durante muito tempo foi redator do jornal *A Voz do Povo*, era considerado pelo Dopse como principal articulador dos “movimentos de agitação”, devido ao número de anotações em sua ficha³. Com uma vasta atividade nos meios operários durante toda a década de 1950, teve intensa participação nos movimentos que foram as bandeiras de luta de comunistas e trabalhadores na década de 1960:

LIDEROU um movimento de agitação neste Estado, face da renúncia do Presidente Jânio Quadros, realizando um comício denominado “Comício da Legalidade”, na noite de 7 de setembro de 1961, no Parque Rodolfo Lins, nesta cidade, o qual foi puramente comunista, declarando no discurso que fizera ter a honra de ser comunista (Dopse, s.d.).

Entre suas atividades, estava, ainda, a organização de um comício “para a entrada do Partido Comunista na legalidade, realizado no Parque Rodolfo Lins, na noite de 4/10/1961” (Dopse, s.d.). A presença dele num comício dissolvido



pela polícia, em vista de não tê-lo autorizado, “anunciado pelos estudantes secundários, em janeiro de 1962, [que] resultou em serem presos o seu irmão de nome Nilson Amorim de Miranda e um outro indivíduo de nome Lauro Braga, por contravenção e desacato” (Dopse, s.d.). Por fim, ele teve sua participação nos acontecimentos do mês de março de 1964.

Os “crimes” cometidos por Jayme – o maior deles, ser membro do Partido Comunista – resumem-se, basicamente, à sua participação nas campanhas de que o PCB tomou parte, como a supracitada mobilização pela posse de João Goulart na Presidência da República, até o comício das reformas em Maceió, no dia 29 de março de 1964. Jayme ainda teria seu mandato de suplente de deputado cassado pela Assembleia Legislativa de Alagoas,

[...] após a Revolução, quando também estivera preso e enquadrado no IPM, resultando com prisão preventiva decretada, e apesar de ter sido posto em liberdade, essa era vigiada. ALEGANDO doença junto ao Comando da Guarnição Federal deste Estado, daqui desapareceu, sendo ignorado o seu paradeiro (Dopse, s.d.).

Outra figura de destaque entre a esquerda comunista em Alagoas era o irmão de Jayme, Nilson Miranda. Nilson Amorim de Miranda nasceu em Maceió, em 1933, foi jornalista, radialista, editor do semanário *A Voz do Povo* e eleito vereador em Maceió pela legenda do Partido Social Progressista (PSP). No final da década de 1950, trabalhou para fundar o Sindicato dos Radialistas de Alagoas e foi seu primeiro presidente. Quando eclodiu o golpe militar, em abril de 1964, entrou na clandestinidade, tendo de evadir-se de Alagoas, pois passou a ser procurado pela polícia⁴. Na Ficha Pessoal 477, pasta 24 constam os seguintes registros: “Liderou comícios para a entrada do Partido Comunista na legalidade, realizando um no Parque Rodolfo Lins, na noite de 4/10/1961” (Dopse, s.d.). Nilson foi preso em 10 de janeiro de 1962, “quando promovia agitação antes da realização de um comício promovido pelos universitários” (Dopse, s.d.). Em letras maiúsculas, sua ficha o acusa de ser “REDATOR DO JORNAL COMUNISTA *Voz do Povo*” (Dopse, s.d.). Tomou parte no “comício da fome”, no dia 7 de agosto de 1963. Sendo membro do CGT, foi preso em 31 de março de 1964. “Falou em praça pública, que no Teatro Deodoro, estavam reunidas todas as prostitutas



de Maceió” (Dopse, s.d.). Nilson havia sido eleito vereador por Maceió em 1962, tendo seu mandato cassado com o golpe.

É interessante analisar algumas entrelinhas do documento ao citar Nilson entre os que poderiam gerar “atentados” contra a segurança. Além de sua participação e liderança em comícios e nas atividades da militância em geral, ele teria insultado as senhoras dos setores médios quando da realização do comício das reformas em Maceió, em 29 de março de 1964. Este grupo de mulheres, juntamente com outras classes conservadoras, organizou, no dia do comício das reformas, um evento público com o objetivo de fazer frente ao comício organizado pelo PCB e pelo CGT. Rubens Colaço recordaria o evento anos depois:

[...] em torno do comício do dia 29, nós o convocamos mais como um desagravo, pela passeata das madames, que poderia ter custado a vida de Nilson Miranda se ele tivesse sido pego porque, numa intervenção muito infeliz, eu admito a crítica, recebo diante das questões políticas, mas nunca um insulto pessoal a quem quer que seja, e ele disse, ele chamou as madames de Alagoas que participaram, de prostitutas do society, com dez bocas de alto-falantes ali espalhadas pelo comércio, e isso pesou muito contra ele (Majella, 2010, p. 101).

Entendemos que, por mais infeliz e imprópria que tenha sido a ofensa, cabe analisar que, para a polícia política, a atitude de Nilson teria ligação direta com sua orientação política, pois a calúnia, assim como um sem-número de outros desvios de personalidade, seria uma marca registrada dos comunistas. Sua participação no processo de fundação dos Sindicatos Rurais a partir de 1962 também foi “criminalizada”: “PARTICIPOU e orientou a fundação de vários Sindicatos Rurais no Interior do Estado” (Dopse, s.d.).

Outra figura de destaque no PCB e no CGT em Alagoas, Rubens Colaço foi presidente do Sindicato dos Rodoviários e teve intensa participação na campanha pelas reformas de base e no processo de formação dos sindicatos rurais no estado. Em 25 de outubro de 1962, foi preso “por agitação, por ocasião de um comício anunciado pela Associação dos Amigos de Cuba, na Praça Moleque Namorador – Ponta Grossa – comício esse frustrado pela autoridade policial”, segundo consta na Ficha Pessoal 477, pasta 24 (Dopse, s.d.). O mesmo documento aponta que Colaço desenvolvia “ativo programa subversivo, tanto na Capital como no interior do Estado, tomou parte junto com outros elementos do CGT,



e do sindicato do Petróleo nas agitações dos dias 29 de março a 1º de abril de 1964".

ORGANIZADOR e orador de todos os comícios realizados nesta Capital, juntamente com Nilson Miranda, Jaime Miranda e Rubens Ângelo. AMEAÇA as autoridades constituídas, em praça pública e convida o povo em pegarem em armas para defender o regime cubano e libertar o Brasil do domínio dos gorilas. ASSESSOR sindical do CGT, junto aos camponeses – comunista militante, utilizou a estação de rádio clandestina do Sindicato Têxtil de Rio Largo, para fazer campanha de agitação, realizou comícios pro cuba [sic.] em desrespeito à determinação de autoridades competentes, orientou a fundação de Sindicatos Rurais dando cunho esquerdista, compareceu ao Palácio dos Trabalhadores armado juntamente com outros comunistas, foi orador em termos subversivos do I Seminário Operário Estudantil Camponês. Esteve preso durante a revolução de 31 de março de 1964 (Dopse, s.d.).

O traço de Colaço frisado pela ficha é de “orador”. De fato, Majella (2010) destaca, em seu livro, que essa era uma das principais características que o fazia ser uma das figuras mais conhecidas do PCB em Alagoas. Aliado a isso, Lessa (2011, p. 318) aponta que Colaço “tinha um temperamento muito mais difícil e instável, mas era um vulcão no que tocava à agitação política e à combatividade”.

O núcleo do CGT contava, ainda, com o então presidente do Sindicato dos Bancários, Roland Benamour, que desempenhou importante papel na greve da categoria em 1963. Sua ligação com os irmãos Miranda e com Colaço fazia dele mais um no grupo de “inimigos de Estado” em Alagoas. Tomando parte em eventos simbólicos, como o “comício relâmpago, na rua do Comércio, no dia 18 do corrente, ao lado de líderes do CGT, protestando contra a prisão dos estudantes em Saúde, no dia 16-5-1963”, como relata a Ficha Pessoal 120, pasta 06 (Dopse, s.d.), Benamour foi também eleito presidente do CGT em 1963. Era funcionário do Banco do Brasil e teve grande destaque em greves, atuando entre os bancários, sendo preso em 31 de março de 1964.

Alan Rodrigues Brandão, presidente do Sindicato dos Petroleiros, também foi membro da direção do CGT, além das atividades que exerceu no movimento sindical, sendo, então, preso em março de 1964. A Ficha Pessoal 137, pasta 07 (Dopse, s.d.) o acusa de externar “ideias esquerdistas avançadas, conclamando a estudantes trabalhadores a aderirem a greve de portuários”. O documento fi-



naliza apontando a demissão de Brandão da Petrobras depois do golpe de 1964 e a sua tentativa de “não perder o contato com empregados mais antigos e junto ao Sindipetro AL/SE”.

Por fim, trazemos a Ficha Pessoal 54, pasta 03 (Dopse, s.d.), do advogado trabalhista Rubem Monteiro de Figueiredo Ângelo, que, na primeira metade da década de 1960, representou o Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Fernão Velho, entre outros sindicatos de trabalhadores. Não era comunista, como está registrado em sua ficha, apesar de ser simpatizante do PCB.

Lessa (2008) aponta que a atuação de Ângelo junto às várias entidades sindicais que representava demonstra a presença do PCB entre a classe trabalhadora alagoana como um todo. A boa relação de Ângelo com os sindicatos pode ser evidenciada em sua ficha, ao ser creditado como “patrono de sindicatos filiados ao CGT”: “COMUNISTA militante, participa de todos os movimentos de agitação subversiva neste Estado. PATRONO de Sindicatos filiados ao CGT, organização da qual faz parte” (Dopse, s.d.). Segundo a Dopse, Ângelo seria um “AGITADOR de massas populares no sentido de que estas procuram invadir as propriedades privadas, garantindo vitória de qualquer modo, desenvolvendo assim ativa programação comunista” e também “ORIENTA todos os Sindicatos a fim de que seus associados peguem em armas para libertar o Brasil dos ‘gorilas’” (Dopse, s.d.).

Essa visão geral sobre algumas fichas pessoais da polícia política alagoana nos indica como predominava uma representação do comunismo que enfatizava a ameaça a partir de uma espécie de “infiltração”. Os comunistas, inimigos externos do País, se infiltrariam na organização social brasileira tal como agentes patológicos, colocando em risco a integridade da nação.

A tática multiforme

Em consonância com a mobilização do resto do País, os trabalhadores alagoanos exerciam um protagonismo cada vez maior nos destinos políticos e sociais daquele período (Reis, 2001). Os trabalhadores em Alagoas, entre eles os operários têxteis das fábricas de fiação e tecelagem de Maceió, além de outros segmentos, como portuários, rodoviários, bancários e trabalhadores na extra-



ção de petróleo, tiveram importante papel na luta pelas reformas de base e em outras campanhas, como a defesa da legalidade, em agosto de 1961, e o plebiscito pelo presidencialismo, em 1963.

Sofrendo uma perseguição implacável dos órgãos policiais, os grupos de trabalhadores se organizaram para enfrentar as adversidades que se lhes apresentavam naquele momento. Organizados em seus sindicatos ou não, ligados ou não ao PCB, os trabalhadores alagoanos uniam forças, e essas mobilizações tornaram um lugar para ser seu palco: o Parque Rodolfo Lins, no centro da cidade.

Nas fichas da Dopse, encontramos diversas referências a pessoas que tiveram parte em comícios nesta praça, como, por exemplo, os operários têxteis Áureo Calazans de Albuquerque (Ficha 12, pasta 01) e José Conrado Alves (Ficha 34, pasta 02), o trabalhador do porto Luiz Gonzaga Alves (Ficha 35, pasta 02) e os militantes históricos do PCB alagoano Júlio de Almeida Braga (Ficha 133, pasta 07) e seu filho Laudo Leite Braga (Ficha 134, pasta 07) (Dopse, s.d.). Nos momentos decisivos da atuação dos trabalhadores entre a crise da renúncia do presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961, e o comício das reformas de Maceió, realizado em 29 de março de 1964, e que já teve seus desdobramentos dentro da movimentação de tropas em Minas Gerais, foi desencadeado o golpe que depôs o presidente João Goulart da Presidência.

De acordo com o historiador alagoano Anderson Moura (2012), é importante destacar mais duas localidades em Maceió: o bairro de Jaraguá e o distrito de Fernão Velho. Um dos primeiros e principais núcleos de povoamento da capital, no histórico Jaraguá está localizado o Porto de Maceió. Dividiam, ainda, seu espaço os bancos, a capitania dos portos, armazéns, agência postal e telegráfica, as grandes casas comerciais do estado e, é claro, a Alfândega, além do imponente prédio da Associação Comercial. Jaraguá era o local em que se realizavam os negócios mais importantes do estado, onde o poder econômico de Alagoas se encontrava. O bairro também serviu de morada para os trabalhadores do porto, operários atuantes e de grande força política. Moura afirma que, “em Jaraguá, os dois extremos da sociedade alagoana chocavam-se e dividiam o mesmo espaço: a classe dominante, detentora do capital comercial; e a classe trabalhadora, detentora da força de trabalho” (Moura, 2012, p. 103).



No outro extremo da cidade, estava o distrito de Fernão Velho, localizado às margens da Lagoa Mundaú, situado na parte mais baixa do Tabuleiro do Martins, relativamente próximo ao já citado bairro de Bebedouro. Em Fernão Velho, foi instalada a maior e mais antiga fábrica têxtil de Alagoas: a Fábrica Carmen. Moura (2012, p. 103) aponta que “esta fábrica e sua vila operária foram responsáveis por aumentar drasticamente o índice demográfico do distrito”. Por sua localização, boa parte do operariado têxtil da fábrica “era formada de antigos pescadores transformados em operários em busca de melhores condições de vida” (Moura, 2012, p. 103). Por conta da importância da fábrica e do número elevado de funcionários, o PCB formou uma célula no distrito e seus mais destacados militantes visitavam frequentemente a localidade.

No entanto, a ação dos trabalhadores não estava circunscrita à capital: destacam-se o já mencionado Áureo Calazans de Albuquerque e José Gomes, operários da fábrica têxtil da cidade de Rio Largo. Deslocando-nos para o interior, surge das fichas o nome de Altair Nunes Almeida (Ficha 22, pasta 02) (Dopse, s.d.), funcionário dos Correios e Telégrafos na cidade de Penedo. Outro carteiro, Lindauro Costa (Ficha 232, pasta 12) (Dopse, s.d.), foi fichado devido às suas atividades na cidade de Pão de Açúcar, no Sertão alagoano.

Apesar de não dispormos de mais dados sobre a atuação comunista em Penedo e em Pão de Açúcar, é imperativo apontar que essas duas localidades, distantes entre 200 e 250 km da capital, sendo que Penedo no Sul e Pão de Açúcar no Oeste, eram cidades onde havia fábricas têxteis. Moura aponta Penedo, situada às margens do Rio São Francisco, fazendo divisa com Sergipe, como um importante centro comercial alagoano, cidade próspera e de comércio vindo. Um dos primeiros núcleos de povoamento do estado, Penedo sempre foi um destacado polo comercial, principalmente por conta de sua privilegiada localização, na saída do Rio São Francisco para o mar. Além da força comercial, a agricultura era diversificada e possuía uma fábrica têxtil (Moura, 2012).

De fato, a ação desses indivíduos naquele contexto já havia chamado a atenção da polícia política desde o fim dos anos 1940. Demonstrando a existência de uma tradição de lutas dos trabalhadores alagoanos, bem como da vigilância realizada pelas forças de segurança, em um relatório datado de 15 de dezembro de 1950, o delegado Murilo Cardoso de Santa, investigando a ação do



PCB, apurou que “ainda na legalidade o Partido Comunista (seção de Alagoas), possuía neste Estado 3 importantes núcleos” (Dopse, 1950, n.p.). O núcleo principal estava localizado em Maceió, capital do estado, composto de 26 células que, segundo o delegado, estavam localizadas nos vários subúrbios da capital. Um pouco afastada desta cidade, existia também uma célula no centro industrial (Fábrica Carmen), em Fernão Velho, com apreciável número de militantes.

O segundo núcleo, conforme o delegado, de menor importância, era o de Rio Largo, centro fabril; e o terceiro núcleo estaria no interior do estado, na cidade de Penedo, relatada pelo delegado como um centro fluvial, industrial e agrícola. As demais células achavam-se espalhadas nos municípios alagoanos, “preferindo os vermelhos, as localidades onde existiam fábricas de tecidos, de charutos, de manteiga, etc.” (Dopse, 1950, n.p.).

O delegado aponta que as organizações comunistas “atuavam nos meios industriais, serviços públicos e transportes, não se tendo notícia de que agissem entre as forças armadas” (Dopse, 1950, n.p.). “Próximas às eleições” – acreditamos que o agente policial se refira ao pleito de outubro de 1954 – “nenhuma manifestação até agora se verificou quanto à orientação dos comunistas, em face das próximas eleições, não se tendo igualmente notícia das diretrizes bolchevistas na eventualidade de guerra do Brasil contra a Rússia” (Dopse, 1950, n.p.).

O delegado faz menção, ainda, ao fato de o PCB estar proibido de editar seu jornal, *A Voz do Povo*, “através do qual faziam eles a sua perniciosa propaganda. Suspensa a circulação do referido jornal, os bolchevistas lançaram mão de avulsos mimeografados, boletins tipografados e divulgação clandestina de jornais comunistas procedentes do Rio de Janeiro e de Recife” (Dopse, 1950, n.p.). Sua atenção se volta para a arregimentação, uma vez que “a tática comunista é multiforme”:

São vários os métodos usados pelos extremistas para arregimentar adeptos. Utilmente faziam essa arregimentação através de campanhas “Pró-Paz”, “Interdição da Bomba Atômica” e “Luta na Coréia”. Essas campanhas eram realizadas por meio de boletins, distribuídos em comícios de partidos políticos regularmente cadastrados (Dopse, 1950, n.p.).



O delegado conclui seu relatório afirmando que, depois da cassação do registro e dos mandatos de seus parlamentares, os comunistas “inauguraram novos e sutis métodos de propaganda, logo, porém, desmascarados pelas autoridades” (Dopse, 1950, n.p.). Ele reconhece que os núcleos comunistas exerciam influência notável nos meios operários, especialmente nos centros fabris. Reunindo-se clandestinamente e sempre perseguidos, “os bolchevistas com os seus núcleos e células aparentemente desorganizadas, não se mostram muito eficientes nos seus esforços antidemocráticos para o cumprimento das diretrizes partidárias” (Dopse, 1950, n.p.). No fim deste ofício do delegado, estima-se a existência de 2.000 comunistas em Fernão Velho. É um número impressionante, mas há que se subtrair os possíveis equívocos, como aqueles que foram taxados de comunistas apenas por apoiar alguma causa ou participar de algum movimento, como uma greve.

O teor do documento policial nos sugere o que Raoul Girardet conceituou como mitologia do Complô. Para o autor, o mito da conspiração impõe-se, em primeiro lugar, através da imagem, temível e temida, da “Organização”, em que o “segredo” constitui a primeira de suas características (Girardet, 1987). Quaisquer que sejam a natureza e a aparente motivação da conspiração, trata-se sempre, para aqueles que controlam seus fios, de corresponder a uma inextinguível vontade de poder e de retomar o sonho eterno da edificação de um império em escala universal, da unificação do globo sob uma única e total autoridade.

Quando Girardet (1987, p. 40) assinala que “[...] resta pôr em prática uma última estratégia, de múltiplas combinações e que todos os homens do Complô aprenderam a manejar: a da corrupção, do aviltamento dos costumes, da desagregação sistemática das tradições sociais e dos valores morais”, compreendemos o imaginário que as forças policiais alimentavam sobre os militantes comunistas.

Seguindo um itinerário interpretativo análogo, Rodrigo Patto Sá Motta, em seu livro *Em guarda contra o perigo vermelho*, salienta que o imaginário anticomunista representava as propostas de seus adversários como “doutrinas exóticas”, que teriam vindo de outros países: ideias estranhas, elaboradas em terras alienígenas (Motta, 2002). Além disso, apontava-se, no ideário comunista, um mero pretexto que serviria para encobrir o interesse de potências estrangeiras



em dominar o Brasil. Para Motta (2002), dentre o vasto arco de representações que compunham o imaginário anticomunista no Brasil republicano, a temática moral ocupou papel destacado, tendo contribuído em muito para o sucesso das mobilizações contra o comunismo.

A primeira metade da década de 1960 foi decisiva nas disputas entre os grupos dominantes e os segmentos que se manifestavam a favor das reformas de base, entre elas a reforma agrária, cujo significado representou um impasse nas disputas sociais em Alagoas. As elites dominantes que tinham no latifúndio a base estratégica do seu poder de dominação temiam uma radical distribuição de poder caso se realizasse esse programa de reformas. As constantes greves colocaram em alerta os grupos dominantes, uma vez que as mobilizações de trabalhadores no campo adquiriam cada vez mais representação.

Palavras finais

A atuação das Dops está associada, usualmente, aos períodos de exceção na República brasileira. No entanto, conforme mencionamos inicialmente, essas delegacias, assim como outras instituições de informação e repressão política do Estado, não são recentes e nunca foram efetivamente extintas, tendo sobrevivido ao longo do tempo, quer o governo fosse mais ou menos democrático, ou mais ou menos autoritário.

A preocupação com a informação sempre foi uma questão de “segurança nacional”; o que demarca as diferenças de atuação nesses períodos é, entre outros aspectos, as formas de obtenção dos dados, ou seja, as origens das informações sobre as condutas individuais e as nuances no respeito, ou não, aos direitos civis.

Os trabalhadores alagoanos viveram um período de intensa atividade no início da década de 1960, depois de vivenciarem conquistas importantes no tocante a direitos trabalhistas na década anterior. Entre a campanha pela legalidade, em 1961, e a deflagração do golpe civil-militar, em 1964, operários, comunistas e sindicalistas experimentaram uma efervescência política e social única até aquele momento.

A partir da análise do material do Dopse, pudemos constatar o nível de inserção que o PCB tinha no meio dos trabalhadores, bem como a diversidade que apresentava entre seus membros e seus líderes, congregando desde operários manuais, como têxteis, trabalhadores do porto e rodoviários, até trabalhadores mais especializados, como jornalistas e advogados.

Ao levarmos em conta também os endereços constantes nas fichas, é possível perceber como o PCB estava presente em quase todos os bairros populares e de habitação operária da cidade de Maceió e em algumas cidades do interior de Alagoas também. Esses contatos no interior serão alavancados a partir do processo de formação dos sindicatos rurais, no final de 1962, e amplificados a partir de 1963, quando estourou uma série de greves, bem como foi urdida uma gama significativa de campanhas políticas que culminaram na mobilização pelas reformas de base, no início de 1964.

Referências



ALMEIDA, Luiz Sávio de. **Chronicas alagoanas II**: notas sobre poder, operários e comunistas em Alagoas. Maceió: Edufal, 2006.

ASSUNÇÃO, Rosangela Pereira de Abreu. **Dops/MG**: imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964). 2006. 175 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. **ABC das Alagoas**: dicionário biobiográfico, histórico e geográfico das Alagoas. Brasília: Senado Federal, 2005.

BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. Arquivos de regimes repressivos: fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tania Regina (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

CASTELLAN, Glaucia Rodrigues. **Artesãos da subversão. Os trabalhadores gráficos e o Deops**: repressão e resistência durante a Era Vargas. 2010. 150 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

COSTA, Rodrigo José da. **O golpe civil-militar em Alagoas**: o governo Luiz Cavalcante e as lutas sociais (1961-1964). 2013. 161 f. Dissertação (Mestrado em

História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA, SOCIAL E ECONÔMICA (DOPSE). **Ficha Pessoal 120**, pasta 06 [s.d.].

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA, SOCIAL E ECONÔMICA (DOPSE). **Ficha Pessoal 137**, pasta 07 [s.d.].

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA, SOCIAL E ECONÔMICA (DOPSE). **Ficha 12**, pasta 01 [s.d.].

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA, SOCIAL E ECONÔMICA (DOPSE). **Ficha 133**, pasta 07 [s.d.].

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA, SOCIAL E ECONÔMICA (DOPSE). **Ficha 134**, pasta 07 [s.d.].

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA, SOCIAL E ECONÔMICA (DOPSE). **Ficha 22**, pasta 02 [s.d.].



DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA, SOCIAL E ECONÔMICA (DOPSE). **Ficha 232**, pasta 12 [s.d.].

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA, SOCIAL E ECONÔMICA (DOPSE). **Ficha 34**, pasta 02 [s.d.].

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA, SOCIAL E ECONÔMICA (DOPSE). **Ficha 35**, pasta 02 [s.d.].

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA, SOCIAL E ECONÔMICA (DOPSE). **Ficha Pessoal 54**, pasta 03 [s.d.].

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA, SOCIAL E ECONÔMICA (DOPSE). **Ficha Pessoal 214**, pasta 11 [s.d.].

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA, SOCIAL E ECONÔMICA (DOPSE). **Ficha Pessoal 472**, pasta 24 [s.d.].

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA, SOCIAL E ECONÔMICA (DOPSE). **Ficha Pessoal 477**, pasta 24 [s.d.].

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA, SOCIAL E ECONÔMICA (DOPSE). **Pasta dos Estados 02 – Alagoas**, cx. 605, fls. 28, 1950.

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA, SOCIAL E ECONÔMICA (DOPSE). **Pasta dos Estados 02 – Alagoas**, cx. 605, fls. 28, 1950.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 2006.

FICO, Carlos. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

KUSHNIR, Beatriz. Nas teias da lei: limites e interditos no acesso à informação. In: KUSHNIR, Beatriz (org.). **Maços na gaveta**: reflexões sobre mídia. Niterói: EdUFF, 2009.

LESSA, Golbery. Trama da memória, urdidura do tempo: *ethos* e lugar dos operários têxteis alagoanos. In: TENÓRIO, Douglas Apratto; LESSA, Golbery. **O ciclo do algodão e as vilas operárias**. Maceió: Sebrae, 2013.

LESSA, Golbery. Uma pequena organização com uma grande influência social. In: MAJELLA, Geraldo de (org.) **O PCB em Alagoas**: documentos (1982-1990). Maceió: Edufal, 2011.

LINS, Enio. **Alagoas**: pastoril de trágicas jornadas. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2004. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br>. Acesso em: 19 abr. 2011.

MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. *A Voz do Povo*: um registro da esquerda alagoana (1954-1964). In: **Cabanos**: Revista de História, Maceió, v. 1, p. 129-144, 2008.

MAJELLA, Geraldo de. **Mozart Damasceno**: o bom burguês. Maceió/Recife: Edições Bagaço, 2011.



MAJELLA, Geraldo de. **Rubens Colaço**: paixão e vida – a trajetória de um líder sindical. Maceió/Recife: Edições Bagaço, 2010.

MEDEIROS, Fernando Antonio Mesquita. **O homo inimicus**: Igreja Católica, ação social e imaginário anticomunista em Alagoas. Maceió: Edufal, 2007.

MELO, Airton de Souza. **Operários têxteis**: organização sindical, repressão e vida na fábrica (1951-1964). 2012. 157 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

MIRANDA, Anivaldo de. **Alagoas e o Golpe de 1964**. Maceió: Edições do Partido Popular Socialista (PPS), 2004.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O ofício das sombras. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, ano 42, n. 1, jan./jun. 2006.

MOURA, Anderson Vieira. **Comunistas e trabalhadores urbanos em Alagoas (1951-1961)**. 2012. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

NEGRO, Antonio Luigi; FONTES, Paulo. Trabalhadores em São Paulo: ainda um caso de polícia. O acervo do Deops paulista e o movimento sindical. In: AQUINO, Maria de *et al.* (org.). **No coração das trevas**: o Deops/SP visto por dentro. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2001. (Dossiê Deops/SP: radiografias do autoritarismo republicano; v. 1).

REIS, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SALDANHA, José Alberto. **A indústria têxtil, a classe operária e o PCB em Alagoas**. Maceió: Edufal, 2011.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **A tragédia do populismo**: o impeachment de Múñiz Falcão. Maceió: Edufal, 2007.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. v. 3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOLEDO, Caio Navarro. 1964, o golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, jan./jun. 2004.

XAVIER, Marilia. Antecedentes institucionais da polícia política. In: XAVIER, Marilia. **Dops**: a lógica da desconfiança. Rio de Janeiro: Aperj/Secretaria de Estado da Justiça, 1993.



CAPÍTULO 2

LUIZ CAVALCANTE E O SEMINÁRIO SOCIOECONÔMICO: UM PROJETO CONSERVADOR PARA ALAGOAS (1961-1964)

Matheus Araújo Machado de Freitas

Marcelo Góes Tavares

Considerações iniciais

Luiz de Sousa Cavalcante é um personagem complexo. No imaginário popular dos anos em que atuou em cargos públicos, era conhecido por major Luiz Cavalcante, remetendo à sua longa atuação no meio militar. A carreira no Exército Brasileiro (EB) foi iniciada ainda em 1930, quando se apresentou como voluntário no 21º Batalhão de Caçadores (21º BC), em Recife (SNI, 1979), o que lhe oportunizou transitar por vários estados do País, como Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso. Vivia no Rio de Janeiro, onde fez o curso de Engenharia na Escola Técnica do Exército.

Começou sua carreira política no início dos anos 1950, compondo a equipe do governo Arnon de Mello (1951-1956) como diretor-geral da Comissão de Estradas e Rodagens. Assumiu essa função por sugestão de Lincoln Cavalcante, seu irmão mais novo (Cavalcante; Cavalcante, 2014). Nesse período, foi responsável por contribuir para a ampliação da malha rodoviária do estado. Durante a década de 1950, ascendeu politicamente. Foi suplente do senador Rui Palmeira, em 1954, e em 1958, foi eleito deputado federal pelo Partido Social Democrático (PSD), com 5.262 votos (Brasil, 1973). Nas eleições de 1960, abdicou de seu mandato na Câmara dos Deputados para disputar o governo do estado. Acabou se desligando do PSD, pois não concordou com a decisão do partido em lançar nacionalmente a candidatura do marechal Henrique Lott para a Presidência da República (Jornal do Brasil, 1959). Fundou o Partido Libertador (PL) em Alagoas,



com apoio de dissidentes do antigo partido. Por essa legenda, candidatou-se a governador (Diário Carioca, 1959).

Conseguiu articular o suporte de diferentes grupos conservadores e de direita no estado, inclusive da União Democrática Nacional (UDN), que abriu mão de candidatura própria. A lembrança da derrota eleitoral para o trabalhista Muniz Falcão, na eleição de 1955, ainda era bastante presente. Buscava-se uma candidatura única, com chances de vitória, que fizesse frente aos grupos progressistas e de esquerda. A UDN coligou-se ao PL, apoiando Luiz Cavalcante, e lançou Teotônio Vilela como candidato a vice-governador (Zaidan, 2010).

Luiz Cavalcante concorreu às eleições contra três candidatos, de certo modo, alinhados a Muniz Falcão: Abrahão Moura, Silvestre Péricles e Ary Pitombo. A base que elegeu Muniz em 1955 estava dividida. Na contagem final, o bloco conservador saiu vitorioso, com seus 38.915 votos – ainda assim, uma vitória acirrada contra os 37.213 votos de Abrahão Moura, perfazendo uma diferença de pouco mais de 1.800 votos.

O candidato eleito destacou, em matéria na *Tribuna da Imprensa* (1960), que a diferença parecia mínima, mas representava muito em Alagoas, um estado com eleitorado pequeno em um pleito com grande número de candidatos. A matéria da *Tribuna da Imprensa* noticiou que o próprio jornal de Carlos Lacerda também teria comemorado o resultado eleitoral, inclusive publicando um recorte de entrevista realizada com Luiz Cavalcante, cujo título estampava *Fim do sindicato*. O trecho se refere à meta do governador eleito em promover a paz em Alagoas, garantindo que acabaria com o “sindicato da morte”, não deixando nenhum assassino sem punição. Possivelmente, ele se referia à violência em função do acirramento das disputas políticas em diversos municípios e na própria capital alagoana. Além disso, Cavalcante comemorava a vitória de outros cinco governadores, no Nordeste, alinhados ao presidente Jânio Quadros, com quem pretendia se unir.

O ano ainda era 1960. No dia 14 de outubro, o governador eleito partiu para o Rio de Janeiro acompanhado por sua comitiva, que incluía o senador Freitas Cavalcante (Diário de Pernambuco, 1960b). O objetivo da viagem era assegurar uma posse tranquila. Uma matéria do *Jornal do Brasil* (1960) informava que os adversários políticos derrotados na eleição pretendiam recorrer à Justiça para



impedir a posse. Poucos dias depois, já em 19 de outubro, os advogados da UDN anunciam que a eleição de Cavalcante já não merecia mais contestação e que não cabiam os desejados recursos da oposição (Diário de Notícias, 1960). O *Diário de Pernambuco* (1960a), no mesmo dia 19, reforçou a dicotomia paz *versus* violência, publicando a matéria *Estabelecimento do governo de paz em Alagoas*. Em seu subtítulo, destacou: “Tradicionais redutos do cangaço ameaçam ainda violência”.

Luiz Cavalcante se apresentou durante as eleições como um candidato afastado dos círculos políticos que protagonizavam a violência em Alagoas. Ao mesmo tempo, propunha uma Alagoas pacífica como condição necessária à sua própria modernização e ao desenvolvimento. Tomou posse em 1961 e, tão logo iniciou seu governo, passou a defender a necessidade de uma gestão marcada por decisões técnicas. Seu projeto de desenvolvimento contava com apoio e investimentos do capital internacional.

Neste capítulo, pretendemos historicizar a elaboração do plano de governo de Luiz Cavalcante após tomar posse, em 1961. Abordaremos a composição do primeiro escalão de sua gestão, formada por seus secretários de estado. Em seguida, trataremos da realização do Seminário Socioeconômico, cujos resultados subsidiaram a definição de metas e a própria definição do plano de governo. Evidenciaremos a participação de organismos e ações norte-americanas e destacaremos, ainda, algumas ações como parte da execução de um projeto político conservador em Alagoas.

Será abordado, neste texto, um período que consideramos, na historiografia, como pré-golpe. Esclarecemos ao leitor que não partimos de uma conjuntura determinista: partimos de 1961 e, em especial, dos primeiros anos da gestão de Luiz Cavalcante, com o intuito de evidenciar a construção de um governo e a pauta política conservadora que, posteriormente, alinhou-se aos desígnios golpistas de 1964 e, do mesmo modo, levantar possíveis respostas sobre que Alagoas se construiria nos planos e nos grupos de poder que o governador representava.



Da composição do secretariado à construção de um plano de governo

O ano era 1961. Primeiros dias do mês de janeiro, época em que ainda eram fortes os sentimentos de esperança nas realizações desejadas durante as festas natalinas e de fim de ano. As expectativas também atravessavam o campo político. Circulava na imprensa: “Major quer fazer Alagoas ficar diferente” (A Noite, 1961, p. 6). Essa foi a manchete estampada no jornal *A Noite* do dia 9 de janeiro de 1961. Tratava-se de um período de transição entre os governos. Luiz Cavalcante estava prestes a assumir o Poder Executivo, fato este que gerava horizontes de expectativas diversos, sobretudo tendo em vista os momentos recentes de crise política em Alagoas e no País, a exemplo das tensões em torno da posse de Juscelino Kubitschek e o *impeachment* de Muniz Falcão.

Na matéria do jornal *A Noite*, o “ficar diferente” era um enunciado mobilizador de expectativas políticas, sociais e econômicas, coadunando com as pautas defendidas por Luiz Cavalcante em 1960. Essa manchete recuperava as duas bandeiras defendidas durante a campanha: a paz e o progresso. Acreditava-se, no discurso jornalístico, que Alagoas ficaria diferente porque os políticos pistoleiros não estariam mais no poder. Seria diferente pela razão de que o então novo governador conduziria o processo de modernização do estado.

Essa dupla chave discursiva – modernização e progresso – era pauta permanente nos projetos políticos e econômicos durante a Terceira República (1945-1964) e, nos idos de 1961, diante do quadro de agravamento de crise econômica e elevação do custo de vida após o governo JK, tornava-se uma demanda premente. Contudo, mobilizada por setores progressistas e de esquerda, bem como por conservadores, denotava projetos diferentes de sociedade. Configurava percursos e planos radicalmente distintos, sobretudo quanto ao papel do Estado no processo de modernização econômica e promoção do progresso da sociedade.

Algumas moções defendiam um modelo de desenvolvimento dependente e associado ao capital externo, como a proposta de que os países do Terceiro Mundo se associassem a países economicamente mais avançados. De maneira oposta, outro projeto defendia uma evolução com intervenção estatal. O Estado era situado com papel fundamental na promoção do crescimento econômico,



distanciando-se da relação desigual de um projeto dependente e associado entre nações desenvolvidas e em desenvolvimento.

É mister salientar que o enquadramento político “conservadores” expressava posicionamentos múltiplos diante dos rumos sociais e econômicos do País e traduzia interesses na retenção das condições de ampliação da cidadania e de direitos sociais para trabalhadores e camadas populares. Ensejava um sentimento anticomunista, em especial após a Revolução Cubana de 1959, a primazia de governos trabalhistas no País e a organização das Ligas Camponesas no Nordeste brasileiro (Porfírio, 2008). O conservadorismo no âmbito do desenvolvimento capitalista expressava a centralidade de uma economia de mercado livre, sem maiores intervenções ou controle do Estado, considerando, ainda, o capital internacional e investimentos estrangeiros como fatores de modernização econômica e industrialização do Brasil.

Esse embate entre projetos de desenvolvimento, inclusive, reverberou nos planos de combate à pobreza e à seca no Nordeste, em especial nas propostas de Josué de Castro e Celso Furtado quanto à atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) no final dos anos 1950. O Nordeste, diante das desigualdades sociais, da situação de insegurança alimentar e da profunda vulnerabilidade das camadas mais pobres, era considerado uma “região explosiva”. Esse quadro era interpretado como cenário propício a movimentos revolucionários, a exemplo do que ocorreu em Cuba. Desse modo, intensificava-se o debate sobre as intervenções necessárias para alavancar o desenvolvimento da localidade. Segundo Helder R. de Amorim (2017), Celso Furtado apostava que as desigualdades regionais poderiam ser superadas pelo viés da industrialização e do fortalecimento do agronegócio. Para Josué de Castro, o caminho seria o da reforma agrária e do fomento da agricultura de subsistência. Perspectivas à parte, o Nordeste do Brasil se tornava “uma região problema” no governo de Juscelino Kubitschek (Amorim, 2017, p. 110).

Em Alagoas, Luiz Cavalcante havia sido eleito a partir dos setores conservadores, representando os interesses de industriais (usineiros e têxteis), latifundiários e comerciantes, bem como políticos de tradição coronelística. Seu ideal de desenvolvimento alinhava-se mais às ideias de Celso Furtado. A moderniza-



ção econômica tornava-se central e, para isso, apostava em uma gestão técnica no governo e na execução de projetos para o desenvolvimento do estado.

Segundo o jornal *A Noite*, a composição da equipe do novo governo estaria seguindo o ditado popular expresso em língua inglesa “the right man in the right place” – traduzindo, “o homem certo no lugar certo”. Nestes termos, o referido periódico buscava afirmar que o caráter “técnico será o mais procurado e o indicado para a execução de um plano de ação governamental” (*A Noite*, 1961, p. 6). Criava-se uma ideia de contraste entre o então governo que se iniciava e as gestões que o antecederam. Levantava-se a dicotomia atraso x progresso para expressar as expectativas de inovação para o governo Luiz Cavalcante e reforçava-se a crença de que não existiriam mais apadrinhamentos políticos. O novo governo estaria comprometido em ter, na composição de sua equipe, profissionais capazes de atuar com eficiência na gestão e na execução do plano governamental. Além desse perfil, na mesma matéria, o governador teria, ainda, como critério para a nomeação de seus secretários “que eles se comprometam a não se candidatar a qualquer posto eletivo em 1962”. Ou seja, visava garantir a continuidade de um mesmo secretariado e a respectiva equipe em torno do plano e do desejo de progresso.

Em outro texto do *Diário de Notícias*, na edição do dia 28 de janeiro de 1961, foram novamente abordados os potenciais de desenvolvimento do estado de Alagoas, mas agora abrindo espaço para avançar em projetos iniciados em gestões passadas, especialmente na de Muniz Falcão. Citou-se, por exemplo, a criação da Comissão de Desenvolvimento Econômico de Alagoas (Codeal), cujo intuito era pôr em prática um projeto de desenvolvimento em parceria com a Sudene. No Nordeste, a superintendência de desenvolvimento previa planos diversos voltados ao avanço industrial da região, à agricultura e à reforma agrária, investimentos em educação e em capacitação profissional e fomento à infraestrutura, entre outros. A ampliação dos ramais rodoviários, com abertura de novas estradas, já iniciada em gestões passadas, continuaria no governo de Luiz Cavalcante. O governador eleito já havia desenvolvido experiência na área de planejamento de rodovias e ensejava continuar com investimentos no setor durante sua administração. Essa pauta tornou-se destaque em seu governo, tendo em vista ser estratégica para a circulação de pessoas e mercadorias, bem como



para a integração entre os municípios. A matéria ressaltava, ainda, a previsão de incentivos financeiros em áreas como saneamento, a ampliação do Porto de Maceió e a modernização dos setores açucareiro e têxtil.

Para a execução do projeto de desenvolvimento do estado, Luiz Cavalcante montou a primeira composição das secretarias de seu governo. O jornal *Diário de Pernambuco* (1961) informava sobre esse secretariado, destacando a biografia dos profissionais técnicos nomeados pelo governador. A matéria era intitulada *Três militares, um economista, um advogado e dois médicos: secretários de Luiz Cavalcante*. Uma atenta leitura dela nos permite reconhecer o perfil dos principais gestores presentes no governo em seu momento inicial, bem como os critérios, já noticiados pelo jornal *A Noite* (1961), do que seriam os supostos “homens certos nos lugares certos”.

Para a Secretaria da Segurança, foi nomeado um militar, João Mendes de Mendonça. Com 39 anos de idade, o major nunca havia ocupado uma função política civil. A Secretaria de Viação ficou com outro militar, o major e engenheiro Hélio Bento de Oliveira Mello. Para a Secretaria de Educação, foi nomeado mais um militar, o major Deraldo de Sousa Campos, que também era médico e professor. Para o Comando da Polícia, foi determinado o major Renalvo Paiva Rosa. Já os secretários civis foram José Porciúncula de Albuquerque para a Secretaria de Governo, o economista Alcio Chagas Nogueira para a Secretaria da Fazenda e, por fim, o médico e ex-deputado federal Armando Salgado Lages para a Secretaria da Saúde.

É interessante destacar o expressivo quantitativo de cargos destinados a militares, inclusive em secretarias que não estavam necessariamente vinculadas à área de segurança, como Viação e Educação. Muitos desses personagens, segundo denotavam suas biografias publicadas no *Diário de Pernambuco*, também não possuíam experiência em cargos políticos anteriores a suas nomeações, o que poderia corroborar o pressuposto da composição de uma equipe considerada técnica e sem vícios políticos. Ou seja, um médico na Saúde, um economista na Fazenda, um engenheiro na Viação etc. A expressiva presença de militares parece configurar um grupo de confiança, na medida em que o próprio governador também era militar.



Contudo, o perfil desse secretariado rapidamente foi modificado, em função das metamorfoses das alianças que compunham o grupo de poder ou pelos próprios ajustes no plano de governo. A composição que vigorou foi a que Geraldo de Majella (2019) destacou como sendo o “jardim de infância”, termo criado pela imprensa da época devido ao fato de as secretarias estarem sendo ocupadas por jovens profissionais recém-formados na universidade e, portanto, com parca ou nenhuma experiência profissional e/ou até mesmo política. Foram nomeados Divaldo Suruagy para a Secretaria da Fazenda; José de Melo Gomes para a Secretaria de Viação e Obras e Everaldo Macedo para a Secretaria do Gabinete Executivo.

Após a definição do secretariado, ainda durante o primeiro trimestre de governo, o foco das notícias passou a ser a gestão em si de Luiz Cavalcante, com suas ações e a execução do plano governamental. Foi publicado no *O Jornal* (1961), periódico do Rio de Janeiro vinculado aos Diários Associados, um conjunto de matérias que ocupou a totalidade de uma página. No centro dela, uma se destacava: *Alagoas em busca de seu desenvolvimento*.

Em destaque, noticiava-se a solenidade de inauguração dos trabalhos do Seminário Socioeconômico de Alagoas. O evento foi promovido pelo governo do estado, em colaboração com a Sudene, o Departamento Nacional de Serviço Social da Indústria (Sesi), a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação das Indústrias de Alagoas (FIA). *O Jornal* (1961, p. 7) tratava esse acontecimento como uma “sabatina econômica”. O objetivo do seminário era promover um estudo aprofundado sobre a situação socioeconômica do estado, diagnosticando os principais problemas que possivelmente atrapalhavam os planos de desenvolvimento; diante das constatações, apontaria as soluções. Descreveu-se a metodologia que seria aplicada nesse estudo: preenchimento de questionário e escuta direta dos participantes.

A página continha, ainda, outras quatro matérias, e cada uma publicizava trechos de discursos de algumas personalidades que se fizeram presentes no seminário. *Ausência de alagoanos em altos postos dificulta o desenvolvimento estadual* (*O Jornal*, 1961, p. 7) tinha como destaque um trecho do discurso de Luiz Cavalcante, quando este criticava a falta de profissionais alagoanos ocupando postos no governo federal. O fato foi tratado pelo governador como uma



injustiça aos alagoanos. Seu discurso tem um tom de cobranças à gestão de Jânio Quadros, de modo que o presidente cumprisse suas promessas feitas ainda na campanha, especialmente quando tratava de dar atenção à região Nordeste e, por consequência, a Alagoas. Do contrário, persistiriam promessas “demagógicas ou pré-eleitorais” (O Jornal, 1961). Destacava o texto que o estado de Alagoas era o maior produtor de açúcar e coco no País, além de ter o segundo maior parque industrial do Nordeste, mas a falta de profissionais do estado nos postos federais acabava por dificultar que a região conquistasse maior relevância nacionalmente.

É importante destacar que, em um trecho das matérias, afirmava-se ser um grande diferencial do projeto de execução do seminário a “participação das elites na elaboração do Programa de Governo” (O Jornal, 1961, p. 7). Assim, observamos que o seminário obteve também o apoio de um grupo de poder vinculado a setores econômicos historicamente hegemônicos em Alagoas. A presença de uma classe considerada “elite” sugere a afinidade entre o projeto político e a construção do plano econômico através do seminário, com os grupos empresariais que apoiaram o governador em sua campanha eleitoral. O governo Luiz Cavalcante, portanto, representaria um espaço de poder para a atuação e o atendimento dos interesses dessas “elites”.

Nesta direção, podemos identificar alguns atores na realização do seminário. Lincoln Cavalcante, irmão do governador, era presidente da Codeal. Coordenou os trabalhos do evento junto a Napoleão Barbosa, então presidente da Federação das Indústrias de Alagoas. Destacamos, ainda, a presença de Paulo de Assis Ribeiro, membro do complexo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais/Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ipes/Ibad) que “foi responsável pela sistematização das propostas e redação final do Plano de Ação governamental” (Majella; Tavares, 2019, p. 217).

Os resultados desse seminário foram sistematizados sob a forma de relatório. “Este documento analisava de forma detalhada a situação do Estado em todos os seus segmentos socioeconômicos [...]” (Costa, 2013, p. 60). Buscava-se a construção de um plano de governo, que somente seria lançado no ano seguinte, 1962.

Nesse ínterim, no dia 25 de agosto de 1961, o presidente Jânio Quadros renunciou. O País entrava em uma crise política sem precedentes diante da tentativa de impedimento da posse de João Goulart, então vice-presidente. As Forças Armadas foram mobilizadas, um golpe estava próximo. Contudo, houve resistências. Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, liderou a Campanha da Legalidade. O golpe não era consenso entre oficiais das Forças Armadas. O 3º Exército, cujo comando era sediado em Porto Alegre (RS), aderiu à resistência, forçando a negociação entre diferentes forças políticas⁵. João Goulart tomou posse em data bastante emblemática, o dia 7 de setembro naquele ano de 1961. Porém, sob a condição de um parlamentarismo, arranjo político acordado de modo que reduzisse a força de gestão do presidente, deslocando-a para um gabinete sob a liderança de um primeiro ministro.

Enquanto isso, Luiz Cavalcante, em Alagoas, parecia seguir seu governo sem diretrizes claras de gestão. A ideia era que o relatório do Seminário Socioeconômico se convertesse em plano de governo, contendo uma proposta de desenvolvimento. Após quase dois anos de mandato, no dia 31 de dezembro de 1962, o programa de governo foi lançado sob o título de Plano Trienal.

Um governo em ação

O plano de governo de Luiz Cavalcante parecia ter como referência e influência o Plano Trienal de Desenvolvimento concebido por Celso Furtado durante o governo de João Goulart tão logo assumiu a Presidência. Ao menos podemos considerar plausível a urgente execução de um plano de curto prazo, nesse caso, os três anos restantes de gestão. O Plano Trienal do governo alagoano tinha como objetivo pôr o estado em um patamar de maior relevância no cenário nacional, especialmente quanto aos setores de educação, saúde, segurança e assistência social. Tanto é que a gestão de Cavalcante se destacou, entre suas realizações, pela ampliação da rede de educação básica, promovendo a construção de cerca de 200 escolas de 1º e 2º graus e a reforma de diversos outros estabelecimentos já existentes (Costa, 2013).

Na área da Saúde, a conclusão e aparelhamento de hospitais públicos tanto na capital quanto no interior. Na Segurança Pública, o fortalecimento da Polícia Militar em todo o Estado e a conclu-

são do presídio na capital. Por fim, no campo da Assistência Social, onde promoveu o assentamento e a construção de casas populares nas cidades de Maceió, Rio Largo e União dos Palmares (Costa, 2013, p. 61).

Os objetivos econômicos do plano ganharam prioridade durante sua execução. Em termos percentuais relativos aos recursos disponíveis, 34,7% foram destinados aos investimentos em infraestrutura, principalmente referentes aos setores energéticos e rodoviários. Foi durante a gestão de Cavalcante que boa parte das cidades alagoanas tiveram acesso à energia produzida pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), especialmente a partir da Usina de Paulo Afonso, na Bahia (Costa, 2013).

As notícias sobre a ampliação da rede elétrica no estado foram bastante recorrentes nesse período. *O Jornal*, na edição de 6 de março de 1963, destacou o protagonismo do governo do estado, veiculando a matéria: *Alagoas: eletrificação de oito cidades em um ano mesmo sem ajuda maior do Governo Federal*. A matéria aludia que a eletrificação dos municípios foi realizada pela estatal Companhia de Eletricidade de Alagoas (Ceal), de quem o governo estadual detinha 51% das ações. O recurso financeiro investido em energia, portanto, era público e originário de receita alagoana. O texto informava, ainda, que apesar dos órgãos federais como a Sudene e o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs) terem prestado certa colaboração à empresa alagoana, ainda assim “pouco aquela companhia recebeu do Governo Federal” (*O Jornal*, 1963, p. 5).

Nessa mesma matéria veiculada em *O Jornal*, o então presidente da Ceal, Benedito Bentes, declarou: “Ao assumir a direção da Ceal, em maio de 1961, encontramos a Companhia apenas instalada, por sinal com boas instalações. Mas da parte do Governo anterior, não houvera tempo para fazer a Companhia funcionar” (*O Jornal*, 1963, p. 5). Essa declaração, embora possa indicar uma ação positiva do governo anterior, do trabalhista Muniz Falcão, sugere ingerência ou falta de prioridade, sobretudo quando destaca não ter havido tempo para fazer funcionar. É relevante salientar que o governador Muniz Falcão, um político trabalhista que havia sido eleito com pauta de ampliação dos direitos sociais e plano econômico intervencionista, sofreu um processo de *impeachment* que o afastou do poder durante quatro meses e oito dias. O que se reforça na posição



de Benedito Bentes, falando em nome do governo Luiz Cavalcante, de posição política inversa ao antecessor, é a articulação entre as pautas de infraestrutura e economia, em que o setor energético se tornava estratégico para que se oferecesse, em Alagoas, “um vasto campo para instalação de novas indústrias” (O Jornal, 1963, p. 5).

O início dos anos 1960 foi marcado por profunda crise econômica. A alta inflação era um dos principais desafios enfrentados pelos governos, estaduais ou federal. Alto custo de vida, baixos salários dos trabalhadores, retração de investimentos privados na produção industrial, entre diversos outros efeitos da crise, constituíam entraves para o desenvolvimento. Além do que, levando em conta a retórica jornalística e do próprio Benedito Bentes, presidente da Ceal, podemos considerar crível certa disputa entre o Executivo estadual e o federal quanto ao protagonismo no enfrentamento da crise e a promoção do fomento ao desenvolvimento. Luiz Cavalcante preconizava um modelo de desenvolvimento vinculado aos interesses empresariais. É possível observar, diante da tendência política de seu grupo de poder, que o próprio governador e sua equipe de gestão rivalizavam com o trabalhismo pregado pelo presidente Goulart em nível federal. Benedito Bentes, em 1963, parecia deixar clara essa retórica, destacando o papel do governo alagoano.

A matéria de *O Jornal* (1963) com os dizeres *Sem ajuda maior do Governo Federal* em seu título alerta para uma problemática que, desde 1961, é muito observada durante a gestão de Luiz Cavalcante: a dificuldade na obtenção de recursos federais para pôr em prática o projeto de desenvolvimento do estado, especialmente quanto à Sudene. Sobre isso, evidenciamos uma matéria do *Correio da Manhã* de 10 de agosto de 1961, com o título *Governador deseja maior assistência ao Nordeste*. Alertava-se, do ponto de vista social, sobre efeitos possíveis advindos da ausência de investimentos. O governador Luiz Cavalcante declarou ao periódico seu juízo sobre o movimento de trabalhadores rurais em Pernambuco e na Paraíba.

[...] a ameaça das Ligas Camponesas⁶ já ronda aquele Estado, vizinho a Pernambuco e de estrutura agrária semelhante. Não terá meios para combatê-las, pois executa um orçamento cuja totalidade da receita é para pagamento do pessoal. Frisou que o Nor-



deste necessita de maior assistência, por parte do governo federal (Correio da Manhã, 1961, p. 9).

Luiz Cavalcante tomava a produção agrícola, especialmente a da cana-de-açúcar, como setor de preocupação para sua gestão. Naquele momento, cerca de 70% das terras cultiváveis (Correio da Manhã, 1961) do estado estavam nas mãos de grandes latifundiários que, em muitas situações e pautas, apoiavam o governador. Apesar de existir certa rivalidade com o presidente João Goulart, Alagoas aderiu a diversas linhas de crédito para o setor canavieiro. Dentre elas, o economista Cícero Péricles de Carvalho (2009) identificou o Fundo de Recuperação da Agroindústria Canavieira (1961) e o Fundo de Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste (1963), além de outros nos anos e nas décadas seguintes.

De forma substancial, pode-se observar, ainda no período do governo Luiz Cavalcante, um processo de crescimento industrial acelerado, com aumento de exportações. O economista, em sua análise sobre a reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcoleira alagoana, descreve esse quadro geral de crescimento da produção brasileira no setor. O açúcar brasileiro, no mercado preferencial dos Estados Unidos, saltou de “12 mil toneladas métricas, em 1960, para 717 mil toneladas em 1963” (Carvalho, 2009, p. 27).

Conter o movimento das Ligas Camponesas, evitando que entrassem em Alagoas, tornava-se, então, pauta de segurança no governo Luiz Cavalcante. Visa-se garantir aos usineiros e latifundiários o monopólio das terras agriculáveis, sobretudo na região litorânea e na Zona da Mata do estado, propícias ao plantio da cana-de-açúcar. A questão da terra e a reforma agrária acarretavam um problema crônico, que poderia resultar em algo semelhante ao que aconteceu em Pernambuco. As Ligas Camponesas eram encaradas como uma ameaça. Luiz Cavalcante via a reforma agrária como uma necessidade urgente que, uma vez contemplada, mesmo que timidamente, em seu plano de governo, poderia contrapor o discurso das Ligas.

Em uma fala do governador que se encontra no texto do Plano Trienal, apontavam-se as fontes de financiamentos possíveis para seus programas, inclusive com apoio do governo federal, apesar de criticá-lo. Para Luiz Cavalcante, bastaria que “continue o meu governo a ter o apoio do Poder Legislativo, sejam



recebidos os recursos federais consignados no orçamento e melhor se efetivem os programas de ajuda externa, como é o caso da ‘Aliança para o Progresso’” (Majella; Tavares, 2019, p. 217).

Ações políticas entre o governo Luiz Cavalcante e a Aliança para o Progresso

Simultaneamente ao início do governo Luiz Cavalcante, chegavam em Alagoas os recursos da Alliance for Progress – em tradução para o português, Aliança para o Progresso. O programa foi lançado pelo governo dos Estados Unidos em 1961, logo após a posse do presidente John F. Kennedy, e seu objetivo era oferecer aos países do continente americano recursos e projetos para o desenvolvimento das regiões mais pobres. Neste sentido, a Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID, na sigla em inglês) instalou-se em Recife, em 1962, e atuava na administração dos recursos estadunidenses da Aliança para o Progresso destinados à região Nordeste, que somavam 131 milhões de dólares a ser usados durante o período de dois anos.

É nesse ponto que entrou em ação o complexo Ipes e Ibad, que já atuava na elaboração do plano, por meio do Seminário Socioeconômico, iniciando suas atividades em março de 1961. Fazia parte da capilaridade dos recursos financeiros destinados pelos Estados Unidos, o que inclui a Aliança para o Progresso e diversos outros fundos norte-americanos no contexto da Guerra Fria, tentando consolidar sua hegemonia e o controle geopolítico na América Latina. A interferência desses grupos, mantidos por financiamento estrangeiro, no meio político alagoano foi responsável por executar parte do projeto de desenvolvimento de Luiz Cavalcante.

Em Alagoas, o diretório do Ibad foi instalado ainda durante o processo eleitoral, em 1960. Foi constituído por Ib Gatto Falcão, Everaldo Macedo de Oliveira, Hélio Ramalho Ferreira e Japson Macedo de Almeida (Majella; Tavares, 2019). O complexo Ipes/Ibad atuou, principalmente, no financiamento de campanhas eleitorais, o que inclui a campanha de Luiz Cavalcante, como também de alguns outros políticos alagoanos, a exemplo dos deputados federais Luiz Medeiros Netto (PSD), Segismundo Andrade (UDN) e Oseas Cardoso (UDN). Com a vitória de seus candidatos, a organização passou a atuar no financiamento de auxílios para a construção de escolas e na produção de material escolar, além



de financiar parte do programa de desenvolvimento do governo estadual (Costa, 2013). O conjunto também promovia propaganda ideológica, com o intuito de desestabilizar a gestão de Goulart, apontando para o perigo do comunismo no País.

O historiador Pablo Porfírio (2008) nos evidencia que, durante a década de 1960, o olhar dos Estados Unidos para a América Latina se intensificou, especialmente durante o governo Kennedy. Representantes estadunidenses desembarcavam em visitas ao Nordeste para dimensionar a situação socioeconômica da região. Para o governo dos Estados Unidos, o que seus assessores observavam em estados como Pernambuco se constituía como uma perfeita combinação revolucionária: uma condição de extrema pobreza encontrada especialmente nos latifúndios açucareiros, aliada a uma forte atuação de mobilizações populares lideradas por comunistas, as Ligas Camponesas. A preocupação principal que motivava um plano de ação por parte do governo estadunidense não era propriamente a condição de miséria da população, mas sim o que essa condição, aliada à mobilização popular, poderia acarretar. Era preciso desenvolver reformas para evitar a difusão do ideário marxista-leninista junto à população.

[...] o governo norte-americano começava a executar uma política de relacionamento com os países da América Latina, por meio da qual se procurava demonstrar interesse pelos problemas sociais e econômicos do continente e pelo fornecimento de auxílios técnicos e financeiros. Essa política foi de certa forma uma resposta ao avanço dos movimentos de esquerda na América Latina e, sobretudo, ao papel que Cuba passou a ter no continente após sua revolução (Porfírio, 2008, p. 55).

No caso alagoano, já evidenciamos, anteriormente, a percepção de Luiz Cavalcante sobre as Ligas Camponesas, fato que nos permite considerar um deslocamento associando a pauta do desenvolvimento econômico à da segurança. O crescimento da produção açucareira poderia ser prejudicado diante de demandas por distribuição de terras. Contrapondo-se a essa situação considerada “perigosa”, o governo, aliado aos ideais da Aliança para o Progresso, criou seu próprio plano de reforma agrária; realizou uma tímida ação destinando e distribuindo terras que já pertenciam ao governo do estado, livrando os latifundiários em território alagoano de possíveis desapropriações.



O jornal *Terra Livre* (1963, p. 7), ligado ao Movimento dos Sem Terra de São Paulo, denunciava que o “Governo ibadiano de Alagoas impede a sindicalização rural” e informava que os 19 sindicatos rurais que foram fundados no estado não receberam a carta sindical que seria expedida pela Delegacia Regional do Trabalho, chefiada por um profissional de formação policial, Hamilton Loureiro. Na mesma matéria, ressalta-se a atuação do Ibad, cujo fechamento já havia sido ordenado naquele momento, após a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigava a interferência de investimentos estrangeiros na política brasileira. No entanto, nas margens de rodovias alagoanas, existiam placas da instituição, evidenciando sua atuação na região.

A referência à placa denunciada pelo *Terra Livre* é considerada um marco da elaboração governamental de um plano de reforma agrária na cidade de Pilar. Esse evento foi coberto em 1963, com ênfase, pelo *Diário de Pernambuco*, que, em sua edição do dia 26 de janeiro, estampava em uma de suas matérias a fotografia dessa placa. A matéria *Elaborado o plano de Reforma Agrária no núcleo do Pilar em Alagoas* faz parte de uma série de textos que o jornal publicou referentes à atuação do Ibad no Nordeste ao longo desse mês. A retórica jornalística era acompanhada por fotografias de caminhões doados pelo Ibad, do técnico responsável pela elaboração do plano e das obras que vinham sendo empreendidas.

Destinar pequenos lotes a título de programa de reforma agrária em Alagoas foi uma ação política que tentava esvaziar as demandas de trabalhadores rurais pelo acesso à terra, escamoteando futuras reivindicações. Ainda que sofrendo de problemáticas semelhantes, ao pensar essa questão no contexto alagoano, é importante evidenciar suas particularidades em relação à experiência do estado vizinho. Ao contrário de Pernambuco, as Ligas Camponesas ainda não haviam se instalado em Alagoas, mas, ainda assim, a chegada ou a criação desses movimentos no estado alimentava um temor constante por parte das elites agrárias locais, que temiam perder seus latifúndios. É neste sentido que se insere a atuação estadunidense, com os investimentos em reformas que pudessem minimizar a problemática social da região no tocante às desigualdades, à pobreza e ao acesso à terra.

Considerações finais

Ao analisar o projeto de desenvolvimento de Luiz Cavalcante, é importante inserir Alagoas em um contexto nacional e internacional. Como já abordado no presente capítulo, o Plano Trienal do estado surgiu em uma tendência nacional referente à elaboração de grandes projetos de desenvolvimento, como, por exemplo, o Plano Trienal de Celso Furtado. Em meio à experiência alagoana de desenvolvimento, entra outro fator-chave: a Guerra Fria e a batalha, colocada em prática pelos Estados Unidos, contra o “perigo vermelho”. Luiz Cavalcante, um representante das elites locais, um militar assumidamente anticomunista, desenvolveu sua campanha aliada às instituições que atuavam no País no combate ao que se alardeava como uma iminente revolução comunista. A região Nordeste era o centro desse suposto perigo. Estados como Alagoas, assolados por uma problemática latifundiária crônica, pobreza no campo e na cidade, constituíam-se como zonas de perigo.

O complexo Ipes/Ibad, com sua atuação na campanha do governador e, logo após, no desenvolvimento do Plano Trienal, inseria-se de maneira bastante incisiva nesse cenário político. Entre suas ações, o tímido projeto de reforma agrária colocado em curso no estado, a expansão da rede pública de ensino ou mesmo o investimento em habitações populares.

Tendo em vista essas considerações, é possível inserir o governo de Luiz Cavalcante em Alagoas dentro de um contexto geopolítico mais amplo, que nos permite refletir sobre sua atuação no golpe civil-militar de 1964 em Alagoas. Seu projeto de desenvolvimento para o estado estava articulado com componentes que, em 1964, influenciaram o processo que destituiu João Goulart da Presidência da República e instaurou um regime autoritário no Brasil. Luiz Cavalcante, ao contrário de boa parte dos governadores dos demais estados, a exemplo de Pernambuco, permaneceu no poder, concluindo seu mandato em 1966, o que lhe proporcionou dar continuidade à execução de seu Plano Trienal e permite reconhecer as redes de poder e conexões que atravessavam as formas de governabilidade com um projeto conservador para a sociedade alagoana.



Referências

A NOITE. **Major quer fazer Alagoas ficar diferente.** Rio de Janeiro, 1º caderno, p. 6, 09 jan. 1961.

AMORIM, Helder Remigio de. Operação Nordeste e as “cartas na mesa”: um debate sobre a seca, a terra e o desenvolvimento. In: TAVARES, Marcelo Góes (org.). **Nas travessias do tempo: histórias de protagonismos, resistências e lutas políticas.** Maceió: Edufal/Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2017.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Dados estatísticos:** eleições federais e estaduais – quadros comparativos dos pleitos entre 1945 e 1963. v. 7. Brasília, 1973.

CARVALHO, Cícero Péricles de. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcoleira alagoana.** 3. ed. Maceió: Edufal, 2009.

CAVALCANTE, Radjalma; CAVALCANTE, Felipe. O legado do governador Luiz Cavalcante. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas**, Maceió, v. 51, 2014.

CORREIO DA MANHÃ. **Governador deseja maior assistência ao Nordeste.** Rio de Janeiro, 1º caderno, p. 9, 10 ago. 1961. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1961_20975.pdf. Acesso em: 07 jul. 2022.

COSTA, R. J. da. **O golpe civil-militar em Alagoas:** o governo Luiz Cavalcante e as lutas sociais (1961-1964). 2013. 161 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11481>. Acesso em: 29 mai. 2022.

DIÁRIO CARIOCA. **Alagoas:** Abrão otimista. Rio de Janeiro, p. 3, 03 out. 1959. Disponível em: <https://tinyurl.com/yr9p6wym>. Acesso em: 07 jul. 2022.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **Eleição clara a do major Luís Cavalcânti.** Rio de Janeiro, 1ª seção, p. 5, 19 out. 1960.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **Momento econômico:** planos regionais. Rio de Janeiro, 1ª seção, p. 4, 28 jan. 1961. Disponível em: <https://tinyurl.com/3yfrdhz5>. Acesso em: 07 jul. 2022.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Elaborado o plano de Reforma Agrária no núcleo do Pilar em Alagoas.** Recife, p. 7, jan. 1963.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **No Rio o governador eleito de Alagoas.** Recife, 1º caderno, p. 1, 14 out. 1960a.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Estabelecimento do governo de paz em Alagoas.** Recife, 1º caderno, p. 1, 19 out. 1960b.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Três militares, um economista, um advogado e dois médicos:** secretários de Luiz Cavalcanti. Recife, 2º caderno, p. 14, 18 fev. 1961. Disponível em: <https://tinyurl.com/mu7bxfzm>. Acesso em: 07 jul. 2022.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964:** o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

JORNAL DO BRASIL. **Desligou-se do PSD.** Rio de Janeiro, 1º caderno, p. 4, 24 jul. 1959. Disponível em: <https://tinyurl.com/2czaxdmx>. Acesso em: 07 jul. 2022.

JORNAL DO BRASIL. **Governador eleito (UDN) de Alagoas veio ao Rio buscar tranquilidade.** Rio de Janeiro, 1º caderno, p. 4, 15 out. 1960.

MAJELLA, G. F. M. M.; TAVARES, M. G. O governo Luiz Cavalcante: a presença do complexo Ipes/Ibad em Alagoas. In: MARIA NETA, F.; PEIXOTO, J. A. L. (org.). **Fragmentos da história de Alagoas:** cultura, memória e patrimônio. Recife: Libertas, 2019. p. 195-224.

MELO, A. Alagoas em busca de seu desenvolvimento. **O Jornal,** Rio de Janeiro, 1º Caderno, p. 7, 18 mar. 1961. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/110523_06/12369. Acesso em: 07 jul. 2022.

O JORNAL. **Alagoas:** eletrificação de oito cidades em um ano sem ajuda maior do Governo Federal. Rio de Janeiro, 2º caderno, p. 5, 06 mar. 1963. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/110523_06/122572. Acesso em: 07 jul. 2022.

PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. **Pernambuco em perigo:** pobreza, revolução e comunismo (1959-1964). 2008. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.



SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. **Juízo sintético e prontuário do senador: Arena/AL, [S.l.], 1979.**

TERRA LIVRE. **Governo ibadiano de Alagoas impede a sindicalização rural.**
São Paulo, p. 7, nov. 1963.

TRIBUNA DA IMPRENSA. **Governador de Alagoas quer união do Nordeste.**
Rio de Janeiro, p. 3, 13 out. 1960.

ZAIDAN, Tiago Eloy. O arriscado jogo democrático: a conjuntura político-social de Alagoas no pré-1964. **Senatus**, Brasília, v.8, n.2, 2010.



CAPÍTULO 3

O GOVERNADOR LUIZ CAVALCANTE FOI A SENTINELA DO GOLPE MILITAR DE 1964 EM ALAGOAS

Geraldo de Majella

Introdução

O golpe civil-militar de 1964, suas repercuções e efeitos em Alagoas têm sido objeto de interesse de pesquisadores, temas de defesas de dissertações de mestrado, de teses de doutorado, de artigos em revistas acadêmicas e de livros de memórias de ex-militantes políticos⁷. Corriqueiramente, a imprensa dá espaço às datas alusivas ao golpe, à campanha pela anistia e pelas eleições diretas para presidente da República. Esses fatos históricos também são temas de documentários audiovisuais. Além disso, a internet facilitou o acesso à documentação em arquivos e bibliotecas, no Brasil e no exterior.

Propomos, neste capítulo, narrar a movimentação ocorrida em Alagoas durante a noite de 31 de março e o dia 1º de abril de 1964, momento que antecede a deflagração do golpe civil-militar e a adesão do governador Luiz Cavalcante⁸ a este movimento. O então secretário da Fazenda, Divaldo Suruagy, presente à reunião, juntamente com os demais secretários, sob a liderança de Luiz Cavalcante e do vice-governador Teotônio Vilela, no Palácio dos Martírios, descreveu (Suruagy, 2000) o momento em que houve anuênci a golpe e os primeiros desdobramentos políticos.

Luiz Cavalcante foi eleito governador em 1960, pela União Democrática Nacional (UDN), fazendo frente aos candidatos nacionalistas e trabalhistas em nível estadual e nacional (Tavares; Araújo, 2023). O governador esteve no centro das articulações golpistas em Alagoas. Além da fronteira estadual, mantinha permanente contato com políticos, militares e empresários.



As relações com o empresariado local lhe garantiam sustentação política, apoiado em industriais têxteis, usineiros, comerciantes e proprietários rurais. Ele se aproximou de organismos nacionais e internacionais sediados no eixo Rio de Janeiro-São Paulo que conspiravam para derrotar o governo nacionalista do presidente João Goulart desde quando assumiu a Presidência da República, com a renúncia de Jânio Quadros, em 1961.

A participação da Igreja Católica, sob a orientação do arcebispo metropolitano de Maceió à época, Dom Adelmo Machado, e dos bispos das dioceses de Palmeira dos Índios e Penedo, foi relevante para a mobilização da sociedade alagoana, mas não se limitou aos atos litúrgicos, tendo sido convocadas manifestações de rua. O fervor anticomunista do governador, do arcebispo metropolitano e dos bispos se complementava.

Havia vínculos estabelecidos com o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), entidades financiadas pela embaixada dos EUA e sua Agência Central de Inteligência (CIA), multinacionais sediadas no Brasil, grandes empresas e bancos nacionais (Majella; Tavares, 2019).

O Ibad criou redes nos estados, financiando parlamentares e grupos oposicionistas, cooptando e infiltrando lideranças nos movimentos populares. O financiamento dos meios de comunicação, como jornais, rádios, cinema e televisão, à época, ainda era incipiente. No entanto, estes grupos produziam, em escala industrial, propagandas anticomunistas, publicações, filmes, programas de TV e de rádio.

O cenário de guerra fria tornava o Brasil um país estratégico na América Latina. O governo norte-americano, por meio de sua diplomacia e de organismos estatais, estava aqui presente e atuava em Alagoas⁹. As organizações norte-americanas Aliança para o Progresso, Voluntários para a Paz (Peace Corps) e Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), órgão do governo dos Estados Unidos encarregado de distribuir a maior parte da ajuda externa de caráter civil criado na administração do presidente John F. Kennedy, em 3 de novembro de 1961, atuavam de forma incisiva.



O comício pelas reformas de base

O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) em Alagoas, os sindicatos e as federações de trabalhadores, as entidades representativas dos estudantes lideradas pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), a União dos Estudantes Secundaristas de Alagoas (Uesa) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) organizaram o comício pelas reformas de base, programado para o domingo 29 de março de 1964, no Parque Rodolfo Lins (conhecido como Praça do Pirulito), no bairro da Levada, em Maceió. O ato fazia parte da mobilização nacional para conscientizar e defender o governo do presidente João Goulart, vinculado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Além de expressar apoio a esse governo, também defenderia pautas progressistas e de ampliação de direitos dos trabalhadores e reformas sociais.

O então governador de Pernambuco pelo Partido Social Trabalhista (PST), Miguel Arraes de Alencar, e o deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e representante do estado da Guanabara Leonel Brizola eram os convidados e as estrelas do comício. O clima de insegurança percebido pelos organizadores e pela direção regional do PCB, com base em rumores e, também, em informações de bastidores, dava conta de que poderia haver um confronto armado, principalmente se o comício contasse com a presença de Miguel Arraes.

No dia 13 de março, no Rio de Janeiro, foi realizado o comício da Central do Brasil, com a presença de João Goulart e mais 150 mil pessoas. O objetivo era mobilizar a população para pressionar o Congresso Nacional a aprovar as reformas de base – reforma agrária, bancária, administrativa, universitária e eleitoral – que os congressistas relutavam em acatar. Manifestações com esse caráter seriam multiplicadas pelos estados.

O vereador pelo Partido Social Progressista (PSP) Nilson Amorim de Miranda, dirigente do CGT e membro da Comissão Executiva Regional do PCB, e seu correligionário, o deputado estadual Cláudio Albuquerque Lima (PSP), foram os emissários enviados a Recife para transmitir as preocupações ao governador Miguel Arraes e, também, reunir-se com a direção do PCB de Pernambuco. O deputado Leonel Brizola foi comunicado por telegrama a respeito do



quadro e das ameaças semeadas no ambiente político e nas casas legislativas. Era uma temeridade a presença de Brizola em Maceió.

As principais ruas da capital, há dias, tinham cartazes e faixas divulgando obras e realizações do governo Luiz Cavalcante, que iniciava o terceiro ano do mandato. Entidades estudantis e de trabalhadores também ocupavam as ruas com faixas defendendo a reforma agrária e as reformas de base e convocando a população para o comício do dia 29.

A ofensiva conservadora e de direita foi articulada pelos políticos da União Democrática Nacional (UDN), pelo Partido Social Democrático (PSD), com o engajamento do arcebispo metropolitano de Maceió, Dom Adelmo Machado, e por entidades empresariais urbanas e rurais e grupos religiosos sob a coordenação do Movimento Popular pela Democracia. Estes anunciaram a realização de uma manifestação de caráter provocativo para o dia 29 de março, no mesmo horário, na Praça Deodoro, a cerca de 300 metros do local onde seria realizado o comício.

O evento convocado pelo CGT e demais entidades foi proibido pelo governador Luiz Cavalcante e os trabalhadores foram sendo dispersados em pequenos grupos até se concentrarem em frente à sede do CGT, à Rua 2 de Dezembro, no centro de Maceió, de onde os líderes sindicais e estudantis discursaram, denunciando a repressão policial do governo estadual.

Empresários e políticos fortemente armados se entrincheiraram na Praça Sinimbu com jagunços instruídos para atacar os manifestantes, que estavam desarmados. Policiais militares com fuzis, metralhadoras e revólveres bloqueavam as ruas do centro de Maceió, encurralando os trabalhadores que foram ao comício. Caminhões-pipa lançavam jatos d'água sobre trabalhadores rurais, operários fabris e estudantes. Funcionários da Petrobras protestavam, acendendo tochas que iluminavam as ruas por onde passavam, em direção à sede do CGT (Gazeta de Alagoas, 2004).

O governador Luiz Cavalcante, prevendo consequências mais sérias, como um confronto de maiores proporções no primeiro momento, mas, provavelmente, diante de informações de que os convidados Miguel Arraes e Leonel Brizola não viriam, optou por proibir os dois atos. A ação violenta da polícia e



dos empresários teve como saldo uma pessoa ferida em Maceió: um trabalhador da Petrobras (Gazeta de Alagoas, 2004).

A presença da Agência Central de Inteligência dos EUA (CIA) em Alagoas é revelada dias depois do golpe civil-militar como sendo financiadora de um exército de mercenários.

Comerciantes e latifundiários formaram um exército particular de 10.000 homens, sob a supervisão do próprio secretário de Segurança, coronel João Mendes de Mendonça, todos treinados para a sabotagem e luta de guerrilha. Dos 28 grupos empresariais organizados no Estado, 22 dispunham de pelo menos 150 homens e 15.000 litros de combustíveis cada um. Para cada metralhadora foram distribuídos 1.000 tiros (Bandeira, 2007, p. 624).

As relações do governador com a embaixada dos EUA e com o Ibad e o Ipes são fartamente registradas na imprensa alagoana e no *Diário Oficial de Alagoas*. O que é definido como Estado-Maior, em grande medida, são os seus apoiadores, segundo Moniz Bandeira (2007, p. 624):

A esse Estado-Maior de fazendeiros e comerciantes se somaram 1.800 produtores de açúcar e pequenos proprietários, levando cada um com pelo menos cinco homens já armados. O governador Luiz Cavalcante apoiava o empreendimento, que se inseria, sem dúvida, numa estratégia global, pois Alagoas, pela sua situação geográfica, constituía, como estado-tampão, uma cunha entre Pernambuco e Sergipe, Miguel Arraes e João Seixas Dória, se identificavam com o programa de reformas. A organização desse exército clandestino, com *know-how* da CIA, custou cerca de 100 milhões de cruzeiros. Em todo o Nordeste havia formações do mesmo tipo.

O *Jornal de Alagoas* estampava manchete na edição de domingo, 29 de março: “Amanhã em Maceió embaixador Lincoln vai entregar casas populares na Vila Kennedy”. O então embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon, estava sendo aguardado com sua comitiva pelo governador Luiz Cavalcante, no dia 30, às 14 horas, no Aeroporto Campo dos Palmares.



A presença do embaixador Lincoln Gordon em Maceió

No dia 31 de março de 1964, a capital alagoana amanheceu com faixas saudando a presença do embaixador dos EUA, Lincoln Gordon, que não se fez presente na solenidade promovida pelo governador.

O motivo por que Gordon não veio a Alagoas somente foi revelado décadas depois, quando os telegramas enviados ao Departamento de Estado no dia 29 de março de 1964, pelo embaixador, deixaram, por força da legislação dos EUA, de ser secretos. Pesquisadores e o público em geral tiveram acesso ao conteúdo. Somente assim souberam da participação direta do embaixador norte-americano no golpe militar brasileiro.

O que é necessário agora é uma indicação suficientemente clara da preocupação do governo dos Estados Unidos de tranquilizar o grande número de democratas no Brasil que não somos indiferentes ao perigo de uma **revolução comunista** aqui, mas expressa em termos que não podem ser abertamente rejeitados por Goulart como intervenção indevida. **Estou cancelando minha viagem programada para Alagoas e Bahia de segunda a quarta-feira, enviando Kubisch para me representar, e esse cancelamento será uma medida de preocupação.** Nossos contatos discretos e informais com brasileiros amigáveis também ajudam. Nada que nós aqui possamos fazer, entretanto, será quase tão influente quanto uma declaração de alto nível de Washington. Os relatórios de imprensa em casa sobre a crise da Marinha certamente poderiam servir de referência para tal declaração (Biblioteca Johnson, 1964, n.p., grifos nossos).

Nessa comunicação oficial entre a embaixada norte-americana no Brasil e o governo norte-americano, há certo clima de desconfiança e apreensão sobre o desencadeamento dos acontecimentos políticos no País até o dia 30 de março, data da correspondência e visita diplomática a Alagoas. Nela, ressalta-se a perigosa existência do que se chama “revolução comunista”. Essa retórica anticomunista era amplamente utilizada pelo governo norte-americano e, no Brasil, pela imprensa, por instituições religiosas e pelas Forças Armadas.

A mobilização de um discurso e sentimento anticomunistas, segundo o historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2021, p. 23), fincava raízes em diversos segmentos sociais. Nesses termos, a declaração da diplomacia norte-americana de que não “é indiferente” demarca posição de apoio a uma possível intervenção



militar contra o presidente João Goulart. Lincoln Gordon, ao justificar o cancelamento de sua viagem a Alagoas, revela, ainda, “contatos discretos e informais com brasileiros amigáveis”, fato este que indica a plausível rede de relações entre a diplomacia norte-americana e grupos opositores do governo brasileiro.

Em seu lugar, foi enviado o diplomata Jack B. Kubisch, que desembarcou no dia 30 de março de 1964. A agenda governamental e diplomática foi mantida integralmente. O diplomata, na terça-feira, 31 de março, cumprindo a programação definida entre o governo de Alagoas e a Embaixada dos EUA, passou em revista à tropa da Polícia Militar na frente do Palácio dos Martírios, com o governador Luiz Cavalcante. Em seguida, no salão de despachos, aconteceu a reunião com o governador e todos os secretários, para tratar de assuntos previamente definidos, que eram os convênios firmados entre a Aliança para o Progresso¹⁰, a USAID e o estado de Alagoas¹¹.

A comitiva governamental seguiu para o bairro do Vergel do Lago, onde foram entregues 200 casas do conjunto popular Vila Kennedy, obra financiada pela Aliança para o Progresso, cujo coordenador, no Brasil, era Kubisch. Diante dos populares contemplados com as casas, o diplomata afirmou, em discurso, que o conjunto de moradias era a finalização de parte de um projeto. Procurou ressaltar o orgulho alagoano, destacando dois famosos marechais símbolos de Alagoas: Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Pontuou ele que “Alagoas é um grande centro cultural do Nordeste, rico em legendas e folclore, além de berço de ilustres escritores e poetas, como Jorge de Lima e Graciliano Ramos. Os alagoanos têm razão de orgulharem-se de sua herança cultural” (Jornal de Alagoas, 1964, p. 1).

As casas entregues eram consideradas mais um passo dado em Alagoas entre esses aliados. Como disse Kubisch, eram “provas tangíveis da aliança em ação no Brasil, é apenas o começo” (Jornal de Alagoas, 1964, p. 1). O programa previa investimento, por uma década, em várias áreas, como agricultura, saúde, educação, transportes, indústria e energia elétrica, “junto com os melhoramentos correspondentes na administração pública e outras instituições, necessárias para que atinjam os objetivos” (Jornal de Alagoas, 1964, p. 1).

A programação do diplomata incluiu a viagem à cidade de União dos Palmares, no Vale do Mundaú, para visitar um conjunto habitacional construído



também com dinheiro dos EUA. O então dirigente do Ibad em Alagoas, o médico Ib Gatto Falcão, destacou que, durante a ida da comitiva de autoridades alagoanas com Jack Kubisch, nada de anormal ocorreu, “anotando-se inteira tranquilidade na cidade, alegre com as casas recebidas” (Jornal de Alagoas, 1964, p. 1).

O Plano Trienal (1963-1965) do governo Luiz Cavalcante, em execução, tinha como *slogan*: “Surge uma nova Alagoas”. O programa de cooperação internacional com as agências norte-americanas como Aliança para o Progresso e USAID era uma realidade incontestável. Na introdução desse plano, o governador não deixa dúvidas quanto ao seu objetivo político: “Bastará que continue o meu Governo a ter apoio do Poder Legislativo; sejam recebidos os recursos federais consignados no Orçamento; e melhor se efetivem os programas de ajuda externa, como é o caso da Aliança para o Progresso” (Alagoas, 1963, p. 7).

Jack B. Kubisch passou pouco tempo em solo alagoano: de 31 de março a 1º de abril de 1964. O diplomata, acompanhado por sua esposa, foi hóspede do médico e secretário de Planejamento Ib Gatto Falcão, seguindo viagem para Salvador-BA. O dia 1º de abril amanheceu sob o controle dos militares, apoiados pelos EUA e por empresários nacionais e internacionais. Após a deposição do presidente da República, instala-se no poder a ditadura militar, que duraria 21 anos.

Na calada da noite e ao amanhecer do dia

No dia 31 de março de 1964, o governador Luiz Cavalcante, depois de ter cumprido agenda pública durante o dia com o diplomata Jack B. Kubisch, chamou em seu gabinete o coronel Gerson Argolo, chefe do Gabinete Militar, e determinou a convocação de todos os secretários para uma reunião às 23 horas, no salão de despacho do Palácio dos Martírios. O clima entre os membros do secretariado foi de surpresa. Não era habitual esse tipo de convocatória, ainda mais tendo em vista o horário determinado. Não havia informações precisas e razão para a reunião.

O vice-governador, Teotônio Brandão Vilela (UDN), presente entre os secretários, “conversava em tom ameno”. Era uma das três pessoas que detinham informações de bastidores. Além do próprio governador, o terceiro era o coro-



nel João Mendes de Mendonça, secretário do Interior e Segurança Pública. O motivo e a urgência da reunião somente seriam anunciados horas mais tarde, pelo governador.

A sala de rádio¹², naquele momento, era a área do palácio mais movimentada. Não pelos funcionários, mas pelo governador, o vice-governador e o secretário do Interior e Segurança Pública. Eles mantinham contatos com os aliados golpistas no estado da Guanabara, com Carlos Lacerda (UDN), um dos líderes civis. No meio militar, uma linha direta com a sede do IV Exército, em Recife-PE, cujo comandante era o general Justino Alves Bastos. Este era um “agente duplo” da conspiração. Dias antes, “dera a Jango a garantia do controle de sua área e a Castello [Branco] a certeza da adesão, aproximava-se, cautelosamente, do levante” (Gaspari, 2002, p. 91). Bastos era o contato militar mais próximo de Luiz Cavalcante e elemento-chave no desfecho da conspiração em boa parte da região Nordeste.

Tratam-se de relatos dos bastidores descrevendo a movimentação do governador Luiz Cavalcante durante a noite de 31 de março e a madrugada de 1º de abril. Após se certificar de que o golpe estava em andamento no País, segundo Divaldo Suruagy, secretário da Fazenda presente à reunião, a adesão de Luiz Cavalcante se deu no “momento em que o comandante do IV Exército, general Justino Alves Bastos, comunicou pelo rádio do Palácio a sua adesão à chamada ‘Revolução’. Até às duas horas da manhã, ninguém sabia qual era o lado vencedor” (Suruagy, 2000, n.p.). O governador retornou ao salão de despacho para comunicar ao secretariado a decisão de apoiar o “movimento militar”.

Alagoas, para os golpistas, era uma cunha entre Sergipe e Pernambuco. Em Sergipe, o governador Seixas Dórea era aliado do presidente João Goulart. Miguel Arraes de Alencar, governador de Pernambuco, além de ser aliado do presidente da República, era um destacado líder da esquerda no Nordeste. Alagoas, governada por Luiz Cavalcante, passou a ser o campo avançado de apoio dos conspiradores fora do território pernambucano, inclusive dos norte-americanos.

Ao amanhecer o dia 1º de abril, depois de horas de tensão, o comando político golpista em Alagoas era do governador Luiz Cavalcante, que passou a



determinar quem seriam os presos da primeira lista. Sobre essas horas iniciais, ordens e ações, Divaldo Suruagy assim relatou:

O coronel João Mendes de Mendonça, secretário do Interior e Segurança Pública, com o apoio dos delegados Rubens Quintella e Albérico Barros (Barrinhos), transformavam as ordens de prisão em realidade (Suruagy, 2000, n.p.).

A elaboração da lista de pessoas a serem presas não foi fortuita. Além dos líderes políticos de esquerda e sindicalistas já conhecidos, diversos outros indivíduos seriam considerados subversivos e passíveis à suspensão constitucional do direito à liberdade, ação essa típica de um regime de exceção. O movimento golpista em curso franqueava ao governador Luiz Cavalcante agir contra seus adversários. Segundo o relato de Divaldo Suruagy (2000), o governador indagava aos seus agentes de poder quem já teria sido incluso na lista de pessoas para prisão, reportando-se ao delegado Albérico Barros (Barrinhos):

Oh, Barrinhos, já prenderam o Marreco¹³? – e ele respondeu que não, mas que já iria prendê-lo. Aí colocaram o Marreco na [cela] 12, que era a solitária. Então ele ficou, sei lá, 4 ou 5 dias cheirando fezes (Suruagy, 2000, n.p.).

A representação da figura pública do governador, naquele momento e nos anos que se sucederam, era de um homem bonachão e que, supostamente, não guardava mágoas dos seus adversários. Sobre a prisão do vereador Marreco, Suruagy (2000) tentou manter essa memória: “Isso aconteceu, mas o major Luiz nunca perseguiu ninguém” (Suruagy, 2000, n.p.), declarou, numa tentativa de defender a biografia do político. Uma representação e narrativa por muito tempo naturalizada, como as intenções de que a chamada “revolução” era para salvaguardar a democracia.

A prisão do comunista Rubens Colaço

O presidente do Sindicato dos Rodoviários, Rubens Colaço Rodrigues, dirigente do CGT e do Comitê Regional do PCB, foi preso ao amanhecer do dia 1º de abril. O ato foi realizado pelo delegado Rubens Quintella, no bairro do Tabuleiro do Martins. O próprio sindicalista descreveu sua prisão:

Ele [Rubens Quintella] parou o carro em que vínhamos de Pernambuco, no Tabuleiro do Martins, por volta das três horas da madrugada, dizendo:

- Você é Rubens Colaço?
- Às suas ordens.
- Está preso.
- Por que?

Ele falou grosso:

- Nós fizemos uma revolução e vocês perderam; desça, venha cá. Foi me escorando numa guarita, ali onde era a Petrobras, Tabuleiro do Martins, e perguntou:

- Onde estão as fardas de guerrilheiros que você foi buscar no Recife, vindas de Cuba?

Falei, sério:

- Devem estar aí no carro. Seus homens já devem ter achado. Mas eu falei aquilo por pura ironia; aí ele engatilhou a metralhadora e disse:

- Olha, a sua vida está nas minhas mãos. Não tome deboche não, que você morre.

Eu calado estava, calado fiquei.

Ele olhou para mim uns trinta segundos e desengatilhou a metralhadora, botou no ombro e disse:

- Olha, Colaço, vou lhe dar uma oportunidade. Sabendo que se eu estivesse em suas mãos, você não me daria.

Ordenou para os seus esbirros que estavam parados em pé, observando o diálogo:

- Levem o homem (Majella, 2010, p. 111).

No momento em que foi interceptado e preso, Rubens Colaço estava regressando do Recife, onde havia participado de uma reunião sindical e também foi informar aos dirigentes sindicais pernambucanos, principalmente os membros do PCB, como estava a situação política em Alagoas. Foi levado para a cela 12 da Penitenciária de Maceió. Era um dos primeiros presos políticos de Alagoas.

Nesse cenário político, a prisão do líder sindical Rubens Colaço se tornava exemplo. Durante o dia, dezenas de outros detidos foram levados para a masmorra. Segundo Colaço (2010), às oito horas da noite, a cela 12 estava lotada de presos comuns e presos políticos. Pela Penitenciária de Maceió, estima-se que cerca de 200 pessoas foram encarceradas. O número exato não se sabe, por falta de registros. Há uma estimativa feita a partir das listas de prisioneiros publicadas nos jornais de Maceió.

O funcionário dos Correios e estudante de Engenharia Civil Valter Pedrosa de Amorim, que também foi preso e processado, afirma que:



De todo o contingente de presos, 48 foram submetidos a processos na Auditoria Militar da 7^a Região Militar, com sede em Recife. No dia 20 de julho de 1964, foram relaxadas preventivas e libertados 42 prisioneiros (Pedrosa, 1990, texto da orelha).

Contudo, o líder sindical Rubens Colaço foi um dos últimos presos políticos a serem soltos, juntamente com Jayme Amorim de Miranda, José Alípio Vieira Pinto, José Moura Rocha, Roland Bittar Benamor, Alan Rodrigues Brandão, João Moura e Dirceu Accioly Lindoso. Todos foram obrigados a, semanalmente, se apresentar na guarnição do Exército em Maceió.

A destruição d'A Voz do Povo e as prisões das lideranças de esquerda

O semanário *A Voz do Povo*, porta-voz do PCB, fundado em 1º de maio de 1946, funcionava na Rua do Comércio, nº 606, distante um quarteirão do Palácio dos Martírios e da Secretaria do Interior e Segurança Pública. Tratava-se de um jornal conhecido por denunciar as condições precárias de vida e trabalho dos trabalhadores. Circulava com notícias de Alagoas, mas, também, nacionais e internacionais.

No início da manhã do dia 1º de abril de 1964, a sede foi novamente invadida. Os objetos foram saqueados, a máquina compositora de linotipo que compunha a tipografia do jornal foi destruída e os móveis foram incendiados pelos policiais. A proprietária do imóvel, a comerciante e dirigente do PCB Maria Augusta Neves de Miranda, conhecida como Marinete Neves¹⁴, foi presa e conduzida até a Penitenciária de Maceió.

O diretor do semanário e secretário-geral do Comitê Regional do PCB, jornalista Jayme Amorim de Miranda, também foi preso. Em poucas horas, foram levados para a penitenciária as principais lideranças comunistas, dirigentes e militantes sindicais e estudantis de Alagoas. Entre eles, o presidente do Sindicato dos Bancários e do CGT, Roland Bittar Benamor; Alan Rodrigues Brandão, vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Extração de Petróleo nos Estados de Sergipe/Alagoas; José Gonçalves, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Extração de Petróleo dos Estados de Sergipe/Alagoas; Valter Pedrosa de Amorim, funcionário dos Correios e estudante de Engenharia; Wilton Amorim de Miranda, funcionário dos Correios e Telégrafos, e Rubem Figueiredo Monteiro Ângelo, bem como advogados de vários sindicatos de trabalhadores.



Dois dos principais dirigentes comunistas não foram presos: um deles, o secretário de Organização do PCB, operário Sílvio Lira da Rocha, também administrador do semanário *A Voz do Povo*. Sílvio entrou na clandestinidade e passou os primeiros meses após o golpe militar vivendo num aparelho¹⁵ no bairro do Tabuleiro do Martins. Apenas duas pessoas da direção do PCB sabiam: ele e Jayme Miranda.

O jornalista e vereador Nilson Amorim de Miranda, presidente do Sindicato dos Radialistas e membro da direção do CGT-AL, é o outro dirigente que, a partir da noite do dia 29 de março, sentindo-se ameaçado, não retornou à sua residência. Procurou se abrigar em casas de amigos. No dia 1º de abril, é retirado de Maceió e levado para a cidade de Novo Lino, no interior de Alagoas, de onde, poucos dias depois, seguiu clandestino para o Rio de Janeiro, onde passou a viver e atuar no PCB (Miranda, 2005).

O engenheiro Jailson Bóia Rocha, à época com 18 anos de idade e subsecretário nacional da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), foi testemunha da invasão e do saque realizados pela polícia à sede do semanário *A Voz do Povo*.

Nós estávamos perto do prédio da antiga *Gazeta de Alagoas*, olhando as labaredas do incêndio consumirem a sede do jornal *A Voz do Povo* e do Partido Comunista Brasileiro (PCB). No comando do empastelamento estavam o delegado Rubens Quintella e o secretário de Segurança Pública na época, coronel João Mendes de Mendonça (Gazeta de Alagoas, 2004, p. E1-E4).

Nas primeiras horas do dia 1º de abril, os principais dirigentes comunistas e sindicais, ativistas políticos e estudantes classificados como “perigosos” foram presos, alguns em casa e outros na rua. Entidades como o CGT, os sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais e as organizações estudantis tiveram suas sedes invadidas.

O jornalista Anivaldo Miranda, em depoimento à Comissão Nacional da Verdade dos Jornalistas (Fenaj), afirma:

O empastelamento da *Voz do Povo* talvez tenha sido o exemplo mais deprimente da história das perseguições políticas no estado de Alagoas. Foi a destruição total do jornal, um ódio terrível às



ideias. Tudo foi incendiado, coisa só vista no tempo da Inquisição (Comissão Nacional da Verdade dos Jornalistas, 2015, p. 42).

Esse empastelamento encerrou a mais longa e combativa existência de um jornal popular em Alagoas. *A Voz do Povo* permaneceu funcionando durante 18 anos, de 1º de maio de 1946 a 1º de abril de 1964. Atravessou dois períodos de arbitrariedades, que foram os governos de Silvestre Péricles de Góis Monteiro e de Arnon de Mello. Em ambos, o jornal e seus jornalistas, gráficos e colaboradores sofreram com prisões arbitrárias, torturas, processos judiciais e condenações sem que houvesse direito à defesa e cerca de uma dezena de invasões e empastelamentos.

Enquanto as viaturas da polícia iam até os endereços indicados pelo “Comando Revolucionário”, o governador Luiz Cavalcante, no dia 4 de abril, dirigiu-se ao povo alagoano, proferindo o primeiro discurso após o golpe civil-militar, transmitido pela Rádio Difusora, emissora oficial do estado, comunicando e ressaltando a “ordem e o respeito às instituições, em torno do movimento patriótico que ora empolga a nação” (Jornal de Alagoas, 1964, p. 6). A primeira fala do chefe golpista é carregada de “simbolismo patriótico” e objetivava atrair as camadas médias da população:

[...] Conclamo a toda a população do estado a cerrar fileiras, dentro da ordem e do respeito às instituições, em torno do movimento patriótico que ora empolga a nação, visando a revigorar o regime democrático e a repudiar o comunismo ateu e apátrida. [...]. Posso assegurar ao povo alagoano que todas as medidas acauteladoras da manutenção da ordem em todo o estado já foram devidamente tomadas pelo governo, que não permitirá tentem maus brasileiros perturbar o trabalho e a tranquilidade da família. O major LC, que jamais fugiu ao cumprimento do seu dever, ainda desta vez tem a convicção de não decepcionar o bravo povo alagoano. [...] O processo de desagregação do trabalho, da família e da hierarquia militar teria que sofrer fatalmente a desaprovação da nossa gente, agora consubstanciada no movimento restaurador da tranquilidade pública (Jornal de Alagoas, 1964, p. 6).

As primeiras movimentações dos golpistas no estado tiveram o objetivo de intensificar as prisões dos democratas, silenciar a imprensa comunista, ocupar as entidades estudantis e sindicais. Eles procuraram manter a opinião pública ao seu lado, com discursos anticomunistas e louvação patriótica, como



fez o governador Luiz Cavalcante na sua primeira alocução, apelando para a manutenção da ordem e do respeito às instituições.

Considerações finais

A trama golpista em Alagoas permanece envolta em sombra, mesmo passados 60 anos. Um dos fatores determinantes a ser considerado é que os principais protagonistas optaram por não falar, e também não deixaram registros.

A ausência de depoimentos sobre a participação nos preparativos do golpe, nas articulações políticas e na deflagração na madrugada do 1º de abril de 1964 e nos dias seguintes deixa uma lacuna impossível de ser preenchida, pela razão de que a maioria dos personagens já morreu. Os poucos que se dispuseram a tratar do assunto decidiram economizar em suas falas, provavelmente, para limpar a biografia. Outra hipótese a ser considerada é a precaução com o que seria escrito sobre o período.

O tempo contribui para arrefecer os fatos que mergulharam o País, depois da ruptura constitucional, numa infame ditadura civil-militar que perdurou por 21 anos. Em abril de 2024, passados 60 anos, a data foi lembrada pelas vítimas, por seus familiares e pelos partidos democráticos de diversas maneiras, com livros, filmes, seminários, sessões legislativas, atos públicos, programas de TV e, agora, com as redes sociais: estas serão o estuário de protestos e (des)comemorações.

As revelações que o texto traz são uma parte do que foi possível obter de um ator coadjuvante, mas testemunha do momento em que o governador de Alagoas à época, Luiz Cavalcante, formalizou sua adesão ao golpe civil-militar de 1964.

Referências

ALAGOAS. Governo do Estado de Alagoas. **Plano Trienal 1963-1965**. Maceió, 1963.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.



BIBLIOTECA JOHNSON. Arquivo Nacional de Segurança. **Arquivo do País**, Brasil, v. 2, mar. 1964. Ultra secreto. Impresso a partir de uma cópia preliminar do telegrama. Foi enviado à Casa Branca em 30 de março. (Memorando de Helms até Bundy, 30 mar. 1964).

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE DOS JORNALISTAS. **Relatório Fenaj**: pela memória, pela verdade dos jornalistas brasileiros – 1964 a 1985. Brasília, 2015.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GAZETA DE ALAGOAS. **Alagoanos ficam em trincheiras opostas em 64**. Maceió, p. E1-E4, 28 mar. 2004.

JORNAL DE ALAGOAS. Maceió, p. 6, 04 mar. 1964.

JORNAL DE ALAGOAS. **Representante do embaixador Lincoln Gordon entregou ao povo alagoano, ontem, duzentas casas populares**. Maceió, p. 1, 31. mar. 1964. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (Ihgal).



MAJELLA, Geraldo de. **Rubens Colaço**: paixão e vida – a trajetória de um líder sindical. Recife: Bagaço, 2010.

MAJELLA, Geraldo de; TAVARES, Marcelo Góes. O governo Luiz Cavalcante: a presença do complexo Ipes/Ibad em Alagoas. In: MARIA NETA, Francisca; PEIXOTO, José Adelson L. **Fragmentos da história de Alagoas**: cultura, memória e patrimônio. Recife: Libertas, 2019.

MIRANDA, Nilson. Maceió, 26 ago. 2005. Entrevista concedida a Geraldo de Majella.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

O JORNAL. **O golpe militar**: carta-resposta ao historiador Geraldo de Majella. Maceió, 27 abr. 2004.

PEDROSA, Valter. **Niquinha, minha flor**: contribuição à denúncia da repressão. v. 1. Brasília: Galilei/Roteiro, 1990. Texto da orelha.

SURUAGY, Divaldo. Maceió, 19 fev. 2000. Entrevista concedida a Geraldo de Majella.

TAVARES, Marcelo Góes; AMORIM, Helder Remigio de (org.). **História, política e tempo presente**. Arapiraca: Eduneal, 2023.

TAVARES, Marcelo Góes; FREITAS, Matheus Araújo Machado de. As eleições para o governo de Alagoas em 1960: a ascensão do major Luiz Cavalcante e a violência nos passados e futuros presentes das lutas políticas. In: TAVARES, Marcelo Góes; AMORIM, Helder Remigio de (org.). **História, política e tempo presente**. Arapiraca: Eduneal, 2023.

USAID. **USAID History**. Disponível em: <https://www.usaid.gov/who-we-are/usaid-history>. Acesso em: 08 ago. 2019.



CAPÍTULO 4

CRISES POLÍTICAS E UM GOLPE CONTRA O TRABALHISMO: MUNIZ FALCÃO E AS ELEIÇÕES DE 1965 EM TEMPOS DE ASCENSÃO AUTORITÁRIA

Marcelo Góes Tavares
Thiago Henrique Farias Pereira

Um convite ao passado-presente

Na historiografia brasileira, há, de maneira geral, certa delimitação consolidada sobre a temporalidade da ditadura civil-militar (1964-1985). Do mesmo modo, as interpretações sobre o golpe de 1964, a depender do movimento narrativo, recuam até 1961, tomando a crise política e institucional no País diante da posse de João Goulart como fato limiar para a compreensão do conjunto de causalidades que se sucederam. Diversos lances ou acontecimentos políticos entre 1961 e 1964 expressam o aprofundamento de impasses, provocando radicalismos em variados grupos políticos de esquerda e de direita, culminando, mesmo considerando o caráter da imprevisibilidade da história e dos episódios políticos, na quebra da legalidade democrática e institucional. As interpretações historiográficas sobre o golpe de 1964 transitam entre narrativas que, por vezes, aceleram o tempo, abordando períodos mais longos ou, numa densa descrição, vão dando conta da complexidade política pós-1961.

Nesses termos, apresentamos algumas intenções deste capítulo. Reconhecemos no golpe de 1964 e na respectiva ditadura uma experiência histórica, nos termos do historiador Reinhart Koselleck (2014). Ou seja, conhecer a categoria “experiência” em sua multiplicidade de sentidos semânticos e, portanto, conceber como reconhecimento, investigação e relato, mas também abordá-la como parte de um método, inscrevendo-a na linguagem, na narrativa histórica. Reconhecê-la como lição que salta ao presente e suscita novos questionamen-



tos. E abrange, inclusive, as experiências das pessoas, do vivido individualmente e/ou por gerações, convertendo-se em experiência histórica, seja no tocante ao autoritarismo como marca na cultura política brasileira ou mesmo em sua convergência nas práticas e nos discursos da ditadura.

Neste capítulo, abordaremos aspectos da trajetória política de Muniz Falcão, que foi delegado do trabalho, governador de Alagoas e deputado federal por diferentes legislaturas nos anos 1950. Deslocamos a análise para o ano de 1965, também chave na construção da ditadura, seja pelos impasses diante das eleições para o Executivo estadual e municipal nesse ano, como pela criação de novos dispositivos de poder materializando o caráter de exceção. Reforçamos que a compreensão sobre o golpe de 1964 e a construção de um regime autoritário demanda observar e reconhecer como esses acontecimentos de exceção em curso produziram efeitos sobre as pessoas e a sociedade. E, do mesmo modo, como personagens e movimentos sociais se posicionaram e agiram para além das dicotomias adesão e resistência, mas com acomodações e posições por vezes paradoxais e ambíguas (Motta, 2018). Convidamos leitores e leitoras a mergulhar nas tramas aqui expostas.

O personagem Muniz Falcão e a experiência trabalhista em Alagoas

Sebastião Marinho Muniz Falcão nasceu em 1915, na cidade de Ouricuri (PE). Tornou-se advogado e exerceu a função de delegado do trabalho, estando na capital Maceió sob essa função entre os anos de 1942 e 1943. O então governador-interventor Ismar de Góis Monteiro teria sido o articulador de sua vinda para Alagoas, sob a missão de aplicar efetivamente o cumprimento da recente legislação trabalhista decretada por Getúlio Vargas ao longo dos anos 1930 e início dos anos 1940. Por pressão dos grupos empresariais, oligarcas e conservadores alagoanos, Muniz Falcão foi transferido para outro estado. Contudo, parece ter ganhado notoriedade, sobretudo diante da classe trabalhadora. Já em tempos democráticos, foi convidado por Silvestre Péricles de Góis Monteiro, governador de Alagoas entre 1947 e 1951, a se candidatar para o cargo de deputado federal pelo Partido Social Trabalhista (PST) nas eleições de 1950.

Apesar dessa aproximação entre Muniz e o governador Silvestre Péricles, observa-se certa corrosão nessa relação política. O então governador vinha pro-



vocando descontentamento, agindo com repressão contra lideranças de movimentos de trabalhadores e sindicalistas. Muniz Falcão rompeu com o PST e fundou, em Alagoas, o Partido Social Progressista (PSP), que tinha como uma de suas principais lideranças nacionais o político paulista Adhemar de Barros. O novo partido em Alagoas permitiria uma projeção mais independente de Muniz em relação àqueles que teriam sido seus padrinhos políticos no estado. Permitiria também a construção de uma imagem e representação deslocada dos grupos oligarcas e que, por vezes, agiam com violência dentro de seus territórios políticos. A família Góis Monteiro, cujos principais nomes no período eram os irmãos Ismar de Góis Monteiro e Silvestre Péricles, mesmo alinhada às ideias políticas de Vargas, representava, localmente, forças tradicionais, conservadoras e latifundiárias. E nem sempre dialogava com as pautas trabalhistas dos anos 1950.

Nas eleições de 1955, foi formada uma frente ampla das esquerdas em apoio ao nome de Muniz Falcão para concorrer ao Poder Executivo do estado de Alagoas contra o candidato da União Democrática Nacional (UDN), Afrânio Lages, que estava sendo apoiado pelo então governador udenista Arnon de Mello (1951-1956). Segundo Moura (2016), essa frente popular foi composta por PSP, Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Social Democrata (PSD), Partido Democrata Cristão (PDC), Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Partido Republicano (PR). Observe-se que, para além de siglas, as nomenclaturas dos partidos sugerem posicionamentos políticos republicanos e democráticos, mas sobretudo de caráter progressista. Além disso, consideramos que expressam o sentido plural e heterogêneo das esquerdas no País e, neste caso, das eleições de 1955 em Alagoas.

Nessa mesma eleição, Muniz lançou novamente sua candidatura a deputado federal. Ganhou tanto para o governo de Alagoas como para uma cadeira na Câmara dos Deputados. Sua campanha foi marcada por um discurso de conciliação com as classes trabalhadoras, o que lhe rendeu expressivo apoio popular (Pereira; Tavares, 2023). Atender os interesses desta classe seria uma das prioridades em seu governo. Muniz assumia, em seus discursos e práticas políticas, posicionamentos que podemos enquadrar na cultura política do trabalhismo.

Reforçamos, portanto, os indícios históricos de que o trabalhismo não era um ideal monopolizado pelo PTB fundado por Getúlio Vargas e que tinha,



ainda, a liderança de João Goulart (Jango), presidente nacional do partido logo após o suicídio de Vargas. Aliás, Jango, desde quando fora ministro do Trabalho, vinha estreitando os laços com trabalhadores e sindicalistas. Segundo o historiador Jorge Ferreira (2005), Jango apoiava as mobilizações reivindicatórias dos trabalhadores e suas respectivas representações de classe, ganhando prestígio dentro do próprio PTB e junto às lideranças sindicais. Na medida em que se abria outra fase para o principal partido trabalhista e os sindicatos em nível nacional, observamos também a emergência de novas lideranças políticas trabalhistas que não fossem necessariamente do PTB, a exemplo de Muniz Falcão em Alagoas.

Logo após tomar posse no governo para o mandato de 1956-1961, Muniz Falcão foi pressionado por sua base social e política: os trabalhadores e movimentos sindicais. Segundo uma matéria do jornal *Voz Operária* (RJ) do dia 28 de abril de 1956, na primeira quinzena de abril do primeiro ano do governo de Muniz Falcão, houve uma grande manifestação de trabalhadores que lotaram as ruas nos arredores do Palácio dos Martírios, sede do governo estadual. Ironias à parte, havia protestos contra a carestia de vida que martirizava, sobretudo, as camadas populares. Os manifestantes, diante dos tormentos de um cotidiano de luta pela sobrevivência, exigiam que o governo – trabalhista e progressista – agisse de forma concreta em prol do cumprimento das pautas sociais e de direitos de trabalhadores que assumiu durante a campanha eleitoral de 1955.

Em outubro do mesmo ano, não conseguindo conciliar os interesses dos trabalhadores com os dos representantes das classes empresariais alagoanas, Muniz Falcão criou a “Taxa Pró-Economia, Educação e Saúde”, sancionada pela Lei nº 2.013, de 22 de outubro de 1956, que entrou em vigor a partir de 1957. Pode-se considerar essa ação de Muniz como um passo em busca do atendimento das demandas populares exigidas a partir da grande manifestação de abril do mesmo ano e das expectativas oriundas desde as eleições do ano anterior.

O objetivo da taxa, ou novo imposto, era destinar verbas para combater a carestia de vida que atingia os menos favorecidos no estado, além de subsidiar um fundo para investimentos em educação e saúde. A arrecadação oriunda dessa taxa incidiria diretamente “nas três maiores forças econômicas de Alagoas:



os produtores agrícolas, os industriários e os comerciantes, cuja representação na Assembleia Legislativa era maciça” (Moura, 2017, p. 86).

No início de fevereiro de 1957, um acontecimento acirrou os ânimos políticos em Alagoas, repercutindo, inclusive, nacionalmente. O deputado estadual Marques da Silva, da UDN, oriundo do município de Arapiraca (AL), foi assassinado. O governador trabalhista foi acusado de ter sido o mandante do crime. O próprio parlamentar, antes de seu infortúnio fúnebre, já teria denunciado, sem provas, as ameaças sofridas e atribuído uma culpa futura a Muniz. Mesmo em vida, Marques da Silva já se sugeriu mártir, colocando-se como ator central de sua própria tragédia. As disputas políticas em Alagoas, à época, potencializavam a violência. O jornalista Jorge Oliveira (2010), anos mais tarde, utilizou o termo “curral da morte” para representar o cenário político em torno do governo Muniz. Com a morte do deputado, os anseios golpistas e reacionários do udenismo contra o trabalhismo em Alagoas ganharam força.

Ainda nesse ano de 1957, foram descobertos poços de petróleo em Alagoas, mais precisamente em Jequiá da Praia (atual município do Litoral Sul do estado), Maceió (capital) e Piaçabuçu (região litorânea, no Extremo Sul do estado). Na conjuntura das campanhas “O petróleo é nosso”, nesse presente dos anos 1950, o governador alagoano, sendo trabalhista e nacionalista, era considerado um entrave contra os interesses de grupos empresariais internacionais de trustes e cartéis que visavam quebrar o monopólio estatal da exploração petrolífera no Brasil.

A descoberta do petróleo alagoano foi noticiada pelo jornal *Última Hora* (1957). O economista Cícero Péricles de Carvalho (2015) relata que o estado era o segundo no Brasil a produzir petróleo em escala potencialmente comercial. Muniz Falcão, aproveitando o ensejo, ritualizou politicamente esse acontecimento. Inaugurou, com festividade cívica, na Praça do Relógio, um dos principais pontos do centro de Maceió, um monumento em alusão às torres de prospecção de petróleo (O Semanário, 1957a). Mobilizou diversas autoridades (O Semanário, 1957b), mas, sobretudo, as camadas populares para participarem do ato político. Na ocasião, o governador já cobrava ao governo federal a instalação de uma refinaria. O nacionalismo ganhava destaque nesses atos festivos com participação popular, que fortaleciam o imaginário trabalhista, pois, segundo



a historiadora Ângela de Castro Gomes (2011), eram ocasiões oportunas para anúncios de novos direitos e benefícios para os trabalhadores.

Vale destacar que políticos udenistas e conservadores já haviam tentado impedir a posse de Muniz Falcão no governo de Alagoas no início de 1956, alegando que ele não conseguira maioria absoluta de votos. A UDN, com sua ala de extrema-direita, utilizou semelhante estratégia e retórica para tentar impedir a posse de Juscelino Kubitschek para presidente no mesmo ano. Tentativas de barrar Muniz de governar não eram novidade. Porém, o assassinato de um deputado udenista serviu como gatilho para que os grupos políticos inconformados e insatisfeitos com o governo alagoano agissem de forma também institucional.

O governador trabalhista, na prática, era visto por esses grupos como ameaça aos seus privilégios, em detrimento do atendimento dos interesses das camadas sociais menos favorecidas. E, no cenário nacional, inseria-se, ainda, no debate sobre rumos e projetos econômicos para o País. O petróleo alagoano, recém-descoberto à época, tomava o caminho da nacionalização de sua exploração, em detrimento dos interesses capitalistas internacionais.

A concatenação desses fatores, dentre outros que figuram um conjunto de causalidades que se entrecruzavam e circulavam entre si, potencializou uma crise política sem precedentes em Alagoas. O historiador alagoano Douglas Apratto Tenório (2007) narra como sendo uma “tragédia do populismo”. A violência, o confronto de culturas e costumes entre os territórios de poder urbano e rural em Alagoas e os descompassos nos processos de modernização no estado explicariam, segundo o pesquisador, a inédita culminância das lutas políticas. O governador, ao perder apoio de deputados de sua base na Assembleia Legislativa – o parlamento estadual alagoano –, tornou-se alvo de um processo de *impeachment*, um dos primeiros no Brasil.

A sexta-feira 13 de setembro de 1957 foi a data escolhida, na Assembleia Legislativa de Alagoas, para a sessão de votação da abertura do processo de *impeachment* contra Muniz. Porém, os ânimos estavam muito elevados. Deputados entraram armados no parlamento estadual. Mal se iniciou a sessão, os sons dos discursos se converteram em gritos, e então prevaleceram estampidos de pólvora e rastros sonoros de rajadas de balas. Um tiroteio tomou o lugar do debate político. Prevaleceu o combate armado, que durou por volta de 40 minutos



(Tenório, 2007). Alguns presentes foram feridos. Houve também deputados e jornalistas mortalmente atingidos. Essa violência foi destaque na imprensa nacional e internacional. A crise em Alagoas reverberou como subterfúgio para também tentar desestabilizar o governo de JK.

Cinco dias após o trágico tiroteio, os deputados voltaram a se reunir para votar a abertura do procedimento de *impeachment*. Esse dispositivo jurídico foi aprovado, culminando no afastamento do governador Muniz Falcão. Foram, ainda, definidos os membros de um tribunal misto para julgar o mérito do processo e o respectivo afastamento. Muniz recorreu ao Superior Tribunal Federal (STF), alegando fraude na composição do tribunal. O STF acatou seu recurso e determinou novo sorteio dos membros, que tão logo assumiram os trabalhos, deram prosseguimento aos ritos. No dia 15 de janeiro de 1958, foi julgado o mérito do impedimento. No cômputo da votação dos membros do júri, o governador foi absolvido. Os votos não atingiram maioria de dois terços. Muniz Falcão reassumiu o governo até o término do mandato, em janeiro de 1961.

Contudo, as disputas pelo poder perduravam. Novos lances políticos foram mobilizados. As articulações para as eleições seguintes, de 1960, pareciam ainda incertas. Os círculos conservadores em Alagoas se mobilizavam, buscando alternativas para concorrer às eleições com chances de vitória. Tentavam evitar derrota semelhante à que ocorreu em 1955. O grupo aliado de Muniz Falcão não conseguiu articular a mesma coalizão anterior. A base trabalhista, progressista e de esquerda se fragmentou, tendo lançado três diferentes candidatos nas eleições para governador em 1960. A UDN e outros partidos de direita, representando setores conservadores, uniram-se em torno da candidatura do major Luiz Cavalcante, que havia sido secretário de Estado no governo Arnon de Mello (UDN, 1950-1956). Esse candidato era do Exército Brasileiro e concorreu pelo Partido Libertador (PL), sagrando-se vencedor em mais uma violenta eleição para o Executivo alagoano (Tavares; Freitas, 2023).

Entre eleições, crises e golpe

O ano era 1961. Estava em curso o governo conservador de Luiz Cavalcante, eleito defendendo uma plataforma política de modernização da economia alagoana. Contudo, não possuía um plano claro de gestão. Apostava seu plane-

jamento na realização de um seminário socioeconômico nos meses seguintes, de modo a viabilizar estudos e diagnósticos que subsidiassem projetos para Alagoas, posteriormente denominado Plano Trienal¹⁶. Segundo os historiadores Geraldo de Majella e Marcelo Góes Tavares (2019), o governo era assessorado pelo complexo formado pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes) e pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad).

Nesse mesmo ano, Jânio Quadros, que foi eleito com apoio da UDN, renunciou à Presidência da República poucos meses depois de ter sido diplomado para o Palácio do Planalto. O País mergulhou em mais uma crise política, desta vez em torno da posse do então vice-presidente João Goulart substituindo o renunciante. Setores das Forças Armadas e da sociedade civil se opuseram à posse. No Rio Grande do Sul, o governador trabalhista Leonel Brizola iniciou a Campanha da Legalidade, resistindo às investidas golpistas no País e defendendo a diplomação de Jango como presidente. A saída momentânea para o impasse político foi um arranjo institucional em que o Brasil se tornou uma república parlamentarista. A posse foi permitida, porém impondo limitações de ação governamental ao novo presidente. Um primeiro-ministro seria de fato quem estaria à frente do Executivo nacional. Esse arranjo não resolveu o cenário de crise, que se arrastou nos anos seguintes.

O ano de 1962 foi de grandes expectativas. Estavam previstas eleições para governadores de 11 estados e para o Congresso Nacional (Senado e Câmara dos Deputados). Muniz Falcão se lançou novamente como candidato a deputado federal pelo PSP. Eleger-se como o segundo candidato mais votado em Alagoas para a Câmara dos Deputados, totalizando 15.339 votos. Compôs uma frente partidária denominada “Coligação Democrática”, formada pelo PTB e pelo PSP. Esta selecionou ainda mais dois deputados do total de nove. A UDN elegerá cinco deputados. Para o Senado, foram eleitos Arnon de Mello e Rui Soares Palmeira, do PDC e da UDN, respectivamente (Brasil, s.d.). Muniz Falcão, em seu novo mandato, desta vez no Congresso Nacional, continuou defendendo as pautas de interesse das classes trabalhadoras.

Aliás, foi um ano de avanços nos direitos para os trabalhadores rurais. Segundo o historiador Antonio T. Montenegro (2011), o Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) passou a reconhecer os sindicatos rurais. Tal fato



rompia com a tradição dos proprietários rurais em relação ao reconhecimento e à regulamentação de direitos para os trabalhadores campesinos. O campo em Pernambuco já havia se tornado um território explosivo quanto aos embates entre movimentos organizados de trabalhadores, como as Ligas Camponesas contra os latifundiários. As pautas da reforma agrária e da extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais consistiam em temas sensíveis nesse presente, reverberando nas tensões que se sucederam posteriormente.

Em nível nacional, João Goulart já havia assumido a Presidência do Brasil. Contudo, diante das dificuldades na definição do primeiro-ministro e da expressiva crise econômica, o cenário era de uma escalada da crise política. O País se encontrava polarizado. O extremismo tomava conta de grupos das esquerdas e das direitas. O parlamentarismo então vigente dava sinais de fracasso. Ocorreu o plebiscito de 1963, em que a população foi chamada a escolher entre a continuidade do arranjo parlamentarista ou o retorno do presidencialismo. Ganhou o presidencialismo. Jango finalmente teve seus poderes de Executivo.

Os ânimos políticos se acirravam em 1963, radicalizavam-se posições de um lado e do outro. Os historiadores Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes (2014) relatam que as forças de direita já conspiravam abertamente, enquanto as de esquerda, reunidas na Frente de Mobilização Popular (FMP), sob liderança de Leonel Brizola, agressivamente pressionavam o governo. O radicalismo contribuía para a instabilidade política. A crise econômica e a necessidade de modernização do País tornavam urgente um plano de governo com resultados a curto e médio prazo. “O país fechou o ano de 1963 com crescimento do PIB de menos de 1% e uma inflação de 73%” (Ferreira; Gomes, 2014, p. 211).

Ano de 1964. A polarização política crescia. O presidente João Goulart, no dia 13 de março, anuncia, durante o Comício da Central do Brasil, as reformas de base (Ferreira; Gomes, 2014). Entre suas medidas, a reforma agrária era divulgada exemplarmente quando o próprio presidente cedeu parte de suas terras para esse programa. Enquanto isso, Muniz Falcão atuava no Congresso Nacional, podendo-se observar seu forte comprometimento em questões pontuais na defesa das classes trabalhadoras. Em discurso na tribuna do Congresso, no dia 4 de março, a favor do reajuste salarial dos servidores públicos federais civis e militares, Muniz afirma que os funcionários federais “não podem esperar mais,



premidos que se acham pela pressão inflacionária nos preços das mercadorias, após a decretação do último salário mínimo" (Diário do Congresso Nacional, 1964a, p. 1281). Já na segunda quinzena de março, aponta irregularidades nos Institutos de Previdência e encaminha tais denúncias para o Ministério do Trabalho.

Segundo o próprio Muniz Falcão, ao discursar na plenária do Congresso, no dia 18 de março de 1964, os aposentados e pensionistas alagoanos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos e do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários estavam sem acessar seus proventos já fazia meses. O deputado teria recebido essas denúncias por meio de telegramas enviados por trabalhadores aposentados e pensionistas das várias regiões do estado de Alagoas. Muniz cobrou do Ministério do Trabalho uma ação para resolver tal impasse (Diário do Congresso Nacional, 1964b, p. 1634). No dia 19 de março, Muniz sobe novamente à tribuna, dessa vez para retornar ao caso do aumento salarial do funcionalismo público federal, declarando que tem recebido "numerosos apelos de servidores, individualmente e de suas entidades de classe" (Diário do Congresso Nacional, 1964c, p. 1676), pedindo uma paridade salarial entre os funcionários civis e militares.

Poucos dias depois, imprevisivelmente, o jogo político acirrou-se novamente. Segundo o historiador Anderson da Silva Almeida (2014), no dia 25 de março de 1964, diversos marinheiros se reuniam na sede do Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara para uma assembleia comemorativa do segundo aniversário da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMF-NB). Esse acontecimento culminou em uma grande rebelião quando o ministro da Marinha determinou a prisão de 12 diretores da associação. Os marinheiros apoiavam a proposta de reformas de base de Jango. A Marinha não reconhecia a entidade dos marujos, o que já vinha ensejando uma série de atritos entre a alta administração naval e os dirigentes da AMFNB (Almeida, 2014). Foi deliberado novamente que a assembleia fosse debelada e os participantes, presos.

Para o historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2021), o episódio da revolta foi reconhecido como ato de indisciplina dos líderes desse movimento e, diante do imaginário anticomunista daquele presente, foi determinante no convençãoamento de diferentes setores das direitas e da oficialidade militar que estava



em curso um processo revolucionário das esquerdas. João Goulart, posteriormente, anistiu os amotinados, fato que aumentou os impasses entre governo e Forças Armadas. O presidente teria reforçado positivamente, com seu perdão, a quebra de hierarquia entre os militares. Parecia ser este episódio a gota d'água.

No dia 31 de março de 1964, poucos dias após a Revolta dos Marinheiros, ocorrida entre 25 e 27 de março, no Rio de Janeiro (Almeida, 2014; Motta, 2021), as tropas do general Olympio Mourão Filho, comandante da 4^a Divisão de Infantaria do Exército em Juiz de Fora, MG, marcharam para o Rio de Janeiro. Seu ato representou o rompimento institucional com a democracia. Desencadeou-se, a partir daí, um movimento de derrubada do governo Goulart, com apoio de diversos setores da sociedade civil, das Forças Armadas, do Judiciário e do Congresso Nacional.

Muniz diante do golpe e o custo da fidelidade partidária

No dia 2 de abril de 1964, durante sessão do Congresso Nacional, foi declarada a vacância da Presidência da República. Esse ato foi endossado pelo STF. Ao considerarmos os *Diários do Congresso Nacional* entre os dias 1º e 4 de abril, podemos evidenciar que muitos parlamentares sabiam que estava em curso um ato golpista no País. O deputado Chagas Rodrigues (PTB), conforme registrado na edição do dia 2 de abril do *Diário do Congresso Nacional*, afirmou ao presidente da Câmara dos Deputados ser preciso “compreender que o golpe, o golpismo dos inveterados golpistas não encontrará acolhida por parte dos democratas desta Casa!” (Diário do Congresso Nacional, 1964d, p. 1968).

Já na edição do dia 4 de abril, referente às atividades do dia anterior na Câmara, foram registrados vários deputados discursando no púlpito. Muitos declararam posições condenando os atos golpistas iniciados no dia 31 de março, deixando claro que reconheciam tais ações se tratarem de um golpe. Em um determinado momento, no calor dos embates discursivos, o deputado Dias Menezes (PTN), que foi um dos apoiadores do golpe de 1964, assumiu a palavra e realizou diversas críticas ao governador de São Paulo, Adhemar de Barros (PSP) (Diário do Congresso Nacional, 1964e). Muniz Falcão subiu ao púlpito e saiu em defesa de seu correligionário paulista, tratando-o como o “valoroso governador Adhemar de Barros”.

Ora, sr. Presidente. Todos nós sabemos que a 31 de março passado este país entrou no vórtice de um processo revolucionário que ainda não estacionou. A palavra do Governador Adhemar de Barros, neste instante, ele que está no pleno domínio das circunstâncias, que nós, do Congresso Nacional desconhecemos, talvez pela distância em que nos encontramos do teatro dos acontecimentos. A palavra sr. Presidente do governador Adhemar de Barros deve ser considerada uma palavra de advertência, [...] porque neste instante não é momento para se pregar o divisionismo, não é momento para se fazer oposição a este que empunhou a bandeira da liberdade democrática em nossa terra, Adhemar de Barros, sr. Presidente (Brasil, 1964, n. p.).

Muniz Falcão ressaltou que Adhemar de Barros “defendeu as liberdades democráticas” e “organizou a força pública do estado para sair às ruas em defesa da democracia”. Em sua estratégia retórica, reforçando a defesa do correligionário, leu na íntegra um telegrama de Adhemar de Barros endereçado ao governador da Guanabara, Carlos Lacerda (UDN). No telegrama, Barros enaltecia o golpe, chamando-o de “vitória da democracia”, dizia que a “nossa bandeira não mudará de cor” e que os atos por eles chamados de “revolucionários” foram uma medida para “preservar os mais caros valores morais e espirituais de nossa nação cristã”.

Adhemar de Barros, a partir das eleições de 1962, iniciou, politicamente, uma guinada para a ala conservadora. Segundo Pereira (2023), o governador paulista manteve relações próximas com o complexo Ipes/Ibad, além de ser um importante interlocutor no fortalecimento da Aliança para o Progresso no Brasil, que tinha os EUA como principal articulador nos países da América Latina. O governo norte-americano, por meio da Aliança para o Progresso, visava atuar de forma estratégica, inclusive com financiamentos nos países latino-americanos, de modo a evitar que a pobreza e as precárias condições de vida da população se tornassem combustível para movimentos revolucionários, a exemplo do que já havia ocorrido em Cuba.

Desde 1963, segundo Pereira (2023), Adhemar de Barros vinha se aproximando cada vez mais dos grupos empresariais paulistas e confabulando formas de realizar intensas propagandas anticomunistas com intenção de desestabilizar o governo de Goulart. Questionamos, então, o quanto Muniz Falcão era conivente com as ações e posições do correligionário paulista. Ressalte-se que



Muniz era um político importante para o PSP no Nordeste, tendo sido governador e deputado nos anos 1950. Consideramos, ainda, o discurso proferido por ele em que reconhecia que a “revolução” estava em curso, não havia ainda estacionado. Muniz utiliza em seu vocabulário a palavra vórtice, o que sugere reconhecer, na dita revolução, um forte movimento, uma espécie de turbilhão voraz. Não fica clara, nesse discurso, uma posição definitiva. Contudo, em diálogo com Rodrigo Patto Sá Motta (2021, p. 125), podemos considerar que “uma das formas de perceber a adesão à ditadura é observando a linguagem, e, naturalmente, em geral quem se referia a ela como ‘revolução’”.

Muniz Falcão não era apenas um simples agente político cumprindo seu papel de fidelidade partidária, mas sim um protagonista nas disputas de poder existentes na época. Ao assumir, no seu discurso, a nomeação então hegemonic da “revolução”, é crível que estivesse considerando a força política daquele movimento, evitando confronto direto e radical, posicionando-se de forma moderada. Poder-se-ia sugerir que atuou de forma conciliatória; contudo, seu discurso se deu em defesa do correligionário, mas não necessariamente das posições dele.

Era um momento de incertezas. Os desdobramentos advindos do golpe ainda estavam por vir nos idos de abril de 1964. E eram imprevisíveis. Tratava-se de um processo político em aberto e inconcluso que os parlamentares tentavam compreender, apesar das posturas mais contundentes de alguns pela adesão ou oposição. Para além dessa dicotomia, sugerimos outra posição e comportamento: o da acomodação. Diante das incertezas e imprevisibilidades do golpe, a ponderação, a moderação e a acomodação sugerem ser condutas seguras naquele presente.

Aliás, Rodrigo Patto Sá Motta (2018) elucida que os arranjos de acomodação são práticas corriqueiras na cultura política brasileira. Diferente da palavra conciliação, que remete a um acordo político pelo alto, e por vezes restrito aos agentes dirigentes do Estado, a categoria acomodação permite integrar esse sentido e ir além. Para o historiador, os processos de acomodação incluem:

[...] arranjos em outros espaços sociais e institucionais, com envolvimento de outros atores, como intelectuais, acadêmicos e produtores culturais, e mesmo setores populares. Nem sempre se



trata de acordos explícitos, mas, de arranjos tácitos, permitindo acomodar conflitos e tensões [...]. Aspecto importante da acomodação é que ela envolve dois campos, ou dois lados, em um jogo de concessões mútuas. Para o jogo funcionar há que existir uma via de mão dupla, embora quase sempre se trate de situações de poder assimétricas (Motta, 2018, p. 119-120).

É relevante considerar a movimentação do próprio PSP no ano seguinte ao golpe, quando ainda prevalecia o sistema pluripartidário. A imagem política de Muniz Falcão pelo Nordeste, sobretudo em Alagoas, era uma peça fundamental para a projeção nacional almejada pelo PSP. Porém, o PTB era um empecilho nesse caminho, pois ainda era o partido de cultura política trabalhista que mais recebia votos das classes trabalhadoras no âmbito das eleições em nível nacional. O pleito de 1965, no mês de outubro, seria o teste para a popularidade do regime.

As eleições de 1965

Ano de 1965. Novas eleições estavam previstas para os governos estaduais. Tentava-se, ainda, seguir a regularidade do calendário estadual. O pleito eleitoral estava agendado para o dia 3 de outubro de 1965. Alagoas foi um dos estados em que ocorreram eleições. Cinco candidatos se registraram para concorrer ao governo estadual, entre eles: João Lins Filho (PST), Geraldo Sampaio (MTR), Arnon de Mello (PDC), Rui Palmeira (UDN) e Muniz Falcão (PSP). Segundo o *Diário de Pernambuco* do dia 3 de outubro de 1965, Muniz Falcão e Rui Palmeira eram os que tinham mais chances de vitória (Diário de Pernambuco, 1965).

A campanha eleitoral foi marcada por ondas de violência entre os correligionários dos dois principais candidatos. O PSP e o PST ingressaram no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) com um pedido de tropas federais para garantir a ordem nas eleições (Diário de Pernambuco, 1965b). Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi constituída para investigar os supostos casos de violência que estavam ocorrendo contra os apoiadores de Muniz Falcão por parte de membros do governo alagoano (Diário de Pernambuco, 1965b). O governador de Alagoas à época, mantido no poder após o golpe, major Luiz Cavalcante (PL), fez um pronunciamento à imprensa. Segundo o jornal *Diário de Pernambuco* de 9 de setembro de 1965, Luiz Cavalcante alegava que “estava estranhando a gene-



rosidade da Revolução para com seus inimigos e dizendo mais que nem mesmo obrigado iria depor” na CPI instaurada.

Ainda na mesma matéria, pode-se observar a forma como o governador de Alagoas, apoiador do golpe de 1964, tratou Muniz Falcão e alguns de seus correligionários. Luiz Cavalcante teria afirmado que os idealizadores da CPI eram “alguns poupadados nas cassações e que, mesmo notoriamente corruptos e subversivos – e até mesmo um incendiário – podem hoje brincar de democracia”. A suposta fala do governador parece descredibilizar a CPI e suas motivações. Embora, segundo apurado pelo *Diário de Pernambuco*, o inquérito parlamentar se tornou cabível tendo em vista o cenário de violência em Alagoas e possível conivência do próprio Estado e seu grupo de poder.

Segundo notícias aqui chegadas, a Comissão Parlamentar de Inquérito teria sido solicitada pelo deputado Aloysis Nônô sob acusação de violência e pressões do governo contra os correligionários do sr. Muniz Falcão, candidato oposicionista na sucessão de outubro. Diante de tais fatos, o ambiente eleitoral em Alagoas está ficando dos mais acirrados, principalmente entre as facções que apoiam o senador Rui Palmeira que é da corrente situacionista e o deputado Muniz Falcão (*Diário de Pernambuco*, 1965c, n.p.).

Observa-se como Luiz Cavalcante utilizou-se de um discurso em tom jocoso. Chamava a oposição de “subversiva”, alegando estar ela “querendo brincar de democracia”. Tentava produzir um efeito de verdade e descredibilidade tanto das acusações de violência contra os correligionários de Muniz Falcão como da abertura de uma CPI para investigar tais questões.

No dia 17 de setembro, ocorreu um atentado durante o comício de Muniz Falcão na cidade de Arapiraca, no Agreste de Alagoas. A notícia teve destaque na capa do jornal *Diário de Pernambuco*, edição de 18 de setembro de 1965 (*Diário de Pernambuco*, 1965d). Próximo às 22h, durante o comício, uma bomba foi atirada do telhado de uma das casas próximas ao palanque montado em cima de um caminhão. O objeto explosivo caiu a cerca de dois metros do veículo onde se encontravam Muniz Falcão e vários parlamentares, explodindo no meio do público, deixando 30 pessoas feridas, sendo uma delas uma senhora que perdeu totalmente o músculo da perna.



Enquanto isso, a embaixada americana também acompanhava os rumos políticos. No dia 1º de setembro de 1965, a instituição emitiu um telegrama de sua representação em Recife (PE), com o seguinte tema: *The campaign in Alagoas* (A campanha em Alagoas) (Embaixada Norte-Americana no Brasil, 1965), acompanhando as disputas eleitorais e apontando suas impressões: resultado incerto, campanhas tranquilas, com apenas algumas animosidades pontuais.

Apesar dessa representação mais pacífica sobre o pleito, que destoa da dramaticidade noticiada pelo *Diário de Pernambuco* acerca do atentado em Arapiraca, a correspondência aborda outros fatores que se revelam importantes. O destino oficial do telegrama eram as cidades do Rio de Janeiro e de Brasília. Contudo, uma inscrição manuscrita nesse documento revela outras localidades por onde a comunicação passou: Belém, Curitiba, Porto Alegre, Salvador e São Paulo. Essa evidência denota a preocupação das representações diplomáticas norte-americanas no Brasil sobre as eleições alagoanas, o que, de certo modo, reforça a possível relevância estratégica de Muniz, reconhecido como um político trabalhista, e do governo de Alagoas para o cenário nacional.

A diplomacia norte-americana apostava na vitória de Rui Palmeira, ressaltando a provável necessidade de ratificação do resultado pela Assembleia Legislativa. Aponta o então secretário de governo, Divaldo Suruagy como o nome mais forte para um eventual governo seguinte. Mas é a análise sobre Muniz Falcão que se destaca, reforçando o anticomunismo que circulava à época. “The victory of Muniz Falcão would represent a setback for the Revolution because of his known links with Communism and Crime” (A vitória de Muniz Falcão representaria um retrocesso da Revolução em função de suas ligações com Comunismo e Crime).

Nessa passagem do documento diplomático, há duas dimensões que denotam o perigo que Muniz poderia representar aos anseios da ditadura e dos interesses do governo norte-americano. Primeiro, poderia ser uma derrota pontual do golpe e sua tomada de poder representada pela retórica da dita “revolução”, nos desígnios conservadores dos militares e da sociedade civil, que apoiou esse movimento golpista. Segundo, com letras maiúsculas, associa o político trabalhista ao comunismo e, igualmente, ao crime. Essa projeção de possível



retrocesso da “revolução” e a associação ao comunismo e ao crime produzem, discursivamente, efeitos de periculosidade.

Michel Foucault (2012), em sua conferência IV sobre *A verdade e as formas jurídicas*, já esclarecia que “O crime não é algo aparentado com o pecado e com a falta; é algo que danifica a sociedade; é um dano social, uma perturbação, um incômodo para toda a sociedade”. Neste caso, a diplomacia norte-americana tentava enquadrar Muniz Falcão por suas associações e vínculos políticos. Seria, portanto, o criminoso, o inimigo social e interno que rompia com os pactos sociais. A dita “revolução” – movimento golpista de 1964 – seria o pacto vigente. Ainda mais quando consideradas as adesões diversas, de militares e da sociedade civil, que obteve na tomada de poder.

Observamos, em diálogo com Foucault (2012, p. 85), que, na retórica da suposta periculosidade de um candidato trabalhista vinculado aos setores e movimentos de esquerda, o que estava em jogo não eram seus atos em si em termos de infração concreta, mas suas virtualidades. A retórica diplomática norte-americana reforçava a ligação de Muniz Falcão com o comunismo. No nível dos ideais e da virtualidade política em tempos de ascensão autoritária e afirmação da ditadura, sua candidatura representava um perigo. Talvez ele, Muniz, em Alagoas, fosse ainda um sopro democrático que resistia como alternativa ao golpe.

Muniz Falcão, diante do atentado sofrido em Arapiraca, republicanamente enviou um telegrama ao presidente Castello Branco e ao ministro da Justiça. A comunicação foi reproduzida na íntegra pelo *Diário de Pernambuco*, pedindo providências para a situação crítica em Alagoas e alegando que, por várias vezes, já havia denunciado as ondas de violência contra si e seus correligionários. Acusava, ainda, o governo do estado de Alagoas de ser o mentor do “ato de terrorismo” testemunhado em Arapiraca (*Diário de Pernambuco*, 1965e).

O *Diário de Pernambuco*, na edição de 24 de setembro de 1965, informava sobre o agravamento da crise em Alagoas, imputando as razões na abertura dos trabalhos da comissão parlamentar. Configuraram-se embates discursivos entre situacionistas e opositores do governo alagoano. Os deputados situacionistas acusavam o deputado Vieira de Melo, presidente da CPI, e outros parlamentares de apoiarem um candidato “antirrevolucionário”. Muniz Falcão, em resposta, com depoimento durante o inquérito no dia 23 daquele mês, assumiu



mais incisivamente uma posição de acomodação: “afirma ser um aliado da revolução e vítima da trama sinistra urdida para assassiná-lo” (Diário de Pernambuco, 1965f). Embora os embates discursivos configurem a disputa por poder no pleito eleitoral, sua retórica naturalizava o golpe como revolução, colocando-se como apoiador do regime em curso. Contrapõe, de certa maneira, a preocupação da diplomacia norte-americana. Observa-se também que Muniz atuava no jogo político conforme as regras previstas. E, ainda de forma astuta, nutria-se com dispositivos de defesa e segurança, a exemplo da CPI e da tentativa de mobilização de forças federais em seu favor.

Já passado mais de um ano do golpe, o termo revolução ainda era empregado por seus apoiadores e também por aqueles que evitavam ser rechaçados pela maquinaria do Estado autoritário até então em construção. Taxar um rival político de ser “antirrevolucionário” era uma estratégia de deslegitimação do determinado opositor político, já que, para os defensores do golpe, 1964 foi uma revolução que garantiu a continuidade dos valores democráticos. Portanto, ser “antirrevolucionário” era sinônimo de ser contra a democracia, de ser um subversivo. Com isso, para políticos como Muniz Falcão, se assumir como “aliado da revolução” seria uma estratégia de sobrevivência política nas relações de poder engendradas pelo autoritarismo vigente, que tentava manter uma aparente de legalidade e de democracia ao permitir ocorrer, por exemplo, eleições.

Muito embora o que prevalecia eram a ascensão autoritária e a afirmação de uma ditadura, o próprio movimento que chamamos de “acomodação” por parte de Muniz Falcão também parece não ter surtido convencimento em atores e grupos mais conservadores. A diplomacia norte-americana, em sua comunicação interna e secreta, reconhecia apenas o caráter subversivo do ex-governador e deputado trabalhista. Nomeava Muniz como corrupto e demagogo, candidato do povo, mas com suporte comunista e de posição de extremo nacionalismo (Embaixada Norte-Americana no Brasil, 1965). Além do que, Alagoas sendo um dos menores e mais pobres estados brasileiros, poderia ser território ideal para uma revolução comunista.

O ano de 1965 foi de intensa instabilidade e de disputas políticas em Alagoas. Abrimos aqui parênteses para evidenciar outras tramas relacionadas ao pleito eleitoral para o Executivo estadual. O senador Arnon de Mello e seu



partido, UDN, que apoiaram a candidatura de Luiz Cavalcante em 1960, romperam. Lançaram candidato próprio. Arnon insistia em uma candidatura única das forças de direita, cogitando Lamenha Filho (então presidente da Assembleia Legislativa de Alagoas pelo PSD) ou mesmo o suplente a deputado federal Geraldo Sampaio. A UDN indicou o senador Rui Palmeira. Essa tensão política dentro dela, embora não tenhamos, neste momento, outras fontes, exceto a comunicação diplomática norte-americana, talvez seja elucidativa sobre as razões por que Arnon de Mello tenha aparecido como candidato do PDC e não de seu histórico partido. A documentação diplomática norte-americana atesta a incapacidade de Arnon prevalecer com sua proposta de candidatura na UDN, o que o teria levado a sair do partido e a lançar candidatura própria por outra legenda (Embaixada Norte-Americana no Brasil, 1965).

Enquanto isso, no transcorrer das eleições, Muniz Falcão movimentou sua campanha de forma ambígua. Saiu em vantagem contra as outras candidaturas, tentando se afastar das memórias de seu governo, apontando promessas para o futuro. Apelando às massas urbanas de Maceió, acusava o governador Luiz Cavalcante de instalar um regime de terror. Mas, atento à sua sobrevivência política, por meio de acomodação, colocava-se a serviço da dita “revolução”. Segundo a diplomacia norte-americana, “he now serves proudly as Secretary of the Revolutionary Bloc in the Federal Congress and claims – without evidence – the support of President Castello Branco” (ele agora serve orgulhosamente como Secretário do Bloco Revolucionário no Congresso Federal e toma para si, sem qualquer evidência, o suporte ao Presidente Castello Branco) (Embaixada Norte-Americana no Brasil, 1965, p. 5). Muniz atuava, desse modo, no limiar entre caminhos políticos distintos. Apesar de sua memória como trabalhista e progressista, apoiado por amplas forças de esquerda em Alagoas, inclusive comunistas, e reconhecido como subversivo pela embaixada norte-americana, tentava também construir uma representação de adesão, ou mesmo como acomodação, ao regime.

Chegou, então, o dia 3 de outubro de 1965, data das eleições. As Forças Armadas estavam distribuídas pela capital Maceió e pelo interior do estado para garantir a ordem durante o processo eleitoral (Diário de Pernambuco, 1965g). Após o cômputo, as urnas apontaram vitória para Muniz Falcão, com 59.338 vo-



tos, seguido por Rui Palmeira, com 43.707 votos, Arnon de Mello, com 27.398 votos, Geraldo Sampaio, com 3.267 votos, e, por fim, João Lins Filho, com 1.460 votos (Brasil, s.d.).

Observe-se que a diferença de Muniz Falcão em relação ao segundo mais votado foi de mais de 15 mil votos. Ele conseguiu 43,89% do total, mas ainda assim não atingiu maioria absoluta. Era um problema já vivenciado em outros pleitos, e que por vezes provocou crises políticas, a exemplo da eleição e posse de Juscelino Kubitschek, em 1955. Muniz venceu, mas, diante do código eleitoral vigente, sua diplomação precisaria ser votada no Parlamento estadual. Cabia à Assembleia Legislativa decidir se homologaria ou não o nome do candidato mais votado. Em caso de negativa, nova votação deveria ser realizada entre os dois candidatos mais votados.

A maioria simples de Muniz Falcão seria subterfúgio para sua contenção ao poder. O Parlamento alagoano era composto por maioria de deputados que representavam grupos empresariais e conservadores. Eram adversários assíduos de Muniz e sua agenda política, que trazia a memória do trabalhismo. A votação pela diplomação ocorreu no dia 8 de novembro, tendo a maioria dos deputados decidido pela não homologação. O resultado foi de 20 votos contra 11 (Diário de Pernambuco, 1965h). Em tese, seria necessário um segundo turno na eleição.

Nas matérias dessa edição do jornal pernambucano, podemos observar os embates discursivos. Entre todos os estados que tiveram eleição para o governo no ano de 1965, Alagoas foi o único onde a Assembleia não homologou o candidato mais votado. Muniz e seus correligionários utilizaram tal fato como precedente para afirmar que os deputados estavam se negando a aceitar a vontade popular, enquanto seus opositores se apoiavam na nova legislação eleitoral para legitimar a ação dos parlamentares, além de já começarem a tratar sobre a organização de uma nova disputa entre Muniz Falcão e Rui Palmeira.

A questão da eleição para o cargo de governador de Alagoas deveria ser resolvida internamente, porém, ao analisar a edição do dia 14 de novembro de 1965 do *Diário de Pernambuco*, reconhecemos que o problema se deslocou para o nível federal a partir do momento em que Muniz Falcão e Rui Palmeira começaram a se comunicar com o então ministro da Justiça, Juracy Magalhães



(Diário de Pernambuco, 1965i). A Assembleia Legislativa de Alagoas estava formando um “Bloco Revolucionário Democrático” para apoiar o governo do presidente Castello Branco (Diário de Pernambuco, 1965i). O jornal afirmava que existia grande possibilidade de os 35 deputados do Poder Legislativo alagoano aderirem ao bloco, ou seja, a totalidade dos deputados estaduais.

O periódico publicou, ainda, alguns comentários sobre essa situação em Alagoas, de que “é consenso geral” que não ocorrerá uma nova eleição, pois, segundo a matéria, se o governo federal tivesse algum interesse na posse de Muniz, não teria ocorrido a recusa de seu nome. Portanto, realizar uma nova eleição seria dar chances de Muniz ser eleito, indo contra os desejos do regime. A matéria elucida que uma solução mais viável seria a indicação de um terceiro nome.

Observa-se a maquinaria autoritária do governo militar agindo pelas brechas da legislação vigente para agenciar seus interesses, em detrimento dos princípios democráticos; uma lei eleitoral que não garantia considerar eleito automaticamente o candidato mais votado. Porém, a exigência da aprovação em votação na Assembleia deixava abertos os caminhos para o governo federal influenciar e intervir nas escolhas dos governadores.

Essa possível interferência do regime militar seria respaldada por investigações prévias, reconhecendo personagens comprovadamente subversivos. Ainda em 1964, com a decretação do Ato Institucional nº 1 (AI-1), de 9 de abril, portanto, poucos dias após o golpe, previam-se penalidades e criminalização de pessoas ou grupos organizados que atentassem contra o Estado, seu patrimônio, a ordem política e social e/ou mesmo configurassem atos de guerra revolucionária. Nessa fase da ascensão autoritária no País, diversas prisões e expurgos do funcionalismo público estavam em curso. Previa-se, a partir de então, a criação de uma Comissão Geral de Investigação (CGI) e Inquéritos Policiais Militares (IPMs). No dia 21 de setembro de 1964, foi aberto o IPM/709, que realizou uma verdadeira devassa sobre as experiências de personagens e grupos considerados de esquerda no Brasil.

Esse IPM/709 contém uma pasta sobre Alagoas. A investigação continuou para além de 1964, inserindo inúmeros documentos. O tenente-coronel Fernando de Carvalho, representando o Ministério da Guerra, era um dos encarregados do IPM/709 e teria demandado, em 1965, informações sobre Alagoas. Em



resposta, o delegado Francisco Fernandes da Costa, à frente da Delegacia de Ordem Política, Social e Econômica de Alagoas (Dopse-AL), prestou informações por meio do Ofício nº 03, de 8 de janeiro de 1965. O delegado não se poupou de detalhada narrativa com informações desde 1945. Destacou a atuação de Muniz Falcão quando governador do estado:

Em janeiro de 1956, assumiu o cargo de governador do Estado o atual deputado federal Sebastião Marinho Muniz Falcão, que tendo conseguido o apoio dos comunistas para a sua eleição, favoreceu livre ação ao PC, proporcionando aos elementos comunistas meios de desenvolverem atividade e propagandas subversivas, culminando com a nomeação do Coronel Henrique Cordeiro Oest, para a Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública, elemento conhecido como comunista e que não teve outra atuação a não ser a de favorecer, apoiar, fomentar e ampliar a ação do PC em Alagoas (Dopse-AL, 1965, n.p.).

Observamos que o delegado se deteve em associar Muniz aos comunistas quando foi governador, alegou que ele utilizou instrumentos do estado para favorecer a atuação do Partido Comunista em Alagoas e qualificou (Dopse-AL, 1965, n.p.) o governo trabalhista como também de tendência comunista, alegando ser um hiato entre dois outros governos que teriam combatido o credo vermelho – nesse caso, Arnon de Mello, no início dos anos 1950, e o próprio Luiz Cavalcante, ainda vigente em 1965.

Embora a resposta do delegado do Dopse-AL ao IPM/709 não faça menção direta a Muniz como governador eleito em 1965, não podemos desconsiderar possíveis conexões e comunicações entre os órgãos repressores. A representação do delegado pode ter produzido efeito de verdade ao ter destacado Muniz como um político simpático ao comunismo, insinuando-o não ter agido para a anulação das ações “dos agitadores comunistas em todo o estado” (Dopse-AL, 1965, n.p.). A investigação, nesse caso, corrobora o desinteresse da ditadura na sua posse.

Em outubro do mesmo ano, no dia 27, a máquina repressora ganhou outro dispositivo jurídico de exceção. Foi decretado o Ato Institucional nº 2 (AI-2), cassando mandatos e cancelando direitos políticos de diversos indivíduos, além de ter extinguido os partidos políticos. Passou a prevalecer um sistema bipartidário. Em matéria do *Diário de Pernambuco* do dia 9 de novembro de 1965,



sugere-se que Adhemar de Barros teria interesses em se tornar presidente do Brasil. Contudo, o AI-2 renovava o poder do Estado autoritário, mantendo atribuições legislativas ao Executivo. Diante desse cenário, a prudência do governador paulista sugere também ter ele agido pela acomodação, sobretudo ao ter afirmado que “todos os esforços se devem fazer no sentido do apoio ao governo do marechal Castello Branco” (Diário de Pernambuco, 1965j, n.p.). Sua postura em nível nacional ia na contramão da luta de Muniz pelo governo alagoano.

Era um momento de ascensão autoritária, de construção de um regime ditatorial. As artimanhas da manutenção do poder dos militares dificultaram a situação de Muniz Falcão e de Rui Palmeira. Com a extinção de seus partidos, fecharam-se as possibilidades de novo pleito eleitoral (Diário de Pernambuco, 1965k). Muniz Falcão e Rui Palmeira recorreram à Justiça Eleitoral por uma nova eleição, em vão. O TRE considerou a inexistência dos partidos como causa para a não realização de um segundo turno (Diário de Pernambuco, 1966a).

Novo ano se iniciou. 1966. Muniz Falcão insistia, recorrendo ao TRE para a realização do segundo turno das eleições. No dia 13 de janeiro, o ditador Castello Branco baixou um decreto nomeando um interventor para Alagoas, o general da reserva João Batista Tubino, que, em 31 de janeiro daquele ano, tomou posse. Nessa ocasião, o próprio presidente ditador esteve em Alagoas. O *Diário de Pernambuco* do dia 16 de janeiro de 1966 traz o posicionamento de Rui Palmeira e Muniz Falcão sobre a intervenção em Alagoas (Diário de Pernambuco, 1966b). Rui Palmeira possui uma posição condescendente ao governo militar, limitando-se apenas a dizer que aguardará o desfecho natural da situação, enquanto Muniz, mesmo possuindo uma postura de acomodação, teceu críticas ao governo militar, alegando que a ação de colocar um interventor em Alagoas seria constitucional e que estava, ainda, no aguardo de um segundo turno das eleições.

Muniz Falcão novamente não desistia da realização do segundo turno em Alagoas. Uma curta matéria do *Correio da Manhã* do dia 25 de janeiro de 1966 noticiou a ação de seu colega de chapa, o candidato a vice-governador Cleto Marques, que também recorreu ao TSE da decisão do TRE alagoano. A matéria abordou a posição de Muniz diante do bipartidarismo. Ainda na mesma edição, Muniz teria afirmado que “não estará onde estiverem os srs. Arnon de Mello, Rui



Palmeira, Luiz Cavalcante e outros que como os citados ingressaram na ARENA" (Correio da Manhã, 1966, n.p.). Muniz decidiu se filiar ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido considerado de oposição ao regime militar, alegando não ter condições de compor partidariamente com seus opositores políticos alagoanos.

Considerações finais

O cônsul Hayman Bloom assinou o telegrama norte-americano que circulou entre os integrantes do seu corpo diplomático no Brasil antes mesmo dos resultados eleitorais de 1965. Segundo ele (Embaixada Norte-Americana no Brasil, 1965), uma vitória de Muniz Falcão representaria um desafio real à "revolução", sobretudo diante da lealdade que o trabalhista mantinha com seu correligionário em São Paulo, Adhemar de Barros. Para o diplomata, a tentativa do deputado trabalhista em se inserir no "bloco revolucionário" seria um contrassenso, pois ele destaca que o candidato representava o que havia de pior entre os políticos brasileiros.

A embaixada americana no Brasil continuou com diversas comunicações internas direcionadas ao seu Departamento de Estado informando sobre a situação política e eleitoral em Alagoas. No dia 6 de dezembro, deu um detalhamento do resultado eleitoral (Embaixada Norte-Americana no Brasil, 1965) não apenas estadual, como também municipal. Além de uma análise em si do processo, anexou minucioso quadro de votos por município. Considerava a vitória de Muniz ilegal, tendo a Assembleia Legislativa recusado ratificar o resultado eleitoral. Destacou, ainda, a vitória de Divaldo Suruagy para a prefeitura de Maceió. Suruagy era um jovem eleito pela coalisão PL-UDN-PSD. Ascendia um promissor político para o atendimento dos anseios ditoriais em terras alagoanas.

Em tempo, no dia 13 de janeiro de 1966, a ditadura decretou intervenção federal em Alagoas (Brasil, 1966). Como um dos fatores preponderantes, utilizou-se da justificativa "legal" de que os candidatos não obtiveram maioria absoluta dos votos. Reforçou essa alegação considerando o Ato Institucional nº 2, de 1965, que extinguiu os partidos políticos, inviabilizando novos pleitos em eventual segundo turno entre os candidatos mais votados. O pleito somente poderia ocorrer com candidato registrado em partidos políticos e, diante da



então nova situação de inexistência dos tradicionais partidos, não haveria também eleições. O mandato de Luiz Cavalcante entrava em seu curso final. Sem a “legal” votação dentro das regras de exceção, a ditadura nomeou o general João Batista Tubino como interventor, assumindo ele as funções do Poder Executivo no estado.

Durante os meses que seguiram, no ano de 1966, Muniz continuou lutando pela realização do segundo turno em Alagoas, e assim foi ficando cada vez mais amargurado com a situação da eleição no estado. Declarou, segundo uma matéria do *Diário de Pernambuco* do dia 4 de fevereiro de 1966, que a intervenção em Alagoas “resultou de uma série de manobras das forças políticas” por ele já derrotadas em outros momentos. Podemos aqui aludir como exemplo as memórias do *impeachment*, quando conseguiu reverter seu afastamento e retornar ao Executivo. Assim, seus opositores, supostamente “sabendo de antemão que seriam derrotados, escamotearam a vontade popular”. Muniz afirmou, ainda, que os deputados contrários à sua homologação “não suportaram as pressões, nem sequer de cabos de esquadra, quanto mais de generais”. Ele destacou que o TRE de Alagoas “foi também coagido a fim de não marcar as eleições” (*Diário de Pernambuco*, 1966, n.p.).

O golpe civil-militar de 1964 agiu também contra o trabalhismo. Muniz Falcão sentia o peso das represálias do governo autoritário. Sua posição de acomodação com ponderações ao golpe em 1964 demonstrou-se, do ponto de vista eleitoral, um fracasso. Inclusive também para outros políticos. O próprio Adhemar de Barros, um dos maiores colaboradores do golpe de 1964, segundo uma matéria do *Correio da Manhã* de 31 de maio de 1966, acusou o presidente Castello Branco de estar “udenizando” o País, já que ele era, supostamente, apoiado por antigos membros da UDN que integraram a Arena após o AI-2. Esses políticos assumiram os governos de vários estados e outros cargos políticos importantes pelo País afora, fato que reforça também o caráter da participação de civis no regime militar (*Correio da Manhã*, 1966b).

Nessa mesma edição do *Correio da Manhã*, temos uma notícia rápida sobre a saúde de Muniz Falcão (*Correio da Manhã*, 1966c). Informava-se que o ex-governador trabalhista, e então deputado derrotado nas eleições de 1965 para o governo, encontrava-se gravemente enfermo. Fora levado para a cidade



do Recife (PE). Enquanto isso, circulava no *O Jornal* (RJ), edição de 1º de junho de 1966, uma alegação de que Adhemar de Barros estaria traumatizado após ter levado ao aeroporto o deputado Muniz Falcão em grave condição de enfermo quando este regressava a Maceió. “Muniz, que tanto teria dado pela Revolução, foi o único governador eleito em outubro do ano passado que não tomou posse”, teria dito Adhemar. Lamento ou remorso? Na matéria, “Ademar atribui a Castello a condição de algoz de seu leal amigo” (*O Jornal*, 1966, n.p.).

Após meses na linha de frente do embate para fazer valer a soberania do voto popular alagoano, Muniz passou a enfrentar outra batalha: sua delicada saúde. Enquanto isso, seu suposto aliado, Adhemar de Barros, teve seu mandato de governador cassado. Após receber a notícia, por coincidência ou não, a situação de saúde de Muniz se agravou, sendo transferido para o Hospital Português do Recife (*O Jornal*, 1966b, n.p.).

No dia 14 de junho de 1966, às 8 horas e 30 minutos, Muniz Falcão faleceu. O diagnóstico médico apontou um câncer de cólon como *causa mortis*. O golpe de 1964 e a ascensão autoritária do País constituem fatores psicosociais e psicossomáticos que possivelmente atingiram esse personagem político, agravando a fragilidade de sua condição biológica. Podem ser, inclusive, subjetivamente considerados sintomas de uma sociedade em estado de anomia. O corpo do ex-governador que venceu um *impeachment* e as eleições para deputado federal, resistiu às forças conservadoras e enfrentou por acomodação e/ou resistência a ditadura foi enterrado no dia 15 de junho de 1966 (Diário de Pernambuco, 1966d). Nos anos seguintes, assim como seu corpo, a democracia brasileira foi sendo “consumida” pelo autoritarismo e pela ditadura – que consideramos doenças políticas que, como um câncer, ainda assombram o tempo presente, sob o risco de metástase, a exemplo do bolsonarismo e da ascensão da extrema-direita no Brasil.

Referências

ALMEIDA, Anderson. A grande rebelião: os marinheiros de 1964 por outros faróis. In: REIS, Daniel A.; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **A ditadura que mudou o Brasil:** 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.



BRASIL. Arquivos sonoros da Câmara dos Deputados, Sessão Ordinária.

Brasília, 03 abr. 1964. Disponível em: <https://tinyurl.com/mpzpjrxk>. Acesso em: 18 mar. 2024.

BRASIL. Decreto nº 57.623, de 13 de janeiro de 1966. Acervo da Câmara dos Deputados. Brasília, 1966. Disponível em: <https://tinyurl.com/3zhwm5py>. Acesso em: 17 nov. 2023.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Resultado Eleições 1962. Alagoas. In: **Repositório de dados do TSE.** Disponível em: https://static.tre-al.jus.br/portal/eleicoes/eleicoes_anteriores/1945-1990/TRE-AL-Resultado-Eleicoes-1962.pdf. Acesso em: 21 mar. 2024.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CORREIO DA MANHÃ. **Recurso.** Rio de Janeiro, 25 jan. 1966a. Acervo da Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://tinyurl.com/yx4tkdb5>. Acesso em: 13 mar. 2024.

CORREIO DA MANHÃ. **Adhemar acusa Castelo de “Udeenizar” o País.** Rio de Janeiro, 31 mai. 1966b. Acervo da Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://tinyurl.com/2rf5hx4d>. Acesso em: 13 mar. 2024.

CORREIO DA MANHÃ. **Várias.** Rio de Janeiro, 31 mai. 1966c. Acervo da Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://tinyurl.com/2rf5hx4d>. Acesso em: 13 mar. 2024.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **No Nordeste.** Recife, 03 out. 1965a. Acervo da Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://tinyurl.com/2pp7aupb>. Acesso em: 12 mar. 2024.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Tropa Federal na eleição de Alagoas.** Recife, 09 set. 1965b. Acervo da Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://tinyurl.com/33syatpn>. Acesso em: 12 mar. 2024.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Não comparecerei.** Recife, 09 set. 1965c. Acervo da Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://tinyurl.com/33syatpn>. Acesso em: 12 mar. 2024.



DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Bomba explode em comício de Muniz em Arapiraca ferindo trinta pessoas.** Recife, 18 set. 1965d. Acervo da Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://tinyurl.com/2kkbwesr>. Acesso em: 12 mar. 2024.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Muniz telegrafa a Castelo.** Recife, 18 set. 1965e. Acervo da Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://tinyurl.com/2kkbwesr>. Acesso em: 12 mar. 2024.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Situação em Alagoas volta a agravar-se.** Recife, 24 set. 1965f. Acervo da Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://tinyurl.com/3z9kbapb>. Acesso em: 12 mar. 2024.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Assembléia alagoana não homologou a eleição de Muniz:** 20 votos contra 11. Recife, 09 nov. 1965g. Acervo da Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://tinyurl.com/2pp7aupb>. Acesso em: 12 mar. 2024.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Deslocado para o plano federal problema sucessório de Alagoas.** Recife, 14 nov. 1965h. Acervo da Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://tinyurl.com/35k8cvx9>. Acesso em: 12 mar. 2024.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Adhemar de Barros diz que continua candidato.** Recife, 09 nov. 1965i. Acervo da Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://tinyurl.com/3wamzamx>. Acesso em: 12 mar. 2024.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Periscópio.** Recife, 23 nov. 1965j. Acervo da Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://tinyurl.com/4kxcrm3t>. Acesso em: 12 mar. 2024.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **General Tubino interventor em Alagoas:** posse a 31 de janeiro. *Diário de Pernambuco*, Recife, 14 jan. 1966a. Acervo da Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://tinyurl.com/3mhvatvr>. Acesso em: 12 mar. 2024.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Rui e Falcão falam sobre intervenção.** Recife, 16 jan. 1966b. Acervo da Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://tinyurl.com/y9des2ac>. Acesso em: 12 mar. 2024.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Muniz:** vontade dos alagoanos foi escamoteada. Recife, 04 fev. 1966c. Acervo da Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://tinyurl.com/s4rvnfu2>. Acesso em: 12 mar. 2024.



DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Dep. Muniz Falcão será sepultado hoje em Maceió.** Recife, 15 jun. 1966d. Acervo da Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://tinyurl.com/4hp8bhmt>. Acesso em: 12 mar. 2024.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL. **O Sr. Muniz Falcão.** Brasília, ano 19, n. 41, p. 1281, 05 mar. 1964a. Disponível em: <https://tinyurl.com/229e7txv>. Acesso em: 20 mar. 2024.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL. Brasília, ano 19, n. 49, p. 1634, 19 mar. 1964b. Disponível em: <https://tinyurl.com/2s3mepxs>. Acesso em: 20 mar. 2024.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL. Brasília, ano 19, n. 50, p. 1676, 20 mar. 1964c. Disponível em: <https://tinyurl.com/4vtps4vt>. Acesso em: 20 mar. 2024.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL. **O Sr. Chagas Rodrigues.** Brasília, ano 19, n. 57, p. 1968, 02 abr. 1964d. Disponível em: <https://tinyurl.com/ynhec88m>. Acesso em: 20 mar. 2024.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL. **O Sr. Dias Menezes.** Brasília, ano 19, n. 59, 04 abr. 1964e. Disponível em: <https://tinyurl.com/388fsm3u>. Acesso em: 20 mar. 2024.

DOPSE-AL. **Ofício nº 03/65.** IPM 709. Disponível em: <https://bnmdigital.mpf.mp.br>. Acesso em: 08 abr. 2014.

EMBAIXADA NORTE-AMERICANA NO BRASIL. **“Campaign in Alagoas”.** 1965. Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:330464>. Acesso em: 29 fev. 2024.

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano**: o tempo da experiência democrática – da redemocratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista**: Getúlio, PTB e cultura política popular (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FOUCAULT, Michel. Conferência 4. In: FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 2012.



FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

JORNAL ÚLTIMA HORA. **Alegria popular em alagoas com a descoberta de petróleo**. Rio de Janeiro, 19 ago. 1957. Acervo da Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://tinyurl.com/mr2r5rmw>. Acesso em: 05 abr. 2023.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2014.

MARQUES, Geraldo de Majella F. de M.; TAVARES, Marcelo Góes. O governo Luiz Cavalcante: a presença do complexo Ipes/Ibad em Alagoas. In: MARIA NETA, Francisca; PEIXOTO, José Adelson L. **Fragmentos da história de Alagoas**: cultura, memória e patrimônio. Recife: Libertas, 2019.

MONTENEGRO, Antonio T. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano**: o tempo da experiência democrática – da redemocratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109-137, 2018. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310232018109>. Acesso em: 27 mar. 2024.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

MOURA, A. V. “Uma candidatura de inspiração popular”: a formação da Frente Popular Alagoana (1955). **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 17, n. 27, p. 406-430, 30 out. 2016.



MOURA, Anderson Vieira. **Trabalhadores, populismo e comunistas:** os operários têxteis de Maceió/AL durante o governo Muniz Falcão (1956-1961). 2017. 366 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

O JORNAL. **Algoz.** Rio de Janeiro, 01 jun. 1966a. Acervo da Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://tinyurl.com/2zts3wuc>. Acesso em: 13 mar. 2024.

O JORNAL. **Estado grave.** Rio de Janeiro, 12 jun. 1966b. Acervo da Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://tinyurl.com/yc8rfnr8>. Acesso em: 13 mar. 2024.

O SEMANÁRIO. **Semana nacionalista nas Alagoas.** Rio de Janeiro, ed. 74, ano 2, 04-11 set. 1957a. Acervo da Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://tinyurl.com/2jh58vrs>.

O SEMANÁRIO. **Alagoas reinvindica uma refinaria de petróleo.** Rio de Janeiro, ed. 74, ano 2, 04-11 set. 1957b. Acervo da Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://tinyurl.com/mt254uaz>. Acesso em: 05 abr. 2023.

OLIVEIRA, Jorge. **Curral da morte:** o *impeachment* de sangue, poder e política no Nordeste. Rio de Janeiro: Record, 2010.

PEREIRA, Thiago Henrique Farias; TAVARES, Marcelo Góes. O trabalhismo em Alagoas: o protagonismo operário e governo Muniz Falcão entre pactos e lutas políticas (anos 1950). In: TAVARES, Marcelo Góes; AMORIM, Helder Remigio de (org.). **História, política e tempo presente.** Arapiraca: Eduneal, 2023.

PEREIRA, Yagoo Moura. **A participação de Adhemar de Barros no processo do golpe empresarial-militar de 1964.** 2023. 242 f. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Escola de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2023.

TAVARES, Marcelo Góes; FREITAS, Matheus Araújo Machado de. As eleições para o governo de Alagoas em 1960: a ascensão do major Luiz Cavalcante e a violência nos passados e futuros presentes das lutas políticas. In: TAVARES, Marcelo Góes; AMORIM, Helder Remigio de (org.). **História, política e tempo presente.** Arapiraca: Eduneal, 2023.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **A tragédia do populismo:** o *impeachment* de Muniz Falcão. Maceió: Edufal, 2007.

CAPÍTULO 5

PARTIDO COMUNISTA REVOLUCIONÁRIO (PCR): ORIGEM E TRAJETÓRIA EM ALAGOAS DURANTE A DITADURA MILITAR

Magno Francisco da Silva

Em maio de 1966, um grupo de militantes dissidentes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)¹⁷, liderados pelo experiente revolucionário Amaro Luiz de Carvalho e pelos jovens militantes Ricardo Zarattini, Manoel Lisboa de Moura, Selma Bandeira e Valmir Costa, fundou o Partido Comunista Revolucionário (PCR).

Manoel Lisboa viria a se tornar o principal dirigente do PCR. Nascido em 21 de fevereiro de 1944, estudante de Medicina na Universidade Federal de Alagoas (Ufal), iniciou sua militância bastante jovem, aos 16 anos, ingressando no PCB. Quando aluno do Lyceu Alagoano, atuou no grêmio da escola e foi diretor da União dos Estudantes Secundaristas de Alagoas (Uesa). Enquanto universitário, encenou peças do Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (UNE), realizando apresentações nos bairros pobres e em fábricas (PCR, 2010). Sua destacada atuação no movimento estudantil rendeu-lhe a primeira prisão, ainda em 1964, sob a acusação de vender livros subversivos. Neste período, Manoel Lisboa já havia ingressado no PCdoB e os livros que vendia eram documentos propagandísticos do Partido Comunista Chinês. O escritório onde os exemplares foram encontrados, provavelmente, localizava-se no conhecido Edifício Breda, no centro de Maceió. A repressão ditatorial expulsou-o do curso de Medicina na Ufal¹⁸. Manoel mudou de estado e passou a morar em Pernambuco, trabalhando com o irmão na Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste (Cerne)¹⁹.



Em 1965, Lisboa sofreu nova prisão, agora acusado pelo atentado ao ditador Costa e Silva, no Aeroporto dos Guararapes. No momento e na hora do atentado, encontrava-se trabalhando e, como a repressão ditatorial não conseguiu reunir provas contra ele, acabou liberando-o depois de quatro dias preso. Em seguida, percebendo que já não poderia desenvolver suas atividades, Manoel entrou, por iniciativa própria, na clandestinidade. Ele havia rompido com o PCB em 1962, aderindo ao PCdoB. Concordava com a análise de Amaro sobre o PCB. A adesão ao PCdoB era a esperança de reorganizar o movimento comunista sob o que consideravam uma perspectiva revolucionária e não reformista. Entretanto, após a golpe militar de 1964, Manoel Lisboa passou a identificar no PCdoB os mesmos erros encontrados no PCB. Não concordava com a falta de atenção do partido ao trabalho no Nordeste, bem como com a ausência de liberdade de crítica interna. O contato entre Manoel Lisboa e os demais militantes alagoanos com Amaro e Zarattini estabelece a identidade de análise em relação ao PCB e ao PCdoB.

Manoel Lisboa, Valmir Costa e Selma Bandeira²⁰ sempre atuaram juntos, desde a época do PCB. Valmir Costa, codinome Gomes, amigo pessoal de Manoel e de Selma Bandeira, também se tornou um importante dirigente do PCR. Além da influência de Manoel Lisboa, Valmir viveu um processo de formação política no seio da própria família: seu pai era uma pessoa de esquerda e foi por meio dele que o jovem pôde conhecer o conceito de injustiça e simpatizar com as ideias socialistas.

Com a ida de Manoel Lisboa para Recife, Valmir também se transferiu para lá, ingressando na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), no curso de Medicina Veterinária. Responsável pelo trabalho universitário do partido, Valmir escreveu o livro *Sobre o movimento estudantil*, onde traça as orientações políticas para o trabalho do partido entre os estudantes. Eleito presidente do diretório acadêmico nos anos de 1967 e 1968, Valmir Costa liderou uma greve estudantil que durou 34 dias. A reivindicação era o acesso gratuito ao restaurante universitário, que estava ameaçado de privatização (Costa, 2013). Ele comandou uma greve num período em que a contestação significava prisão ou até morte. Por esse motivo, sentiu a necessidade de entrar na clandestini-



dade. Apesar da perseguição, só foi preso em abril de 1978, junto com Selma Bandeira, em Recife²¹.

Selma Bandeira, também integrante do núcleo fundador do PCR, nasceu no Sertão de Alagoas, na cidade de Delmiro Gouveia. Estudou em Maceió, no Colégio Moreira e Silva, e atuou no movimento estudantil através da União Estadual dos Estudantes Secundaristas (Uesa). Também participou do movimento estudantil universitário e foi vice-presidente do diretório de Medicina na Ufal. Sua atuação na universidade a credenciou como delegada no 30º Congresso da UNE, o famoso Congresso de Ibiúna. Enquanto se formava, Selma chegou a lecionar biologia no Colégio Estadual de Alagoas. Após concluir o curso de Medicina na Universidade Federal de Alagoas, transferiu-se para Recife, onde estagiou no Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira (Imip), segundo declaração de Lauro Bandeira, irmão de Selma Bandeira, para o livro *A vida e a luta do comunista Manoel Lisboa: depoimentos* (2005, p. 97). Desta maneira, todo o núcleo de fundação do PCR passou a comandar o partido a partir da cidade de Recife, concentrando-se lá como local de moradia. Selma Bandeira, até então namorada de Manoel Lisboa, casou-se com ele. Como médica, sua principal tarefa era desenvolver o trabalho legal do partido e cuidar das finanças. A convivência da nova família ainda vai ser acrescida de Lauro Bandeira, irmão mais jovem de Selma, que tinha acabado de ingressar na UFRPE.

Além dos cinco fundadores do PCR, Amaro Luiz de Carvalho, Ricardo Zarattini, Manoel Lisboa, Valmir Costa e Selma Bandeira, são incorporados, posteriormente, a esse primeiro núcleo dirigente do partido Emmanuel Bezerra e Manoel Aleixo. A partir daí, o PCR iria tentar desenvolver sua tática de realizar uma guerrilha rural a partir do Nordeste do Brasil.

A atuação do PCR em Alagoas

Manoel Lisboa e Valmir Costa iniciaram os recrutamentos para o PCR em Maceió logo após os primeiros contatos com Amaro Luiz e Ricardo Zarattini. Os primeiros núcleos organizados por eles eram compostos, predominantemente, por estudantes (Del Roio, 2006). Existia um espaço vazio na esquerda alagoana, pouca coisa restava do PCB após o golpe militar de 1964. Então, o PCR se desenvolveu ocupando esse espaço²². Porém, a perseguição política nesse período já



era grande, especialmente contra Manoel Lisboa. “Rubens Quintella tinha uma sede de pegar Manoelzinho”²³, relata Iracilda Lisboa, mãe de Manoel. Quintella esteve perto de conseguir seu intento; certa vez, Manoel teve que escapar pelas portas dos fundos da residência da mãe. Diante disso, a assistência política do PCR em Alagoas ficou sob a responsabilidade de Emmanuel Bezerra, conhecido pelos militantes alagoanos como Flávio. Todavia, Manoel Lisboa, já como principal dirigente do PCR, sempre vinha a Alagoas, tanto para acompanhar o funcionamento do partido como para visitar sua mãe, Iracilda Lisboa, que morava no bairro do Farol.

Alfredo Lisboa, sobrinho de Manoel, explica, no documentário *Manoel Lisboa, herói da resistência à ditadura* (2016), que a família de Manoel era representante da cervejaria Antarctica. Sua avó, conta Alfredo, mãe de Manoel Lisboa, era amiga do proprietário de uma empresa de ônibus que fazia a linha Maceió-Recife. Para impedir que Manoel fosse preso, o empresário dava ordem ao motorista que parasse o ônibus na porta da casa da mãe de Manoel, garantindo, assim, uma chegada e uma partida mais seguras. Isso evitou que a ditadura novamente prendesse Manoel Lisboa em Maceió, como relata Fernando Costa, referindo-se ao período em que esteve detido pela ditadura:

Num desses dias, tive um momento de muita apreensão, porque me chegou a informação de que eles estariam levando o companheiro Flávio para a Praça Lions, onde haveria um encontro com o Manoel Lisboa, que era membro, também, do PCR e militava em Pernambuco. Já foram com a seguinte recomendação, depois de amarrarem umas tábuas na perna dele: – Na hora que ele aparecer, se jogue no chão porque a bala vai comer e Manoel Lisboa não sairá vivo desse encontro. Por sorte, Lisboa vinha no ônibus e teve a informação de que havia tido essas prisões aqui. Então, no Farol (bairro) mesmo, ele desceu e procurou se esconder. Escapou dessa (Costa, 2013, n.p.).

Em Alagoas, o PCR contava com militantes metalúrgicos, funcionários dos Correios (Del Roio, 2006), médicos, engenheiros, economistas²⁴. É possível, por conta do trabalho desenvolvido entre os camponeses da zona canavieira, que envolvia Alagoas, Pernambuco e Paraíba, que o PCR também contasse com militantes camponeses.



O jornal *Luta Operária*, órgão do PCR para o trabalho sindical, na edição de número 10, de agosto de 1973, indica que o partido desenvolvia atividades nas fábricas Brandini e Sococo, localizadas em Maceió, ambas do ramo da indústria alimentícia. A referida edição traz uma matéria denunciando a exploração na Brandini. Pelo detalhamento da denúncia e pela linguagem apresentada, o autor trata-se de um militante ou um contato do PCR que trabalhava na empresa. Eis um trecho:

A maioria dos operários não recebe nem o salário-mínimo completo, muitos recebem somente 40 cruzeiros por semana e outros somente 25 cruzeiros. São obrigados a fazer extraordinário nas noites, nos sábados e domingos sem receber remuneração extraordinária por estes serviços a não ser uma gratificação que fica muito distante do pagamento por serviços extraordinários. Além disto, existe uma tal de dona Dina que vive notificando os operários que por cansaço param de trabalhar alguns minutos. Estes minutos são descontados no salário dos companheiros.

O mesmo periódico traz um depoimento denunciando o gerente da fábrica Sococo por assédio sexual e tentativa de estupro:



O gerente da fábrica, José Amaro, só paga extraordinário para as operárias que aceitam as cantadas dele. Em dezembro do ano passado, uma operária foi botada pra fora porque reagiu quando José Amaro tentou forçá-la sexualmente. Quando os familiares das operárias vão saber porque a operária saiu da fábrica, o defensor e balançador de José Amaro, um tal de Mário, inventa muitas mentiras e defeitos contra as operárias (*Luta Operária*, 1973, n.p.).

Apesar de ter militantes trabalhadores, a frente estudantil foi a que mais notabilizou a atuação do PCR em Alagoas. Cumpriu um papel importante em seu desenvolvimento o engenheiro Ronaldo Lessa²⁵, que havia participado ativamente do movimento estudantil, vindo a integrar o Diretório de Ciências Humanas e Exatas da Ufal e também atuado em atividades da UNE, fazendo-se presente no Congresso Regional de Salvador, em 1969. No período de organização da frente estudantil do PCR, Lessa trabalhava como professor do Colégio Moreira Silva, lecionando a disciplina de desenho. Por conta da sua atuação estudantil, foi preso em 1969, mas solto três meses depois. Após sua prisão, conheceu o PCR e ingressou no partido. Sua experiência ajudou a consolidar o

PCR como uma força política importante no movimento estudantil de Alagoas durante o início da década de 1970. Como explica Regis Cavalcante (2014, p. 21; p. 50):

Foi nesse momento que conhecemos pessoas como Ronaldo Lessa, que, naquela ocasião dos estudos secundários, lecionava Desenho no colégio Moreira e Silva e já trazia na bagagem toda uma experiência de militância no movimento estudantil. Ali, em 1968, compreendemos a importância da organização e da mobilização na escola, mesmo que se limitasse ao bebedouro ou a uma área de lazer, pois lá fazíamos exercícios num barreiro, por trás do CEPA.

Então houve intensa articulação para retomar a direção do DCE da UFAL. Nessa engenharia para a organização de forças e a costura da unidade, Dênis tornou-se candidato e ganhou a eleição para presidente da entidade. Nesse momento, o Partido Comunista Revolucionário, o PCR, atuou no processo e apoiou sua candidatura. Pelo Partido, Ronaldo Lessa desempenhou papel importante, articulando candidatos aos cargos de direção.

O trabalho de divulgação das ideias do PCR entre os estudantes secundaristas e universitários se dava por meio de panfletagens realizadas nas escolas e na Ufal. Segundo Regis Cavalcante (2014, p. 21):

Os próprios agentes da ditadura chamavam nossa atenção para os jornais partidários clandestinos que circulavam como “A Voz Operária” e o “Luta Estudantil”, este do PCR que já circulava nas escolas, mas nós não tínhamos conhecimento. Na ânsia de obter informações dos “jovens subversivos” secundaristas, eles acabavam passando informações sobre as atividades partidárias na clandestinidade, pouco conhecidas por nossa turma.

E Fernando Costa, que era uma das lideranças estudantis do PCR na Ufal:

Na Ufal, tínhamos o jornalzinho ‘DCE’ e, no PCR, mantínhamos o “Luta Estudantil”. Portanto, eu, o Dênis e outros colegas do PCR escrevíamos nos dois veículos, o que terminou por dar pistas à repressão, que associou os textos e identificou estilos, lembra Fernando Costa, que também atuou como uma das lideranças universitárias do PCR (Cavalcante, 2014, p. 53).

Com o crescimento do partido entre os estudantes, especialmente na Ufal, o PCR assumiu a tarefa de reorganizar o movimento estudantil universitário, que estava desarticulado por conta das dificuldades impostas pela repressão da ditadura militar.

Esse início coincidiu com o meu início também no curso de História na Ufal. Eu me elegi para o diretório e começamos um trabalho de reestruturação do movimento estudantil. Inicialmente no diretório do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, na época. Estruturamos o diretório e, a seguir, entrei no DCE, Diretório Central dos Estudantes, juntamente com o Dênis Agra, Breno Agra, Fernando Costa, meu irmão, Denisson Menezes (Costa, 2014, n.p.).

De acordo com Jefferson Costa, que foi presidente do DCE na gestão 1972/1973, o caminho adotado pelo PCR para reorganizar o movimento estudantil na Ufal passava por colocar em primeiro plano as reivindicações mais sentidas pelos estudantes, priorizando pôr em funcionamento os diretórios estudantis que estavam fechados e, logo em seguida, dar vida ao Diretório Central dos Estudantes (DCE).

Conseguimos estruturar, me parece, treze diretórios estudantis. Eles nos acompanhavam não pela questão política de esquerda, mas pela correção da política que nós adotávamos, pelo trabalho que nós fazíamos, que era sempre ligado às aspirações dos estudantes. Por exemplo, era a luta contra o ensino pago que estava começando a ser implantado, por exemplo, cobrando taxa na Residência Universitária, já cobravam uma taxa de matrícula, inicialmente de cinco cruzeiros – não me lembro da moeda da época –, de repente, no ano seguinte já passavam a cobrar 19 cruzeiros. Gradativamente, eles estavam implantando o ensino pago. A nossa luta principal no movimento estudantil foi essa. Conseguimos fazer com que os treze diretórios funcionassem, todos eles tendo um jornalzinho, fazendo promoções. O DCE, por exemplo, praticamente mantinha a FADU [Federação Alagoana dos Desportos Universitários], porque, na época, tinha muito dinheiro para esporte, mas dinheiro para as entidades que seguissem o... mas não era o caso aqui de Alagoas, onde a FADU, na época dirigida pelo Ronaldo Lessa, não recebia praticamente nada da reitoria da Ufal. O DCE, com o dinheiro das carteiras de estudante, sustentava a FADU, ajudava ainda aos treze diretórios. Os diretórios recebiam uma ajuda da Reitoria, mas era uma coisa muito insignificante. Ressuscitamos o Teatro Universitário. Promovemos novos festivais de música, tinha o Festival de Música Popular do Nordeste, várias peças sob a direção do Denisson Menezes (Costa, 2014, n.p.).

De acordo com o historiador José Alberto Saldanha de Oliveira (1994), as principais lideranças do PCR na Ufal eram: Dênis Agra (presidente do DCE na gestão 1971/1972); Jefferson Costa (presidente do DCE na gestão 1972/1973);



Breno Agra (presidente do DA de Engenharia na gestão 1972/1973); Denisson Menezes (presidente do Teatro Universitário Alagoano na gestão 1972/1973); Fernando Costa e Norton Sarmento. Além destes, o vice-presidente do DCE na gestão de 1969, Flávio Lima.

A política ampla que o PCR desenvolveu, levando em consideração, de maneira prioritária, as principais reivindicações estudantis, tornou possível a reestruturação do movimento estudantil no início dos anos 1970. Como explica Jefferson Costa:

A gente fazia um esforço muito grande para separar a atuação no DCE da militância clandestina do PCR. Nosso trabalho no movimento estudantil era dentro da legalidade, de resgate do movimento universitário e de apoio às entidades (Cavalcante, 2014, p. 53).

Segundo Eduardo Bonfim, militante estudantil na década de 1970 e atual dirigente do PCdoB: “No final de 60 e início dos anos 70, havia duas organizações hegemônicas em Alagoas: O PCR e o PCdoB, ambos partidos clandestinos”. Essa composição da esquerda também estava presente na Ufal. Assim, a luta contra a ditadura militar e o processo de reorganização do DCE tornaram possível uma aliança entre PCR e PCdoB. Apesar das divergências, essa união revela entendimento da importância do movimento estudantil como forma de enfrentar o inimigo principal, a ditadura militar. A força do PCR consolidou-se na composição das chapas. Tanto na eleição para a gestão de 1971/1972 como na gestão 1972/1973, o PCR indicou o presidente.



Dênis fora eleito presidente do DCE por uma evidente articulação das tendências políticas de esquerda. Eduardo Bonfim, que se destacaria na vida política alagoana como líder do PCdoB e constituinte de 1988, ocupou o cargo de secretário-geral na composição com Dênis (Cavalcante, 2014, p. 51).

Os militantes estudantis do PCR não se limitavam à atuação nas escolas e nas universidades. Na verdade, todo o partido se envolvia em atividades gerais, especialmente pichações e panfletagens nos bairros pobres e em portas de empresas. A orientação era formar novos quadros na cidade e levá-los ao campo, onde a guerrilha popular deveria se instalar. Desta maneira, o partido adotava ações de propaganda ousadas para um cenário de forte repressão dita-

torial, como a realização de uma panfletagem em pleno desfile militar, em 7 de setembro de 1972.

Tendo como princípio fundamental “a cidade é uma formadora de quadros, pois a Revolução começa pelo campo”, os integrantes do PCR passaram a desenvolver uma série de ações. Além do trabalho no interior do M.E. realizavam pichações de paredes e panfletagens nos bairros pobres de Maceió. Foram realizadas, também panfletagens nos Jogos Universitários Alagoanos e na passeata de 7 de setembro de 1972 (Oliveira, 1994, p. 157).

Regis Cavalcante completa:

As ações consistiam em panfletagens e pichações do tipo “abaixo a ditadura”. Todo dia o sistema apagava, mas a gente insistia em espalhar pela cidade. Nos muros, criticávamos a instituição dos prefeitos “biônicos”. Era o mecanismo de que dispúnhamos para alertar a sociedade acerca do que ocorria no país (Oliveira, 2014, p. 23).

As panfletagens e pichações geralmente aconteciam nas madrugadas. É interessante destacar a originalidade dos militantes do PCR na realização das ações de propaganda. Os panfletos, por exemplo, eram embrulhados em forma de presentes e deixados nas portas das casas, nos bairros ou em locais de grande movimentação de pessoas.

Dênis costumava ressaltar a forma original com que o PCR atraía a atenção das pessoas para o material que distribuía: os panfletos eram elaborados, impressos no velho mimeógrafo e embrulhados em diminutos pacotinhos em forma de presentes. O militante do PCR, por exemplo, se dirigia ao cinema e espalhava vários “presentinhos” em lugares especiais, como no balcão da pia do banheiro. O embrulho chamava a atenção e a curiosidade pelo que poderia existir em seu interior, fazendo com que as pessoas recolhessem aquela surpresa (Cavalcante, 2014, p. 62).

Nesse período, prefeitos e governadores eram chamados de biônicos, pois assumiam cargos sem o crivo do sufrágio universal, mediante imposição do alto escalão das Forças Armadas, que comandavam o poder central do País. Uma dessas panfletagens realizadas pelo PCR causou grande repercussão, pois questionava a fama do prefeito biônico de Maceió, João Sampaio. Como explica Joaldo Cavalcante:

No movimento popular, o partido havia conseguido impor uma dinâmica positiva, mesmo considerando as limitações impostas pela vigilância ostensiva dos órgãos de segurança do regime. Uma das ações mais comuns era a distribuição de panfletos com a população. Frequentemente, acontecia nas altas horas da madrugada... Numa dessas operações do PCR de distribuição de mensagens de contestação ao regime, que se referia ao então prefeito João Sampaio marcou a memória de Dênis. Sampaio, primeiro prefeito “biônico” da Capital, nomeado por Afrânio Lages, que inaugurou a lista de governadores “biônicos” de Alagoas pós-ditadura de 1964, explorava com competência a fama de administrador ousado e destemido, a ponto de ser propalado por seus correligionários o epíteto “João Sem Medo”. Como estava executando uma grande obra de urbanização na praia de Pajuçara, Sampaio passou a ser acusado de estar priorizando a área nobre de Maceió em detrimento dos bairros periféricos, carentes de obras públicas. Apropriando-se do fato, o PCR então distribuiu grande quantidade de panfletos que denunciavam o prefeito. De grande repercussão, o título do material era “João Sem Pai”, numa alusão ao tratamento que Sampaio destinava à população carente (Cavalcante, 2014, p. 62).

Apesar da realização de ações ousadas, o funcionamento do partido exigia regras de segurança. As reuniões não aconteciam de maneira coletiva. Geralmente, escolhiam-se praças ou alguma praia distante. Nesses pontos previamente combinados, encontravam-se o militante de base e o responsável pelo acompanhamento de suas tarefas diante da direção do partido. Como relata Regis Cavalcante (2014, p. 22):

Quem me apresentou o Emmanuel foi Ronaldo Lessa, que militava no PCR e estava de malas prontas para se fixar no Rio de Janeiro. O chamado “ponto” foi marcado na praça Oswaldo Miranda, no Poço.

E Fernando Costa (2013, n.p.), referindo-se aos encontros que realizava com Manoel Lisboa:

Eu me lembro dele sempre em algumas ocasiões, quando falavam o nome dele, eu me emocionava muito, porque tivemos uma convivência, muito embora curta, mas toda vez que ele vinha a Maceió, ele promovia um encontro nosso na Praia da Guaxuma. Na época, era uma praia muito deserta. Era um meio dele não ser descoberto pelos órgãos da repressão.



Mesmo levando em consideração tais medidas de segurança, a partir de 1973, a ditadura militar, através do Departamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), iniciou uma perseguição ao PCR, visando destruir o partido. Em Alagoas, vários militantes foram presos, entre eles todas as lideranças estudantis. Os principais dirigentes, incluindo Manoel Lisboa e Emmanuel Bezerra, foram sequestrados e assassinados. Para o aparelho repressor da ditadura militar, que já havia conseguido praticamente destruir a ALN e outras organizações políticas do Sul e do Sudeste, restava exterminar o PCR – que, apesar da morte de seus dirigentes, continuava desenvolvendo ações em Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba. Para o regime, o estopim foi a ação de expropriação de armas do suplemento do Parque da Aeronáutica de Recife, que o PCR organizou no dia 20 de março de 1973. A ofensiva contra o partido reuniu o Dops/SP, comandado por Sérgio Paranhos Fleury, o DOI-Codi de São Paulo e de Pernambuco, além do comando do 2º e do 4º Exércitos.



Por que Fleury queria destruir o PCR? Porque já estava destroçada grande parte da esquerda armada, e o PCR, no Nordeste, não estava destroçado ainda. Eles destroçaram uma parte, mas não conseguiram aniquilar. Foi um grande feito da gente, importante nas nossas vidas e do qual me orgulho também (Costa, 2013, n.p.).

Como indica o historiador José Alberto Saldanha de Oliveira (1994), provavelmente essa ação de desmantelamento do PCR começou na Paraíba, onde havia acontecido um ativo do movimento estudantil, reunião dos principais militantes estudantis do PCR, que contou com a presença de delegações de todos os estados onde o partido atuava.

Iniciada a operação da ditadura contra o PCR, as prisões começaram a acontecer em vários estados. Em Alagoas, o primeiro a ser preso foi Fernando Costa, no dia 28 de julho de 1973. No momento da prisão, Fernando conversava com uma amiga na Praça da Faculdade. Segundo seu depoimento na Comissão da Verdade de Alagoas, estava passando instruções para que ela indicasse a ajuda do advogado José Costa para os pais de Fernando. Não houve tempo, ambos foram presos.

Então na tarde do dia 28, na Praça Afrânio Jorge, mais conhecida como Praça da Faculdade, eu já sentindo o cerco apertando, conversava com uma companheira na hora que chegaram. Coincidemente eu estava orientando a mesma para que no momento em que eu fosse preso – sabia que não passava daquela tarde –, que ela procurasse meu pai e recomendasse a ele procurar o Zé Costa, que era um advogado de renome e parente nosso, no sentido de que ele agisse para tentar, o mais rápido possível, me localizar. Eu sabia que eles não iam me tratar a pão-de-ló, não. A surpresa foi que, além deles me prenderem, prenderam a companheira também, que não tinha participação praticamente nenhuma (Costa, 2013, n.p.).

Cada prisão era acompanhada de tortura, cujo objetivo era obrigar os militantes a entregar informações sobre a atuação de seus companheiros. Em Alagoas, os presos políticos eram levados para as câmaras de tortura, que ficavam instaladas nos galpões da Petrobras, localizados onde hoje é terreno da Universidade Federal de Alagoas. Relata Fernando Costa:

Abriram um álbum com fotografias. Eu me lembro de uma das figuras que eles perguntaram muito se eu conhecia, era o Ricardo Zarattini, irmão do Carlos Zara. Eu, primeiro, não era medalhão do partido, nem nunca tinha sabido que o Ricardo Zarattini tinha pertencido ao PCR e, depois, eu não tinha tido convivência. Mostraram outras e mais outras fotos, e eu percebi que aquele era o motivo para iniciar as torturas. A essa altura, evidentemente, que eram respostas nada satisfatórias. O cidadão ser jogado no pau de arara e ao mesmo tempo levando choque elétrico. Utilizavam uma maquininha, não sei se é pimentinha que chamam, mas lá eu sabia que era chamada de telefone de campanha, onde eles acionavam aquela manivela e aplicam choques. A corrente, dá para imaginar, ultrapassava essa normal de 220. Não matava, certamente porque era uma corrente alternada, não era contínua. Então eu percebia que eles voltavam a manivela. E nessas ocasiões, na maioria das vezes, eu tinha a sensação de que, a cada minuto, eu perdia os sentidos e recobrava. Resultado da coisa: chega um momento que você não tem forças mais para se manter ali, e, no entanto, é obrigado a se manter. Você perde totalmente o controle das forças. Quando, depois de certo tempo, eles tiravam do pau de arara e me colocavam numa sala molhada, onde continuava a sessão de choques elétricos. Afora, também, a pancadaria. Achando pouco, a partir daí, também, me colocavam sobre duas latas, dessas latas de óleo de um litro e com as bordas afiadas, em pé sobre as duas latas e recebendo choques. Eu lembro que, em uma das vezes, eu fui jogado, bati na parede e caí no chão sem sentidos. Então esse era o trato que eles davam. Isso no primeiro dia (Costa, 2013, n.p.).



No dia seguinte à prisão de Fernando Costa, seu irmão e também militante do PCR, Jefferson Costa, foi preso. Para ampliar a pressão, uma das características da ditadura militar também era a tortura psicológica. Dessa maneira, os pais de Fernando e Jefferson também foram presos, assim como seu irmão mais novo, Giovani Costa, além de Paulo, que era primo deles e se encontrava na residência no momento da operação policial.

Eu peguei um ônibus, que eu morava no Farol, e saltei na Praça Deodoro, e peguei um táxi. Porque nós já desconfiávamos que seríamos presos porque sabíamos que o DOI-Codi estava em Maceió, e eles vieram direcionados para a gente. No táxi, quando eu dobrei na rua do IML [Instituto Médico Legal], minha mãe morava ali, tinha uma Veraneio parada na porta. Eu desconfiei e mandei o táxi passar direto. Só que tinha uma pessoa dentro e me viu. Tinha uma construção no final da rua. Quando chegou lá, eu desci do táxi e o táxi seguiu, e eu vi quando a Veraneio foi atrás do táxi. Eu fui em casa. Quando eu empurrei a porta, a casa estava cheia de... Fui recebido por vários homens armados de metralhadora. Me deram voz de prisão. Já estava lá numa cadeira Giovani, meu irmão, que tinha passado a noite fora e chegou no outro dia. Prenderam ele e Paulo, um primo meu. Então nós fomos sequestrados. Nos botaram na Veraneio, que já tinha voltado para a porta, nos cobriram com um cobertor e nos levaram. Quando chegou num determinado local, eles botaram um capuz e desceram com a gente, quando começou a sessão de espancamento e tortura. Fernando já estava lá. Tinha sido preso na sexta-feira à tarde. Eu cheguei e eles me torturaram barbaramente, nesse primeiro dia. Depois foram prendendo, por exemplo, o Breno, Flávio, o Dênis estava viajando. O Flávio, que tinha sido do movimento estudantil, mas na época não era mais. E prenderam também uma menina que namorava com o Fernando, que era menor de idade, de quinze anos. Nos deixaram lá sendo torturados e quando não estávamos sendo torturados, ficávamos ouvindo os gritos dos companheiros que estavam sendo torturados em outras dependências. Nesse local estavam minha mãe e meu pai. Eles passaram dois dias ouvindo essas barbaridades, os gritos (Costa, 2014, n.p.).

Logo após as prisões de Fernando e Jefferson, Breno Agra também foi detido. Um dos objetivos da ditadura era pôr as mãos em Dênis Agra, que tinha bastante visibilidade política por ter sido presidente do DCE. Entretanto, no momento dessas prisões, Dênis se encontrava no Rio de Janeiro. Tinha ido visitar José Braga. Quando soube das prisões em Alagoas, preferiu não comprometer o amigo do Rio de Janeiro; então, decidiu pedir ajuda ao professor de medicina Samuel Pessoa, que residia em São Paulo. Antes de chegar a São Paulo,



Dênis passou uma semana no bairro de Santa Tereza, no Rio de Janeiro, hospedado com o amigo de infância Áureo Torres, que também estudava Medicina e era seu conterrâneo de Viçosa/AL (Cavalcante, 2014).

Porém, atendendo aos apelos de seu pai, Mário Agra, Dênis retornou a Maceió e decidiu se apresentar à Polícia Federal. Havia a promessa de que responderia em liberdade; todavia, a decisão da Polícia Federal foi prendê-lo e encaminhá-lo para o Dops em Recife, onde foi torturado, assim como os demais militantes alagoanos do PCR (Cavalcante, 2014).

Inicialmente passou 23 dias isolados numa cela. Depois, fez companhia a um camponês do Rio Grande do Norte, que também era militante do PCR. Havia muitos prisioneiros naquele departamento obscuro do Exército. O DOI-Codi fora abarrotado de pessoas, a maioria das quais possuía algum nível de vinculação com o PCR. Seja em movimentos do campo, seja nas atividades estudantis e populares nos centros urbanos das capitais nordestinas, notadamente.

[...] Depois da sessão, encarceravam Dênis, que permanecia isolado por quatro a cinco dias, sob total esquecimento. Fazia parte do ritual macabro. Depois reiniciavam todas as técnicas de tortura, com choque e, em seguida, novo isolamento... Dênis passou o período todo de cueca e urinava numa garrafinha... Raramente permitiam a saída dele até o chuveiro, e o acesso ao banheiro era esporádico... O retorno a Maceió ocorreu pelo fato de o serviço de informação ter descoberto sua pouca influência na direção do PCR no Nordeste. Era, na verdade, um militante convicto e disciplinado (Cavalcante, 2014, p. 82-83).

O único deputado alagoano de oposição, Vinicius Cansanção, do MDB, denunciou as prisões arbitrárias, exigindo uma providência, inclusive do Ministério da Educação (Cavalcante, 2014). Além de Fernando e Jefferson Costa e Dênis Agra, foram presos Breno Agra, irmão de Dênis, Denisson Cerqueira Menezes, que havia sido do Exército, Flávio Lima da Silva, Hélia Mendes, Luiz Nogueira, Paulo Newton, José Mário, Norton de Moraes Sarmento, Vera Costa, Lauro Mendes Filho, Maria das Graças Bandeira Mendes e Sônia Maria Mendes Bandeira, os três últimos irmãos de Selma Bandeira, que só viria a ser presa numa nova investida dos militares contra o PCR, em 1978.

Fernando Costa, Jefferson Costa, Dênis Agra, Breno Agra e Norton de Moraes Sarmento ficaram presos por sete meses no presídio São Leonardo, onde



responderam ao processo correspondente ao inquérito 19/73 da Polícia Federal. Atuaram em defesa dos estudantes os advogados José Costa, Mércia Albuquerque e Benjamim Neves. Foram condenados nos itens III, IV e VI do Decreto-Lei nº 477, de 26 de julho de 1969. É importante destacar que a todo o momento a reitoria da Ufal, que tinha à frente o professor Nabuco Lopes, colaborou com a ditadura, como revela este episódio acontecido com Dênis Agra, narrado pelo jornalista Joaldo Cavalcante (2014, p. 66):

Certa feita, ele estava assistindo à aula de Medicina Legal, quando chegou o motorista do reitor Nabuco Lopes. O portador trazia um “convite” para Dênis o acompanhar até a reitoria imediatamente, onde se encontraria com o reitor. A explicação para tanta pressa é que desejava conversar antes de passar um mês em viagem pelos Estados Unidos.

O convite era irrecusável, em se tratando da maior autoridade do campus universitário. E assim seguiu com o motorista. Chegando à reitoria, que à época funcionava avenida Duque de Caxias, Dênis foi surpreendido ao adentrar na sala do reitor Nabuco Lopes, a que se fazia acompanhar do coronel Pires, chefe da segurança da Universidade. Eles, então, ligaram um gravador e procederam um verdadeiro interrogatório de quase duas horas. Em todos os momentos, a inquirição insinuava ligações entre os integrantes do DCE e militantes de partidos clandestinos.

Em processo sumário pela Portaria nº 01/Ufal, de 7 agosto de 1973, eles foram impedidos de estudar na Ufal por três anos. A decisão foi assinada pelo vice-reitor, Everaldo de Oliveira Castro.

Não tivemos chance de defesa. A Ufal mandou o advogado Joubert Scala os ouvir. Ele presidia o inquérito instaurado pela instituição. Do jeito que estávamos sofrendo, até foi positivo recebê-lo. Conversamos muito à vontade, mas sabíamos que era um jogo de cartas marcadas mesmo. Não sei dizer até que ponto ele teve influência no desfecho desfavorável dessa apuração (Cavalcante. 2014, p. 85).

As prisões seguiam acontecendo; a ditadura pretendia colocar as mãos no principal dirigente do PCR, o alagoano Manoel Lisboa de Moura. Antes de atingir seu intento, os militares assassinaram Manoel Aleixo, responsável pela direção do trabalho camponês do PCR após a morte de Amaro Luiz de Carvalho. O relatório da Comissão Nacional da Verdade aponta que Manoel Aleixo foi pre-



so no dia 28 de agosto de 1973 e assassinado no dia seguinte, com um tiro nas costas, por agentes do Dops/PE. A versão da CNV contesta a apresentada pela ditadura, de que Manoel Aleixo teria sido morto no município de Ribeirão/PE após reagir à prisão e trocar tiros com a polícia.

Quanto à atribuição de responsabilidade pela morte de Manoel Aleixo, há pelo menos três indicações possíveis. Em primeiro lugar, o policial Jorge Francisco Inácio assumiu a autoria do disparo que atingiu fatalmente Manoel, conforme o auto de resistência lavrado pelo próprio agente. Por sua vez, em telegrama enviado ao Diretor do Departamento de Polícia Interior de Recife, no dia 29 de agosto de 1973, o Delegado de Polícia de Ribeirão, Odon de Barros Dias, comunicou que aproximadamente às 8 horas daquele dia, “o Sgt PM Oscar Egito da Silva que se achava a serviço secreto do exército assassinou a tiros de revólver o popular Manoel Aleixo da Silva”. Há ainda uma terceira hipótese baseada no depoimento prestado pelo ex-delegado do DOPS/ES, Cláudio Guerra, à CNV e à Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC), em que o agente declarou ter ido a Pernambuco para matar Manoel Aleixo e descreveu as circunstâncias em que se desenrolou a operação (Comissão Nacional da Verdade, 2014, n.p.).

Edval Nunes da Silva Cajá, que tinha uma reunião com Manoel Aleixo marcada para um dos dias em que ele já estava preso, confirma a tese da impossibilidade de ter havido o tiroteio em depoimento à Comissão da Verdade da Assembleia Legislativa de São Paulo:

Saí com aquele frio na barriga, aquela carga assim, aquele impacto. Desci lá, rígido e com a mão aqui já para pegar o meu revólver. Desci a escada, sem fazer... fui descendo, não apareceu nada. Passei a feira, olhei ali, nada. Nasci aqui. Fomos para frente. Mas até a hora, o medo não era tanto, porque não tinha publicado ainda. Não havia publicação. No dia seguinte saiu no jornal: “Manoel Aleixo morto num tiroteio na cidade de Ribeirão”. Onde era ponto. “Morto num tiroteio quando os órgãos de segurança foram dar voz de prisão”. Deram o nome do soldado que atirou. Tenho o nome dele lá. Que atirou por não acatar, sacou a arma, e o agente da segurança então, numa autodefesa, em legítima defesa, sacou a arma primeiro, e lá ele morreu. Uma farsa, porque não entregaram o corpo. Fomos à delegacia, nunca houve tiroteio naquele dia. E, portanto, no dia que eu fui, que era o ponto, ele estava sendo torturado, ainda não estava morto. Fiquei, dia 27, num sábado, 27 de agosto de 1973, esperando ele, e ele estava sendo torturado no DOI-Codi. Trincou os dentes, não deu uma informação, uma só informação. Então, estou falando, insistindo nisso, porque era outra farsa que foi dita, que está no livro do Cláudio Guerra, que



esse homem foi escalado para ir lá matá-lo, na cidade do Recife (Cajá, 2013, n.p.).

Todavia, Cajá contesta a versão de que Manoel Aleixo tenha sido morto por um tiro nas costas. Segundo ele, Aleixo foi assassinado por consequências de métodos brutais de tortura:

Então, estava com um ponto marcado com ele, essa queda do Manoel Aleixo foi no dia 26 de agosto de 1973, fazia as ligações. Então, em 16 de agosto caiu Emmanuel. Esse aí foi preso no dia 29, Manoel Aleixo é preso, sequestrado da sua casa, da sua casa, não foi esse cara, esse mentiroso desse Cláudio Guerra, que disse que pegou um avião do Rio, pegou uma passagem, chegou, foi encontrar, apontaram quem era ele e deu um tiro e matou o Manoel Aleixo. Ele foi sequestrado da sua casa, às quatro e meia da manhã, por quatro homens armados, numa Veraneio verde, que, segundo a sua esposa, que era uma mulher analfabeta, do canavial, cortadora de cana, disse que era um carro verde, mas tão verde quanto as canas-de-açúcar, como o verde da cana.

E levaram ele, disseram que eram amigos dele, que não se preocupasse que ele voltava já. Portanto, levaram para Recife, para o DOI-Codi, esse tempo, porque era dirigente, já tinha sido preso em 1969, quando Amaro tinha sido preso, já tinha sido preso. Então, levaram para o DOI-Codi para a cadeira do dragão, tortura, empalamento, e o mataram em pouco tempo. No dia 29 ele já estava morto. Mataram ele dia 29. Sua cabeça, esse Emilson, que é um delator e não gosto muito de citar delator, porque ali ele disse sob coação, mas disse depois que saiu, disse que viu a cabeça de Manoel, os miolos batendo na parede. Bateram de cacete, porque, de tão indignados que um cara que não tinha curso acadêmico, não tinha, não conhecia o comunismo, e com aquela, não dar uma informação, de nenhum companheiro, então começaram a sair da sofisticação e pegaram um cassetete de madeira, grande, e começaram a bater na cabeça dele que os miolos estouravam na parede. Os miolos do cérebro, a parte mole do cérebro. Isso, no dia 29, em dois dias fizeram isso com ele, em 1973. E anunciaram no jornal, no dia 30, só no dia 30 (Cajá, 2013, n.p.).

De acordo com a cadeia de comando, a CNV responsabiliza os seguintes agentes da ditadura militar pelo assassinato de Manoel Aleixo: governador de Pernambuco, Eraldo Gueiros Leite; secretario estadual de Segurança Pública, Armando Hermes Ribeiro Samico; diretor do Dops/PE, José de Oliveira Silvestre, e delegado de polícia de Ribeirão, Odon de Barros Dias. Além destes, Jorge



Francisco Inácio assume ter efetuado o disparo que resultou na morte de Manoel Aleixo e lavrou o auto de resistência com a versão falsa de morte.

Após dezenas de prisões e sessões de torturas de militantes do PCR, no dia 16 de agosto de 1973, a ditadura militar prendeu Manoel Lisboa. No mesmo dia, também foi preso Emmanuel Bezerra dos Santos, que, como já apresentado, voltava de uma viagem ao Chile e à Argentina, onde tinha a missão de contactar o Movimiento de Izquierda Revolucionário (MIR) e Ricardo Zarattini para uma aproximação com a Tendência Leninista.

A história é a seguinte. Tínhamos contato para fazer no Chile, com o MIR. Tinha de encontrar companheiros exilados, entre eles o Zarattini, que estava na Argentina. Então, a viagem, era a segunda viagem que nós fazíamos (Cajá, 2013, n.p.).

Segundo relatório da CNV, Emmanuel Bezerra e Manoel Lisboa foram presos juntos, em Recife, na praça Ian Fleming. Depois de serem levados para a sede do Dops/PE, foram transferidos para o Dops/SP, onde teriam sido torturados e assassinados pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury. A versão da ditadura é de que Manoel e Emmanuel foram mortos após troca de tiros com a polícia no Lago da Moema, em São Paulo, no dia 4 de setembro de 1973. Segundo os militares, Manoel havia informado à polícia da chegada de Emmanuel Bezerra do Chile. Armou-se uma emboscada. Quando os policiais deram voz de prisão, Emmanuel reagiu e os militares atiraram nos dois. Para confirmar a versão, os médicos do IML/SP Harry Shibata e Armando Cânger Rodrigues reafirmaram a tese da polícia nos exames necroscópicos.

Para Cajá, Emmanuel foi preso, torturado e assassinado em São Paulo, numa ação da Operação Bandeirantes, que tinha vinculação com os aparelhos de repressão de outros países que também viviam governos ditatoriais.

Emmanuel Bezerra, nem a casa onde ele morava, ele tinha um aparelho em Maceió, ele morava em Maceió na época, era assistente do Estado, em Maceió, foi capturado, foi torturado aqui em São Paulo, nem a cidade onde ele estava morando eles não souberam. O Emmanuel Bezerra. O DOI-Codi não soube onde ele estava, não só o aparelho, de onde era, ele não deu uma informação. O que sabiam era que era filho do Rio Grande do Norte, era procurado e estava vindo ao encontro de um terrorista. Não deu uma informação. Não viu nenhum dos companheiros do partido.



Quer dizer, aí montaram a farsa de que ele morreu num tiroteio (Cajá, 2013, n.p.).

José Emilson confirma o comportamento de Emmanuel Bezerra na prisão e relata as atrocidades cometidas contra ele:

E Emmanuel Bezerra, a despeito do livro *Guerra suja* dizer que ele teve uma atitude negativa, que teria dado informações para a repressão, isso é mentira porque Emmanuel morreu com os vinte dedos arrancados a alicate, inclusive o umbigo. O pênis e os testículos foram cortados à faca peixeira. Ele morreu escorado numa parede, num rio de sangue, nem o nome do pai dele, ele disse (Emilson, 2012, n.p.).

Cajá ainda afirma que Manoel Lisboa foi preso, torturado e assassinado em Recife, sendo trazido para São Paulo já morto, como forma de despistar a família.

Então, para mim, afasto qualquer possibilidade de Manoel ter vindo para cá. Veio morto, numa rede, numa estopa, e tanto que estava na cova, a estopa estava lá. Ninguém traz alguém enrolado numa estopa. E tiramos os restos mortais, está lá a estopa (Emilson, 2012, n.p.).

O fato é que tanto a CNV quanto Edval Cajá e Amélia confirmam que a versão da ditadura militar não se sustenta. Manoel Lisboa foi preso quando se dirigia a um encontro com a operária Fortunata. Na realidade, seria com a operária Maria do Carmo, mas, como ela era fiscal de um setor na Fábrica Torre, seu chefe havia dado ordem para que fizesse hora extra, então foi escalada Fortunata, que havia entrado fazia pouco tempo no PCR, para a reunião com Lisboa.

O relatório da CNV ainda reafirma o depoimento da operária Fortunata, que foi presa junto com Manoel Lisboa, para o dossiê *Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil* (2001), segundo o qual o policial Luiz Miranda, de Pernambuco, e o delegado paulista Sérgio Paranhos Fleury foram responsáveis pelas prisões. Manoel foi algemado, arrastado para um veículo e levado ao DOI-Codi do 4º Exército. Segundo denúncia de Selma Bandeira Mendes, que havia sido casada com Manoel e que esteve no DOI do 4º Exército no mesmo período, ele foi torturado pela equipe de Luiz Miranda. A CNV, seguindo a escala de comando, responsabiliza os seguintes agentes do Estado pelos assassinatos de Emmanuel Bezerra e Manoel Lisboa: presidente da República, general de Exército Emílio Garrastazu Médici; ministro do Exército, general de Exército Orlando



Beckmann Geisel; comandante do 2º Exército, general de Exército Humberto de Souza Mello; chefe do Estado Maior do 2º Exército, general de brigada Mário de Souza Pinto; chefe do DOI, major Carlos Alberto Brilhante Ustra; comandante do 4º Exército, general de Exército Valter de Menezes Paes; chefe do Estado Maior do 4º Exército, general de brigada Everaldo José da Silva; comandante da 7ª Região Militar, general de Divisão Carlos Alberto Cabral Ribeiro; chefia da 2ª seção (Informações) e responsável pelo DOI, coronel Antônio Cúrcio Neto. Ainda segundo o relatório da CNV, comandaram as prisões e sessões de tortura Sérgio Paranhos Fleury, delegado do Dops/SP, e Luiz Miranda, do Dops/PE.

Apesar da brutal repressão, a ditadura militar não conseguiu destruir o PCR. Após uma fusão com o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8), em julho de 1981, o partido reorganizou-se em 1995, atuando em todas as regiões do Brasil, incluindo o estado de Alagoas. O PCR edita o jornal quinzenal *A Verdade* e integra a Conferência Internacional de Partidos e Organizações Marxistas Leninistas (CIPOML) desde 2004.



Referências

A VIDA e a luta do comunista Manoel Lisboa: depoimentos. Recife: Manoel Lisboa, 2005. p. 97.

A VOZ OPERÁRIA. **O PCB fecha questão contra a luta armada.** São Paulo, 1968. Memorial da Democracia. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/pcb-fecha-questao-contra-luta-armada>. Acesso em: 12 mar. 2016.

ALVES, Luiz. **O covarde assassinato de Amaro Luiz de Carvalho**, 15 ago. 2012. Disponível em: <http://averdade.org.br/2012/08/o-covarde-assassinato-de-amaro-luiz-de-carvalho>. Acesso em: 11 mar. 2016.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada**: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

BEZERRA, Emmanuel. **As gerações futuras**. v. 1. Natal: DHNET, 2010. (Coleção Memórias das Lutas Populares).

BIAO, Lin. **Viva el triunfo de la guerra popular!**. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/lin/1965/guerrapop.htm>. Acesso em: 11 mar. 2016.

BUONICORE, Augusto. **O PCdoB em 1968**, 17 set. 2008. Disponível em: http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=1796. Acesso em: 12 mar. 2016.

CAJÁ, Edval Nunes. **Depoimento à Comissão da Verdade da Assembleia Legislativa de São Paulo**, São Paulo, 09 mar. 2013.

CAVALCANTE, Joaldo. **Codinome Mota**. Maceió: Venha Ver, 2014.

CERVEIRA, Neusah Maria. **Luta Armada no Nordeste (1966- 1973)**: Partido Comunista Revolucionário – O PCR. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2001.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório**. Brasília, dez. 2014.

COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DA CHINA. **Proposta acerca da linha geral do Movimento Comunista Internacional**, 14 jun. 1963. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1963/06/14.htm>. Acesso em: 11 mar. 2016.



COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Declaração sobre a política do PCB**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1958/03/pcb.htm>. Acesso em: 11 mar. 2016.

COSTA, Fernando. **Depoimento à Comissão da Verdade de Alagoas**, Maceió, 19 nov. 2013.

COSTA, Jefferson. **Depoimento à Comissão da Verdade de Alagoas**, Maceió, 18 mar. 2014.

COSTA, Valmir. **Depoimento à Comissão da Verdade de Alagoas**, Maceió, 09 dez. 2013.

DEL ROIO, José Luiz. **Zarattini**: a paixão revolucionária. São Paulo: Ícone, 2006.

EMILSON, José. **Depoimento à Comissão da Verdade de Pernambuco**, Recife, 13 dez. 2012.

EMMANUEL: vida & morte. [S.l.]: Coojornat, s.d. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/diversos/emanuel.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2016.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos**: o breve século XX (1914- 1991). São Paulo: Civilização Brasileira, 1994.

LUTA OPERÁRIA. Maceió, n. 10, 10 ago. 1973.

MACEDO, Michelle Reis de. **Recusa do passado, disputa no presente**: esquerdas revolucionárias e a reconstrução do trabalhismo no contexto da redemocratização brasileira (décadas de 1970 e 1980). Maceió: Edufal, 2015.

MAJELLA, Geraldo de (org.). **O PCB em Alagoas**: documentos (1982-1990). Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2011.

MAJELLA, Geraldo de. **Rubens Colaço**: paixão e vida – a trajetória de um líder sindical. Recife: Bagaço, 2010.

MAJELLA, Geraldo de. **Um jornalista em defesa da liberdade**. Recife: Bagaço, 2014.

MANOEL Lisboa: herói da resistência à ditadura. **Documentário**. 61 min. Direção: Carlos Pronzato. La Mestiza Audiovisual, 2016. Disponível em: <https://tinyurl.com/3yxm2fkr>.

MORAES, Dênis de. **A esquerda e o golpe de 64**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

MOTTA, Lourival de Melo. **Retrato de uma época**. Maceió: Edufal, 1984.

NIVALDO JÚNIOR, José. **Depoimento à Comissão da Verdade da Assembleia Legislativa de São Paulo**, São Paulo, 09 mar. 2013.

OLIVEIRA, José Alberto Saldanha de. **A mitologia estudantil**: uma abordagem sobre o movimento estudantil alagoano. Maceió: Sergasa, 1994.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **História**. Disponível em: <https://wwwpcb.org.br/portal/docs/historia.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2017.



PARTIDO COMUNISTA REVOLUCIONÁRIO. **Manoel Lisboa (Galego)**. 24 jan. 2010. Disponível em: <http://pcrbrasil.org/manoel-lisboa>. Acesso em: 11 mar. 2016.

PARTIDO COMUNISTA REVOLUCIONÁRIO. **Manoel Lisboa, um comunista revolucionário**: depoimentos. Recife: Manoel Lisboa, 2002.

PARTIDO COMUNISTA REVOLUCIONÁRIO. **Revista Luta Ideológica**, Recife, n. 5, 1971.

PARTIDO COMUNISTA REVOLUCIONÁRIO. **Sobre o movimento estudantil**. Recife: Manoel Lisboa, 2005.

POENER, Artur José. **O poder jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). História do marxismo no Brasil. **Revista Novos Rumos**, Campinas, v. 1, 2003.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro**: (os comunistas no Brasil). São Paulo: Brasiliense, 1989.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jair Ferreira de. **Imagens da revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

REIS FILHO, Daniel Aarão; MORAES, Pedro de Mello. **1968**: a paixão de uma utopia. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.

REVISTA LUTA IDEOLÓGICA I. **Editorial**: A luta, [S.l.], 1971.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Edunesp, 2005.

RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **O golpe e a ditadura militar**: 40 anos depois (1964-2004). Bauru: Edusc, 2004.



SILVA, Antônio Ozaí da. **História das tendências no Brasil**. São Paulo: Proposta, 1987.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

TSÉ-TUNG, Mao. **Análise das classes sociais na sociedade chinesa**, mar. 1926. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/mao/1926/03/classes.htm>. Acesso em: 11 mar. 2016.

WALKÍRIA, Cláudia. Rubens Jambo fala sobre os terríveis anos do regime militar. **Tribuna de Alagoas**, Maceió, p. 5, 10 abr. 2005.

WALKÍRIA, Cláudia. A participação de alagoas no golpe militar de 1964. **Tribuna de Alagoas**, Maceió, 03 abr. 2005.

WALKÍRIA, Cláudia. Relatos sobre os horrores dos porões da ditadura. **Tribuna de Alagoas**, Maceió, p. 6, 24 abr. 2005.



CAPÍTULO 6

A ASSESSORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA E INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (AESI/UFAL)

João José da Silva

Considerações iniciais

O foco do presente capítulo consiste em analisar a criação e a atuação da Assessoria Especial de Segurança e Informação da Universidade Federal de Alagoas (Aesi/Ufal) como um braço do governo que buscou o controle da classe estudantil e de alguns livros/exemplares na Universidade Federal de Alagoas (Ufal) no período da ditadura civil-militar. O texto aqui apresentado é uma síntese de parte da dissertação de mestrado em Educação defendida na Ufal em 2020, desenvolvida com base na análise de alguns documentos da Aesi/Ufal.

A Aesi/Ufal foi criada durante a gestão do reitor Nabuco Lopes Tavares da Costa Santos, por meio da Portaria nº 9.488, de 14 de dezembro de 1971, atuando sob os olhares do Serviço Nacional de Informação (SNI), e teve como missão acompanhar os passos da comunidade universitária, principalmente estudantes, a fim de verificar suas participações em eventos considerados subversivos.

A criação de diversas assessorias espalhadas pelas universidades brasileiras teve como principal objetivo observar de perto a conduta de membros da comunidade universitária, especialmente estudantes. Assim, houve a fundação de assessorias em diversas instituições, em conformidade com o objetivo dos militares de implementar a censura à liberdade de expressão. Compreender o momento político e como o discurso de combate aos subversivos foi estabelecido durante a ditadura é primordial para analisar a necessidade de criação de mecanismos de vigilância e de controle. Assim, de diferentes maneiras, os órgãos de informação e segurança e parte da imprensa narraram constantemen-



te o risco de ideias subversivas como estratégia política para justificar o golpe (Cavalcanti, 2015).

É neste sentido que Motta (2006) defende que o argumento anticomunista foi primordial para o governo militar tomar o poder. A Assessoria Especial de Segurança e Informação (Aesi) da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) foi criada com o intuito de atuar numa perspectiva de vigiar, observar e coibir manifestações contrárias ao regime instalado a partir do golpe civil-militar de 1964.

Estudar a ação da assessoria no interior das universidades envolve pontos obscuros, mistérios e silêncios que se apresentam como um desafio ao pesquisador. O estudo do processo histórico que marcou a trajetória da Ufal ocorreu a fim de verificar como essas ações buscaram cercear as liberdades no interior desta universidade. Antes de estabelecer o estudo da Aesi/Ufal, verificou-se a constituição de assessorias em outras universidades e órgãos. Como exemplo, citamos a criação de uma assessoria na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Segundo Motta (2014), havia uma tentativa de evitar o conflito, mas o fato de haver uma assessoria instituída na universidade provocava o receio de sua comunidade acadêmica. Ou seja, as siglas ASI/Aesi poderiam causar certo temor entre universitários e universitárias.

A assessoria, ao coletar informações sigilosas, buscava o desinteresse dos estudantes pela política ou, ao menos, que não contestassem o regime vigente – um movimento estudantil que não tivesse envolvimento político. Neste sentido, constatou-se que houve preocupação em desmobilizar o movimento estudantil e manter os estudantes sem participar, sem opinar, sem criticar, sem discutir e sem se informar sobre questões econômicas e políticas.

A presente análise é importante, pois permite, mesmo com a dificuldade de acesso aos documentos referentes aos antigos órgãos de informação criados durante a ditadura civil-militar, observar a preocupação do governo em estabelecer vigilância no interior das instituições de ensino superior (IES). No âmbito da Ufal, coube à Aesi a implementação de medidas de vigilância e controle de estudantes na participação em eventos estudantis, orientações quanto à negativa de posse a servidor considerado subversivo e a fiscalização e proibição de livros na biblioteca.



A criação e a ação da Assessoria Especial de Segurança e Informação da Universidade Federal de Alagoas (Aesi/Ufal)

A Aesi/Ufal foi criada pelo reitor Nabuco Lopes Tavares da Costa Santos, por meio da Portaria nº 9.488, de 14 de dezembro de 1971, considerando os seguintes decretos e documentos normativos: Decretos nº 66.732, de 16 de junho de 1970, e 67.325-70 (que aprovou o Plano Nacional de Informações e o Regulamento das Divisões de Segurança e Informações); Plano Setorial de Informações (normatizado pelas Portarias 10 e 11/BSB, de 13 de janeiro de 1971, do Ministro da Educação e Cultura); e considerando, ainda, o disposto na Portaria 12/BSB, de 13 de janeiro de 1971, do Ofício Circular 02/SI/Dsic/71, de 25 de janeiro de 1971. Neste sentido, o então reitor Nabuco Lopes Tavares da Costa Santos resolveu, usando de suas atribuições e competência, instituir a Assessoria Especial de Segurança e Informações da Universidade Federal de Alagoas como órgão integrante da Comunidade Setorial de Informações da Educação e Cultura, de assistência direta e imediata ao reitor; sem prejuízo no campo das informações, da orientação técnica e da coordenação do Departamento de Segurança Institucional do MEC (DSI/MEC).

Para obter a vigilância da comunidade acadêmica, a Aesi/Ufal enviaava às direções de faculdades e institutos documentos solicitando informações diversas. A fim de evitar que outras pessoas não autorizadas tivessem acesso aos documentos, estes sempre seguiam com o carimbo de **confidencial**. Para manter o controle e o sigilo, os envolvidos na troca de informações da Ufal observavam sempre o disposto no artigo 34 do Decreto nº 60.417, de 11 de março de 1967, que estabeleceu uma série de condições de segurança quanto ao trânsito de documentos “Ultra-secretos e Secretos”. O citado artigo definiu que o envio por meio de recibos seria destinado ao controle da remessa e custódia dos documentos **ultrassecretos** e **secretos**, mas estes recibos foram muito usados pela Aesi/Ufal para todo tipo de documentos.

O referido regulamento, referente ao trânsito de documentos, foi criado a fim de salvaguardar assuntos sigilosos. Os documentos da Ufal considerados confidenciais e reservados, quando julgado necessário, eram expedidos aplicando-se as medidas de segurança previstas no referido decreto. Com carimbo



de confidencial, os documentos expedidos transitavam obedecendo ao seguinte dispositivo:

art. 34. A correspondência ULTRA-SECRETA e SECRETA será expedida e transitará obedecendo, entre outras, às seguintes condições de segurança: I - Os documentos a expedir serão encerrados em envelopes duplos; II - O envelope externo conterá apenas o nome ou função do destinatário e seu enderêço. Nêle não constará anotação que indique a classificação do conteúdo; III - No envelope interno será inscrito o nome e a função do destinatário, seu enderêço e, claramente marcada, a classificação do documento, de modo a ser vista logo que removido o envelope externo; IV - O envelope interno será lacrado após receber o documento acompanhado de um recibo; V - O recibo, destinado ao controle da remessa e custódia dos documentos ULTRA-SECRETOS e SECRETOS conterá necessariamente indicação sobre o remetente, o destinatário e o número ou outro indicativo que identifique o documento. Na remessa de documentos CONFIDENCIAIS e RESERVADOS só será usado recibo quando o remetente julgar necessário; VI - Em nenhum caso, assunto ULTRA-SECRETO será expedido pelo correio, mesmo como registrado; VII - A comunicação de assunto ULTRA-SECRETO será sempre efetuada por contato pessoal de agente credenciado; VIII - A remessa de documento SECRETO poderá ser feita por mensageiros oficialmente designados, pelo correio ou sistema de encomendas, e se fôr o caso, por mala diplomática (Brasil, 1967, n.p.).

Neste sentido, diretores de faculdades ou institutos que fossem acionados para informar à Aesi sobre determinado assunto, ao receberem a solicitação, deveriam preencher um recibo, fechá-lo e remeter à chefia da Aesi/Ufal, mantendo sigilo, conforme o artigo 34 do referido decreto.

Havia, nos documentos, uma ressalva sobre a responsabilidade do destinatário com o sigilo da informação. Os documentos enviados pela assessoria possuíam um carimbo, com a finalidade de alertar que o destinatário era responsável pela manutenção da confidencialidade da informação. Essa orientação estava prevista no art. 62 do Decreto nº 60.417, de 11 de março de 1967, que regulamentava a salvaguarda de assuntos sigilosos. Além disso, o carimbo também alertava sobre a impossibilidade de documentos comporem outros processos, o que demonstrava a preocupação dos membros da assessoria em evitar o acesso de pessoas não autorizadas ao teor deles e que, por isso, deveriam ser tratados com sigilo.



Ainda sobre o Decreto nº 60.417/1967, o § 3º dispôs que o grau de sigilo ou classificação **confidencial** era dado aos assuntos que, embora não requeressem alto teor de segurança, seu conhecimento por pessoa não autorizada poderia ser prejudicial a um indivíduo ou entidade ou criar embaraço administrativo. Porém, a análise do conjunto de documentos nos permite inferir que o interesse não consistia apenas em evitar prejuízo a indivíduos ou embaraços administrativos, mas controlar o trâmite de informações de vigilância do sistema de informações e evitar que outras pessoas tivessem acesso a eles. Por isso, os registros produzidos pela Aesi/Ufal, principalmente os “Ofícios Circulares”, levavam o carimbo oficial da assessoria.

Para analisar a criação da Aesi/Ufal pelo então reitor Nabuco Lopes Tavares da Costa Santos e sua atuação no controle e na repressão da comunidade universitária, deve-se observar como esses acontecimentos representaram um golpe na democracia, agindo contra a liberdade de pensamento no âmbito da universidade.

As legislações para salvaguarda de documentos sigilosos, com a consequente utilização de mecanismos como o carimbo de **confidencial** e recibos, serviram para constatar que houve preocupação com um possível vazamento de informações que pudessem comprometer o sistema. Um aparato de vigilância também foi instituído na Ufal, ou seja, a vivência universitária esteve sob o olhar da ditadura civil-militar e a Aesi representou o braço do Estado no interior da universidade, agindo contra qualquer um que ousasse pensar contrariamente às ideias do governo.

A busca pelo controle sobre o movimento estudantil foi verificada com base na ação da assessoria que investigou a participação de estudantes em eventos estudantis, como demonstra a Informação nº 16/72/Aesi/Ufal, emitida em 1º de dezembro de 1972. Diante do recebimento de informações da DSI/MEC, o reitor e o chefe da assessoria enviaram o referido documento às coordenações de Medicina, Odontologia, Engenharia, Economia, Educação e Direito. Nele, visavam advertir sobre a representação estudantil, afirmando que congressos, conferências, simpósios, seminários e outras formas de reuniões acabavam servindo aos interesses da subversão, quando já não eram com esse propósito organizados.



O governo militar considerava ilegal todos os tipos de encontros estudantis que não estivessem em acordo com a legislação vigente, e assim constatamos a intenção de controlar manifestações políticas do movimento estudantil. A assessoria solicitou dados sobre a atuação dos diretórios acadêmicos das unidades, seus interesses, reivindicações e tendências políticas. Isso foi verificado no Ofício Circular nº 5 Aesi/Ufal/1973, emitido pela assessoria em 25 de abril de 1973, buscando informações referentes à atuação dos diretórios acadêmicos das unidades, assim como interesses e reivindicações políticas e se havia previsão de realização de congresso, simpósio ou encontro de estudantes.

Vale salientar que a União Nacional dos Estudantes (UNE) já tinha sido posta na ilegalidade e todos os tipos de encontros estudantis que estivessem em desacordo com a legislação ou contra as normas do governo eram considerados ilegais. Sobre essa legislação durante a ditadura civil-militar, verificou-se que se buscou cercear a liberdade de manifestação de pensamento, pois agiu-se contra qualquer conduta cuja promoção estivesse em desacordo com o espírito das determinações legais. Combatia-se o movimento estudantil ao defender que a este cabia “[...] preservar as tradições estudantis, a probidade da vida escolar, o patrimônio moral e material das instituições de ensino superior e a harmonia entre os diversos organismos da estrutura escolar” (Brasil, 1967, n.p.).

Continuando a análise da ação da assessoria, que buscava colher informações referentes ao movimento estudantil, verificou-se que houve vigilância aos estudantes em documento enviado em 27 de setembro de 1972 aos diretores de unidades da Ufal. Por meio do Pedido de Busca nº 38/72/Aesi/Ufal, a assessoria informou sobre a realização de eventos com temas contrários ao governo. Um deles foi o 10º Congresso Latino-Americano de Sociologia, que ocorreu em Santiago do Chile, entre os dias 28 de agosto e 2 de setembro de 1972. Outro evento foi o 22º Congresso Internacional de Sociologia, realizado em Caracas, na Venezuela, em 1973. A Aesi afirmou que, durante os eventos, possivelmente, haveria assuntos/temas de cunho nitidamente esquerdista.

A Aesi/Ufal informou às coordenações dos diversos cursos da Ufal sobre a realização de um congresso estudantil classificado como sendo nitidamente de cunho esquerdista e que outro evento iria acontecer, a fim de vigiar a comunidade universitária. Para isso, a assessoria solicitou, ainda com base no Pedido



de Busca nº 38/72/Aesi/Ufal, informações sobre as pessoas que iriam participar do 22º Congresso Internacional de Sociologia e de quem participou do congresso no Chile.

O controle, segundo Foucault (1994), é adquirido por meio de instrumentos com a finalidade de obter uma vigilância permanente, exaustiva e onipresente, capaz de tornar tudo visível, mas com a condição de tornar-se invisível. Neste sentido, o governo agia de forma sutil e sigilosa, por meio da Aesi, a fim de tornar-se vigilante, sem ser percebido, classificando documentos como sigilosos e produzindo efeitos de vigilância. Além do que, o Decreto-Lei nº 477, de fevereiro de 1969, em seu art. 1º, dentre outras determinações, proibia a organização ou participação em movimentos contrários à ditadura, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados.

Embora não tenham sido localizados os documentos anexados à resposta da direção da Faculdade de Economia e Administração, cabe observar que a devolutiva da direção foi a respeito da solicitação da assessoria. A legislação vigente não tolerava qualquer ação/expressão contra ideias do governo. Neste sentido, a assessoria buscou vigiar e informar sobre os recursos punitivos, estabelecendo uma repressão preventiva que, segundo Magalhães (1997), consistia na execução de vigilância e no controle diário que geraram uma comunidade de informações.

Um arcabouço "legal" utilizado para reprimir e desmobilizar

A presente análise da criação da Aesi na Ufal ponderou que houve intenção de combater a liberdade de expressão e o pensamento crítico por meio do controle. Além disso, considerou-se que, segundo Priori *et al.* (2012), uma estrutura legislativa bem arquitetada sustentava o regime, servindo para silenciar os grupos contrários às ideias do governo, neste caso, com foco na disciplina daqueles julgados subversivos.

Alguns dispositivos estabelecidos pelo governo serviram para combater a subversão e a indisciplina estudantil na universidade; coube à assessoria o papel de orientar quanto à utilização dessas ferramentas e dos meios de repressão e opressão ao movimento estudantil. Isso foi possível verificar no Ofício



nº 15/72, expedido pelo chefe da Aesi/Ufal com uma lista de dispositivos que poderiam ser utilizados para reprimir o movimento estudantil.

Assim, a Aesi/Ufal enviou o referido ofício, onde constavam esses dispositivos considerados legais pelo governo, a fim de coibir a subversão e a indisciplina estudantil: Estatuto e/ou Regimento; Lei nº 5.250/67 (Lei da Imprensa); Decreto-Lei nº 228/67; Lei 5.540/68; Parecer nº 62/69, do CPE; Decreto-Lei nº 464/69; Parecer nº 371/70, do CPE; Decreto-Lei nº 477/69 (com sua regulamentação); Decreto-Lei nº 898/69 (LSN).

Dentre os dispositivos citados, destacou-se o art. 11. do Decreto-Lei nº 228/67, que proibia a representação estudantil de praticar qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, racial ou religioso, além de proibir o apoio às faltas coletivas aos trabalhos escolares: era vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, racial ou religioso, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos.

O Decreto-Lei nº 477/69 proibiu manifestações de caráter político e atividades consideradas subversivas em universidades, prevendo a expulsão de estudantes e demissões de professores e funcionários; a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, fixou normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média.

Com relação à lista de dispositivos que poderiam ser utilizados para reprimir o movimento estudantil enviada pela Aesi, a direção da Faculdade de Economia e Administração da Ufal demonstrou estar de acordo com a legislação imposta pela ditadura, a fim de controlar o movimento estudantil. Isso foi verificado quando emitiu, em 7 de maio de 1973, resposta à Circular nº 15/72, de 24 de outubro de 1972, informando que havia tomado ciência e que aplicaria as medidas em caso de indisciplina de estudantes. Segundo Guazelli e Torres (2014, p. 1), havia um “[...] arcabouço legal utilizado para reprimir aqueles que se opunham ao regime”. Neste sentido, a presente pesquisa permitiu analisar a participação da assessoria e do dirigente da instituição na busca por uma comunidade passiva, não política. Isso foi constatado quando o então reitor Nabuco Lopes emitiu o Memorando nº 01/1972 à direção da Faculdade de Economia e Administração da Ufal orientando que houvesse contato constante com mem-



bro do diretório acadêmico da referida faculdade, a fim de evitar a adoção de medidas enérgicas. No documento, consta a solicitação de cooperação no sentido de manter o diretório acadêmico da unidade em contato constante, para despertar aquele órgão para as finalidades previstas no art. 1º do Decreto-Lei 228/67, ameaçando o referido diretório ao afirmar que utilizaria os recursos punitivos previstos no dispositivo.

Conforme observado em trecho extraído do memorando, para prevenir uma conduta contrária às ideias do governo, o reitor alertava para a necessidade de manter contato constante com a direção do diretório acadêmico da Faculdade de Economia e Administração. Vale salientar que o Decreto-Lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967, em seu art. 11, alínea d, previa que era vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, racial ou religioso, bem como a incitação, a promoção ou o apoio às faltas coletivas aos trabalhos escolares (Brasil, 1967).

Nessa reflexão sobre a conduta de autoridades universitárias da Ufal que limitavam o movimento estudantil em consonância com os governos militares, é importante observar que, com a entrada em vigor do Decreto-Lei nº 228/67, houve restrição ao debate político, para controlar o movimento estudantil e obter passividade dos estudantes, dentre outros dispositivos desse Decreto-Lei, que reformula a organização da representação estudantil e dá outras providências:

Conforme o art. 1º do Decreto-Lei nº. 228, de 28 de fevereiro de 1967:

art. 1º - Os órgãos de representação dos estudantes do âmbito do ensino superior, que se regerão por este decreto-lei, têm por finalidade: a) defender os interesses dos estudantes, nos limites de suas atribuições; b) promover a aproximação e a solidariedade entre os corpos discente, docente e administrativo dos estabelecimentos de ensino superior; c) preservar as tradições estudantis, a probidade da vida escolar, o patrimônio moral e material das instituições de ensino superior e a harmonia entre os diversos organismos da estrutura escolar; d) organizar reuniões e certames de caráter cívico, social, cultural, científico, técnico, artístico e desportivo, visando à complementação e ao aprimoramento da formação universitária; e) assistir os estudantes carentes de recursos; f) realizar intercâmbio e colaboração com entidades congêneres; g) concorrer para o aprimoramento das instituições democráticas (Brasil, 1967, n.p.).

A fim de atender ao disposto previsto no Decreto-Lei nº 228/67, alínea c, que definiu como finalidade dos órgãos de representação dos estudantes do âmbito do ensino superior: preservar as tradições estudantis, a probidade da vida escolar, o patrimônio moral e material das instituições de ensino superior e a harmonia entre os diversos organismos da estrutura escolar, o reitor Nabuco Lopes emitiu o Memorando nº 01/1972 à direção da Faculdade de Economia e Administração da Ufal informando que, caso os considerados perturbadores irrecuperáveis não observassem a legislação vigente e interpretassem sua atitude como demagogia, seria forçado a adotar medidas enérgicas.

Podemos inferir que essa conduta do então reitor da Ufal caracterizou cooperação para com o regime, efetivada quando Lopes salientou que, caso não houvesse a submissão de estudantes ao processo educativo elevado da coordenação, seriam considerados perturbadores e, com isso, reprimidos com ações enérgicas.

As manifestações perturbadoras caracterizam-se como atos e reuniões em desacordo com a legislação vigente, que proibiu manifestações políticas. Essa perseguição ocorreu em um momento em que a classe dos estudantes, com toda a sua liderança, foi “[...] caçada e perseguida, acuada pela ditadura” (Fonseca, 2008, p. 27).

O Decreto-Lei nº 228/1967, em seu art. 11 § 3º, destacava que, em caso de omissão das autoridades, cabia ao ministro da Educação e Cultura impor as penalidades, o que permite inferir que, se os dirigentes de instituições federais de ensino não fiscalizassem ou controlassem o movimento estudantil, sofreriam repressão pelo ministro da Educação e Cultura. Essas posturas foram indispensáveis para manter a busca pelo controle dos estudantes, a busca por uma comunidade universitária apolítica. Na medida em que o sistema de informações era aprimorado, melhor era a capacidade da assessoria de espionar; o controle de todos os opositores era o objetivo principal.

A assessoria, ao coletar informações sigilosas, buscava o desinteresse dos estudantes pela política ou, ao menos, que não contestassem o regime vigente. Constatou-se a busca por um movimento estudantil que não tivesse envolvimento político quando a direção da Faculdade de Economia e Administração emitiu em, 7 de maio de 1973, o Documento nº 109/73, afirmando que o mo-



vimento estudantil daquela unidade não vinha demonstrando interesse pelo debate político.

A direção da unidade de Economia e Administração afirmou que o Diretório Acadêmico “Pompeu Sarmento” não se interessava pela política estudantil, mas os dados mostram que havia alunos insatisfeitos com algumas irregularidades no âmbito da Ufal que estavam acarretando prejuízos quanto à formação técnica-profissional dos estudantes. Essa afirmação pôde ser verificada quando a assessoria enviou uma cópia de nota oficial da *Gazeta de Alagoas*, datada de 3 de setembro de 1972, às direções de diversas unidades da universidade, informando que alguns alunos estavam insatisfeitos com irregularidades no âmbito da Ufal.

Observou-se que a assessoria buscou controlar a divulgação das irregularidades, devendo os membros do sistema de informações informar quais alunos foram responsáveis pela publicação de tais informações, uma vez que ao movimento estudantil era vedado. Era proibido que alunos veiculassesem assuntos de insatisfações no âmbito da Ufal, o que pôde ser verificado no Memorando Circular nº 01/72/Aesi/Ufal, expedido em 3 de setembro de 1972, em que a assessoria indagou sobre a origem da publicação, salientando que o responsável deveria ser advertido de que não é aceitável a publicação em nome de órgãos representativos.

Neste sentido, constatou-se que houve preocupação em desmobilizar o movimento estudantil e manter os estudantes “[...] sem participar, sem opinar, sem criticar, sem discutir e sem informar-se sobre questões econômicas e políticas” (Oliveira, 2003, p. 30). Entretanto, houve insatisfação dos alunos, deixando clara a posição da gestão da universidade durante a ditadura, oposta à pedagogia moderna. A legislação da ditadura, principalmente o Decreto 228/67, buscou limitar a atuação do movimento estudantil, ao passo que controlou o ensino. Esse controle ocorreu quando o ensino, segundo os alunos que publicaram a nota na *Gazeta de Alagoas*, foi de encontro aos princípios básicos da pedagogia que regem a filosofia educacional.



Recrutar e controlar

Outro ponto importante na presente análise refere-se à busca por colaboradores para atuar no sistema de informações. A assessoria buscou estabelecer o controle da comunidade acadêmica, mas não agia isoladamente. Para isso, procurou colaboradores que estivessem aptos a trabalhar no sistema, resguardando o sigilo e sendo responsáveis pela coleta e guarda de informações. Isso foi verificado quando a assessoria encaminhou, em 12 de outubro de 1972, aos diretores de unidades, o Ofício Circular nº 14/1972/Aesi/Ufal, solicitando a indicação, com brevidade, de um funcionário do corpo docente ou administrativo que pudesse auxiliar no manuseio dos documentos emitidos e recebidos, funcionário este que receberia, posteriormente, instruções especiais referentes à segurança nacional.

O chefe da Aesi solicitou a indicação de pessoas de confiança, sem que estas soubessem da intenção de recrutamento para atuar no sistema de informação, o que confirma o intuito de manter sigilo no controle da comunidade universitária. Para isso, as pessoas indicadas não saberiam o porquê da indicação, sendo de responsabilidade da Aesi os contatos futuros.

O processo de seleção de pessoas para trabalhar no sistema ocorreu como uma forma de controle da assessoria, a fim de recrutar funcionários com potencial para colaborar, mediante treinamento, no recebimento e na guarda de informações sigilosas. Ou seja, o funcionário que trabalhava no controle da comunidade universitária deveria ser capacitado para manusear documentos de natureza sigilosa, auxiliando na execução da segurança nacional.

A atuação da Aesi/Ufal rendeu reconhecimento em órgãos mais centralizadores do regime, sendo elogiada pelo governo militar à época. Segundo Motta (2008, p. 39), “[...] em 30/05/1972, [...] o diretor da DSI/MEC enviou circular em que elogia as AESI da UnB, UFPA, UFRPE, UFAL, UFBA, UFSE e UFPB, dando a entender que vinham atuando com mais eficiência que as outras”.

A ação da Aesi também teve influência na seleção de pessoal. Neste sentido, a Aesi/Ufal, ao ter ciência da demissão de um funcionário, e após despacho do reitor da Ufal, solicitou ao diretor da Faculdade de Economia e Administração que desse ciência a um candidato sobre a impossibilidade de admissão como auxiliar de ensino. Além disso, houve a preocupação com a formação



dos profissionais que faziam parte do quadro docente da universidade. Isso foi constatado no Ofício Circular nº 03, de 13 de abril de 1973, enviado aos diretores de unidades acadêmicas, em que a assessoria realizou uma solicitação no sentido de fornecer informações referentes aos professores formados na instituição denominada Universidade da Amizade dos Povos Patrice Lumunda.

A Universidade Russa Amizade dos Povos (RUDN) foi fundada pelo governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em fevereiro de 1960. Foi chamada, em 1961, de Patrice Lumumba, devido à morte de uma figura política e pública, causada pela conspiração de uma organização das forças de reação. Como estava localizada na União Soviética e seu principal objetivo era promover aos jovens da Ásia, da África e da América Latina uma formação de base comunista, infere-se que a solicitação da Aesi/Ufal ocorreu para verificar potenciais subversivos, a fim de vigiar e controlar suas condutas.

Reconhecer, historicamente, as formas de controle nas universidades é importante, pois permite, mesmo com a dificuldade de acesso aos documentos referentes aos antigos órgãos de informação criados durante a ditadura civil-militar, observar a preocupação do governo em estabelecer vigilância no interior das instituições de ensino superior. Isso foi verificado quando a assessoria enviou uma relação dos livros proibidos pelo Ministério da Justiça. Essa relação foi encaminhada no sentido de controlar o uso de exemplares pela comunidade universitária. Houve restrição e coube à assessoria a função de evitar a circulação dos livros proibidos pelo Ministério da Justiça. A lista, totalizando 45 livros, foi verificada no Ofício Circular nº 11/1972, enviado aos diretores de Economia e Administração da Ufal.

Dentre os livros proibidos, constavam: *Revolução na revolução*, de Jules Régis Debray, e *A história da revolução*, de Nelson Werneck Sodré. Debray foi um filósofo, jornalista e professor francês que concluiu seu doutorado na École Normale Supérieure, seguidor do marxista Louis Althusser e amigo de Fidel Castro e de Ernesto Che Guevara, nos anos 1960, tendo o acompanhado na guerrilha, especialmente na Bolívia, onde foi preso em 1967 (Silva, 2016). Já a publicação da obra de Nelson Werneck Sodré ocorreu sob o impacto do golpe de 1964, apresentando um discurso historiográfico com a intenção de conquistar aliados para suas posições nacionalistas, inclusive militares. De acordo com



Rodrigues (2013), ao discutir a missão das Forças Armadas, Sodré deixou bem claro que elas deveriam assegurar ao País as condições democráticas e a livre expansão econômica nacional.

Houve o controle da circulação de livros que tinham ideias contrárias ao governo porque, segundo Silva (2016), as esquerdas radicais baseavam suas práticas revolucionárias em obras como *Revolução na revolução*, de Jules Régis Debray. Em resposta ao referido ofício circular sobre os livros proibidos pelo Ministério da Justiça, foi encaminhado, pelo diretor da Faculdade de Economia e Administração da Ufal, o Ofício nº 225/72, emitido em 22 de agosto de 1972, informando que não havia localizado nenhum exemplar proibido pelo governo.

Até meados da década de 1970, houve controle de obras políticas que questionassem ideias e práticas do regime. Não bastava tomar o poder; a fim de permanecer nele, os militares buscavam o controle e a proibição da circulação de determinados livros, para instituir um ensino de acordo com as necessidades do governo. Esse controle se efetivava de várias formas; reprimir o uso de livros nas universidades era uma delas.

A circulação de livros foi limitada porque, segundo Ginzburg (2006), é neles que o pesquisador recupera parte da história; é na literatura que certas ideologias reaparecem. Apesar da constante vigilância ao ensino superior e de direitos terem sido cerceados, deve-se considerar o papel de cada um no processo democrático, de liberdade e desenvolvimento do pensamento crítico. Deve-se combater todo ato contra a democracia e a favor da ditadura; não basta apenas educação, “[...] educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo” (Freire, 1979, p. 84).

Considerações finais

O governo militar criou um sistema que serviu tanto para a coleta e análise de informações como para reprimir e controlar ideias consideradas contrárias a ele. Neste sentido, o sistema de controle e repressão que começou pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) foi responsável por estratégias e ações, sendo instituído como o núcleo central de uma rede de informações e atuando na sociedade brasileira em diversos setores administrativos, inclusive na Ufal.

A preocupação do governo central em manter formas de controle dentro das universidades resultou na criação de ferramentas que lhes permitissem a investigação daqueles considerados subversivos. Assim, a Assessoria Especial de Segurança e Informação da Universidade Federal de Alagoas (Aesi/Ufal), instituída pelo então reitor Nabuco Lopes Tavares da Costa Santos, por meio da Portaria nº 9.488, de 14 de dezembro de 1971, faz parte de um sistema de vigilância, orientando o reitor e demais envolvidos nas tomadas de decisões, agindo contra a democracia.

A Aesi, como todo o Sistema Nacional de Informação, foi criada pelo poder central para executar tarefas de vigilância, censura, monitoramento e controle das ações e condutas de todas as pessoas consideradas subversivas, limitando a atuação do movimento estudantil e controlando o ensino.

Referências

ALMEIDA, Wagner de. **Algo a temer**: a linhagem repressora, 30 jun. 2023. Disponível em: <https://medium.com/revista-apuro/t-que-m-sai-aos-seus-n%C3%A3o-degenera-c4e1567db6a>. Acesso em: 27 ago. 2019.



BRASIL. **Decreto-Lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967**. Brasília, DF: Presidência da República, 1967. Disponível em: <https://tinyurl.com/4p97w9ar>. Acesso em: 24 set. 2019.

FONSECA, Mônica Padilha. **O movimento estudantil como espaço dialógico de formação**. 2008. 98 p. Monografia (Graduação em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 1975.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GERMANO, J. W. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião. **Tempo**, São Paulo, v. 20, p. 1-21, 20 ago. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/tem-1980-542x-2014203627>. Acesso em: 07 fev. 2020.

OLIVEIRA, Cristiane Costa Bicunha de. **Ditadura no Brasil**: da violência à coerção social. Lins: Faculdade Auxilium de Filosofia, Ciências e Letras, 2003.

OLIVEIRA, Gabriela Goergen de. **Comissão Nacional da Verdade**: a busca pela concretização da justiça de transição no Brasil. 2018. Disponível em: http://www.pucrs.br/direito/wp-content/uploads/sites/11/2018/09/gabriela_oliveira.pdf. Acesso em: 07 fev. 2020.

PRIORI, Ângelo *et al.* A ditadura militar e a violência contra os movimentos sociais, políticos e culturais. In: PRIORI, Ângelo *et al.* **História do Paraná**: séculos XIX e XX. Maringá: Eduem, 2012.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.



REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 171-186, jan./jun.2010.

SILVA, João José da. **A assessoria especial de segurança e informação (Aesi) na Universidade Federal de Alagoas**: a educação sob o olhar da ditadura civil-militar (1971-1974). 2020. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020.

SILVEIRA, Marco Antonio *et al.* **A Ufop e a luta contra a ditadura militar**: relatório final GT. Ouro Preto, 2017. Disponível em: https://www.ufop.br/sites/default/files/relatorio_gt_ufop_1.pdf. Acesso em: 07 fev. 2020.

CAPÍTULO 7

ESTATIZANDO UM EMPREENDIMENTO SEM TORNÁ-LO PÚBLICO: UM ESTUDO SOBRE A CONSTRUÇÃO DO TRAPICHÃO (1968-1970)²⁶

Renata Gusmão

A simples presença do Santos – e principalmente Pelé – foi uma demonstração eloquente. Três dias antes da inauguração já não havia lugares nos hotéis – infelizmente ainda poucos [...] – e a capital alagoana já apresentava um aspecto completamente diferente, com suas lojas, bares e restaurantes, além dos táxis, faturando extraordinariamente. A churrascaria do próprio Trapichão, antes e depois do jogo Santos x Seleção Alagoana, esteve sempre lotada e apresentando “shows” com artistas do gabarito de Silvio Caldas, Osvaldo Nunes e o seresteiro Orlando Vitor, que já não pretende mais deixar o Nordeste. Em suma, com o restante da programação dos jogos comemorativos da sua inauguração, o Estádio Rei Pelé vai alterar profundamente a vida de Maceió, passando a constituir, assim, um investimento mais que positivo e de longo alcance. Basta o registro que no sábado pousaram em Maceió os primeiros Boeings [...] (O Jornal, 1970a, p. 2).

A empolgação no tom de quem dava as boas-vindas ao “progresso” no mundo do futebol e nessa região do Nordeste do País era linguagem comum entre a maioria dos jornais, da grande ou da pequena mídia, que espalhavam os feitos da construção e da inauguração do Trapichão. A sequência da narrativa do periódico *O Jornal* sugere a nós, leitores, uma resposta a prováveis críticas que a suntuosidade da construção poderia receber. A matéria dizia: para a demonstração de que o Trapichão realmente fosse a “mola propulsora do desenvolvimento de Maceió”, era indispensável que mostrasse algo grandioso. Desse modo, eram apresentados aos interlocutores a capacidade de público que o local teria, a superioridade técnica em relação aos demais estádios brasileiros, a presença de turistas, a potência da iluminação utilizada e até os menores detalhes do gramado.



Não são estas, no entanto, as intenções deste capítulo. Na pesquisa e redação dos parágrafos que se seguem, houve a tentativa de compreender os meandros do empreendimento chamado Rei Pelé (construído entre 15 de janeiro de 1968 e 25 de outubro de 1970), desde a idealização até a inauguração e além. Fazê-lo dentro de uma perspectiva de classe foi questão central, pois a intenção de ler os trabalhadores e suas experiências em uma determinada expressão da ditadura empresarial-militar pode ser reveladora dos interesses das forças atuantes de uma articulação que tentava materializar os efeitos do chamado “milagre econômico” em Alagoas, dentro e fora das vistas dos espectadores.

A construção do Trapichão se insere em um contorno que ultrapassa seus muros. É expressão de um projeto de país que se beneficia da precarização das condições de existência de parte da população e que se expande como potência ao instrumentalizar promissoras áreas de atuação – como a construção civil – para consolidar o poderio de grandes empresas e sujeitos. Dessa maneira, o Estado ditatorial, uma parcela considerável do empresariado e a grande mídia agiram em conjunto e encontraram no futebol um ponto de coesão com a classe trabalhadora e a sociedade de um modo geral²⁷. De alguma maneira, os jogadores em campo representavam um conjunto mais amplo da sociedade e, se um novo alcance que vinha das vitórias dos times em campo não nascesse organicamente, os governos militares se apoderariam da capacidade mobilizadora que estas conquistas proporcionavam.

Vale mencionar que não é na ditadura militar que se inaugura a associação da imagem positiva de um governo a um conjunto de atletas na busca por legitimidade. Mas, no plano discursivo e ideológico, o Estado estabeleceu, através do futebol, relações com o contexto social, político e econômico que estava em andamento e se popularizou nos cantos mais distantes do País (Fraga, 2011). O futebol foi instrumentalizado para “a integração definitiva do país através da bola” naquele contexto de dominação política, social e econômica (Fraga, 2011, p. 8).

Em terras alagoanas, foi o governador Luiz Cavalcante (1961-1964) quem deu o pontapé para o empreendimento e articulou os mecanismos para execução da obra. Ele próprio fundou uma entidade de direito público para essa finalidade e nomeou sua diretoria; criou comissões para a escolha do terreno



e garantiu que a região escolhida realmente fosse o palco da obra, bem como fez negociações em Alagoas e no centro político da época, Rio de Janeiro, que determinaram os rumos da construção²⁸.

O mandato do “major” Luiz Cavalcante, iniciado em 1961, após eleições, foi um obstáculo para o avanço de mobilizações de trabalhadores ou de grupos políticos da esquerda alagoana (Costa, 2013). Ao longo de seu governo, Cavalcante esteve rodeado de homens de sua confiança, como Divaldo Suruagy e Ib Gatto Falcão, que, no momento oportuno, costurariam juntos o vínculo que Alagoas teve com o golpe que estava em curso²⁹.

Com a vitória golpista e a ditadura já instalada, Luiz Cavalcante continuou como governador do Estado. Em 1966, foi substituído pelo interventor João José Batista Tubino, que ali permaneceu durante 7 meses, até que assumiu o posto, em setembro de 1966, Antônio Lamenha Filho, usineiro e representante das oligarquias locais escolhido pelo general Castello Branco através da lista tríplice que os estados enviam para a homologação presidencial. Esses governos mudaram substancialmente a imagem da capital de Alagoas, Maceió, no que diz respeito à urbanização da cidade naquele período (Costa, 2013; Gusmão, 2019; Santos, 2017).

O “major Luiz Cavalcante”, como era popularmente conhecido mesmo após alcançar outra patente militar, deixou encaminhada uma organização (continuada também no governo de Lamenha Filho) que viria a se tornar motivo de celebração para muitos entusiastas do esporte, da política local e do “engrandecimento” de Alagoas. O governo estadual criou, em 1964, a Federação Alagoana de Promoção Esportiva (Fape) como instrumento de administração pública para comandar as obras do estádio (Gusmão, 2019). Era parte de seu compromisso entregar à população alagoana, e aos seus atores de bastidores, “a maior obra arquitetônica do Nordeste” (Diário de Natal, 1969, p. 4). Sua agenda era pautada em atender aos propósitos de “construir, manter e administrar praças de esportes, com a finalidade de promover o incremento dos desportos em geral no Estado de Alagoas” (Alagoas, 1964, p. 1).

A edição do *Diário Oficial do Estado de Alagoas* de 9 de setembro de 1964 menciona que o governador Luiz Cavalcante estaria autorizado a doar o terreno que o estado adquirisse para a construção de um estádio. Segundo informações



do jornalista Lauthenay Perdigão, que participou da escolha do terreno e conhecia uma parte das negociações, uma comissão foi criada pelo governador para a escolha do local. Entre os bairros cogitados, havia a região onde atualmente situa-se o Mercado da Produção de Maceió, no bairro da Levada, logo descartada pela proximidade da Lagoa Mundaú e a consequente necessidade de fundação no solo, que demandaria altos gastos. Também foi considerada uma extensão no Tabuleiro do Martins, porém, o escolhido foi um terreno no bairro do Trapiche da Barra. De acordo com Perdigão (2019), esta era uma localidade com boas saídas para o interior do estado e para vias importantes da capital. Porém, a terra pertencia ao “senhor Moraes”, que possuía uma vacaria e não quis vender o terreno. Moraes teve seu imóvel desapropriado e a área começou a ser limpa para receber a construção.

Naquela época, o Trapichão era o maior estádio da região e o 12º do mundo, segundo *O Jornal*, em edição de outubro de 1970. Era a “menina dos olhos da gente de Alagoas” (*O Jornal*, 1969, p. 9) e estabelecia ali uma nova fase do futebol local, pois, depois de entregue, a realização de jogos noturnos buscara garantir a frequência de maior público. A expectativa era tão grande que a projeção inicial do estádio se preparava para a recepção de 1/3 da população maceioense. Construído para comportar 70 mil pessoas, aquele feito expressava o esforço de incorporação em um projeto de engrandecimento, de acordo com os parâmetros daquele desenvolvimento nacional.

Depois da pedra fundamental: experiências de trabalhadores, superexploração e riscos

Se esse momento se mostrou de euforia ao setor político, à imprensa e a determinados grupos que se valiam financeiramente da realização do empreendimento, para outros, a situação era contrária. Assim, chegamos a Cícero da Silva, servente naquela obra. Geralmente, os serventes estão no menor nível hierárquico do canteiro e são a maioria nesses espaços. É comum que fiquem com grande parte do serviço pesado, principalmente quando há ausência de maquinário que alivie o nível de esforço exigido em tais serviços³⁰.

Entre o fim do verão e o início do inverno de 1969, de segunda a sábado, Cícero gastava os dias peneirando e carregando areia, chapiscando lajes, pre-



parando e aterrando o solo, escavando valas e circulando degrau por degrau para o preenchimento de concreto das arquibancadas, em troca de uma diária de 5 cruzeiros novos paga pelo governo de Alagoas, algo que correspondia ao parâmetro salarial da categoria na época. Ao longo de seis meses de serviço, Cícero da Silva partia de sua casa, na Rua da Floresta, no bairro do Jacintinho, em direção à Avenida Siqueira Campos, onde se situava a obra, que, em seu segundo ano de construção, já tomava forma e ultrapassava os problemas iniciais de drenagem e aterramento (Alagoas, 1968). Era um trajeto de aproximadamente 12 km. Ao iniciar seu expediente, ele e os demais que executavam os chamados “serviços de campo” vestiam seus trajes de trabalho, que consistiam, basicamente, em uma bermuda e um chapéu, e se preparavam para a lida diária.

Figura 1 - Fase de construção do Trapichão



Fonte: Museu dos Esportes, s.d.

No centro da imagem, é possível ver armadores na atividade de corte e armação de ferros, que seriam parte dos pilares antes da concretagem; enquanto ao fundo e à esquerda, há homens manuseando carros de mão pelo canteiro de obras. Em certo momento do decorrer da edificação, os armadores reivindicaram aumento do preço pelo corte e armação de ferros e, em março de 1969, obtiveram o acréscimo de cinco centavos por quilo de ferro trabalhado (Ala-

goas, 1969), o que sugere que essa categoria não recebia salários fixos, mas por produtividade.

Em relação aos trabalhadores das demais áreas, como carpintaria, instalações elétricas, instalações hidráulicas, manipulação do maquinário, concretagens, acabamentos, agronomia, topografia, arquitetura, engenharia e outros, não há informações uniformes sobre os valores ou a forma de pagamento dos salários. Em alguns processos trabalhistas em que existe menção sobre esse tópico, há situações que descrevem o pagamento de salário mínimo regional, com recebimento semanal, enquanto outras mencionam o recebimento de diárias que somam um valor inferior ao mínimo regional. Tem-se, portanto, uma dificuldade considerável em interpretar esses dados, tanto pela falta de um maior volume de documentos quanto pela possibilidade de encobrimento dos reais salários atribuídos às diferentes categorias no âmbito da Justiça Trabalhista.

A análise de um conjunto de imagens registradas em diferentes momentos da construção do estádio aponta que o estado não elegeu um padrão de segurança, nem sequer ofereceu qualquer equipamento de proteção para os trabalhadores da obra. Alguns deles calçavam sapatos, outros trabalhavam descalços; alguns trabalhavam vestidos com camisas e outros, não; alguns usavam calças, outros, bermudas – que, pelo que se apresenta, era o único elemento obrigatório nos canteiros. Também não havia preocupação manifesta contra acidentes ou danos característicos desse ambiente que justificassem o uso de máscaras, capacetes, óculos de proteção ou mesmo a montagem de uma estrutura segura para a circulação dos funcionários e o manuseio de materiais.

O carnaval de 1969 tinha acabado havia poucos dias, e Cícero da Silva chegava ao fim do expediente em 27 de fevereiro quando ocorreu uma reunião ordinária e foi comunicado aos trabalhadores que seriam iniciados os turnos da noite, tendo em vista a aceleração das obras, que seria focada nas concretagens do estádio. O superintendente da Fape solicitava urgência para a conclusão dos serviços de tubulação nos cinco setores da parte terrea, para andamento das demais etapas, e os operários foram informados de que, quando escalados para o turno da noite, teriam direito à distribuição de um café “na base de charque e farinha” (Alagoas, 1969, p. 10). Não há menção, nos registros consultados, se a Fape fornecia outras refeições aos funcionários ou se essa era uma exceção



para aqueles que estenderiam os turnos por mais cinco horas. Também desconhecemos quanto do salário foi acrescido pelo aumento da jornada de trabalho. Daquele mês em diante, os trabalhos seguiram com grande esforço, para que os diversos serviços ali em andamento não parassem e, consequentemente, onerassem ou atrasassem o andamento da obra.

O conjunto das narrativas promovidas por vozes “oficiais”, desde a anotação do cotidiano do canteiro de obras em uma ata de registro até as menções jornalísticas divulgadas nas mídias, era atravessado por uma espécie de orgulho paternalista que valorizava o empreendimento como algo genuinamente “alagoano” e que pertencia à população comum. É evidente que havia conveniência em compor valores identitários no povo na medida em que geravam uma suposta aproximação entre quem comandava a obra e quem aguardava por ela. Apesar da estratégia, o tamanho do distanciamento entre esses “pares” se mostrava nos grandes detalhes, como na escolha do nome para o estádio, que, antes de “Rei Pelé”, seria intitulado “Lamenha Filho”, homenageando o governador que o entregaria à sociedade.

Em menos de três anos, a obra foi finalizada e entregue com grandes festejos dentro e fora do campo, algo que somente seria possível com um grande investimento financeiro, diga-se de passagem, cuja fonte de captação é a parte mais ocultada do empreendimento, e com a superexploração dos trabalhadores ali reunidos. A partir da sólida, embora ainda pequena, bibliografia sobre as condições laborais e de existência dos trabalhadores ao longo da ditadura e do conjunto de fontes analisadas, como processos trabalhistas, jornais, livros de ocorrências e entrevista, é possível concluir que houve uma intensa rotatividade de trabalhadores durante a edificação do estádio. Além disso, a velocidade com que a construção ocorreu expôs os empregados a uma condição elevadíssima de produtividade, que pode apresentar consequências nefastas para a saúde dos envolvidos.

De acordo com Ana Beatriz Silva (2016, p. 129-130), somente no ano de 1970 foram notificados 281.133 acidentes de trabalhadores empregados na construção civil. Porém, o número era muito maior do que os oficiais, devido à imensa quantidade de funcionários que as empresas não registravam e, consequentemente, não notificavam em casos de possíveis sinistros. No quadro



mais geral dos trabalhadores desse ramo ou em outros cuja mão de obra não era especializada, a prática de não assinar a carteira profissional provocava um quantitativo substancial de subnotificação dos dados. Porém, é importante considerar que os coeficientes divulgados foram produzidos em um estado de forte censura e controle dos meios de comunicação (Silva, 2016, p. 118). A ideia de que os acidentes eram fatalidades e que estavam inherentemente vinculados aos riscos de determinadas profissões foi amplamente fortalecida pelo Estado e pelo patronato. Ainda segundo Silva (2019), em 1970, um entre cinco trabalhadores com registro na Previdência Social sofreu acidente no exercício da profissão, fenômeno que ocorreu no período de maior acumulação e concentração de capital. Não é coincidência, portanto, que, nos anos do “milagre econômico”, o Brasil tenha sido considerado pela Organização Internacional do Trabalho o recordista mundial em volume de acidentes de trabalho (Silva, 2016).

A noção de que os acidentes eram um fenômeno social e não individual foi explorada por Ana Beatriz Silva (2016, p. 117-118), que prossegue a análise:

Apesar do encobrimento, da negação e da minimização deste fato por parte do governo [...], os altos índices brasileiros de sinistralidade laboral revelaram mais esta faceta da ditadura, talvez não menos violenta do que a tortura e a perseguição aos opositores do regime, e que escancara seu caráter de classe.

Enquanto a construção civil se tornou um dos ramos que alcançou maior crescimento durante a ditadura militar, foi também um dos que mais empregou e, proporcionalmente, o que mais acidentou (Campos, 2014; Silva, 2016). Visto como um momento promissor para muitos empresários, o custo desse crescimento foi extraído da precarização das condições de trabalho, do barateamento da mão de obra, do aumento da rotatividade e da desmobilização da categoria ali empregada.

Em 17 de julho de 1969, Cícero da Silva foi demitido sem receber o que lhe era legalmente devido. Duas semanas depois, acionou a Justiça do Trabalho de Maceió, para que a Fape depositasse os valores referentes ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e os relacionados a aviso prévio, 13º salário e férias proporcionais ao tempo em que esteve naquele emprego (Maceió, 1969). Passados três meses da abertura da ação, após sucessivos adiamentos por parte



da Justiça e da Federação, ocorreu, enfim, a primeira audiência. Lá estava Cícero, sem advogado algum, enfrentando um dos braços do governo de Alagoas, em plena ditadura.

Quem representou a Fape nesta e em outras ações foi um dos maiores escritórios de Alagoas da época, o Escritório de Advocacia Quintella, Jucá e Uchôa, grupo que mantinha relações com o estado de Alagoas quando havia reclamações na Justiça que o envolvessem. Os advogados representantes da Federação não compareceram à audiência de Cícero da Silva. A Junta de Conciliação e Julgamento de Maceió processou, então, as demandas do reclamante à revelia da reclamada. Esse era o procedimento aplicado aos empregadores que deixavam de comparecer ao chamado da Justiça, previsto no artigo nº 844 da Consolidação das Leis do Trabalho (Brasil, 1943).

Ao tomar conhecimento da sentença que favorecia o antigo empregado e obrigava a Federação a restituí-lo na quantia de 237,14 cruzeiros novos, a defesa, representada por José Elias Uchôa Filho, açãoou um recurso em segunda instância, porque entendeu que houve “demasiada rigidez” na atuação do juiz Pedro Barbosa Júnior. O valor previsto no final da ação foi o mesmo pedido na petição inicial e fazia referência aos objetos já expostos. Ou seja, não havia o acréscimo de nenhum centavo que fugisse ao respaldo da lei, e ainda assim a Fape se recusou a cumprir seus deveres de empregadora e seguiu criando estratégias para continuar sem fazê-lo. O advogado José Elias Uchôa chegou a anunciar que Cícero da Silva teria sido demitido porque cometeu falta grave e, portanto, não faria jus a uma parte das demandas que pleiteava. Porém, a Junta não acolheu esse argumento, porque faltou a explicação de qual falta grave teria sido.

É evidente que a relutância da Federação em cumprir suas obrigações empregatícias, ou mesmo a sentença da Justiça, não ocorria devido aos valores que estavam em jogo. Ampliando a observação da postura como empresa pública, percebe-se que existe um vácuo entre o discurso e a prática, exposto, por exemplo, na fala do superintendente Napoleão Barbosa na comemoração dos seis meses do lançamento do primeiro concreto da obra, que oportunamente coincidiu com o aniversário da emancipação política de Alagoas:



Caríssimos operários, companheiros do dia a dia da luta pelo progresso, em cada coluna que fica assentada, em cada pedra que se coloca nesta edificação, encontramos a dignidade do trabalhador alagoano.

A FAPE e o povo de Alagoas de uma forma geral ficam a dever a todos os senhores e a cada um em particular a cooperação ativa e benfazeja. Os senhores são responsáveis, juntamente com nossos técnicos, repetimos, pela demonstração do que podemos fazer, do que podemos realizar, desde que as nossas tarefas sejam cumpridas com seriedade e honestidade. E dessa forma, queremos com este churrasco, homenageá-los, sabendo que, em homenageando a todos os senhores estaremos sendo justos e honestos com nós mesmos. Desde que acreditamos no trabalho como força das mais importantes na construção do futuro da Pátria (Alagoas, 1968, p. 2).

A mesma instituição que se colocava “promotora” da dignidade dos seus funcionários e se dirigia aos trabalhadores de forma tão proselitista na presença de “autoridades” e visitantes “proeminentes” sequer pagou a Cícero e a outros os direitos essenciais de um vínculo trabalhista e conduziu da forma mais desgastante possível este conflito quando foi judicializado. No tocante aos valores financeiros, é digno de nota que informações publicizadas nos jornais afirmavam que havia centenas de milhares de cruzeiros a serem pagos aos times que participariam dos jogos de inauguração, inclusive com cotação bastante acima da média de outros estádios.

O Vasco, que viria para um jogo em 3 de setembro de 1970, teria recebido 25 mil cruzeiros em amistosos disputados em Natal e em João Pessoa, mas receberia 45 mil em Maceió para enfrentar o Clube de Regatas Brasil (CRB) (O Jornal, 1970b). Além disso, o Santos recebeu a proposta de 400 mil cruzeiros por três exibições no Trapichão, sendo a primeira no dia da inauguração. O clube cancelou uma excursão para os Estados Unidos, que ocorreria na mesma data, para vir jogar em Maceió (O Jornal, 1970c).

Ao longo da pesquisa, não foram identificados patrocinadores que se apresentassem como potenciais pagadores das despesas com os prêmios ou com os times visitantes. No caso específico da negociação com o Santos, o periódico *O Jornal* afirma que Napoleão Barbosa confirmou que o governador Lamenha Filho ofereceu a quantia ao clube. As festas de inauguração duraram 20



dias e, nesse ínterim, ocorreram sete jogos entre clubes locais e visitantes de dentro e de fora do Brasil.

Quais as razões dos clubes de futebol receberem uma cota maior (quase o dobro) do que ocorria em outras cidades para jogar em Maceió? Era o governo do estado que pagava essas quantias? Se o estádio foi construído pelo Estado, por que não era público? Embora tais questionamentos não sejam objeto de investigação do presente texto, é válido lançá-los, na tentativa de buscar os limites do quanto dispendiosos foram o empreendimento e sua inauguração e se esse investimento resultou em frutos para a população local.

De volta ao processo, após a Fape recorrer da decisão da JCJ de Maceió em segunda instância, Cícero da Silva acionou o advogado Dorgival Vieira Leite, que o acompanhou até o fim da tramitação e expedição da sentença emitida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6^a Região, a segunda instância da Justiça do Trabalho de Alagoas, em 10 de novembro de 1970. A Justiça do Trabalho prescindiu um prazo de quase o triplo do tempo em que Cícero da Silva trabalhou na obra para fazer com que o governo de Alagoas pagasse a indenização que devia a seu antigo empregado com o acréscimo da correção monetária, totalizando 271 cruzeiros e 52 centavos. Parte dessa demora se deve ao fato de o TRT ter cobrado explicações da Fape. Em meados de junho de 1970, o processo se encaminhava para sentença quando o Tribunal converteu o julgamento em diligência e exigiu que a federação apresentasse o estatuto da sua constituição como Entidade de Direito Público, pois a defesa do órgão invocou este argumento como base para não pagar as custas processuais da primeira instância. Ocorre que uma legislação de agosto de 1969 concedia a dispensa do depósito de custas processuais às fundações que não explorassem atividades econômicas, visto que elas se comparavam a empresas públicas. Porém, em setembro do mesmo ano, um novo decreto revogou o trecho que equiparava fundações a empresas públicas e aquele privilégio de isenção sobre custos de processos havia desaparecido (Gusmão, 2019, p. 92). Ainda assim, a Fape tentou utilizar sua natureza jurídica para escapar das obrigações processuais.

Vale ressaltar que era recorrente, ao longo da ditadura, que leis fossem ora criadas, ora desfeitas, na busca de legitimidade do regime. Desse modo, a partir do Ato Institucional nº 2, a gestão pública poderia ser alterada tanto em



termos administrativos quanto econômicos, via decretos expedidos pelo presidente. Depois do AI-5, as alterações já não possuíam mais restrições e podiam ser alteradas em qualquer matéria (Gomes; Silva, 2013; Gusmão, 2019). Já o que também explica a demora são os adiamentos das primeiras audiências por parte da própria Justiça e pelo protelamento da defesa da Fape na execução da ação de Cícero da Silva. Essa era uma estratégia bastante comum do patronato para estender o trâmite processual e torná-lo longo e desgastante para os trabalhadores que açãoam a Justiça (Gusmão, 2019).

A forma como a Fape se comportou nesse processo diferiu das outras ações a que tivemos acesso. Nos processos abertos por Edigorqson dos Santos, Nelson da Silva, João Alves Pereira e Benigno da Silva, as motivações foram similares. Em geral, pleiteavam o pagamento de aviso prévio, FGTS e o proporcional ao 13º salário e às férias; o padrão de resposta da Federação era pela conciliação. Um valor inicial era pleiteado pelo trabalhador, havia uma audiência de conciliação e ali uma quantia mais baixa (o total pago na média dessas ações girou em torno de 50% do valor inicial) era atribuída, geralmente paga pela outra parte integralmente (Maceió, 1969). Quando ocorreu a diligência, a entidade explicou à Justiça o propósito de sua criação e a fonte de sua renda. Foi anexada aos autos uma edição do *Diário Oficial*, datada de 5 de dezembro de 1964, que continha o Decreto nº 1.262, de 4 de dezembro de 1964, da criação e de seu funcionamento. O art. 2º do decreto afirmava que a Federação

[...] será formada, inicialmente, pelo crédito especial de Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros), aberto pela Lei n. 2697 (art. 2 <<a>>), de 2 de dezembro de 1964; pelos bens que lhes serão especialmente dotados, pelo Estado, na conformidade do que dispõe o art. 2º da Lei n. 2680, de 9.9.64, e sua renda constituída de recursos orçamentários até agora consignados para a construção do Estádio na Cidade de Maceió, ex-vi do art. 3º da supracitada lei (Alagoas, 1964, n.p.).

Na mesma edição do *Diário*, o governador nomeou a diretoria executiva da federação, formada por Napoleão Lopes Cavalcante Barbosa, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Alagoas, no cargo de diretor superintendente; Segismundo Cerqueira, diretor da Caixa Econômica Federal de Alagoas,



como diretor administrativo; José de Melo Gomes, secretário executivo dos Negócios da Viação e Obras Públicas, como diretor de promoção.

Enquanto o espetáculo da obra e a inauguração foram amplamente comentados nas mídias, as fontes de renda do empreendimento ganharam uma narrativa superficial. Tanto no relato de Perdigão como em discursos de outras personalidades, é comum a menção à realização de bingos como instrumento de captação da renda responsável por parte considerável da execução da obra. Isso se demonstra no tom ufanista do discurso já mencionado de Napoleão Barbosa, ocorrido no aniversário da emancipação política de Alagoas de 1968. O dirigente fez questão de destacar que “o povo” financiava a obra através da aquisição de quotas de participação:

Assim acontece com o esporte que preenche uma importante função social. Caso os senhores olhassem mais detidamente para o esporte compreenderiam que a grandiosidade destas obras não se esgota na beleza de sua edificação. Esses pontos acrescentam-se ao significado deste Estádio no contexto social, pois é uma verdadeira possibilidade de oferta com conforto para o divertimento coletivo e, por outro lado a maneira através da qual vem sendo financiado, é verdadeiro fator educativo para solidariedade do povo aos grandes acontecimentos.

[...]

Os senhores não desconhecem que essas obras vem sendo, em grande parte financiadas pelo povo, por aquelas pessoas que adquiriram as quotas de participação (Alagoas, 1968, p. 1).

O apelo de proporcionar uma relação direta, não necessariamente institucionalizada, dessa liderança com as massas é nítido. Barbosa também fala, orgulhosamente, da economia que o governo do estado obteve ao não empreitar a obra, realizando ele mesmo, através da federação, a contratação dos empregados, a escolha da chefia do empreendimento e seu financiamento. Se tais elementos são mérito do estado de Alagoas, também lhes devem ser propriamente atribuídos a superexploração dos trabalhadores, os acidentes e o óbito em uma obra de sua responsabilidade. Um operário, de nome e função desconhecidas, morreu enquanto trabalhava, após cair de uma estrutura que funcionava como elevador (Perdigão, 2019). É tarefa difícil não associar esse desastre ao alto nível de desgaste diário em uma obra onde se fez de tudo para economizar gastos



relacionados à força e à segurança de trabalho. Embora já tenhamos mencionado a necessidade do uso de equipamentos de proteção e a negligência como política, é em casos reais como este que os efeitos da ausência desses cuidados se apresentam.

Ladislau Nicácio dos Santos, também servente na construção, foi exposto a um enorme prejuízo. Ele adquiriu problemas na visão em função do contato com o concreto armado, situação evitável se houvesse equipamentos de proteção disponíveis para quem trabalhava no serviço pesado dos canteiros. Durante dois anos, esteve afastado do trabalho sob benefício do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) para que se recuperasse. Quando encerrou o benefício e Ladislau retornou ao serviço, soube que havia sido demitido pela Fape, com base na alegação de abandono de emprego, mesmo tendo apresentado o atestado de afastamento do INPS. Segundo ele, a empresa também teria alegado que ele deveria ser aposentado, pois não possuía condições de voltar ao trabalho (Maceió, 1972).

Como forma de pleitear os direitos suplantados, Ladislau também recorreu à Justiça do Trabalho e lá, após a primeira audiência, foi readmitido. Sua reclamação não tinha objetivo de reaver o cargo, mas de receber os valores relativos às férias, ao 13º salário e ao aviso prévio pelo tempo em que esteve empregado, bem como registrar o vínculo empregatício em sua carteira profissional.

As experiências de Cícero da Silva e de Ladislau dos Santos expõem a dimensão de precarização das relações de trabalho agenciadas pelo governo de Alagoas naquele microcosmo que foi a construção do Trapichão. O próprio reconhecimento do vínculo formal de trabalho era relegado à despreocupação e ao comodismo de seus agentes.

Os custos de uma grande construção: interesses privados e desvio de dinheiro público na edificação do Trapichão

Napoleão Barbosa era um nome afamado na política local ao longo de décadas. Ávido agenciador dos interesses patronais no interior da estrutura do estado desde os anos 1950, foi presidente da Federação das Indústrias do Estado de Alagoas por mandatos consecutivos, geralmente eleito por unanimida-



de (Folha de Alagoas, 2022). Durante os anos da ditadura, ocupou cargos-chave na direção de espaços promissores para o empresariado. Participou de obras como *O diagnóstico socioeconômico de Alagoas e Facilidades para instalar uma empresa em Alagoas* (Barros, 2005). Não localizamos empresas abertas em seu nome – fato curioso, visto que, para que representasse industriais na Federação das Indústrias, certamente haveria de ser parte do meio. Apesar disso, mantinha relações estreitas com o complexo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais/Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ipes/Ibad) (Costa, 2013; Dreifuss, 1981; Gusmão, 2019; Viana, 2023).

Hoje em dia, Napoleão Barbosa é o patrono da sede da Federação das Indústrias do Estado de Alagoas; na época da construção do estádio, foi superintendente da Federação Alagoana de Promoção Esportiva. Foi dele que saiu o discurso sobre o “povo” financiar “grande parte” da obra, através da compra de cadeiras cativas ou de cartelas dos bingos esporadicamente organizados pela Fape. Convenhamos que bingos ou vendas de cadeiras até podem arrecadar determinadas quantias, mas, quando comparadas àquelas exigidas para um empreendimento tão grande, são incapazes de substituir uma demanda constante de dinheiro para aquisição do terreno, quitação de materiais que todos os dias chegavam ao canteiro, pagamentos dos salários, investimento em tecnologia de ponta e festas de inauguração. No discurso já mencionado de Barbosa, que ocorreu na presença do governador Lamenha Filho, de outras autoridades e dos funcionários, há um ponto de destaque: ele informa que, até aquele momento, haviam sido gastos 1,5 milhão de cruzeiros novos, cifra que representava grande economia, pois, se a obra tivesse sido empreitada e não executada pelo próprio governo, as despesas já teriam ultrapassado 2,5 milhões de cruzeiros novos. Tendo em vista os artifícios linguísticos presentes nessa fala, é importante questionar a quem interessava que fontes não estáveis de financiamento fossem divulgadas por Napoleão Barbosa como responsáveis pelo financiamento da obra.

Quase 50 anos depois da entrega do estádio à população, uma edição especial do periódico *Tribuna Independente* lançou novos pontos fundamentais sobre as fontes financeiras da construção. Enquanto a edificação do estádio entrava no segundo ano, ocorria, em São José da Laje, situada a aproximada-



mente 90 km de Maceió, uma das maiores enchentes do País – o tamanho da tragédia pode ser dimensionado pelo número oficial de mortos, que chegou a 1.256, mas informações extraoficiais sugerem que podem passar dos 2 mil (Tribuna Independente, 2019). A versão dos fatos oferecida pelo jornal denuncia que os recursos que teriam saído do governo federal para a reconstrução da cidade e o socorro das vítimas não chegaram àquela ou aos demais municípios também atingidos pelas chuvas (embora em proporções muito menores). Nem mesmo doações que teriam saído do Vaticano foram repassadas à prefeitura de São José da Laje. A denúncia colheu depoimentos do vice-prefeito da cidade e titular da pasta na época da enchente, Osvaldo Timóteo, e do arquiteto e pesquisador José Maria de Mattos, morador de São José da Laje, e indica que o dinheiro destinado para a região teria sido desviado para a construção do Trapichão. O jornal segue com a revelação:

‘Tenho convicção de noventa e cinco por cento de que boa parte dos recursos financeiros destinados à reconstrução da cidade foi desviada para a construção do Estádio Rei Pelé, em Maceió’, afirma o pesquisador. ‘O governo da época coordenava uns bingos para ajudar na construção do Rei Pelé, mas só com aqueles bingos o estádio não seria entregue em tempo recorde como entregou, em pouco mais de um ano [sic.]. Por coincidência, logo após essa tragédia da Laje, a obra do estádio ocorreu de forma muito rápida’, sustenta.

‘Se fossem só com os recursos dos bingos, com certeza a obra do estádio teria sido entregue somente depois de muitos anos’, completa Mattos.

Outro fator que reforça a tese de que os recursos que chegavam não tinham transparência, mesmo sendo um plano coordenado pelo governo federal através da Sudene, foi a atuação considerada arbitrária da Secretaria Extraordinária do Governo do Estado para a reconstrução da cidade. Os investimentos ou doações na ordem de um milhão de cruzeiros novos, oriundos de crédito aberto pelo presidente da República, em parte tinham a gerência do então secretário de Segurança de Alagoas, coronel Adauto Gomes Barbosa (Tribuna de Alagoas, 2019, p. 4).

O coronel era o encarregado de comandar as equipes da Polícia Militar que seriam deslocadas para os pontos atingidos. Essas equipes eram parte de uma comissão que fazia levantamentos dos locais afetados para o cálculo do quanto de recursos seria necessário para a reconstrução. Há denúncias de que



a comissão tinha o intuito de provocar mais danos, para justificar o envio de mais recursos (Tribuna de Alagoas, 2019). Levando em consideração o que nos informam os relatos de Timóteo, de Mattos e de moradores de São José da Laje, temos aí percorrido um trajeto cuja chegada é a concretização do empreendimento. Um ano e meio após a tragédia, o Trapichão estava de pé, imponente. As cidades que passaram pelas enxurradas, os trabalhadores superexplorados, acidentados e mortos foram esquecidos. Napoleão Barbosa, Lamenha Filho, os arquitetos e engenheiros, estes, sim, permaneceram intactos. O projeto autoritário que buscava celebrar o futebol e novos negócios em Alagoas manteve quase inalterada a hegemonia de grupos privados locais.

Na época da construção, diversos embates ocorreram entre parlamentares do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição à ditadura, e da Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido da situação (Santos, 2017). O deputado estadual pelo MDB Roberto Tavares Mendes relacionava a construção do Trapichão ao endurecimento da ditadura e às características políticas do contexto, como desvio de recursos públicos, impedimento de fiscalização e suspensão de direitos (Gusmão, 2018). Em seu estudo sobre a atuação das empreiteiras junto ao aparelho de Estado na ditadura, Pedro Campos (2014, p. 399) aponta que práticas de irregularidades não eram uma anomalia, “mas traço característico e estrutural da própria dinâmica do setor, inserido na lógica de acumulação de capital”.

Considerações finais

De certo modo, a forma como se deu o curso da obra de construção do Trapichão, sem licitação, sem concorrência, sem fiscalização e empreendida pelo governo do estado, inviabiliza o acesso a um enredo mais verossímil da edificação, considerando os diversos interesses que estavam em jogo. O que foi dito pelos agentes públicos e privados envolvidos na obra mascara as reais intenções e também os mecanismos de sustentá-la. Se é fato que existiu a proposta de Alagoas receber um ministério e o “trocou” pela construção, é difícil não concluir que algum benefício foi extraído da negociação. Quem ganhou com a mudança? Realmente houve economia na forma de realização do empreendimento? Quem teria lucrado com isso? Embora essas reflexões não se fechem no



encerramento do presente estudo, é possível conjecturar, de maneira mais ampla e sintética, sobre a prioridade que essa obra teve na imagem do governo de Alagoas, que deixara de atender a necessidades mais diretas da população para custear outros investimentos, entre eles o maior estádio do Nordeste na época.

A construção ocorreu em tempo recorde, um pouco menos que três anos. Na data em que foi finalizada, a Seleção Brasileira de Futebol havia vencido a Copa do México e conquistava o tricampeonato mundial, inaugurando, assim, uma nova etapa no futebol nacional, que se confundia com a fase da ditadura que mais reprimiu e torturou: o governo do general Emílio Garrastazu Médici.

Para os trabalhadores, foi criada uma atmosfera de grande rotatividade e de precarização. A partir de imagens e dos registros dos processos que alguns deles impetraram na Justiça do Trabalho, ousamos traçar um perfil generalizado dessa mão de obra, que identifica os empregados como todos do sexo masculino, em sua maioria pretos e, em geral, solteiros. Considerando o quadro mais amplo da categoria que trabalhou em outras obras da região (Gusmão, 2019), este pode ser o perfil típico do operariado da construção civil em Alagoas naquele contexto.



Referências

ALAGOAS 24 HORAS. **Doutor Ib Gatto e o segredo do major Cavalcante.** Maceió, 23 dez. 2008.

ALAGOAS. Museu dos Esportes. **Livro de ocorrências da construção do Estádio Estadual de Alagoas.** Maceió, 1968.

ALAGOAS. Museu dos Esportes. **Livro de ocorrências da construção do Estádio Estadual de Alagoas.** Maceió, 1969.

ALAGOAS. Poder Executivo. Lei nº 2.680, de 9 de setembro de 1964. **Diário Oficial do Estado de Alagoas**, Maceió, 10 set. 1964.

BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. **ABC das Alagoas:** dicionário biobiográfico, histórico e geográfico das Alagoas. Brasília: Senado Federal, 2005.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.** Aprova a consolidação das leis do trabalho. Brasília, 1943. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 05 fev. 2023.

BRASIL. Decreto-Lei nº 779, de 21 de agosto de 1969. Dispõe sobre a aplicação de normas processuais trabalhistas à União Federal, aos Estados, Municípios, Distrito Federal e Autarquias ou Fundações de direito público que não explorem atividade econômica. Brasília, 1969. Disponível em: <https://tinyurl.com/6a7u4ptp>. Acesso em: 05 fev. 2023.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas catedrais:** as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: Eduff, 2014.

CARVALHO, Cícero Péricles de Oliveira. **Formação histórica de Alagoas.** 3. ed. Maceió: Edufal, 2015.

CORREA, Larissa Rosa; FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. As falas de Jerônimo: trabalhadores, sindicatos e a historiografia da ditadura militar brasileira. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 23, n. 43, p. 129-151, jul. 2016.

CORREIO BRAZILIENSE. **Notas sobre Alagoas ou descrição (incompleta) de um pequeno Grande Estado.** Distrito Federal, ed. 02925, n. 1, p. 9, jun./jul. 1969.

COSTA, Rodrigo José. **O golpe civil-militar em Alagoas:** o governo Luiz Cavalcante e as lutas sociais (1961-1964). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

DIÁRIO DE NATAL. **João Havelange e Eloy Menezes vão dia 6 ver o “Trapi-chão”.** Natal, ed. 08361B, v. 1, p. 4, 29 nov. 1969.

DREIFUSS, René Armand. **1964:** a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

FOLHA DE ALAGOAS. **Acusado de fraude e corrupção, José Carlos Lyra é reeleito e segue seu reinado na FIEA.** Maceió, 28 fev. 2022.

FORNAZIERI, Ligia Lopes. **Entre conflitos e debates:** a criação da Justiça do Trabalho no Brasil (1934-1943). 2014. 137 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.



FRAGA, Gerson Wasen. Futebol, imprensa e ditadura: das formiguinhas de Geisel à abertura de Telê. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Associação Nacional de História, jul. 2011.

GOMES, Angela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira (org.). **A Justiça do Trabalho e sua história:** os direitos dos trabalhadores no Brasil. Campinas: EDUCAMP, 2013.

GOMES, Rafael da Silveira. **A produção social do infortúnio:** acidentes de trabalho incapacitantes na construção civil. 2003. 86 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2003.

GUSMÃO, Renata Silva de. **Trabalhadores da construção civil e Justiça do Trabalho durante a ditadura empresarial-militar em Alagoas.** 2018. 107 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

GUSMÃO, Renata Silva. Trabalhadores, obras públicas e Justiça do Trabalho no “milagre econômico” em Alagoas. **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 12, p. 1-19, 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/mpttrkd4>. Acesso em: 27 jan. 2023.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre história:** ensaios. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MACEIÓ. Tribunal Regional do Trabalho 6ª Região/JCJ DE. **Processo JCJ nº 563/1969.** Acervo do Memorial Pontes de Miranda, s.d.

MACEIÓ. Tribunal Regional do Trabalho 6ª Região/JCJ DE. **Processo JCJ nº 569/1969.** Acervo do Memorial Pontes de Miranda, s.d.

MACEIÓ. Tribunal Regional do Trabalho 6ª Região/JCJ DE. **Processo JCJ nº 1100/1969.** Acervo do Memorial Pontes de Miranda, s.d.

MACEIÓ. Tribunal Regional do Trabalho 6ª Região/JCJ DE. **Processo JCJ nº 1101/1969.** Acervo do Memorial Pontes de Miranda, s.d.

MACEIÓ. Tribunal Regional do Trabalho 6ª Região/JCJ DE. **Processo JCJ nº 1112/1969.** Acervo do Memorial Pontes de Miranda, s.d.



MACEIÓ. Tribunal Regional do Trabalho 6ª Região/JCJ DE. **Processo JCJ nº 936/1972**. Acervo do Memorial Pontes de Miranda, s.d.

MATTOS, Marcelo Badaró. Os trabalhadores e o golpe de 1964: um balanço da historiografia. **História & Luta de Classes**, [S.l.], n. 1, p. 7-18, abr. 2005.

O JORNAL. **Trapichão prova que futebol é progresso**. Rio de Janeiro, ed. 15057, p. 2, 27 out. 1970a.

O JORNAL. **Até os prêmios saem hoje como motivação**. Rio de Janeiro, ed. 15049, v. 3, p. 5, 17 out. 1970b.

O JORNAL. **Santos vai inaugurar Estádio por 400 mil**. Rio de Janeiro, ed. 14970, v. 1, p. 8, 17 jul. 1970c.

PERDIGÃO, Lauthenay. **História do futebol alagoano**: arquivos implacáveis. 3. ed. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 1981.

PERDIGÃO, Lauthenay. **Entrevista concedida a Renata Gusmão**. Maceió, 25 fev. 2019.



SANTOS, Daniel de Araujo. **Futebol e política**: a criação do Campeonato Nacional de Clubes de Futebol. 2012. 150 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História, Política e Bens Culturais) – Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2012.

SANTOS, Paulo Henrique Faleiro; BARROS, Vanessa Andrade. A condição de servente na construção civil. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 241-262, 2011.

SANTOS, Paulo Vitor Barbosa. **Discursos, práticas e memória**: o MDB em Alagoas e a ditadura militar (1966-1979). 2017. 181 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. **O desgaste e a recuperação dos corpos para o capital**: acidentes de trabalho, prevencionismo e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). 2016. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SILVA, Fernando Teixeira. **Trabalhadores no tribunal**: conflitos e Justiça do Trabalho no contexto do golpe de 1964. São Paulo: Alameda, 2016.

TRIBUNA INDEPENDENTE. **Governo da época cria comissão, mas logo surgem denúncias de desvios de dinheiro de doações**. Maceió, ed. esp., p. 4-5, 14 mar. 2019.

VIANA, Hitallo Philippe Alves. **O golpe empresarial-militar de 1964 em Alagoas**: a ação política liberal-conservadora no governo Luiz Cavalcante. 2023. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.



CAPÍTULO 8

ANTES DO PLANALTO: O JOVEM FERNANDO, A DITADURA E A ASCENSÃO DE COLLOR NAS PÁGINAS DA GAZETA DE ALAGOAS E DO JORNAL DE ALAGOAS (1979)

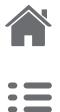
José Cláudio L. S. Júnior
Anderson da Silva Almeida

Analisar o personagem político Fernando Collor de Mello é pensar para além do período em que ele esteve na Presidência da República. É preciso entender sua ascensão política até a vitória eleitoral, em 1989. Existe uma lacuna de estudos historiográficos sobre sua trajetória política e, ao mesmo tempo, uma ausência da historicização das produções de memória e das matérias jornalísticas.

O objetivo deste capítulo é examinar o período inicial da formação de Fernando, que passou a ser Collor, e sua projeção eleitoral, especialmente no emblemático ano de 1979. Ressalto que, na dissertação de mestrado que deu origem a este texto, o período estudado começa em 1979 e termina em maio de 1989, mês em que Fernando Collor de Mello deixou o cargo de governador de Alagoas para ser candidato a presidente da República.

A transição do poder da família

O primeiro cargo de projeção política – não partidária – de Fernando Collor foi a presidência do Centro Sportivo Alagoano (CSA), um dos clubes de futebol de maior torcida em Alagoas. O maior rival do CSA, o Clube de Regatas Brasil (CRB), disputava o campeonato nacional, mesmo não sendo tão popular. Nessa questão, o senador Arnon de Mello teve a ideia de inserir o filho no mundo da política através do futebol. O parlamentar apresentou Fernando Collor ao presidente da Confederação Brasileira de Desportos (CBD), João Havelange, e, nessa conversa, conseguiu incluir o CSA no campeonato nacional de 1974.



Nascido em 1949, Fernando foi eleito presidente do clube com incompletos 30 anos de idade, em 1979, e, no seu primeiro ano de mandato, o time foi campeão alagoano de futebol, além de disputar o maior campeonato do Brasil. Nesse processo, foi formulada a primeira base política de Collor, não apenas nas questões burocráticas institucionais, mas também para um promissor eleitorado, pois a grande torcida do CSA poderia ser tomada por um sentimento de gratidão pela sua gestão.

Fernando Collor realizou seus estudos do ensino básico em Brasília e, em 1972, formou-se em Economia na Universidade de Brasília (UnB). Ainda em 1972, mudou-se para Maceió, onde dirigiu o jornal *Gazeta de Alagoas* e também atuou como jornalista. No ano seguinte, assumiu a superintendência das Organizações Arnon de Mello, um complexo de comunicação de propriedade de sua família (Conti, 1999).

É importante enfatizar a força de Arnon de Mello para que o filho engrenasse na política, mas existia também o poderio empresarial da família da primeira esposa de Collor, Lilibeth Monteiro, que comandava uma das grandes empresas do País – o Grupo Monteiro e Aranha. As duas famílias impulsionaram o engajamento de Collor na administração local.

Durante a ditadura civil-militar, os governadores dos estados eram escolhidos pelo presidente da República. Naquele contexto, as nomeações envolviam influências e conchavos. Arnon de Mello esteve envolvido na indicação do governador de Alagoas nas conversas de 1979. O senador era aliado político do governador Divaldo Suruagy, que estava terminando o mandato, e tinha aliança com o possível sucessor, Guilherme Palmeira. Arnon de Mello fez um acordo para investir na imagem de Guilherme Palmeira nos meios de comunicação da empresa da família – o jornal *Gazeta de Alagoas* e a TV Gazeta – e, em troca, o futuro governador nomearia Fernando Collor como secretário de governo.

Guilherme Palmeira ganhou a indicação, cumpriu o acordo e ofereceu para Collor a Secretaria da Indústria e Comércio. Antes da posse, em março de 1979, a família da esposa de Collor, Lilibeth, promoveu um almoço no Rio de Janeiro para celebrar o futuro secretário de estado. Para aquele evento, foram convidados empresários de expressão nacional, além do governador eleito e o que deixaria o cargo. Esse encontro mudou a rota política de Collor em Alagoas,



pois Guilherme Palmeira recuou da decisão de nomear o filho Arnon de Mello para o cargo de secretário e decidiu promovê-lo a prefeito de Maceió.

Mesmo antes de Collor assumir, em março de 1979, a *Gazeta de Alagoas* iniciou a propagação de notícias positivas sobre ele. Entre as matérias elogiosas, houve uma publicação que chamava a atenção devido ao conteúdo expresso no texto. O jornal veiculou o currículo do futuro prefeito, mencionando desde sua vida escolar até os primeiros dias de 1979 (*Gazeta de Alagoas*, 1979a, p. 4). O presidente da Organização Arnon de Mello (OAM) passou a ser conhecido como o político Fernando Collor. O novo administrador, no início da gestão, era mencionado ora como “economista”, ora como “jornalista”.

É interessante compreender que o novo governador, Guilherme Palmeira, nomeou Collor para a prefeitura de Maceió e, sete anos depois, em 1986, os dois foram rivais nas eleições diretas para governador de Alagoas. Guilherme Palmeira, talvez sem perceber, contribuiu para a ascensão daquele que seria seu adversário político no futuro próximo.

Enquanto a *Gazeta de Alagoas* enaltecia o currículo do novo prefeito, o *Jornal de Alagoas* publicava conteúdos mais técnicos, mencionando os nomes das pessoas que iriam trabalhar nas secretarias da nova gestão municipal (*Jornal de Alagoas*, 1979a, p. 1). A *Gazeta de Alagoas* publicou uma matéria destacando a aprovação do nome de Fernando Collor como prefeito de Maceió pela Assembleia Legislativa. Mas, no conteúdo da reportagem, existe um fato interessante, pois a bancada do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) se absteve em votar pela aprovação do nome do novo prefeito, apesar de já ter aprovado o parecer da mesa diretora (*Gazeta de Alagoas*, 1979b, p. 3).

A posse de Fernando Collor na prefeitura de Maceió, aos 29 anos de idade, contribuiu para a construção de uma imagem simbólica e forte para os olhos de quem estava assistindo à cerimônia. Naquele instante, era o momento do coroamento político do senador Arnon de Mello, pois ele emplacou seu herdeiro político no processo de ascensão.

A imagem capturada pelo fotógrafo Gelson Luciani mostra os irmãos Fernando Collor e Pedro Collor abraçados no evento da posse. Esse abraço também significava a transferência do poder das Organizações Arnon de Mello de Fernando para Pedro, que passou a administrar os negócios da família. Na mesma



imagem, mais recuado, estava observando tudo o pai, Arnon de Mello. A foto de capa buscava demonstrar harmonia entre os irmãos, mas não era isso o que Pedro Collor comentava sobre Fernando. Em seu livro *Passando a limpo: a trajetória de um farsante*, Pedro Collor de Mello (1993, p. 41) diz:

Fernando ficou à frente das empresas durante oito anos. Por milagre não nos levou à bancarrota, mas foi quase. Além de péssimo administrador, era um completo irresponsável. Contratou muita gente desqualificada em Maceió [...] aconselhava-se sobre os avanços do setor gráfico no exterior, sabia quais eram os melhores equipamentos, mas não se detinha em qualquer análise de custos ou estudos de mercado. Como não entendia nada de finanças nem tinha tendência para isso, seus caprichos nos custaram muito caro.

Percebe-se que, de acordo com o que Pedro escreveu, não existia um clima amistoso enquanto Fernando administrava as empresas da família. Se, de fato, analisarmos criticamente o conteúdo do livro, só fica evidente o quanto a *Gazeta de Alagoas* vendia a imagem de família feliz para seus leitores. O abraço dos irmãos, possivelmente, só foi mais um *marketing político*.

Figura 2 - Manchete da *Gazeta de Alagoas* divulgando a posse de Fernando Collor e o abraço no irmão Pedro Collor simbolizando a transferência da administração da Organização Arnon de Mello



Fonte: *Gazeta de Alagoas*, 21 mar. 1979. Hemeroteca da *Gazeta de Alagoas*.

A edição da *Gazeta* daquele dia esteve recheada de reportagens mencionando Fernando Collor. Os textos citavam a questão do novo prefeito de Maceió e as homenagens que recebeu da família e, na mesma edição que cobriu a festa da posse, da empresa. Uma página inteira do jornal foi dedicada ao enaltecimento de Fernando Collor. Nesse fragmento, foram organizados dois blocos, que dividiram as atenções para destacar as promessas da futura gestão municipal. Ficou nítido qual era a vontade familiar: o início político de Fernando e, ao mesmo tempo, sua saída da organização com adereços de glórias na futura gestão municipal.

Fernando Collor ainda era citado nas páginas dos jornais como economista. As menções sobre sua imagem ressaltavam sua formação. Durante as homenagens, a *Gazeta* publicou:

Muito emocionando, pelas manifestações de apreço de todos os funcionários da *Gazeta*, o economista Fernando Collor de Mello se afastou, ontem da superintendência da Organização Arnon de Mello, passando o cargo ao seu irmão, jornalista Pedro Collor de Mello. Ele assume, hoje, a prefeitura municipal de Maceió, no lugar do engenheiro Dilton Simões. Os funcionários da Organização Arnon de Mello [sic.] – rádios, jornal, televisão e gráfica – organizaram uma homenagem a Fernando Collor, com a realização de um coquetel nos estúdios da TV Gazeta (Gazeta de Alagoas, 1979c, p. 3).

A família Collor de Mello estava fortalecendo sua rede de poder. É muito impactante imaginar que o maior complexo de comunicação de Alagoas pertencia a ela, uma das vagas da representação de Alagoas no Senado era de Arnon de Mello e, em 1979, a capital alagoana estava sob o comando de Fernando Collor.

Naquele momento, estava aumentando a projeção política dos “Collors” de Mello, mas, paralelo a isso, fabricava-se uma biografia independente. Nesse caso, era Fernando quem estava construindo. Era o início de um nome que, em 10 anos, chegaria ao maior cargo do Executivo nacional, a Presidência da República. Em Alagoas, a imprensa contribuiu para a fabricação biográfica de Fernando Collor de Mello. A mídia foi sua grande aliada, principalmente e de forma oficial, a partir de 1979, porque até aquele momento a família não ocupava nenhum cargo no Executivo – só no Legislativo, com o pai senador. Fernando começou a se sentir bem diante dos holofotes.



No livro *Por uma história política*, o historiador Jean-Noël Jeanneney escreve sobre a mídia e menciona o poder dos meios de comunicação. Ele questiona algumas vezes:

Durante muito tempo, a curiosidade concentrou-se nessa pergunta simples (na verdade demasiado simples, como será adiante): qual é a influência da mídia sobre a opinião pública e quais são os meios de que o Estado, os governantes, os partidos políticos, os grupos de pressão dispõem para pressionar a imprensa escrita, falada ou televisiva e, através dela, a opinião pública? (Jeanneney, 2003, p. 215).

Através da pergunta do historiador, menciono que Fernando Collor, em parceria com uma equipe de jornalistas profissionais, teve a seu favor os meios de comunicação para propagar sua imagem. Esse mecanismo influenciou a opinião pública. O projeto político do prefeito de Maceió foi usar a máquina midiática da família.

São muito importantes as respostas que as fontes nos mostram. Na edição que divulgou a festa da posse e da despedida das empresas da família, a *Gazeta* lançou um editorial promovendo totalmente a imagem do novo prefeito. Nele, as palavras fazem menção de que Fernando Collor estava preparado para o cargo, pois sua trajetória de homem público já era um destaque na sociedade, além de apontar que o prefeito não teria uma missão fácil em governar uma cidade com poucos recursos, mas iria continuar a brilhante história – segundo o jornal – que o pai, Arnon de Mello, tinha construído nos cargos que ocupou. A *Gazeta* foi usada para promover e justificar as decadências da cidade com o objetivo de mostrar que Fernando Collor não deveria ter culpa de possíveis atrasos sociais (*Gazeta de Alagoas*, 1979d, p. 4).

A empresa da família da nova primeira-dama de Maceió, Lilibeth Monteiro de Carvalho, também fez homenagens ao novo prefeito. A Monteiro Aranha S./A., situada no Rio de Janeiro, era especializada em investimentos imobiliários e publicou uma homenagem utilizando as páginas da *Gazeta de Alagoas*. No anúncio, o título: *A vez da juventude*. Foi inserida uma imagem aérea da cidade de Maceió, seguida da mensagem:

Fernando Collor de Mello tem 29 anos, é o mais moço Prefeito de Capital no Brasil e pai de 2 filhos. É um jovem inteligente, tra-



balhador esforçado, empreendedor, de bom coração e de muita boa fé. Monteiro Aranha está convencido de que a população de Maceió é feliz por ter um Prefeito como ele (Gazeta de Alagoas, 1979e, p. 13).

É importante enfatizar o destaque que alguns grupos de empresas ou empresários, como pessoa física, publicavam, homenageando a figura de Fernando Collor. Se houve empresa do Rio de Janeiro nas páginas de um jornal alagoano expondo suas mensagens de sorte ao novo prefeito, logicamente houve empresas alagoanas esbanjando dinheiro anunciando as felicitações ao novo gestor. Usinas colocaram suas marcas nesse processo. Relembremos que era um cargo nomeado, sem eleição, sem democracia, sem plano de governo, em tempos de ditadura. Mas a festa para os grupos dominantes em Alagoas estava garantida.

Na mesma fonte citada, constata-se que a Usina Santo Antônio divulgou uma mensagem que chamou muita atenção, pois mostrou a importância para o setor da cana-de-açúcar de ter não apenas um empresário no comando da gestão municipal, mas sim alguém de uma família com raízes nos engenhos de açúcar, pois Arnon de Mello teve um engenho antes de entrar para a política. É perceptível ver, nas matérias, as imagens das usinas homenageando Fernando Collor.

Dez anos mais tarde, o Banco da Produção do Estado de Alagoas (Produban) passaria por uma grande crise, com ameaças de fechamento, em decorrência do não pagamento de empréstimos que os usineiros deviam ao banco e ao acordo que o futuro governador Fernando Collor faria com a classe de produtores de açúcar – acordo este que só ajudou a afundar a instituição financeira estatal.

Na *Gazeta de Alagoas*, uma série de homenagens, enquanto no *Jornal de Alagoas*, silêncio. No dia seguinte à posse, a *Gazeta* manteve o ritmo de cobertura sobre o novo prefeito, e mais uma vez Fernando Collor ganhou a manchete principal do periódico, com o título: *Fernando promete progresso a Maceió* (Gazeta de Alagoas, 1979f, p. 1). Acompanhando esse título, uma imagem do novo prefeito abraçando o governador Guilherme Palmeira.

Aquele abraço era celebração do grande acordo político. Fernando Collor mostrava ser a materialização do acordo familiar. A soma dessas articulações tinha como objetivo a busca pela perpetuação no poder. Essa análise que apresento é decorrente dos textos que, a cada dia, a *Gazeta* publicava, com inovações nos adjetivos para o prefeito de Maceió. As fotografias do abraço e da



posse oficial foram registradas nas dependências do palácio do governo. É muito simbolismo para uma imagem só. E os textos da *Gazeta* aproveitavam esses símbolos para “fabricar” cada vez mais um “novo” Fernando Collor.

Outra matéria da mesma edição trouxe um título que só complementa a questão da simbologia da presença de Fernando Collor no palácio do governo. O título: *Palácio lotado na posse de Fernando* (*Gazeta de Alagoas*, 1979g, p. 3). Qual o objetivo de destacar o nome de Fernando com o do palácio? A mídia da família já investia na imagem do recém-empossado para outros cargos no futuro, e um dos métodos para esse investimento era engradecer sua imagem e ofuscar quem estava ao seu lado. Mesmo a *Gazeta* falando bem de Guilherme Palmeira, que também estava tomando posse como governador, ele virou, naquele momento, um coadjuvante do evento político. A *Gazeta* apenas centralizou a imagem do “patrão”, Fernando Collor.

O pronunciamento da posse foi reproduzido nessa edição. O texto foi seguido de outra imagem importante para analisar: Fernando Collor segurando os papéis com o discurso, todos os microfones em sua direção e, ao seu lado, Guilherme Palmeira (*Gazeta de Alagoas*, 1979h, p. 3). Para quem foi dado o destaque? Mais uma vez, o periódico construiu o protagonismo de Collor em suas páginas.

Figura 3 - Fernando Collor discursando durante a posse para o cargo de prefeito de Maceió



Fonte: *Gazeta de Alagoas*, 22 mar. 1979. Hemeroteca da *Gazeta de Alagoas*.

No final dessa edição, havia uma seção especial, chamada *Gazeta Social*. Era um espaço com matérias e fotografias de personalidades de Alagoas, cobertura de eventos e dicas de estética. As edições eram publicadas aos domingos – e quem foi a capa do primeiro domingo após a posse? Fernando Collor de Mello. Além do jornal ter em suas páginas políticas a imagem predominante do novo gestor municipal, ele agora também estava nas páginas “sociais”.

Sabemos que os jornais não são neutros, mas, no caso da *Gazeta de Alagoas*, existe uma questão para além de escolher um lado: fazer dessa posição um empreendimento. Fernando Collor foi uma construção, um investimento, pois o periódico o fabricava e o reinventava quando necessário – e aqui, mais uma vez, enfatiza-se que esse projeto era de longo prazo e iniciado na gestão municipal. A *Gazeta* investiu em sua imagem sob a coordenação dele, numa cadeia de interesses recíprocos na busca pelo poder, quer seja econômico, quer seja político ou ambos, numa retroalimentação.

Outras páginas: a cobertura do Jornal de Alagoas

O *Jornal de Alagoas* não fez uma grande cobertura da posse de Fernando Collor, apenas anunciou o momento com uma pequena manchete. O periódico, embora, de maneira geral, tenha noticiado os acontecimentos políticos, produziu alguns silêncios, dentre eles a cobertura da posse de Fernando Collor como prefeito de Maceió, com pouco destaque em suas páginas. É valido ressaltar que existem raras referências à gestão municipal de Collor nos livros de memórias e na imprensa. As notícias mais expressivas sobre esse período estão na *Gazeta de Alagoas*. Por isso, cuidado redobrado ao interpretarmos essa fonte.

É importante salientar os silêncios iniciais do *Jornal de Alagoas*. A dúvida persiste sobre os motivos para isso: medo, censura, aportes financeiros? Entretanto, do mesmo modo que devemos analisar os ditos e os não ditos, também é necessário questionar e avaliar o silêncio nas páginas diárias.

Analizar os dois periódicos nos mostra, didaticamente, a importância de desenvolver consciência crítica sobre o que estamos lendo, analisando e questionando. Os “grandes” ditos da *Gazeta de Alagoas* e o “grandes” silêncios do *Jornal de Alagoas* sempre estarão inaugurando novos problemas, no-

vas perguntas e novas respostas. Sobre essa questão, cabe-nos ressaltar que a *Gazeta* silenciou sobre Fernando Collor em situações em que sua imagem estaria em exposição negativa, e esse processo fez parte do engrandecimento de sua trajetória.

A primeira grande notícia que o *Jornal de Alagoas* (1979) publicou sobre o novo prefeito foi com o título: *O 1º passo de um governante*. Duas páginas completas com textos e imagens. O silêncio foi compensado com uma grande divulgação da gestão municipal, três meses depois da posse. Ou seja, foram decorridos cerca de 70 dias para que o periódico entrasse no “universo” Collor. Mas é importante refletir que é pouco tempo para avaliar uma gestão. Os textos mencionados são de elogios, destacando a imagem do político. Para quem analisa os dois jornais, é possível confundi-los, pois parecem textos da *Gazeta* dentro do *Jornal de Alagoas*. Foram duas páginas com vários títulos falando de mobilidade e limpeza urbana, alimentação, funcionalismo público e autoestima do maceioense. Os dois últimos pontos serão temas até a Presidência da República, uma de suas pautas políticas. Em um dos diversos textos sobre a gestão municipal de Fernando Collor, consta que:

Não se pode negar o esforço do economista Fernando Collor de Mello e sua equipe em atender as reivindicações propostas pela população de Maceió. E as reações favoráveis ao seu trabalho à frente da Prefeitura Municipal já começam a aparecer, apesar de ter sido empossado há 70 dias. Pelo menos, são os primeiros sintomas manifestados pela opinião pública, que acompanha com muita atenção as providências tomadas durante os 70 dias de sua administração (Jornal de Alagoas, 1979b, p. 6).

O *Jornal de Alagoas* demonstrou uma prestação de contas da gestão Collor em Maceió. Fica a dúvida se esse montante de informações em duas páginas inteiras foi financiado pela gestão municipal ou não. Provavelmente, esse conteúdo divulgado esteve incluído no pacote de “matérias financiadas” que a prefeitura municipal pagou ao jornal.

Seguindo nossas fontes, o jornal publicou, numa edição de domingo, mais uma grande divulgação da imagem do prefeito, mas com tons diferentes da última aparição. Dessa vez, foi uma entrevista dentro da redação do jornal. As edições dos domingos de um periódico têm uma importância diferente dos



outros dias. Geralmente, são os espaços mais concorridos, volumes com várias páginas. Neste sentido, a aparição ampla de Fernando Collor no *Jornal de Alagoas* foi estratégica, e até o local onde ele concedeu a entrevista chamou a atenção do leitor. O prefeito de Maceió esteve nas dependências do meio de comunicação concorrente da sua família.

É interessante analisar que o texto da entrevista inicia destacando o “novo” modelo de gestão do prefeito descrevendo suas vestes, como, por exemplo, o não uso de terno e gravata por ele, só pelos assessores. A entrevista com Fernando Collor foi assinada por três jornalistas: Aécio Diniz Almeida, Romero Vieira Belo e Cláudio Humberto Rosa e Silva. Este último, anos depois, passou a ser assessor e homem de confiança de Fernando Collor nas eleições para governador e presidente, até o processo de *impeachment*.

Antes de começar a entrevista, o *Jornal de Alagoas* trouxe uma introdução para aquele momento:

Trajando calças blue-jeans, camisa esporte, o jovem prefeito Fernando Collor de Mello chegou na redação do JORNAL DE ALAGOAS, como havia combinado ao aceitar o convite, precisamente na hora marcada. Para a surpresa dos entrevistadores, uma verdadeira comitiva o acompanhava. Uma comitiva de assessores e auxiliares mais diretos. Todos engravatados, apesar da temperatura de quase 30 graus centígrados, constatada do lado de fora da sala com ar refrigerado onde se deu o longo bate-papo. Disposto, foi logo dizendo que todas as perguntas são boas perguntas e, portanto, mereciam respostas. E assim foi feito um verdadeiro tira-teima. [...] Além de Fernando Collor de Mello, esteve [sic.] no Jornal de Alagoas as seguintes testemunhas do pinga-fogo: Cláudio Vieira, Procurador Geral da Prefeitura; Ednardo Quintiliano Cabral, diretor técnico da Sumov; Arlindo Chagas, assessor de imprensa. Todos engravatados. Menos o Prefeito, já foi dito, e os entrevistadores (Jornal de Alagoas, 1979c, p. 4-5).

Qual a relevância de o *Jornal de Alagoas* apresentar destaques estéticos antes de uma entrevista? Houve encantamento por parte dos jornalistas? E por que Fernando Collor fazia questão, nas entrelinhas, de inaugurar esse “novo” estilo na política alagoana? Busco responder a essas indagações com um texto de René Rémond, que escreveu sobre “o político”. O historiador francês analisa o político fazendo alguns questionamentos e trazendo respostas para as dúvidas. Ele questiona em qual condição os meios de comunicação podem se tor-



nar objeto ou veículo da política. Associando para entender as construções dos textos sobre Collor nos jornais, percebemos que os periódicos estudados aqui na pesquisa se tornaram veículos para a construção de sua imagem, mesmo às vezes com silenciamentos.

Rémond afirma que não é necessário falar da obviedade de como é formado o político, mas sim associar como um espaço de um estado de que a geografia não delineou previamente os contornos e a história não parou de modificar os limites. Para ele, o campo político não tem fronteiras naturais. O autor escreveu:

Ora ele se dilata até incluir toda e qualquer realidade e absorver a esfera do privado: este é um traço das sociedades totalitárias. Ora ele se retrai ao extremo. Essas variações obedecem às necessidades externa; refletem também as flutuações do espírito público. O espaço que o político recorta na realidade global é a resultante dessa conjunção (Rémond, 2003, p. 442-443).

O movimento para enaltecer a imagem de Fernando Collor não era uma via única. Existia o interesse dos jornais. O recorte que o prefeito de Maceió estava construindo fazia parte de um projeto pessoal tanto individual quanto familiar. Fernando Collor já demonstrava, nos primeiros meses de sua gestão, consciência própria. Rémond (2003) escreveu que estudar a história do campo político é entender que ele existe por si mesmo, professando que tem uma consciência própria e autonomia suficiente para ser uma realidade diferente.

Fernando Collor usou a mídia ao seu favor, e isso começou na gestão municipal. Durante a entrevista ao *Jornal de Alagoas*, o prefeito se posicionou favorável às eleições diretas para todos os níveis, mas demonstrando preocupações para o cargo de presidente. Em suas respostas, também evidenciou o motivo de ter um estilo diferente, afirmando que era o seu modo próprio. Algumas respostas se contradizem, pois o mesmo político que concordara com o retorno da União Nacional dos Estudantes (UNE) e a defesa ao direito de greve dos trabalhadores também proferiu elogios à presença dos militares no poder:

JORNAL – A presença dos militares no Poder é benéfica?

FERNANDO – Acho que em determinado instante da nossa vida, a presença dos militares foi imprescindível à manutenção da ordem e do desenvolvimento do País. Naturalmente que eu frisei



“em determinado momento”. Isso pressupõe uma transitoriedade, porque acho que militar deve é chefiar corporações militares (Jornal de Alagoas, 1979c, p. 4-5).

Fernando Collor jogava com a ambivalência. Falava em “transitoriedade” e, ao mesmo tempo, buscava manter sua boa relação com a ditadura civil-militar, pois estava no cargo graças a ela, além de ser do partido Aliança Renovadora Nacional (Arena), que fazia parte da sustentação política dos militares. Na entrevista, o prefeito destacou a importância do surgimento de novos partidos, além se colocar como um político liberal, afirmando ter uma ideologia em prol da justiça social. Contudo, as boas relações do Grupo Gazeta e de Collor com a ditadura ainda seriam duradouras.

A Organização Arnon de Mello partilhando a mesa com a ditadura

A TV Gazeta de Alagoas recebeu, em suas dependências, a visita de um ministro do governo federal. Esse acontecimento ganhou muita ênfase nas páginas do jornal. Qual a relevância dessa visita a um periódico alagoano? O ministro das Comunicações, coronel Haroldo Corrêa Mattos, estava em viagem oficial a Alagoas para inaugurar os sistemas de Discagem Direta a Distância (DDD) e Discagem Direta Internacional (DDI) na cidade de Penedo. Naquela ocasião, a diretoria da Organização Arnon de Mello convidou-o para um almoço e para receber homenagens da instituição.

O título da matéria valorizou mais a visita do ministro às dependências da *Gazeta* do que ao estado de Alagoas: *A emoção do ministro na visita à TV Gazeta* (Gazeta de Alagoas, 1979i, p. 5). As imagens da publicação não são da inauguração do sistema telefônico em Penedo, e sim do espaço físico do jornal, assim como do momento do almoço oferecido ao ministro pela instituição.

Nesse almoço, houve discurso do superintendente da Organização Arnon de Mello, Pedro Collor, como também do comendador Tércio Wanderley, que, além de ser usineiro, era conselheiro consultivo e presidente de honra da OAM. Percebe-se que, na mesa, estavam empresários das comunicações, ministro e usineiros, todos celebrando a presença de um representante do governo federal na solenidade. Essa configuração mostrava o poder atrelado dos meios de comunicação com os usineiros, financiadores de campanhas políticas e que se



beneficiavam com o banco do estado de Alagoas, o Produban. O ambiente estava exacerbado de poder e tramas da política alagoana (*Gazeta de Alagoas*, 1979j, p. 6).

Outro ministro do governo Figueiredo visitou Alagoas e ganhou notoriedade na *Gazeta*. Uma página inteira foi publicada com palavras de homenagem ao responsável pela pasta do Interior: *Alagoas saúda o ministro Mário Andrezza* (*Gazeta de Alagoas*, 1979k, p. 11). No anúncio, foram destacadas as imagens do governador de Alagoas e do prefeito de Maceió.

Fernando Collor estava associado, indiretamente, à imagem do ministro, pois era o seu jornal que fazia a maior cobertura das visitas oficiais do governo federal no estado. Destaques positivos às ações da ditadura estavam sempre presentes nas páginas do periódico. O anúncio foi patrocinado por várias empresas de construção, o que nos sugere uma questão: por que só empresas desse ramo? Acredito que são companhias que, naquele contexto, prestavam serviços aos governos estadual e municipal, além de fazerem as obras federais em Alagoas. Atreladas a isso, estavam notícias sobre o prefeito de Maceió, que “desaparecia” das páginas do *Jornal de Alagoas*.

Um fato importante que devemos explanar foi a *Gazeta* mencionar o “aniversário” do golpe civil-militar, referindo-se a ele com o termo “Revolução”. Enquanto o *Jornal de Alagoas* fez uma cobertura sobre a anistia, a *Gazeta* silenciava e fazia outro tipo de abordagem do tema. No dia 1º de abril de 1980, o jornal dos Collor de Mello publicou manchetes sobre os 16 anos do golpe. Duas perspectivas, sendo uma no âmbito de Alagoas e outra no cenário nacional: *Aniversário da Revolução é lembrado por alagoanos e Figueiredo categórico: “A Revolução não terminou”*. O conteúdo publicado foi:

O processo da Revolução não encerra: realiza-se na consecução dos objetivos a que nos propusemos. Agora, é natural, os métodos dos revolucionários estarão menos presentes, disse ontem o presidente João Figueiredo, em discurso transmitido à noite por uma cadeia de rádio e televisão para todo o país, para comemorar os 16 anos da Revolução. Enfatizou o presidente que “no dia de hoje, há 16 anos, coube às Forças Armadas nacionais a missão histórica de deter o curso da política mais contrária às aspirações do nosso povo jamais instalado entre nós. A família brasileira reagia com revolução e ânimo à iminente destruição das nossas instituições políticas tradicionais” (*Gazeta de Alagoas*, 1980a, p. 1).



Seguindo a edição, o conteúdo interno estabeleceu um título mais impactante sobre o tema: *Revolução faz 16 anos e alagoanos comemoram a data como solenidades*. Segue a matéria:

Hoje, acrescenta a ordem do dia, “sob a liderança firme e esclarecida do presidente da República, João Figueiredo, o País avança a passos largos para a normalização da vida nacional. Aqueles momentos dramáticos pertencem ao passado e não retornarão”. Em suas palavras para a corporação da Polícia Militar, o coronel José Almeida, seu comandante, disse que “dadas as indecisões nas estruturas políticas brasileiras, Alagoas deu o primeiro passo para a grande batalha e a PM alagoana, convocada pelos setores competentes, empunhando suas armas, saiu às ruas para a tomada da posição. Os pontos críticos da capital foram ocupados e as fronteiras vigiadas contra um inimigo que se dizia nos visitar”. – Essa atitude coincidiu com o crescimento do clamor público, que verberava a perspectiva de ser submerso pela maré vermelha. Povo e armas marcharam unidos para salvaguardar a dignidade nacional e preservar a democracia. Era 31 de março de 1964 e a nossa briosa Polícia marcava mais um passo dos fatos revolucionários do País... Todos os fatos revolucionários devem ser lembrados. Assim, nunca será demais rememorar a triste iminência em que esteve o nosso País, de ser desmoronado pelos secretários soviéticos, chineses ou cubanos, acrescentou o coronel (Gazeta de Alagoas, 1980b, p. 1).

A *Gazeta* não fazia questão de esconder seu lado no período da ditadura civil-militar, isso ficou nítido. Qual a noção do leitor ao ler que os “alagoanos estavam comemorando” 16 anos da “revolução”? Como esse discurso era interpretado? Pode-se inferir que o próprio Fernando Collor apoiava a ditadura, como já explicitado.

Depois das matérias referentes às “comemorações” do golpe civil-militar de 1964, a *Gazeta* publicou uma manchete fazendo previsões das eleições de 1984, que ainda seriam indiretas. É considerável que seja algo forte, até com tons sensacionalistas, causando suspense para o leitor do periódico. A manchete dizia: *Guarde este nome: General Medeiros*; em seguida, com letras maiores: *Eleição para presidente em 84 vai ser indireta* (Gazeta de Alagoas, 1980c, p. 1).



Figura 4 - Manchete da *Gazeta de Alagoas* sobre a continuidade do golpe civil-militar através das eleições indiretas



Fonte: *Gazeta de Alagoas*, 15 jul. 1979. Hemeroteca da *Gazeta de Alagoas*.

As frases vinham acompanhadas pela foto do general e do então ministro do Planejamento, Delfim Neto. O texto dizia que haviam sido descartadas as eleições com candidatos civis e que, possivelmente, o nome do general Medeiros ganharia mais força, pois ele era o chefe do Serviço Nacional de Informação (SNI) do governo Figueiredo.

Considerações finais

No período da ditadura civil-militar, existia sintonia entre os discursos da *Gazeta* e os militares e civis apoiadores do regime. A cada ano, o veículo de comunicação fazia alguma publicação em referência ao dia do golpe. Fernando Collor buscava transitar nos dois lados, explanando a importância dos governos militares e da abertura política. O prefeito de Maceió já tinha concedido uma entrevista ao *Jornal de Alagoas* em que mencionou que o período militar foi importante, mas também seria necessário para aquele momento o retorno dos partidos, como também disse que era favorável a movimentos de greves. Será o mesmo político que, depois, tentou unir Arena e MDB.

É importante analisar com cuidado os caminhos da *Gazeta* e de Fernando Collor, que muitas vezes estão juntos no método em que o jornal serve ao patrão, como também Collor está sozinho no projeto de poder, usando outros meios com discursos diferentes de seu jornal/sua empresa. Ele buscava ser maior do que sua própria organização, mas ainda precisava dela para conseguir isso.

Vale entender que Fernando Collor aproveitou todo o seu crescimento político em Alagoas até sua renúncia ao governo do estado, no dia 14 de maio de 1989, para concorrer à Presidência. De 1979 a 1989, foram 10 anos de lucros políticos em Alagoas e no Brasil. Collor conseguiu ser lembrado pelo sobrenome, sem precisar de “Fernando”. Ele virou o protagonista da política alagoana, seduziu aliados e depois os descartou, consagrou bordões, frases, imagens e a segurança de ter meios de comunicação blindando-o e enaltecedo-o a cada dia.

Logicamente, nos 10 anos de vida política até ser candidato a presidente, Fernando teve acesso e soube muito bem fazer uso do poder nas páginas do jornal de sua família. Neste sentido, é preciso reconhecer que Collor soube utilizar seus privilégios midiáticos para se autopromover. Ele conseguiu, em Alagoas, o que muitos tentaram e não conseguiram. Chegou à Presidência da República. Entretanto, também testemunharia, no futuro, as alusões ao seu nome como símbolo de corrupção, incompetência, queda e falência.



Referências

BARROS, José D’Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis: Vozes, 2023.

CONTI, Mário Sérgio. **Notícias do Planalto**: a imprensa e Fernando Collor. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 84.

DIJK, Teun A. Van. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2018.

GAZETA DE ALAGOAS. **Jornalista Fernando Collor de Mello**: prefeito de Maceió. Maceió, ano 45, p. 4, 15 mar. 1979a.

GAZETA DE ALAGOAS. **Deputados aprovam nome de Fernando Collor de Mello para prefeito de Maceió sem nenhum voto contrário**. Maceió, ano 45, p. 3, 20 mar. 1979b.

GAZETA DE ALAGOAS. **Fernando homenageado pelos funcionários da Gazeta ao deixar a superintendência para Pedro Collor de Mello.** Maceió, ano 45, p. 3, 21 mar. 1979c.

GAZETA DE ALAGOAS. **O prefeito e o povo.** Maceió, ano 45, p. 4, 21 mar. 1979d.

GAZETA DE ALAGOAS. **A vez da juventude.** Maceió, ano 45, p. 13, 21 mar. 1979e.

GAZETA DE ALAGOAS. **Fernando promete progresso a Maceió.** Maceió, ano 45, p. 1, 22 mar. 1979f.

GAZETA DE ALAGOAS. **Palácio lotado na posse de Fernando.** Maceió, ano 45, p. 3, 22 mar. 1979g.

GAZETA DE ALAGOAS. **Peço ao povo para que seja um ativo participante.** Maceió, ano 45, p. 3, 22 mar. 1979h.

GAZETA DE ALAGOAS. **A emoção do ministro na visita à TV Gazeta.** Maceió, ano 45, p. 5, 15 jul. 1979i.

GAZETA DE ALAGOAS. **Pedro Collor saúda o Ministro Haroldo Correa destacando importância de sua visita à TV Gazeta.** Maceió, ano 45, p. 6, 15 jul. 1979j.

GAZETA DE ALAGOAS. **Alagoas saúda o Ministro Mário Andreazza.** Maceió, ano 45, p. 11, 03 ago. 1979k.

GAZETA DE ALAGOAS. **Fernando Collor de Mello, um dinâmico e bem sucedido empresário.** Maceió, ano 45, p. 7, 25 mar. 1979l.

GAZETA DE ALAGOAS. **Figueiredo categórico:** “A Revolução não terminou”. Maceió ano 46, p. 1, 01 abr. 1980a.

GAZETA DE ALAGOAS. **Revolução faz 16 anos e alagoanos comemoram a data com solenidades.** Maceió, ano 46, p. 1, 01 abr. 1980b.

GAZETA DE ALAGOAS. **Guarde este nome:** General Medeiros. Maceió, ano 46, p. 1, 03 abr. 1980c.



JEANNENEY, Jean-Noel. A opinião pública. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 215.

JORNAL DE ALAGOAS. **Prefeito define sua equipe**. Maceió, ano 71, p. 1, 14 mar. 1979a.

JORNAL DE ALAGOAS. **Prestação de contas ao povo**: 1º passo de um governo. Maceió, ano 71, p. 6, 30 mai. 1979b.

JORNAL DE ALAGOAS. **Fernando Collor repele boato de rompimento entre Suruagy e Guilherme**. Maceió, ano 71, p. 4-5, 10 jun. 1979c.

JORNAL DE ALAGOAS. **Teotônio Vilela analisa a Anistia**. Maceió, ano 71, p. 2, 05 jul. 1979d.

JORNAL DE ALAGOAS. **Teotônio**: revolução deu origem a todos os crimes políticos. Maceió, ano 71, p. 3, 13 jul. 1979e.

JORNAL DE ALAGOAS. **Teotônio visita presos políticos na Bahia**. Maceió, ano 71, p.1, 20 jul. 1979f.



JORNAL DE ALAGOAS. **Anistia só sairá a partir de 2ª feira**. Maceió, ano 71, p. 11, 24 ago. 1979g.

JORNAL DE ALAGOAS. **Pedro Simon também critica**. Maceió, ano 71, p. 11, 24 ago. 1979h.

JORNAL DE ALAGOAS. **D. Avelar**: passo à reconciliação. Maceió, ano 71, p. 11, 24 ago. 1979i.

JORNAL DE ALAGOAS. WLADMIR desembarca no Rio pregando unidade e anistia. Maceió, ano 71, p. 1, 06 out. 1979j.

MELLO, Pedro Collor de. **Passando a limpo**: a trajetória de um farsante. Rio de Janeiro: Record, 1993.

REIS, Arão Daniel; Ridenti, Marcelo; Motta, Rodrigo Patto (org.). **A ditadura que mudou o Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RÉMOND, René. O político. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 442-443.

VANDERLEI, Rosivan. Vladimir vai à praça para condenar “esta ditadura atual”. **Jornal de Alagoas**, Maceió, ano 71, p. 3, 18 out. 1979.



CAPÍTULO 9

EM ASSEMBLEIA PERMANENTE: A GREVE DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE MACEIÓ EM TEMPOS DE DITADURA (1979)

Airton de Souza Melo

Este capítulo tem como objetivo historicizar a greve dos trabalhadores da construção civil na cidade de Maceió, em 1979, no governo do ditador João Figueiredo. Os operários dos canteiros de obras maceioenses se envolveram ativamente na paralisação. Iremos analisar as circunstâncias do movimento paredista, seu desfecho e os efeitos diretos para alguns destes operários, bem como a reorganização de várias categorias de trabalhadores, as disputas econômicas e políticas, além das greves de vários setores.

A construção desta narrativa se deu a partir da evidência de páginas de jornais anexadas a processos trabalhistas de operários demitidos por estarem envolvidos em movimentos grevistas no ano de 1979, revelando a participação e o movimento dos trabalhadores da construção civil. Utilizamos como principais fontes os periódicos *Jornal de Alagoas*, *Gazeta de Alagoas* e *Jornal do Brasil*, além de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e processos trabalhistas de operários demitidos no final de 1979, impetrados mesmo após o compromisso das empresas em não retaliar aqueles que se envolveram na paralisação.

A categoria dos trabalhadores da construção civil no Brasil é, historicamente, pauperizada, masculina e com pouco acesso à educação, além de formada por uma massa migrante oriunda das zonas rurais. Este perfil configurou, ainda, uma situação social frágil e insegura na manutenção dos empregos a essa parcela da classe trabalhadora. Constatamos, em processos trabalhistas, que mais de 50%



dos operários demitidos não completaram sequer seis meses nos seus respectivos empregos. A informalidade também foi uma característica marcante.

A ditadura civil-militar iniciada em 1964 possuia interesses políticos e econômicos voltados para as classes dominantes. Pesquisas de corpo, como as de René Armand Dreifuss (1981) e Gláucio Ary Dillon Soares (1994), “desvendaram a trama que envolveu diversos setores da sociedade brasileira, notadamente suas classes dominantes, tanto na desestabilização do governo Goulart” (Melo, 2014, p. 11). A consequente desregulamentação de direitos está atrelada à dinâmica do desenvolvimento capitalista mundial, o que afetou diretamente o Brasil.

A retomada das lutas de forma mais incisiva no período da ditadura ganhou corpo a partir de 1978, tendo início nos principais centros industriais do Brasil, no ABC Paulista, expandindo para as demais regiões do País e constituindo um ambiente de confrontos entre operários, empresários e o Estado, de forma que não se observava havia mais de 10 anos. Ricardo Antunes nomeia essa retomada como ações de resistência:



Essas ações de resistência encontram sua causa na precariedade das condições de salário e trabalho, precariedade esta dada pela compressão salarial, pela intensidade extenuante do trabalho, e se expressa no protesto contra opressão e controle das chefias, na luta contra os atrasos de pagamento, no empenho pela melhoria do sistema promocional etc. (Antunes, 1988, p. 15).

As lutas lideradas por sindicatos e movimentos sociais em Alagoas, em 1978 e 1979, deram-se quando diversas categorias passaram a, cotidianamente, pleitear melhores salários e condições de vida. Entidades alagoanas se envolvem na luta por anistia e democratização, além dos embates salariais que desnudavam a crise do regime militar e impulsionaram o combate político.

A classe trabalhadora em Alagoas foi diretamente influenciada por todo o turbilhão de acontecimentos que eclodiram no Sudeste do Brasil e se espalharam pelos demais estados da Federação. Contudo, os trabalhadores alagoanos construíram experiências particulares através das relações com seus sindicatos e bases, conseguindo acompanhar e contribuir politicamente com as lutas democráticas contra a ditadura brasileira.

Utilizamos os periódicos *Jornal de Alagoas*, *Gazeta de Alagoas* e *Jornal do Brasil* para compor a análise da conjuntura político-social das lutas dos trabalhadores, além de dados do IBGE. Em determinados momentos, os periódicos converteram-se na única oportunidade de observar as imagens e gentes que se envolveram nesses acontecimentos, assim como as falas de lideranças. Renée Barata Zicman (1985, p. 89) consegue expressar a relevância desta inestimável fonte.

A imprensa é rica em dados e elementos, e para alguns períodos é a única fonte de reconstrução histórica, permitindo um melhor conhecimento das sociedades ao nível de suas condições de vida, manifestações culturais e política etc. Seu estudo é enriquecedor, sobretudo quando se tem interesse pela História Social, História das Mentalidades e História das Ideologias.

A retomada das lutas da classe trabalhadora no período da ditadura

No dia 7 de dezembro de 1978, os motoristas de táxi de Maceió pararam, por meio período, cerca de 50% de sua frota. Reagiam à decisão de multar e apreender os táxis que iniciaram o dia de trabalho cobrando a “bandeira 2”. O movimento nacional dos taxistas havia conseguido do governo federal, como forma de acalmar a categoria, um decreto para a cobrança da “bandeira 2” em qualquer horário durante todo o mês de dezembro (Jornal de Alagoas, 1978a).

No ano de 1978, em meio ao movimento popular nacional pela redemocratização do país e pela anistia dos presos e exilados políticos, ganhou força também a reorganização do movimento sindical nacional. Nesse contexto, categorias como taxistas, bancários, metalúrgicos, radialistas, construção civil, trabalhadores, camponeses e professores de Alagoas passam a reivindicar direitos e salários.

A Associação dos Professores de Alagoas (Apal), sob gestão da professora Dulcinéia Bibiano, passou a sofrer uma forte oposição do conjunto da categoria em 1978, inicialmente, em protesto contra a discriminação salarial imposta aos profissionais de nível superior da educação pelo então governador Divaldo Suruagy³¹. O movimento, engajado nas lutas democráticas, entrou com um mandado de segurança contra o governo do estado para pressionar uma ação do



governador, que evitara tratar de qualquer equiparação salarial. Em dezembro de 1978 e a partir de 1979, o movimento dos profissionais da educação acirrou a luta dentro da associação de professores e na esfera política estadual³² (Jornal de Alagoas, 1978b).

No mês de dezembro daquele ano, foi regulamentada a profissão de radialista, em decorrência de uma campanha nacional da categoria. Assim, o Sindicato dos Radialistas de Alagoas comemorou, ao mesmo tempo, a regulamentação da profissão e o aniversário de 18 anos do sindicato alagoano, realizando uma solenidade no Estádio Rei Pelé no dia de uma partida de futebol entre os times CSA x CRB (Jornal de Alagoas, 1978c).

O ano de 1978 foi marcante para a história da cidadania e da redemocratização brasileira, quando movimentos grevistas e reivindicatórios eclodiram em diversos estados do país. Os movimentos de resistência tiveram origem na precariedade das condições de salário e trabalho. Essa precariedade se expressava na debilidade dada pela compressão salarial e pela intensidade do ritmo laboral empreendido, manifestando-se a insatisfação em forma de protesto contra a opressão e o controle das chefias, na defasagem salarial e pela melhoria nas relações e no sistema de trabalho.

O presidente Figueiredo afirmou querer estender a mão ao povo brasileiro em conciliação, dando, assim, o recado de que iria dar prosseguimento à abertura. Porém, o discurso contrastava com as ações governamentais. A ditadura estava em pé de guerra com os trabalhadores brasileiros, que buscavam reparação salarial e melhores condições de vida e lutavam pela redemocratização do país.

Em 1978, o Brasil sofreu cerca de 30 atentados a bomba ou sequestros realizados por grupos de extrema-direita “paramilitares” ou “parapoliciais”, como o Grupo Anticomunista (GAC), o Movimento Anticomunista (MAC) e o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), como pôde ser visto em matéria do *Jornal do Brasil*, com o título: *Extrema direita assume em Minas a culpa da violência*, exibindo o silêncio das autoridades e a falta de investigação para com o terrorismo praticado (Jornal do Brasil, 1978). Existia muita resistência ao projeto de abertura, dentro da burguesia e entre militares e o empresariado nacional. A



luta pela manutenção do medo e do terror fazia parte desses grupos, financiados por empresários e pelo governo ditatorial.

O desenvolvimento das lutas operárias deu-se de forma heterogênea no Brasil, respeitando as diferenças de cada região e as categorias de trabalhadores. Acreditamos que essas experiências vividas e acompanhadas pelos empregados de todo o País, através de jornais e rádio, foram, sim, o ponto de virada no cenário nacional. A partir daí, em cada estado, a classe trabalhadora conduziu suas práticas de maneira particular³³.

O salário mínimo era tema recorrente nos ciclos operários e nas matérias dos jornais. Com a grande inflação, a perda do valor dos proventos ao longo dos meses e a demanda por reajustes traziam implicações diretas na sobrevivência da classe trabalhadora brasileira. Fortalecer a categoria para pleitear novos salários frente aos patrões se tornou, então, não só necessário, como possível³⁴.

A categoria dos taxistas conquistou novamente, em 1979, um reajuste no valor da bandeira, pleiteado pelo Sindicato dos Condutores de Veículos Autônomos. Foi a segunda vez, naquele ano, que os taxistas conseguiram aumento no valor da corrida. A bandeira, que custava Cr\$ 7 (sete cruzeiros) em janeiro daquele ano, passou, em julho, para Cr\$ 10 (dez cruzeiros). Esse primeiro reajuste deu-se após a paralisação/greve de cerca de 100 taxistas. Foi utilizada violência policial, na tentativa de conter o movimento, a mando do então secretário de Segurança de Alagoas, o coronel José de Azevedo Amaral. O segundo aumento foi de 20%. No entanto, o sindicato iria continuar a lutar por novos reajustes, devido às possíveis alterações no valor da gasolina e de derivados do petróleo (Jornal de Alagoas, 1979a).

Diante da retomada das lutas, a classe empresarial também se organizava para combater os trabalhadores. Uma das estratégias era trazer os empregados para perto, tentando criar uma atmosfera de novas relações e igualdade de condições. O setor canavieiro nordestino passava por uma enorme crise, que se agravou durante o fim da década de 1970, chegando à determinação de limitação de produção imposta pelo Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) para evitar superprodução, ameaçando causar paralisação para o ano de 1979. Nesse ínterim, houve atrasos em pagamentos de salários dos trabalhadores e a insatisfação dos cortadores de cana, levando a ameaças de greve (Jornal de Alagoas, 1978d).



A partir do cenário de crise no setor canavieiro e da pressão dos campões, o IAA foi obrigado a aceitar uma representação dos trabalhadores, o que seria totalmente impensável alguns anos antes. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar no Estado de Alagoas, José Fernandes dos Santos, explicou que essa ação fora construída com a participação dos sindicatos dos outros estados: “Estamos realizando um trabalho junto aos trabalhadores na área de açúcar. Um trabalho em conjunto com todos os sindicatos do Norte- Nordeste, assim como outros estados do país” (Jornal de Alagoas, 1979b, p. 11), que representava tanto uma estratégia patronal aceitar a representação no IAA, buscando evitar grandes conflitos e greves, quanto o reconhecimento da ascensão das lutas camponesas e sua força.

Ao tempo em que patrões e empregados negociavam novos salários, explodiam greves por todo o País. Os trabalhadores da indústria do açúcar ameaçavam paralisar as atividades, caso suas reivindicações não fossem atendidas. Em Alagoas, o sindicato dos trabalhadores e o sindicato dos industriais do açúcar evitaram a paralisação, chegando a um acordo salarial com aumento de 60% para quem recebia até Cr\$ 10 mil; 55% a quem recebia entre Cr\$ 10 mil e Cr\$ 17 mil e 45% para quem recebia mais de Cr\$ 17 mil (Jornal de Alagoas, 1979c).

Ainda em julho, ganhou destaque nacional a greve dos motoristas e cobradores de ônibus em Salvador, assim como a dos funcionários do Hospital Santa Casa de Misericórdia da cidade de Santos (SP). Toda semana, eclodiam de uma a duas greves pelo País, notícias sobre a ameaça de paralisações e negociações entre patrões e empregados, além da intermediação dos Tribunais do Trabalho nessas disputas. Em Maceió, as negociações e ameaças de greve dos professores da rede estadual de ensino resultaram em aumento salarial (Jornal de Alagoas, 1979d).

Segundo o balanço anual de 1979 do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a categoria dos trabalhadores da construção civil foi a segunda em número de greves, com 17% delas no ano de 1979, ficando atrás somente dos metalúrgicos, que realizaram 50% das greves no País. Os operários dos canteiros de obras empreenderam 32 do total de 183 greves registradas em todo o Brasil (Antunes, 1988).



Percorremos, através dos registros jornalísticos e das atas dos processos na Justiça do Trabalho em Alagoas, alguns dos movimentos grevistas marcantes no país para conseguir reconstruir o quadro de lutas dos trabalhadores dos canteiros de obras e inserir a greve da construção civil alagoana no contexto nacional de paralisações.

Consideramos a greve dos trabalhadores da construção civil de Belo Horizonte a maior e mais importante da categoria na conjuntura do período. Os trabalhadores do setor de construção estavam engajados com os acontecimentos do fim de 1978 e tudo o que aconteceu no ano de 1979. Em meados de agosto, irrompe a greve dos trabalhadores da construção civil em Brasília, parando obras na capital do país. A poucos dias do fim da paralisação de Belo Horizonte, tem início a greve de Brasília, quando se destaca o papel negativo do sindicato da construção da capital federal, que negociou um acordo com o sindicato patronal sem levar em consideração a votação da base para tal decisão. O movimento de Brasília foi puxado pela base, sem participação do sindicato; cerca de três mil trabalhadores cruzaram os braços e saíram às ruas. Houve agressões da polícia – usada, mais uma vez, como braço armado do setor empresarial privado brasileiro – e três operários foram presos (Jornal do Brasil, 1979).

A greve nos canteiros de obras em Maceió

O setor da construção civil é uma classe formada por trabalhadores com baixos salários, altíssima informalidade e grande rotatividade nos postos, componentes que dificultavam a organização de uma das maiores categorias de trabalho no Brasil. Mesmo diante de tantos desafios, esses operários estavam entre as vozes que gritavam por mudanças na política econômica da ditadura, exigindo recomposição salarial devido aos altos índices inflacionários.

Os operários da construção civil, reunidos em assembleia permanente no Palácio do Trabalhador Alagoano, na noite de 6 de novembro de 1979, decidiram aceitar a contraproposta feita por seus patrões, encerrando, assim, a interrupção do trabalho, que já durava dois dias. Os patrões mostravam-se irredutíveis em conceder qualquer aumento de salário acima do reajuste determinado pelo governo federal. Porém, a campanha resultou numa assembleia permanente e em paralisação do trabalho nos canteiros de obras, dobrando o empresariado



alagoano, derivando numa conquista salarial e numa experiência paredista inédita para a maioria dos trabalhadores da construção civil e de seu sindicato.

Após o vitorioso movimento, em novembro de 1979, operários foram vítimas de perseguição e demissões, levando o embate entre patrões e empregados, que teve início na campanha salarial “nas ruas”, para o enfrentamento na Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) de Maceió, do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 6ª Região.

O governo ditatorial não conseguia mais fazer a economia ter bons resultados devido à hiperinflação, fazendo com que os militares, numa tentativa que se mostrou fracassada, instituíssem a mudança nos reajustes salariais, antes anuais. Com a nova legislação, passaram a ser semestrais, observando-se a Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, que deixava expresso, no art. 1º: “o valor monetário dos salários será corrigido, semestralmente, de acordo com o índice de Preços ao Consumidor, variando o fator de aplicação na forma desta Lei” (Brasil, 1979, n.p.).

Tal medida buscava acalmar os sindicatos e combater as greves. Seria um remédio a curto prazo, porém, com curtíssimo vencimento, e não surtiu o efeito pretendido pela ditadura brasileira. Logo após o decreto da implantação da semestralidade, os trabalhadores brasileiros entenderam que essa mudança não conseguiria sanar a defasagem da moeda ante a inflação que disparava. O economista Rubem Cysne (1994, p. 252) analisou as implicações dessa medida:

[...] em novembro daquele ano, quando se passou de anualidade à semestralidade dos reajustes. Esta modificação na política salarial, por sua vez, corroborou a nova taxa de inflação vigente, impedindo uma volta aos níveis inferiores. [...] reajustes semestrais implica semestralizar uma inflação anual de 40%, ou seja, implica uma inflação em torno de 100% ao ano.

As consequências foram rápidas. A inflação saltou para 109%, como resultado do ano de 1979, a partir das análises do valor real de Rubem Cysne. Então, o reajuste de cerca de 30% que os trabalhadores alagoanos receberiam já iria chegar em suas mãos defasado.

O reajuste semestral dos salários foi considerado uma vitória pelos trabalhadores, dando força para o sindicato da construção civil continuar a campanha.



nha salarial em outubro, inspirado pelos movimentos que sacudiram o Brasil. Os operários da construção civil alagoana indicavam uma possível greve se suas reivindicações não fossem atendidas.

Em entrevista ao jornal *Gazeta de Alagoas* (1979a), o engenheiro Manoel Augusto Leone, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), expôs que, devido às grandes greves em Belo Horizonte, Porto Alegre e Goiânia, a categoria empresarial devia levar em consideração o reajuste, porque o salário dos trabalhadores estava defasado. A mudança de postura do presidente da Cbic levava em conta a possibilidade de paralisação das atividades em vários estados.

A categoria da construção civil era numerosa e formada, em boa medida, por homens negros pobres; quando esses milhares de trabalhadores, considerados brutalizados pelo serviço que executavam, decidiram se organizar, causaram estranhamento e apreensão. Os jornais passaram a noticiar os passos do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil no Estado de Alagoas. O presidente do sindicato, Expedito Santos, era constantemente ouvido pelos periódicos de Maceió.

Os trabalhadores da construção civil, em sua campanha, reivindicavam reajuste de 70% sobre seus salários. A proposta já havia sido enviada aos representantes de seus patrões; porém, não havia contraproposta dos industriais.

O sindicato da construção civil convocou uma grande assembleia para o dia 27 de outubro de 1979, no ginásio do Sesi. A imprensa noticiou a possibilidade da presença de cerca de 20 mil operários, num histórico momento que iria determinar os rumos da categoria (Jornal de Alagoas, 1979e). No dia marcado, não se sabe exatamente quantos operários estiveram presentes. Mas com certeza foi uma das maiores reuniões de trabalhadores alagoanos nos anos finais da ditadura.

Três dias antes da assembleia da construção civil, os bancários alagoanos, através de campanha salarial, conseguiram fazer com que os bancos cumprissem o acordo de aumento salarial. No caso deles, o acordo conquistado sob a liderança do Sindicato dos Bancários de Alagoas havia definido um aumento pouco superior aos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Como consequência, a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) entrou em contato, requerendo



o não pagamento deste acordo, por estar fora dos padrões definidos pelos sindicatos patronais para a região.

O presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Bancários do Estado de Alagoas, o sindicato patronal, afirmou que a instituição iria manter o acordo efetuado com a categoria de trabalhadores. Assim, foi mantido e efetivado o aumento conquistado pelo Sindicato dos Bancários de Alagoas³⁵ (Jornal de Alagoas, 1979f).

A assembleia dos operários da construção civil, no dia 27 de outubro, foi unânime em não aceitar a contraproposta de 30% do patronato. Nesta assembleia, o sindicato definiu uma nova proposta: 50% de reajuste para a categoria (Jornal de Alagoas, 1979g). Todas as atividades da construção civil poderiam ser paralisadas nos próximos dias, caso não houvesse acordo entre patrões e sindicato. Ficou determinada, naquela noite, a composição de uma assembleia permanente se não houvesse acordo entre as partes.

O jornal *Gazeta de Alagoas* trouxe a informação de que “ocorrendo o impasse, registra-se a primeira greve no setor de que se tem conhecimento em Alagoas” (Jornal de Alagoas, 1979g, p. 9). Esse movimento poderia desencadear a primeira greve dos trabalhadores da construção civil na história de Alagoas, o que já é um fato histórico importante por si só. O contexto da retomada das lutas e das ruas pela classe trabalhadora brasileira, inspirada, principalmente, pelos metalúrgicos do ABC e das greves de Minas Gerais e de Porto Alegre, contribuiu para impulsionar os operários dos canteiros de obras alagoanos, assim como os bancários, petroleiros, motoristas e têxteis.

A reação patronal viria em tom de ameaças de demissão e violência, além de campanha difamatória contra o sindicato. A pressão sempre afastava operários. Mas, dessa vez, não foi suficiente, como podemos observar em entrevista com o operário Antônio José de Moraes, 23 anos, que, “atuando na reforma de um prédio na rua Sá e Albuquerque, é um dos que temem ser mandado embora, porém, está ao lado da maioria, pois ganhando 60 cruzeiros por dia não vê condições de atender a sua família” (Jornal de Alagoas, 1979g, p. 9).

A grande maioria dos homens que trabalham na construção civil sempre foram tratados como peões, ou seja, trabalhadores com menos valor, por serem de origem humilde, migrantes, com alfabetização deficitária, e a maior parte



não ser especializado. Os industriais da construção consideravam um ultraje o trabalhador dar entrada em processo judicial por reparação; quando estes mesmos trabalhadores ameaçaram paralisar as obras e realizar uma greve, isso foi encarado como uma ofensa, respondida com todas as ameaças possíveis.

Na mesma semana, aconteceram fatos importantes para movimentos de enfermagem e de professoras. Os profissionais de educação haviam perdido uma batalha nos tribunais quando o TRT da 6^a Região decidiu, por 4x3 votos, o ganho de causa para o estado de Alagoas, sobre mais de 500 professoras/es do MAG-5 (magistério) da rede estadual que lutavam pela paridade salarial com os professores de nível superior do funcionalismo público estadual. Os docentes recorreram ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) (Gazeta de Alagoas, 1979b).

As mulheres e os homens do setor de enfermagem finalizaram a campanha salarial com um acordo considerado vitorioso, com 60% de aumento salarial. O Sindicato dos Profissionais de Enfermagem no Estado de Alagoas aceitou a proposta patronal dos 60% de aumento salarial em assembleia realizada no Palácio do Trabalhador. A negociação foi intermediada pelo delegado do trabalho (DRT) José Sarmento de Barros (Jornal de Alagoas, 1979h)³⁶.

O presidente da República, o ditador Figueiredo, sancionou, no dia 1º de novembro, o reajuste de 36,6% dos novos salários. De acordo com a tabela, o novo salário mínimo em Alagoas passou a valer Cr\$ 2.172. O reajuste semestral entrava em vigor, porém, não conseguiu frear a onda avassaladora de manifestações e greves dos trabalhadores brasileiros³⁷.

No contexto da organização de uma possível paralisação nos canteiros de obras, o sindicato da construção civil requisitou a dezenas de mestres de obras que repassassem as informações sobre o andamento das negociações do reajuste salarial nos canteiros, convocassem os trabalhadores, mais uma vez, a participar da paralisação e conseguissem informação se os operários estavam dispostos a levar a negociação até as últimas consequências com a greve. No sábado à tarde, dia 3 de novembro, houve uma assembleia com os cerca de 70 mestres de obras, que reafirmaram que a maioria dos operários em seus canteiros atenderiam à decisão do sindicato (Gazeta de Alagoas, 1979c)³⁸. A instituição procurava apoio, força e legitimidade para continuar na luta contra os patrões, que estavam irredutíveis diante da proposta feita.



O sindicato utilizou o fim de semana para organizar os últimos preparativos, realizar a assembleia com os mestres de obras e chamar os trabalhadores para a assembleia permanente, que teria início na segunda-feira, 5 de novembro. Assembleia permanente era o nome oficial dado pelo sindicato para a paralisação do trabalho, evitando mais intervenções dos patrões, da polícia e da Justiça do Trabalho sobre o movimento laboral. No entanto, a partir do dia 5 de novembro, a categoria dos trabalhadores da construção civil entrou em “estado de greve”, quando paralisaram as atividades e convocaram os operários a largar os postos de trabalho e participar de uma assembleia que deveria durar até a realização do acordo salarial. A assembleia permanente teve início à meia-noite, de domingo para segunda-feira, no dia 5 de novembro, com trabalhadores da construção e integrantes do sindicato passando a madrugada no Palácio do Trabalhador Alagoano, dando o pontapé inicial à primeira paralisação do setor da construção civil alagoana de que se tem notícia na história.

Durante todo o dia, mais de mil trabalhadores estiveram no Palácio do Trabalhador Alagoano, esvaziando dezenas de canteiros de obras pela cidade de Maceió, e alguns na zona metropolitana. Ainda não havia a decretação da greve; no entanto, mais de 25% dos 6 mil trabalhadores sindicalizados da construção civil, de forma total ou parcial, cruzaram os braços e deixaram os locais de trabalho vazios. Havia, ainda, os operários não sindicalizados que apoiavam o movimento.

O sindicato cumpriu a ameaça que fez em outubro, na grande assembleia realizada, dando início à paralisação histórica. Supõe-se que os empresários do setor estavam irredutíveis por não acreditarem na interrupção dos trabalhos, porque o sindicato já havia recuado em sua primeira proposta, que era de 70%. Com a negativa do Sindicato da Indústria da Construção Civil em pagar acima dos 30% acordados pela lei, foi feita uma nova proposta de 50% de aumento salarial. Quando os trabalhadores conseguiram muitos adeptos ao movimento, o sindicato recuou da proposta inicial, demonstrando que eles entendiam que dificilmente conseguiriam os 70%. Isso demonstra a falta de experiência grevista e a própria realidade concreta desses operários, que sabiam da força do empresariado aliado ao poder do estado.



Os empresários foram pegos de surpresa quando centenas, e até milhares, de operários cruzaram os braços e não foram trabalhar no dia 5, além dos trabalhadores que, ao longo do dia, foram aderindo ao movimento. Os operários da construção civil largaram seus instrumentos de trabalho e partiram em direção ao Palácio do Trabalhador ou para suas casas.

O Sindicato da Indústria da Construção Civil de Maceió, através do presidente Napoleão Barbosa, encaminhou ofício ao líder sindical Expedito Santos, confirmado seu propósito de permanecer com o reajuste salarial atendido na forma regulamentada pela Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1978 (Jornal de Alagoas, 1979i). A proposta chegou aos trabalhadores e foi encaminhada para a assembleia permanente votar e decidir se aceitaria ou não.

Levada a plenário e exposta aos trabalhadores, a proposta de manutenção dos 30%, já definida em 1978, foi rechaçada pelo sindicato. A proposição foi classificada como “ridícula” e uma tentativa de esnobar a luta dos trabalhadores, pois, após toda a campanha salarial e as negociações, os patrões não modificaram em nada sua proposta inicial. Colocada em votação, posicionaram-se os cerca de 900 trabalhadores que estavam no Palácio do Trabalhador naquele momento³⁹. Expedito Santos, falando aos trabalhadores, disse: “Esta é a hora de nos unirmos contra eles e quem aceitar lutar até o fim diga sim”. A assembleia respondeu com positividade à manutenção da luta.

A imprensa estava presente, registrando e noticiando:

O presidente Expedito Santos iniciou o ataque, dizendo que “mais uma vez ficamos sabendo que os patrões querem escravizar os trabalhadores e assim nos obrigam a continuar em nossa luta, pois não somos escravos, mas seres humanos que precisam comer, vestir e ter um teto” (Gazeta de Alagoas, 1979d, p. 6)⁴⁰.

O presidente do sindicato colocou em votação lançando para a assembleia “quem não quiser aceitar a ridícula proposta dos patrões digam [sic.] não”, e por unanimidade os trabalhadores votaram pela permanência da assembleia permanente, firmando a proposta da classe em 50% de aumento salarial, como resposta ao presidente do sindicato patronal liderado por Napoleão Barbosa.

Napoleão Barbosa afirmou para a imprensa que não acreditava na greve dos trabalhadores da construção civil e que os patrões não pagariam um centavo a mais do que o aumento estabelecido pelo governo e a campanha salarial de



1978. Os empresários mostravam-se irredutíveis e suas declarações demonstravam a total falta de diálogo, pois nenhuma proposta foi levada em consideração durante os meses de campanha salarial. E, como consequência desses atos, os trabalhadores decidiram a manutenção da paralisação para o dia 6 de novembro.

O segundo dia de assembleia permanente pode ter deixado os empresários confusos, pois eles acreditaram nas palavras de Napoleão Barbosa, ditas no dia 5 de novembro, de que não haveria greve e que a negociação deveria acabar no mesmo dia, com os trabalhadores aceitando o ultimato patronal. No entanto, no momento em que essa nova realidade era colocada diante dos empresários, com operários organizados para negociar e dar seguimento ao movimento paredista, a classe patronal entendeu que deveria se reunir novamente em seu sindicato e repensar sua estratégia.

No dia 6 de novembro, o *Jornal de Alagoas* publicou um editorial sobre a crise na construção civil alagoana:

Até a hora que escrevemos este editorial, empregados da construção civil em Alagoas não tinham chegado a um acordo. Fazemos votos para que a situação não atinja o dia de hoje e que as discussões, em torno da melhoria salarial dos operários de um dos mais importantes setores de atividades do Estado, tenham chegado hoje ao seu final, com uma definição favorável a ambas as partes.

O sindicato dos trabalhadores decidiu ficar em assembleia permanente, num movimento sob todos os aspectos pacífico, em busca de um aumento sobre os salários em vigor constantes de um acordo coletivo de trabalho que somente se expira em abril do próximo ano...

Esperamos que o capital e o trabalho, nesse caso, tenham decidido pelo consenso, pela harmonia, sob pena de empresas e empregados sofrerem maiores prejuízos; aquelas pela paralisação das obras e estes pelos dias sem produção, pelo desemprego. E o desemprego, neste particular, é o problema mais grave e mais fácil de existir. Sobretudo se considerarmos o campo em que o movimento teve ou está tendo curso como um dos que apresentam os maiores problemas de ordem social, desde os baixos salários e a flutuação da mão-de-obra, especialmente para quem não é profissional qualificado (Jornal de Alagoas, 1979j, p. A-1).

O editorial levava em consideração o fator desigualdade nas relações, o que é imperativo para poder não só compreender, como solidarizar-se com a

luta destes trabalhadores, a parte mais fraca, e com a possibilidade de sofrerem as piores consequências. A preocupação do sindicato em publicizar que seu movimento era pacífico fazia parte de uma estratégia de legitimidade popular e proteção contra o uso de violência por parte das forças policiais, como bem conhecida a tradição da polícia alagoana. O editorial, em nenhum momento, retrata os trabalhadores como vândalos ou pessoas que buscavam atormentar a cidade; mas, sim, como uma categoria de homens pobres que desejavam ser valorizados.

Na mesma página, o *Jornal de Alagoas* publicou uma matéria sobre a carestia de vida em Alagoas, mais especificamente sobre os constantes aumentos no preço da carne, e como isso afetava a população. A matéria estava na coluna *A Voz do Povo*, em que homens e mulheres eram entrevistados sobre determinado tema. A matéria sobre a alta nos preços da carne, da carestia de vida e a revolta de populares com os valores praticados era uma mostra real dos problemas de todos os trabalhadores e só corroborava com o protesto dos operários da construção civil, que desejavam melhores salários para combater a carestia de vida (Jornal de Alagoas, 1979k).

O jornal *Gazeta de Alagoas* publicou a matéria *Ele está com medo da mulher*, com o depoimento do servente de pedreiro José Honorato Lima, realizado na assembleia, revelando sua vergonha diante de sua esposa por não conseguir levar o sustento para sua família. Ele informou que ganhava Cr\$ 70 por dia, trabalhando 12 horas.

Há três dias que não apareço em casa, tenho vergonha de encarar minha mulher e meus quatro filhos. A patroa acha que estou gostando de outra, porque o dinheiro que lhe dou é muito pouco. Mas nada disso ocorre, o que ganho por semana é que não dá pra nada. Se fosse um homem fraco já tinha partido para o suicídio, porque trabalho das sete da manhã às 20 horas para ganhar setenta cruzeiros por dia [...] eles exigem trabalho, mas esquecem que somos criaturas humanas, temos família e precisamos sobreviver (Gazeta de Alagoas, 1979e, p. 6).

Um relato da miséria de um trabalhador foi retratado de forma pejorativa pelo jornal, transformando-se numa situação de “falta de masculinidade”. A substituição da palavra “vergonha” por “medo” faz um depoimento sobre po-



breza ser reduzido ao jocoso receio da esposa. O valor mensal recebido pelo operário era de Cr\$ 280.

José Clarindo, auxiliar de carpintaria, relatou que, nos últimos três anos, a situação vinha ficando pior com a inflação. Ele afirmou que a carne aumentou mais de 100%. Foi registrada pelo sindicato a vinda de operários de cidades próximas a Maceió para participar do movimento grevista, assim paralisando algumas obras fora da capital.

O segundo dia de assembleia permanente ocorreu com discursos sobre carestia de vida. Houve reuniões em meio à espera dos trabalhadores por uma nova proposta patronal. Oficialmente, a instalação de um comando de greve geral da categoria em Alagoas era necessária, por mais que houvesse um sentimento ou até consenso de que aquilo já era o início de uma greve. Havia uma média de 900 trabalhadores mobilizados por período no Palácio do Trabalhador e arredores, o que reforçava a efetividade da greve.

No segundo dia, os empresários ainda afirmavam que não iriam ceder e que sua única proposta seria o reajuste de 30%, oficializado anteriormente. Napoleão Barbosa apontava que a decisão do Sindicato da Indústria da Construção Civil de Maceió não ia de encontro à reivindicação do trabalhador, “pois esta é regulamentada pelo que está previsto na recente Lei nº 6.708 de 30/11 do presente exercício, que estabelece reajustes salariais semestrais de acordo com o índice inflacionário”. O sindicato patronal e seus representantes se reuniram em assembleia no dia 6, acreditamos que no horário da manhã, e decidiram o reajuste na forma da Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1978. Acusaram o sindicato dos trabalhadores da construção civil de intransigência ao dar início à assembleia permanente, paralisando as atividades. Os patrões revelaram que souberam pela imprensa da “nefasto” pretensão de ameaça de greve, quando a situação para tal dependeria da Justiça do Trabalho, em face da convenção coletiva, com prazo de 30 de abril de 1980.

O Sindicato da Indústria da Construção Civil de Maceió recorria à Justiça do Trabalho para evitar uma paralisação total das atividades e acusava os trabalhadores de intransigência com relação a acordos realizados, mas não fazia nenhuma consideração sobre a galopante inflação que demolia o valor da moeda e os salários, levando os trabalhadores a enfrentar grandes dificuldades. A



intenção dos empresários era de se amparar no legalismo, mesmo que, em suas empresas, a legalidade dos direitos de seus empregados fosse constantemente desrespeitada. O discurso legalista surgia em momentos em que pudesse beneficiar a classe patronal.

O que consta é que, ao final do dia, os empresários do ramo da construção civil se reuniram novamente e prepararam uma proposta aos trabalhadores. Somente após meses de campanha salarial, de uma série de pedidos de consideração feitos pelos trabalhadores e do início de uma histórica paralisação de canteiros de obras é que os patrões enxergaram que o desdém e as ameaças não iriam parar o movimento. Assim, elaboraram a proposta de reajuste e enviaram ao Palácio do Trabalhador para ser analisada.

Temendo que os trabalhadores concretizassem a ameaça de paralisação total, ou seja, greve, os empresários voltaram atrás em sua posição de não dar nenhum reajuste além dos índices do governo e decidiram fazer uma contraproposta. Os patrões do setor da construção civil se reuniram na Casa da Indústria para propor reajuste além dos índices do governo, sugerindo aumento de 15% para trabalhadores que recebiam um salário mínimo e 10% para os que ganhavam mais de um salário, resultando em 45% de aumento para os operários com até um salário e 40% para os trabalhadores com mais de um salário mínimo.

O sindicato recebeu a contraproposta feita por seus patrões, a primeira desde o início do movimento, e foi debater com a assembleia. Os valores se aproximavam do que eles haviam pedido. E por mais que não fosse o desejado, foi aprovado pelos trabalhadores reunidos na assembleia permanente no horário da noite do dia 6 de novembro.

Muitos daqueles trabalhadores estavam havia dois ou três dias no Palácio do Trabalhador, sem a segurança de que teriam emprego caso a greve se efetivasse. Os operários conseguiram um reajuste superior aos 30%, e isso era importante. A proposta de reajuste acima dos índices foi aceita, mas uma parte dos operários continuou reunida em assembleia, porque a informação oficial seria repassada quarta-feira, dia 7 de novembro.

Na manhã do dia 7, os trabalhadores continuavam em assembleia e passavam a informação, também levada para os canteiros de obras, aos que chegavam. A assembleia oficializou os termos do acordo realizado com os patrões,



que eram os 45% e os 40%, de acordo com a faixa de rendimento, além da garantia de que quem estava no movimento não seria penalizado.

Os operários comemoraram a conquista do reajuste salarial acima do índice e o sucesso da primeira paralisação dos empregados da construção civil de que se tinha notícia. Foram dois dias de interrupção nos canteiros de obras da cidade de Maceió e todas as atenções do estado puseram-se sobre a luta desses homens⁴¹. Após a conquista de 45% e 40%, respectivamente, os trabalhadores voltaram aos canteiros de obras; muitos só retornaram no horário da tarde e alguns deixaram para voltar ao trabalho no dia 8.

Considerações finais

O movimento grevista de trabalhadores da construção civil em Alagoas ocorreu em um momento de exponencial ascensão de greves no Brasil. Sufocados por mais de uma década, esses operários agarraram-se, com afinco, a esta nova janela de oportunidade que a classe trabalhadora brasileira conseguiu abrir, quando a economia declinava e o País buscava abertura, modernização e uma maior acomodação do capital internacional.

No fim de novembro de 1979, em Curitiba, trabalhadores da construção civil paralisaram as atividades por três dias e conseguiram 31,02% de aumento, com a participação da Justiça do Trabalho na negociação e uso da força policial nas ruas da cidade (Genaro, 2018).

As ações da classe trabalhadora e da sociedade civil começam a fazer o governo ditatorial sentir a pressão, o que só vai crescer no início da década de 1980, aliando-se ao fracasso do atentado do Riocentro e à fragilidade econômica do País, causando o processo que Rodrigo Patto Sá Mota (2021, p. 290) chama de “saída negociada da ditadura”.

O fim da campanha salarial de 1979 não encerrou o embate entre os trabalhadores e empresários da construção civil, porque era o momento de lutar contra a perseguição nos postos de trabalho e a demissão de dezenas de operários, cabendo ao sindicato denunciar e auxiliar estes trabalhadores nas lutas nos tribunais.



Os empresários já estavam desligando funcionários de seus empregos, antes mesmo do fim da greve da construção civil, e isso continuou acontecendo nos dias subsequentes ao encerramento da paralisação. Alguns dos patrões ignoraram a parte do acordo negociado entre o sindicato dos trabalhadores e o sindicato dos industriais.

O presidente sindical Expedito Santos sabia que o argumento patronal era falacioso e argumentou que nenhum trabalhador poderia ser demitido por participar de assembleia-geral do seu sindicato. A Justiça do Trabalho enxerrou a ilegalidade nas demissões e os processos foram julgados procedentes, mas isso não evitou prejuízos e a demissão destes operários. Alguns deles, por motivos ligados à sua condição social, não foram mais encontrados para receber a notícia da vitória nos tribunais e a reparação.

Os operários da construção civil conseguiram quebrar um ciclo de mais de uma década de silenciamento e partiram para a luta reivindicatória com participação sindical, numa paralisação por melhores condições de trabalho e reparação do salário, defasado com a intensa crise no país. A vitória de um movimento paredista de uma categoria subalternizada e altamente instável como a da construção civil foi muito representativa para o conjunto dos trabalhadores alagoanos, ganhando destaque nos jornais por semanas, pois era imensa a classe que não estava aceitando a voz de comando de seus patrões sem resistir, e isso era algo novo tanto para eles quanto para o sindicalismo alagoano.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **A rebeldia do trabalho:** o confronto operário no ABC Paulista – as greves de 1798-1980. Campinas: Unicamp, 1988.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979.** Dispõe sobre a correção automática dos salários, modifica a política salarial e dá outras providências. Brasília, 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6708.htm. Acesso em: 28 set. 2024.

CYSNE, Rubens Penha. A economia brasileira no período militar. In: D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon (org.). **21 anos de regime militar:** balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 1994.



DINIZ, Eli. Empresariado, regime autoritário e modernização capitalista: 1964-85. In: D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon (org.). **21 anos de regime militar**: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do estado – ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

GAZETA DE ALAGOAS. **Indústria da construção quer diálogo e compreensão mútua**. Maceió, ano 45, p. 1, 07 out. 1979a.

GAZETA DE ALAGOAS. **4x3**: Estado vence os professores na justiça. Maceió, ano 45, p. 8, 31 out. 1979b.

GAZETA DE ALAGOAS. **6 mil podem parar, amanhã, indústria da construção**. Maceió, ano 45, p. 5, 04 nov. 1979c.

GAZETA DE ALAGOAS. **Operários acham ridículo posição patronal**. Maceió, ano 45, p. 6, 06 nov. 1979d.

GAZETA DE ALAGOAS. **Ele está com medo da mulher**. Maceió, ano 45, p. 6, 06 nov. 1979e.

GENARO, Luís Felipe Machado. **Entre cassetetes e tijolos**: a greve da construção civil curitibana. 2018. 138 f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

JORNAL DE ALAGOAS. **Táxi com bandeira-2 dá multa e apreensão**. Maceió, ano 70, p. 5, 08 dez. 1978a.

JORNAL DE ALAGOAS. **Professores insistiram na batalha por salário**. Maceió, ano 70, p. 2, 19 dez. 1978b.

JORNAL DE ALAGOAS. **Radialistas são regulamentados**. Maceió, ano 70, p. 5, 03 dez. 1978c.

JORNAL DE ALAGOAS. **Usinas vão parar e o Estado sofre ameaça da maior crise da história**. Maceió, ano 70, p. 2, 14 dez. 1978d.

JORNAL DE ALAGOAS. **Decidido**: bandeira de táxi sobe Cr\$ 12,00 a partir de 31 próximo. Maceió, ano 71, p. 2, 18 jul. 1979a.



JORNAL DE ALAGOAS. **Trabalhadores na área do açúcar vão ter uma representação no IAA.** Maceió, ano 71, p. 11, 18 jul. 1979b.

JORNAL DE ALAGOAS. **Acordo salarial do açúcar.** Maceió, ano 71, p. 11, 31 ago. 1979c.

JORNAL DE ALAGOAS. **Professores terão aumento a partir de 1º de outubro.** Maceió, ano 71, p. 7, 30 ago. 1979d.

JORNAL DE ALAGOAS. **Construção:** 20 mil operários pretendem aumento salarial. Maceió, ano 71, p. 9, 25 out. 1979e.

JORNAL DE ALAGOAS. **Bancários ganham a luta e bancos cumprirão acordo.** Maceió, ano 71, p. A-9, 25 out. 1979f.

JORNAL DE ALAGOAS. **Vinte mil operários na construção civil podem entrar em greve.** Maceió, ano 71, p. 9, 31 out. 1979g.

JORNAL DE ALAGOAS. **Enfermagem quer 60% de aumento.** Maceió, ano 71, p. A-9, 01 nov. 1979h.



JORNAL DE ALAGOAS. **Operários não abrem mão de 50%.** Maceió, ano 71, p. 1, 06 nov. 1979i.

JORNAL DE ALAGOAS. **A crise na construção civil alagoana.** Maceió, ano 71, p. A-1, 06 nov. 1979j.

JORNAL DE ALAGOAS. **A voz do povo:** que acha do preço da carne?. Maceió, ano 71, p. A-1, 06 nov. 1979k.

JORNAL DO BRASIL. **Extrema direita assume em Minas a culpa da violência.** Rio de Janeiro, 16 out. 1978.

JORNAL DO BRASIL. **Greve na construção civil para obras em Brasília.** Rio de Janeiro, ano 89, p. 1, 14 ago. 1979.

LARA, Ricardo; ANTÔNIO DA SILVA, Mauri. A ditadura civil-militar de 1964: os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 122, p. 275-293, abr./jun. 2015.

MELO, Demian Bezerra de. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. **História & Luta de Classes**, [S.l.], n. 17, p. 11-21, mar. 2014.

MOTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

OLIVEIRA, Rodrigo Cordeiro. A greve dos operários da construção civil de Belo Horizonte em 1979: memórias em construção. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 12., 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação Nacional de História, 2006.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS (SINTEAL). **Histórico**. s.d. Disponível em: <https://www.sinteval.org.br/historico>. Acesso em: 28 jul. 2021.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. O golpe de 1964. In: D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon (org.). **21 anos de regime militar**: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Revista de História e Historiografia**, São Paulo, n. 4, 1985.



CAPÍTULO 10

DA UNIDADE À RUPTURA: OS ENCONTROS ESTADUAIS DA CLASSE TRABALHADORA (ENCLATS) E A PARTICIPAÇÃO DOS JORNALISTAS ALAGOANOS NA CONSTRUÇÃO DE UM ORGANISMO INTERSINDICAL DURANTE A TRANSIÇÃO

Alexander Moreira

O ano de 1980 seguia o fluxo de mobilizações sociais que foram a marca do final dos anos 1970, momento de fortes manifestações contra a ditadura e em favor da reabertura política. Os sindicalistas tomaram a dianteira no confronto mais aberto à ditadura militar, sendo o setor mais dinâmico deste processo, que culminaria com o fim da ditadura estabelecida em 1964. Os militares, por seu turno, elegeram estes trabalhadores – que sacudiam o Brasil com greves em todas as regiões, tendo como epicentro o ABC Paulista – como seus inimigos número um.

No dia 1º de maio de 1980, mais de 40 metalúrgicos que participavam da passeata em comemoração ao Dia do Trabalhador foram presos, entre eles o principal líder sindical do Brasil, Luís Inácio da Silva, então conhecido como Lula (Costa, 2007). A partir da nova conjuntura que era aberta, com a ditadura entrando em seu estágio terminal, tornava-se cada vez mais importante a construção de um organismo intersindical que pudesse reunir e dialogar com os trabalhadores de forma unificada.

Nosso intento, neste capítulo, é analisar o período compreendido entre 1980 e 1983. A escolha não é fortuita: estes anos foram cruciais no que concerne à reorganização do movimento sindical brasileiro e alagoano. Os embates existentes entre aqueles que se autointitulavam “sindicalistas autênticos” x Unidade Sindical vão ter seus desdobramentos nos caminhos e escolhas que



o movimento sindical vai percorrer na década de 1980. Estes conflitos tiveram contornos próprios da realidade alagoana.

Neste sentido, pretendemos compreender a opção feita pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Alagoas (Sindjornal) em romper com o Encontro Estadual da Classe Trabalhadora (Enclat) e a intersindical que se formava no encontro e compor a comissão Pró-CUT, visto que o sindicato, desde 1978, possuía membros que ou pertenciam a forças políticas distintas ou viriam a pertencer a novas forças políticas que traçariam leituras diferentes para o movimento sindical.

A inserção dos partidos de esquerda no sindicalismo alagoano

A eleição do Sindjornal de 1978, que escolheu uma direção mais combativa e inaugurou um momento distinto no sindicalismo dos jornalistas, e a greve de 1979 são pontos-chaves para compreender o movimento sindical alagoano do início da década de 1980. Nas décadas de 1950 e 1960, o movimento sindical alagoano possuía forte influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e tinha seus principais sindicatos ligados ao ramo têxtil. Já nos anos 1980, apresentava uma configuração bastante diferente no que tange à direção do movimento sindical ou mesmo às categorias de trabalhadores que desempenhavam protagonismo no movimento sindical. Não havia mais a primazia do “Partidão” e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) era o principal representante de esquerda nas direções dos sindicatos, desta vez com maior protagonismo os partidos que representavam categorias de profissionais liberais e/ou servidores públicos.

Na tese de Rodrigo José da Costa (2018, p. 131), podemos ver uma análise da situação em que o PCB se encontrava em Alagoas, no movimento sindical, a partir das memórias de um pecebista nos anos 1980:

Rememorando a sua atuação como militante pecebista, Cícero Péricles afirma que a grande dificuldade enfrentada pelo Partido no trabalho sindical residia na drástica transformação dos ramos da atividade econômica: das fábricas têxteis, algumas tinham encerrado a sua produção, enquanto que as restantes caminhavam para destino análogo; no porto de Maceió, o processo de mecanização levou a uma diminuição do número de trabalhadores além da extinção de categorias de trabalho contíguas.



Além da reconfiguração dos ramos das atividades econômicas, impondo uma automatização de postos de trabalhos em que o PCB tinha relevância nas décadas de 1950 e 1960, é importante destacar a dura repressão sofrida pelo partido, perpetrada pelos militares quando seus principais quadros sindicais foram perseguidos. Mesmo com essas condições com que teve que lidar neste processo de reorganização do movimento sindical, o PCB conseguiu ter uma posição de destaque a partir da atuação de Freitas Neto, militante do “Partidão” e presidente do Sindjornal quando foi deflagrada a greve de 1979⁴². No início da década de 1980, Freitas já era um quadro sindical respeitado e testado na luta de classes.

Em 1980, o Partido dos Trabalhadores (PT) foi fundado, sendo fruto das mobilizações operárias que sacudiram o final da década de 1970. Com condições bem distintas do nascedouro do PT – a região Sudeste –, em Alagoas, o partido criou suas primeiras raízes nos setores médios da sociedade, principalmente no movimento estudantil, como relata Geraldo de Majella (2015, apud Lopes, 2016, p. 104):

O que agregou muita força à militância petista daquele momento foram os estudantes. Os estudantes a partir dos anos 1980, 1981, 1982 passou [sic.] a ter uma militância política interessante da juventude, sobretudo da juventude estudantil a partir dos cursos da Universidade Federal de Alagoas e entre os cursos o curso [sic.] de direito foi um curso que deu bastante militantes naquele momento para o PT. Então esse PT que foi criado em Alagoas ele é um PT completamente diferente do que surge no ABC, do que surge até mesmo no Rio de Janeiro e em outros centros, né?, porque esse era dada diante da realidade política que Alagoas se encontrava, quase todos os sindicatos eles tinham sofrido a intervenção sindical por parte da Delegacia Regional do Trabalho mas tinha alguns poucos sindicatos que tavam retomando a direção.

Inicialmente, o movimento estudantil foi o setor mais dinâmico na construção do Partido dos Trabalhadores em Alagoas, mas o movimento sindical começava a contar com a presença de militantes do PT e simpatizantes. Adelmo dos Santos foi o principal sindicalista engajado na construção do partido no estado e na estruturação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Pelo que narra Geraldo de Majella (2015, apud Lopes, 2016, p. 61), a inserção do PT no movimento sindical era mais residual, mas contava com a participação de Adel-



mo dos Santos no Sindicato dos Radialistas e de Pedro Luiz no Sindicato dos Urbanitários, além de alguns militantes que faziam oposição sindical em suas categorias:

Então, essa ideia que nasce lá no ABC e se espalha por São Paulo, Rio de Janeiro, os grandes centros, quando ela chega aqui em Alagoas ela chega também pelo movimento sindical existente naquela época, né? Que é um movimento sindical que a gente tem que defini-lo, né, de resistência. Tinha o Sindicato dos Radialistas, foi basicamente o Sindicato dos Radialistas, através do presidente Adelmo dos Santos e o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Urbanas, que hoje é o Sindicato dos Urbanitários, através do Pedro Luís da Silva. Então eram esses dois sindicalistas e mais alguns outros militantes políticos que estavam nas oposições sindicais como o caso do José Gomes da Silva, que tava na oposição sindical dos trabalhadores da construção civil, né?, então basicamente esses, o Alan Brandão, que era um ex-militante do PCB e ex-dirigente do Sindicato dos Petroleiros, ele tinha sido presidente do Sindicato dos Petroleiros e um dos dirigentes do Comando Geral dos Trabalhadores, o CGT, até o primeiro de abril de 1964. O Alan foi uma das figuras que contribuiu muito pra fundação do PT e arregimentou muitos ex-líderes sindicais muito ex-base do Sindicato do Petróleo, e de outras categorias que já estavam há pelo menos quinze, vinte anos quase, pelo menos vinte anos, fora de organização sindical e muito menos de organização política. Essas pessoas passaram a ser convidas e convencidas a militar no PT, ao entrar no PT e participar da fundação do PT. Só que tinha ao lado desses velhos dirigentes sindicais e ex-dirigentes sindicais, e dos novos, porque o Adelmo era um na época, ele não era, não pertencia a velha guarda do movimento sindical, muito pelo contrário, era um jovem líder sindical, o Pedro Luís a mesma coisa.

A escassa presença do PT no movimento sindical alagoano revela os percalços que o partido teria nos seus anos iniciais no estado. Sua base constituinte nos principais estados brasileiros era de trabalhadores com vinculação ao sindicalismo. Em Alagoas seria diferente, principalmente na década de 1980. Nas eleições de 1982, em que o partido seria testado em nível nacional como uma alternativa para a classe trabalhadora, Alagoas foi um dos estados onde o PT não participou do pleito por falta de filiações mínimas para a obtenção do diretório estadual.

Diferentemente do PT e do PCB, o PCdoB tinha uma base mais sólida no movimento sindical alagoano. Em entrevista concedida a Wibsson Ribeiro Lo-



pes (2016), Tutmés Airam narra a hegemonia que o PCdoB tinha nos sindicatos, em oposição à situação do PT:

O movimento sindical, ele era basicamente, é... Hegemonizado pelo PCdoB, né? Quer dizer, nós não tínhamos muito... Nós não tínhamos muito acesso, não. É... Só alguns ou outro, assim, nós temos uma base, que era a base lá dos urbanitários, do presidente Pedro Luís, nós tínhamos uma base também lá no... No... É... Na construção civil, e nós tínhamos uma base nos bancários. Pronto, era o que a gente tinha. Todos os outros sindicatos ou eram sindicatos pelegos ou eram ligados ao PCdoB, né?

Nas lembranças de Tutmés, destaca-se a força política do PCdoB no movimento sindical alagoano no início da década de 1980. Uma atuação, por sinal, hegemonic. Outra informação importante é a existência dos sindicatos “pelegos” no período. Embora a retomada do sindicalismo mais combativo fosse um imperativo na nova conjuntura que se inaugurava nos anos 1980, os interventores, alçados aos postos de liderança sindical com a ditadura militar, ainda marcavam presença no movimento dos trabalhadores.

A partir de um balanço acerca do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Alagoas (Sintufal), Luiz Gomes da Rocha (2010, p. 26) reitera essa visão de que o PCdoB era predominante entre os partidos de esquerda no sindicalismo em Alagoas:

O Sindicato dos Trabalhadores da UFAL (SINTUFAL) surge em 10 de março de 1972 como associação. Só em 1990 é transformada em sindicato. O SINTUFAL é um dos poucos sindicatos alagoanos que ainda mantém ligação com o Partido Comunista do Brasil. E esse registro é importante porque o PCdoB hegemonizou o movimento sindical alagoano durante o período de retomada da luta sindical do final dos anos 70 e início dos anos 80. O PCdoB dirigiu praticamente tudo. Mas em 1986, ocorre um divisor de águas, que é a crise gerada pelo apoio que o PCdoB deu à candidatura de Fernando Collor ao governo.

A análise das entrevistas feitas por Wibsson Ribeiro Lopes e o trecho acima, retirado de um artigo de Luiz Gomes da Rocha, atestam o panorama que era desenhado no início da década de 1980, com o PCdoB sendo o principal partido de representação de classe no movimento sindical. Os embates travados nos anos 1980, relacionados à construção de um organismo intersindical, tiveram suas características exclusivas no estado, tendo como personagens principais



aqueles que viriam a construir a CUT e os que hegemonizavam o sindicalismo alagoano, o PCdoB.

Antes de tratarmos como se deram esses confrontamentos e a participação do Sindjornal nos Enclats, analisaremos, no próximo tópico, como se construíam dois grupos distintos que disputavam a direção do movimento sindical brasileiro. Acreditamos que, a partir da observação do contexto nacional, poderemos trazer à luz, com mais rigor, as especificidades locais do movimento sindical.

Articulação nacional: sindicalistas autênticos x Unidade Sindical

As discussões e a tentativa de se criar uma central sindical que pudesse compreender nacionalmente a insatisfação dos trabalhadores diante dos rumos do País ressurgiu no final da década de 1970, com a ascensão do movimento sindical e as greves daquele período. Estas fizeram com que os trabalhadores percebessem a necessidade de unificação para o fortalecimento das suas lutas, tendo em vista que os patrões eram assegurados por um Estado ditatorial que reprimia com intervenções nos sindicatos que formavam os movimentos paredistas⁴³.

Em 1978, no Rio de Janeiro e em São Paulo, aconteceram dois congressos de representação de classe que foram importantes para dar início às tratativas da construção de um organismo intersindical. Hélio da Costa (2007, p. 313) fez uma explanação acerca desses dois encontros, mostrando as pautas de reivindicações dos trabalhadores dos dois estados:

[...] no mês de julho, realizou-se, no Rio de Janeiro, o V congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), em que o grupo de dirigentes sindicais denominados “autênticos” defendia uma postura mais atuante e combativa por parte das entidades sindicais, opondo-se à direção da CNTI, comandada por Ari Campista. Ao final do congresso, os “autênticos” divulgaram uma carta de princípios que defendia a redemocratização do país, o fim das leis de exceção e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. No plano sindical, pleiteava o direito a greve sem restrições, a livre negociação com os empregadores e o estabelecimento do contrato coletivo de trabalho. Em outubro do mesmo ano, os metalúrgicos de São Bernardo do Campo realizaram seu III Congresso, em cujas resoluções aparece claramente a necessidade de os trabalhadores brasileiros organizarem sua “central de trabalhadores”.



O Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) foi o primeiro grande evento nacional que colocou frente a frente a burocracia sindical, que havia se encastelado na estrutura oficial dos sindicatos, e o então chamado “Novo Sindicalismo”, que tinha Lula como sua principal expressão e questionava com veemência essa estrutura que, para estes sindicalistas, era um empecilho para um sindicalismo mais genuíno, sem as amarras do Estado. A carta de princípios divulgada ao final do evento começou a ganhar eco entre os trabalhadores e em São Paulo, no 3º Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. As resoluções contidas no documento foram novamente discutidas e, pela primeira vez em um congresso sindical, surgiu a proposta de criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT, 2007).

Após alguns meses, no ano de 1979, duas vitórias importantes do bloco combativo aconteceram no estado de São Paulo:

Em 1979, o Novo Sindicalismo conseguiu duas importantes vitórias em categorias que tinham milhares de trabalhadores nas bases. A primeira vitória oposicionista foi no Sindicato dos Bancários de São Paulo, em uma chapa em aliança com a Unidade Sindical, corrente que reunia os sindicalistas do PCB, e dissidentes da diretoria. A segunda vitória foi entre os professores da rede pública estadual paulista, quando a oposição ganhou as eleições na Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp). A partir dessas vitórias, a ideia de construir uma central sindical independente ganhou muito mais força entre os sindicalistas combativos, tendo em vista que as chapas eleitas defendiam a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT, 2007, p. 31).

As oposições sindicais começavam a se firmar como alternativa para os trabalhadores em relação às direções pelegas do sindicalismo então vigente durante a ditadura. É importante notar que os dois campos que viriam a se confrontar anos mais tarde, os autênticos e a Unidade Sindical, neste período caminhavam juntos e compunham chapas de oposição nos sindicatos tomados por interventores.

Na esteira do avanço de um sindicalismo mais combativo, em março de 1979, ocorreu o 1º Congresso da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM-SP) (Teixeira, 2009). Este campo sindical foi o principal impulsionador da primeira greve da categoria após o golpe de 1964. Nesse encontro, foram



discutidas a estrutura sindical, a organização da categoria, as comissões de fábrica e, em âmbito mais geral, a unificação das lutas de todos os trabalhadores contrários à estrutura sindical vigente. Além disso, o congresso aprovou um programa da oposição que continha propostas para sua linha de atuação e a das diretorias combativas, e também um encontro nacional das oposições sindicais (CUT, 2007). As oposições sindicais do estado de São Paulo estavam seguindo o exemplo de São Bernardo, onde a resistência conseguiu mudar a orientação do sindicato não só em questões concernentes às demandas da categoria, mas também as mais gerais da política nacional, como mostra Ruy Braga (2012, p. 168):

Se até meados dos anos 1970 a burocracia sindical de São Bernardo havia advogado um distanciamento em relação às questões políticas nacionais, o final da década testemunhou uma rápida politização das reivindicações. Além disso, após o malogro da campanha salarial de 1979, e diante de sinais claros de agitação nas bases, pouco restava à burocracia fazer que não fosse acompanhar o desejo dos trabalhadores de construir a greve geral metalúrgica.

O Encontro Nacional das Oposições Sindicais (Enos) ocorreu no início de 1980 e contou com a participação de trabalhadores do campo e de diversas categorias do mundo do trabalho da cidade, como bancários, jornalistas, metalúrgicos, professores e trabalhadores da construção civil (Teixeira, 2009). Foi o primeiro encontro com essas características, unificando diversos trabalhadores que faziam oposição em seus devidos sindicatos após golpe de 1964, o que revela a ousadia e a coragem destes trabalhadores. No entanto, segundo Teixeira (2009), de forma trágica, Raimundo F. Lima, trabalhador do campo, foi assassinado por latifundiários quando retornou do evento, o que mostra que a repressão aos trabalhadores e sindicalistas não era perpetrada exclusivamente pelo Estado. Classes empresariais e latifundiários torturavam e matavam quem tentava organizar as categorias do mundo do trabalho, seja por ação direta ou em conivência com os atos repressivos do Estado.

Deste modo, no processo de avanço das mobilizações dos trabalhadores com encontros e congressos de representação de classe, formaram-se dois campos no interior do sindicalismo que emergia em fins dos anos 1970 e início



dos 1980, que se colocavam como um movimento mais combativo e de luta: as oposições sindicais e os sindicalistas autênticos. Estes dois campos formaram o bloco combativo e, anos mais tarde, foram os baluartes da fundação da CUT.

Com um bloco cada vez mais conciso, articulado por estes novos atores, em 1980 aconteceram mais dois encontros cruciais do bloco combativo, como é apontado por Hélio da Costa (2007, p. 614):

Ainda em 1980, ocorreram dois dos três encontros importantes do bloco combativo do movimento sindical, o que acabaria resultando na criação da Articulação Nacional do Movimento Sindical e Popular (Anampos). Esses encontros reuniram, além de sindicalistas, líderes de pastorais operárias, de movimentos populares, de atividades comunitárias de base e das oposições sindicais. O primeiro desses encontros aconteceu em fevereiro, em João Monlevade, estado de Minas Gerais, no sindicato dos Metalúrgicos daquela cidade, e definiu alguns princípios básicos ligados à luta pela democratização da estrutura sindical, tais como: a substituição da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) por um código de trabalho, a adoção do contrato coletivo de trabalho, liberdade e autonomia sindicais, de acordo com a convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e fim da legislação restritiva ao direito de greve.

Paralelamente à construção do agrupamento que reunia as oposições sindicais e os autodenominados sindicalistas “autênticos”, um outro campo no movimento sindical se formava. Liderado pelos sindicalistas que faziam parte dos partidos que foram perseguidos durante os anos de chumbo – PCB, PCdoB e MR8⁴⁴ –, em conjunto com as lideranças tradicionais do sindicalismo, estruturava-se a Unidade Sindical. Como foi explanada em páginas anteriores a origem do campo que representava o “Novo Sindicalismo”, é necessário elucidar o surgimento deste outro campo do movimento dos trabalhadores:

A origem da Unidade Sindical está no Centro Brasil Democrático (Cebrade), entidade fundada em julho de 1978 por intelectuais, artistas, sindicalistas e políticos, e que serviria para fomentar a oposição contra a ditadura militar. O seu presidente era o arquiteto Oscar Niemeyer, militante comunista histórico, e o vice-presidente o historiador Sérgio Buarque de Holanda, mais tarde um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT). Em dezembro de 1978, o Cebrade organizou o Encontro Nacional pela Democracia, e em agosto de 1979 o Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais, este na cidade de Niterói, Rio de Janeiro, cujo principal objetivo era impulsionar a Unidade Sindical. O encontro de



Niterói reuniu sindicalistas vinculados à estrutura sindical oficial, comunistas de várias tendências, antigos interventores e até mesmo dirigentes sindicais combativos e comprometidos com o Novo Sindicalismo. O Cebrade e a Unidade Sindical eram partes da política traçada pelo PCB para intervir no processo político em âmbito nacional (CUT, 2007, p. 36).

A Unidade Sindical se distinguia do bloco combativo de duas maneiras: tanto na sua origem, que não foi forjada nos espaços fabris, sendo impulsiona-
da pelo PCB e pela Cebrade, que reunia um amplo leque de ativistas, assim como na sua composição, que abarcava comunistas de diversas tendências das esquerdas tradicionais, que foram importantes antes e depois do golpe de 1964, e os sindicalistas pelegos, que foram alçados às direções do sindicatos como interventores no período de maior perseguição ao movimento sindical durante a ditadura militar.

O PCB tinha a preponderância no interior da Unidade Sindical, de tal forma que o grupo seguiu a linha política do partido. O nome já indicava que seria uma união, que era a ação desenvolvida pelos pecebistas em âmbito nacional no processo de redemocratização. A aliança com diversos setores, inclusive com alguns que apoiaram o golpe e deram sustentação para a ditadura, era uma inclinação do partido nesse período. No plano sindical, a indicação de fazer arranjos com os sindicalistas tradicionais em detrimento dos outros grupos – “autênticos” e oposições sindicais – era devida à orientação geral do partido, que recomendava ações mais cautelosas para evitar retrocessos na fase de distensão da ditadura.

Até a fundação da CUT, diversos empecilhos tiveram que ser superados, como a união das correntes sindicais, algo estabelecido parcialmente através de consensos a partir da Articulação Nacional do Movimento Sindical e Popular (Anampos) e com as greves de 1980, que aproximaram os metalúrgicos de São Bernardo e a oposição sindical da categoria em São Paulo. Essas tratativas possibilitaram um outro evento, o Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (Entoes), que tinha um caráter mais abrangente que o Enos e, além de reunir as oposições sindicais, também agregava todos os que discordavam da estrutura sindical vigente. Contudo, os sindicalistas que dele participaram se opuseram à criação de uma central sindical que excluísse as



outras correntes que atuavam nesse processo de reorganização do movimento sindical, como assinala Hélio da Costa (2007, p. 615):

Porém, os sindicalistas presentes ao encontro se opuseram à proposta de criação de uma organização própria que excluisse parte dos sindicalistas da “Unidade Sindical” e defenderam a participação de todos nas I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT).

As disputas em torno da hegemonia do movimento sindical estavam formadas entre estes dois campos que explanamos nas páginas anteriores. Na 1^a Conclat, isso ficou mais evidente. Nossa intenção, neste tópico do capítulo, é mostrar as origens dos agrupamentos que tiveram repercussão nacional na reorganização do sindicalismo brasileiro. Acreditamos que este panorama nacional traçado possibilitará um exame mais preciso dos conflitos locais que aconteceram nos encontros preparatórios para a Conclat, os Enclats.

Os Enclats: unidade, disputas e ruptura

Precedidos da Conclat, ocorreram os Enclats, que foram realizados em 16 estados mais o Distrito Federal, envolvendo cerca de 3.500 participantes e 1.010 entidades.

Em Alagoas, o 1º Enclat foi realizado entre os dias 1º e 3 de maio de 1981, contando com a participação dos sindicatos dos jornalistas, radialistas, metalúrgicos, trabalhadores de hotelaria, Adufal, enfermeiros, trabalhadores da construção civil, professores, trabalhadores das indústrias urbanas, bancários, trabalhadores de fiação e tecelagem de Floriano Peixoto, estivadores, odontologistas, sindicatos dos trabalhadores rurais de Capela, Cajueiro, Carneiros, Palmeiras dos Índios, Santana do Ipanema, Viçosa e Flexeiras (Carvalho, 1993, p. 26).

A comissão organizadora do evento, segundo consta em relatório do Serviço Nacional de Informações (SNI), era formada pelos seguintes sindicalistas:

- EXPEDITO DOS SANTOS, Presidente do SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE ALAGOAS e Diretor da FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALAGOAS;

- PEDRO LUIZ DA SILVA, Presidente do SINDICATO NAS INDÚSTRIAS URBANAS DE ALAGOAS;

- CARLOS LUIZ DE JESUS POMPE, representante do SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DE ALAGOAS;
- RAIMUNDO CAMILO DA SILVA, Presidente do SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE MACEIÓ/AL;
- JOSÉ BERNARDO DA SILVA, Presidente do SINDICATO DOS ENFERMEIROS DE ALAGOAS; e
- JOSÉ CÍCERO DE LIMA, Presidente do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE VIÇOSA/AL (Brasil, 1981, n.p.).

Percebemos, na comissão organizadora do evento, representantes dos sindicatos que tiveram uma posição de destaque no final da década de 1970 e início de 1980, como é o caso do Sindjornal, que deflagrou a primeira greve após o golpe de 1964, mas também de representantes dos sindicatos dos trabalhadores das indústrias urbanas e da construção civil, que travaram lutas em torno de questões salariais no final da década de 1970.

A respeito da abertura do encontro em 1º de maio, dia simbólico para a classe trabalhadora, o mesmo documento destacava:

Usaram da palavra na abertura do ENCLAT, além dos jornalistas JOÃO VICENTE FREITAS NETO, CARLOS LUIZ DE JESUS POMPE e NILSON AMORIM MIRANDA, o então presidente do DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, estudante THOMAS DOURADO DE CARVALHO BELTRÃO.

Todos os pronunciamentos tiveram conotação política e com ataques ao governo e às Forças Armadas, principalmente o do presidente do DCE/UFAL.

Os organizadores do ENCLAT contaram com o apoio do Governo do Estado de ALAGOAS, através da SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL, em transporte e pessoal (Brasil, 1981a, n.p.).

O pronunciamento de dois jornalistas (Freitas Neto e Pompe) e um radialista (Nilson Amorim de Miranda) na mesa de abertura do encontro nos mostra que os trabalhadores dos meios de comunicação tinham relevância nesse processo de retomada do sindicalismo mais combativo. O último parágrafo do relatório supracitado contém a afirmação de que a organização do Enclat contou com o apoio logístico do governo estadual. Ao cruzarmos essa informação



com a entrevista que fizemos com Luiz Carlos Pompe, podemos atestar que, de fato, houve um apoio de Guilherme Palmeira, então governador do estado, para a realização do encontro.

Luiz Carlos Pompe, em suas memórias, detalha esse momento.

Foram realizados Enclats em vários estados e aí, em Alagoas, o Sindicato dos Jornalistas e dos Radialistas tomaram a frente, e em Pernambuco a Federação dos Trabalhadores da Agricultura (Fetag) tomou a frente disso. E isso nos incentivou a buscar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais pra participar do Enclat alagoano. Nós queríamos também o Sindicato dos Comerciários, que era um dos maiores sindicatos de todo o País e geralmente não é um sindicato muito vinculado à luta, é mais um sindicato vinculado ao assistencialismo da categoria do que organizar e mobilizar a categoria pra uma luta. Nós tínhamos essa ambição, “nós não vamos fazer um encontro do setor da comunicação, vamos fazer um Enclat envolvendo todas as classes trabalhadoras”. Então, começamos, eu, o Aldo [Rebelo], o Freitas [Neto] e outros sindicalistas a entrar em contato com esses outros sindicatos também, mas pra gente conseguir a adesão desses sindicatos a gente não podia ter um caráter muito oposicionista, a gente tinha que fazer um negócio mais “palatável”, porque o sindicalismo de Alagoas não é o sindicalismo de São Paulo, que tinha trabalhador na rua e polícia no helicóptero apontando arma na cabeça do trabalhador, em São Paulo era assim e no Rio de Janeiro também era assim, em Alagoas a gente não tinha condição de fazer isso, não tinha nem porque fazer isso, porque o nível de consciência e de luta da classe não era da mesma radicalidade. Então, a gente tinha que envolver e isso daí travou-se muito debate entre os sindicalistas alagoanos e com sindicalistas nacionais também, que queriam uma radicalização em Alagoas que não era possível. Nessa época, o governador era o Guilherme Palmeira, e o irmão do Guilherme era um exilado e o pai do Guilherme Palmeira tinha sido um democrata com grande projeção nacional também, Rui Palmeira. Então, nós entramos em contato com o governador e falamos pra ele da intenção de fazer o encontro e ele topou e ele nos ajudou tanto dando infraestrutura pra o encontro e inclusive participando do 1º de maio do Enclat. Ele foi pra praça participar junto com a gente do comício do 1º de maio. Vocês vejam, era um governador que era – acho que na época já era – PDS, mas nós conseguimos aí uma situação que, por exemplo, em São Paulo era inadmissível isso. Em São Paulo, era impossível a convivência nesse padrão. Nós tínhamos três senadores, o Teotônio [Vilela], o Arnon [de Mello] e o general Cavalcante. Os encontros pra preparar o Conclat ocorriam em São Paulo e é claro que nós do movimento sindical não tínhamos verba pra participar desses encontros. Nós fomos conversar com os senadores. O Teotônio, é claro, com um entusiasmo, mas tanto o Arnon quanto o general Péricles deram passagens de avião pra gente participar das reu-



niões em São Paulo pra preparar o Conclat e tudo mais. Então, a gente conseguiu fazer o Enclat (Pompe, 2021, n.p.).

Destacamos, nesse depoimento, o que já estava patente a partir da análise do relatório do SNI: o Sindjornal teve importância na construção e na realização do Enclat. Luiz Carlos Pompe avalia que os jornalistas estavam empenhados em fazer vários contatos com sindicatos, para não ser um encontro só dos trabalhadores ligados aos meios de comunicação. Tendo em vista que vários sindicatos passavam por situação análoga à do Sindjornal, com a retomada de direções combativas, o encontro aconteceu com um leque diverso de categorias, desde os sindicatos urbanos aos rurais.

Ainda no mesmo trecho, Pompe narra as dificuldades que os sindicalistas alagoanos tinham que passar para realizar e participar dos encontros de representação de classe. Diferentemente das grandes arenas das lutas de classes do Brasil – eixo Rio de Janeiro/São Paulo –, que tinham sindicatos com um grande volume de sindicalizados, sedes próprias, fundo de caixa etc., em Alagoas, a realidade era distinta. Além de não se poder fazer uma radicalização mais extremada, como Pompe afirma, o que poderia afugentar a participação de outros sindicatos, o diálogo com o governo estadual era imprescindível.

Em 1981, o governador de Alagoas era Guilherme Palmeira, representante das classes dominantes e do setor canavieiro no estado. Segundo Pompe, o governador contribuiu com a parte logística do encontro e participou do 1º de maio do Enclat. A fala de Pompe dá a entender que essa ajuda dada por Palmeira aconteceu pelo fato de ele ter um irmão exilado político e pai democrata com projeção nacional. Entretanto, podemos enxergar essa contribuição logística e a participação do governador no ato do 1º de maio a partir de outra perspectiva. Com um movimento sindical que começava a ter uma vida política mais ativa na sociedade alagoana e que tinha mobilizado a opinião pública a seu favor com a greve dos jornalistas e nas mobilizações dos professores da rede estadual de ensino, o governador poderia estar pensando em fins políticos com essa ajuda. No final dessa parte da entrevista, o sindicalista ainda fala que, a partir do diálogo com os senadores alagoanos – Arnon de Mello, general Cavalcante e Teotônio Vilela –, os organizadores do encontro conseguiram as passagens de avião para participar da 1ª Conclat, realizada em agosto do mesmo ano, em Praia Grande.



Podemos aplicar a mesma hipótese referida ao governador Guilherme Palmeira aos senadores; mesmo que Teotônio Vilela tivesse uma postura mais oposicionista aos militares àquela altura, as eleições de 1982 eram um desejo do senador.

Como ressaltamos, as condições do sindicalismo alagoano diferiam, de diversas formas, do movimento que emergia na região Sudeste do Brasil, que teve como sua maior expressão o “Novo Sindicalismo”. Aquele combate frontal à ditadura, com atos com grande quantidade de pessoas, a que assistíamos acontecer, principalmente no ABC Paulista, parece não se aplicar à realidade alagoana, em que, por muitas vezes, os sindicalistas tinham que fazer um combate mais velado e com agitações importantes, mas sem ser tão incisivos. Pompe recorda essas características que permeavam o movimento sindical alagoano no período do Enclat:

Então, teve essa característica do Enclat alagoano de congregar; ser a favor do trabalhador; ser, na prática, contra a ditadura, mas não ser declaradamente. As discussões nossas, entre os organizadores, era isso: se no palanque a gente ia descer o pau na ditadura ou não. Então, tinha esse negócio todo, daí a gente chegou num certo acordo; a gente vai defender a anistia porque o irmão do governador tá no exílio; a gente defende constituinte, mas a gente não fala “fora, Figueiredo”. Mas chegou na hora a gente sempre contava com o apoio de alguém no público que levantava a palavra de ordem lá: “Abaixo a ditadura!”; “Vamos lá, sem medo, abaixo o Figueiredo!”, essas coisas assim (Pompe, 2021, n.p.).

A partir do acúmulo das discussões realizadas no 1º Enclat, os sindicalistas alagoanos viajaram para Praia Grande, onde foi realizada a 1ª Conclat, com a ajuda dos senadores que contribuíram com as passagens de avião, conforme relatou Luiz Carlos Pompe. Mesmo com toda a polarização que se formava no interior do movimento sindical brasileiro, o encontro criou uma comissão organizadora para coordenar a futura entidade sindical que iria ser criada e um calendário de atividades nacionais.

No dia 1º de novembro do mesmo ano, na Praça Dom Pedro II, aconteceu um ato dos trabalhadores que correspondia ao calendário de lutas tirado na Conclat. Por meio da pesquisa que fizemos no site do Arquivo Nacional, encontramos um relatório do SNI que contém anexo o panfleto distribuído convocando os trabalhadores alagoanos para o ato:



As entidades de trabalhadores de Alagoas, conclamam e convocam os trabalhadores de todas as categorias, do campo e da cidade, e a população em geral, a participarem do DIA NACIONAL DE LUTA – 1º de outubro –, unindo-se às manifestações que ocorrerão em todos os demais Estados do país, em defesa das reivindicações de classe trabalhadora brasileira, contida nas Resoluções de sua 1ª Conferência Nacional – 1º CONCLAT:

– LUTA CONTRA O DESEMPREGO – LUTA CONTRA A CARESTIA – LUTA CONTRA O “PACOTE PREVIDENCIÁRIO” DO GOVERNO – LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA – LUTA PELO DIREITO À MORADIA – LUTA PELA LIBERDADE E AUTONOMIA SINDICAL, PELO DIREITO DE GREVE E PELA REVOGAÇÃO DA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL – LUTA PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS E PELA CONVOCAÇÃO DE UMA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE DEMOCRÁTICA E SOBERANA.

Trabalhadores e trabalhadoras de Alagoas!

A partir dos nossos locais de trabalho, dos nossos sindicatos, nas fazendas, nas fábricas, nas oficinas, nas repartições públicas e em qualquer comunidade, temos que provar a nossa disposição de luta.

Por nossos filhos, pelo futuro, o dia 1º de outubro significará mais um passo para a construção da CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT), a nível nacional, e da intersindical de Alagoas, a nível estadual, e um grande avanço na luta pela conquista de nossas reivindicações (Brasil, 1981b, n.p.).

Segundo esse relatório, a manifestação teve a adesão de cerca de mil pessoas. Não dispomos de outras fontes para cruzar com esta para poder ter uma ideia mais precisa de quantas pessoas estiveram presentes. Sabemos que existe uma tradição nos órgãos de repressão do Estado de mitigar os impactos das mobilizações dos trabalhadores, mas tendo em vista que esse dado esteja nivelado por baixo, mesmo assim é uma quantidade expressiva se partimos da compreensão do lugar onde foi realizado, em uma praça no centro de uma cidade que não tem uma extensão territorial de grande proporção. As consignas constantes no segundo parágrafo fazem parte da agitação nacional que o movimento sindical brasileiro reivindicava e foram entregues na Assembleia Legislativa do estado assinadas pelos seguintes órgãos de representação de classe:

- Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Alagoas;
- Sindicato dos Jornalistas;
- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar de Alagoas;
- Sindicato dos Radialistas;

- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Alagoas;
- Sindicato dos Médicos de Alagoas;
- Instituto dos Arquitetos do Brasil/AL;
- Associação dos Camelôs;
- Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Alagoas;
- Sindicato dos Engenheiros de Alagoas;
- Associação Profissional dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação de Alagoas;
- União das Nações Indígenas (Brasil, 1981b, n.p.).

Em síntese, os principais sindicatos que se empenharam na realização do Enclat assinaram o documento entregue aos deputados estaduais alagoanos e formaram a Intersindical, que realizou, em abril do ano seguinte, o 2º Enclat. Não temos informações acerca das discussões que foram travadas no segundo encontro, mas imagina-se que, com o alto grau de polarização que ia se delineando nacionalmente, por conta dos conflitos entre os dois campos do sindicalismo – autênticos e Unidade Sindical – a respeito da criação da CUT, no ano de 1982, tiveram reverberações em âmbito local.

Nacionalmente, no interior da Comissão Nacional Pró-CUT, entre 1982 e 1983, foram feitas várias reuniões para entrar em um acordo comum de data para a realização do congresso fundacional da CUT, mas, na verdade, o que aconteceu foi a intensificação das divergências entre os agrupamentos que tinham maior peso no movimento sindical. Enquanto isso, em Alagoas, a Intersindical, em 1983, realizou o 1º de maio contando com a presença de parlamentares e sindicalistas. Era uma atividade preparatória para a greve geral marcada para o mês de junho:

A INTERSINDICAL/AL promoveu as festividades do “DIA DO TRABALHO”, em MACEIÓ/AL, no Ginásio de Esportes do Colégio Estadual. No local, foram feitos diversos pronunciamentos, todos contestatórios ao governo, e abordando os seguintes temas: ARROCHO SALARIAL, DESEMPREGO, REVOGAÇÃO DA LSN E ELEIÇÕES DIRETAS PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

Principais oradores:

- Selma Bandeira Mendes, Deputada Estadual (PMDB/AL);
- Ronaldo Augusto Lessa Santos, Deputado Estadual (PMDB/AL);
- João Vicente de Freitas Neto, Vereador em MACEIÓ/AL (PMDB/AL), que, em seu pronunciamento, conclamou os trabalhadores para uma greve geral no País, ora em estudo pelas Intersindicais e pela Comissão PRÓ-CUT (Brasil, 1983, n.p.).



Os parlamentares que discursaram no evento tinham ligações com as esquerdas alagoanas: Ronaldo Lessa e Selma Bandeira foram militantes do Partido Comunista Revolucionário (PCR) e tiveram atuação importante no movimento estudantil alagoano nos anos de chumbo. Freitas Neto, principal referência da categoria dos jornalistas, nesse período não era mais presidente do Sindjornal; no ano anterior, em 1982, tinha sido eleito vereador pelo PMDB, partido que abrigava as siglas de esquerda que ainda não tinham registro legal. Dênis Agra assumiu a presidência do sindicato quando Freitas Neto foi eleito vereador, mas a gestão que assumiu o sindicato deu continuidade aos trabalhos sindicais desenvolvidos desde 1978 pelo Sindjornal.

A Intersindical, entre os anos de 1981 e 1983, promoveu e participou de diversos eventos, dias nacionais de luta, Dia da Mulher etc. Com uma vida política bem ativa, o organismo se preparava para a tiragem de delegados para o congresso que viria a fundar a CUT no dia 23 de agosto de 1983. No mesmo ano, foi realizado o 3º Enclat, que, segundo Cícero Pericles, refletiu as divergências nacionais do sindicalismo e criou uma cisão no organismo:



Em 1983 a Intersindical organiza o III ENCLAT, preparatório para o I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora/CONCLAT. Refletindo as divergências nacionais sobre o futuro do movimento sindical, o III ENCLAT divide-se. Antes do término dos trabalhados do Encontro, representantes dos sindicatos dos jornalistas, radialistas, urbanitários, construção civil, condutores rodoviários autônomos, engenheiros, trabalhadores em asseio e conservação, petroleiros, associação dos economistas, associação dos servidores do BNH, associação dos aposentados da Petrobrás e sindicato dos trabalhadores rurais de Anadia retiram-se do plenário denunciando manobras do PCdoB quanto ao registro de entidades e controle de delegados. Estes sindicatos irão formar, meses depois, a Frente Sindical, que escolheria os delegados ao Congresso de fundação da CUT/I CONCUT, organizando posteriormente a CUT/AL (Carvalho, 1993, p. 26).

A ruptura do Enclat, pelo que o autor assinala, foi por conta de divergências acerca do registro de entidades e o controle de delegados do encontro. Se analisarmos, os conflitos que ocorriam no interior da Comissão Nacional Pró-CUT se davam pelo fato de que os representantes da Unidade Sindical discor davam de um caráter mais amplo na tiragem de delegados, que abarcasse as oposições sindicais, enquanto os autênticos utilizavam o artigo 8º do regimen-

to interno para defender que as oposições fizessem parte do processo. Sabemos que, no Enclat, não tinha a participação de oposições sindicais, mas o que dividiu o encontro foi a posição do PCdoB em relação ao registro de entidades.

Ao fazermos uma pesquisa documental nos acervos digitais, encontramos um periódico do Sindjornal que aborda com mais precisão o que de fato aconteceu no Enclat:

Por decisão de assembleia geral da categoria, por 23 votos contra quatro, o Sindicato dos Jornalistas se afastou da comissão Intersindical de Alagoas. A decisão foi devido aos fatos do III Encontro das Classes Trabalhadoras – III Enclat, ao qual se retiraram, em seu final, as delegações de todos os sindicatos urbanos, com exceção do Sindicato dos Médicos, o Sindicato Rural de Anadia e as Associações dos Economistas e Funcionários do BNH.

A posição das entidades sindicais foi em protesto contra ao critério de participação das associações e a manipulação no momento da eleição dos representantes de Alagoas na Comissão Nacional Pró-Cut. Depois disso, algumas reuniões foram feitas na comissão Intersindical, mas não houve um entendimento. Das 12 entidades que compunham a Comissão, cinco se retiraram oficialmente, e decidiram formar a Frente Sindical de Alagoas, que já iniciou suas reuniões, com presença, inclusive, de novos sindicatos.

Jornalistas, Radialistas, Construção Civil, Asseio e Conservação e Indústrias Urbanas foram os sindicatos que se retiraram da Comissão Intersindical. Lá permaneceram os sindicatos dos Médicos, Engenheiros, Rurais de Atalaia, Viçosa, Anadia e Santana do Ipanema, e a Associação dos Docentes da Universidade Federal de Alagoas.

A Frente Sindical vai procurar desenvolver um trabalho de base, onde as decisões surjam da vontade dos trabalhadores, sem manipulações. Os jornalistas, que estão nela representados, permanecem abertos para o diálogo, mas não concordam que haja manipulação dos trabalhadores em função desta ou daquela corrente política (Voz do Jornalista, 1983, p. 6).

Identificamos, a partir do trecho do livro de Cícero Péricles e do jornal *Voz do Jornalista*, que existia uma disputa pela hegemonia do movimento sindical alagoano entre os sindicalistas que tinha atuação política no PCdoB e um grupo dos que foram se consolidando como um bloco ao longo dos Enclats – radialistas, jornalistas, trabalhadores da construção civil, indústrias urbanas e asseio e conservação. O fato curioso é que se, nacionalmente, o ponto de cisão



entre a Unidade Sindical e os autênticos foi que este último queria uma participação mais abrangente, que incorporasse as oposições sindicais, em Alagoas, aqueles que viriam a construir a CUT no estado romperam com o Enclat, porque não queriam que as associações participassem na tiragem de delegados; enxergavam isso como uma manobra política do PCdoB, que tinha inserção em associações como a Adufal.

Considerações finais

Como vimos, a Frente Sindical, meses depois do último Enclat, escolheu delegados para participar do Congresso Nacional da CUT (Concut), que fundou a CUT no mesmo ano. Seria forçado da nossa parte encaixar este grupo que rompeu com o Enclat como representante dos sindicalistas autênticos, mesmo que tenha fundado a CUT em Alagoas e que alguns sindicatos tivessem quadros do PT.

A opção feita pelo Sindjornal em compor esta frente, com maioria expressiva em assembleia, denota a indignação da categoria com o que identificam como manobras por parte dos sindicalistas que defendiam a participação das associações. Não temos informações acerca das discussões que os outros sindicatos que romperam com o Enclat tiveram em suas bases, mas pode ter acontecido algo análogo com a categoria dos jornalistas.

As características dos embates que foram travados nos Enclats em Alagoas são bem distintas do que acontecia nos principais centros, que, além de terem um movimento sindical de maior envergadura, também contavam com uma forte presença de sindicalistas que faziam parte do PT, o que tornava as disputas mais acirradas.

Em Alagoas, a construção de uma união entre os sindicatos que começavam a ter direções mais combativas era algo manifesto no interior da Intersindical nos dois primeiros anos de existência. As circunstâncias que foram desenvolvidas no ano de 1983 no organismo, com desgastes a partir do que foi apontado como manobras por parte do PCdoB, fizeram com que fosse naufragada uma unidade que ia se construindo no sindicalismo alagoano.



Referências

BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRASIL. Sistema de Informações do Arquivo Nacional. **ARE ACE CNF 1776/81**, Fundo SNI, 1981a.

BRASIL. Sistema de Informações do Arquivo Nacional. **AC ACE CNF 19780/81**, Fundo SNI, 1981b.

BRASIL. Sistema de Informações do Arquivo Nacional. **ARE ACE CNF 4619/83**, Fundo SNI, 1983.

CARVALHO, Cícero Péricles de Oliveira. **Alagoas 1980-1992**: a esquerda em crise. Maceió: Edufal/Lumen/Engenho, 1993.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Nasce a CUT**: embates na formação de uma central classista, independente e de luta. São Paulo: CUT, 2007.

COSTA, Rodrigo José da. **O socialismo possível**: o PCB, os estertores da ditadura militar e a Nova República em Alagoas (1980-1991). 2018. 266 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

LOPES, Wibsson Ribeiro. **Os primeiros anos do PT em Alagoas (1979-1989)**. 2016. 180 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.

MAJELLA, Geraldo de. **Um jornalista em defesa da liberdade**. Recife: Bagaço, 2014.

POMPE, Luiz Carlos. Maceió, 28 set. 2021. Entrevista concedida a Alexander Moreira.

REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge. **As esquerdas no Brasil**. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

TEIXEIRA, Rodrigo Dias. **Para onde foi a CUT?**: do classicismo ao sindicalismo social-liberal (1978-2000). 2009. 237 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

VOZ DO JORNALISTA. Maceió, ano 3, n. 8, p. 6, 1983.



CAPÍTULO 11

AS VEREDAS DA DITADURA NOS SERTÕES DO RIO SÃO FRANCISCO: PATRIMONIALISMO, AUTORITARISMO E VIOLÊNCIA NO ALTO SERTÃO DAS ALAGOAS (1964-1988)

Aruã Silva de Lima

Monielly Suelen Gomes Barboza

Considerações iniciais

A historiografia sobre a ditadura brasileira iniciada em 1964 tem se voltado para os grandes centros metropolitanos brasileiros, em especial, São Paulo e Rio de Janeiro. Embora essa condição tenha se alterado ao longo dos últimos anos, ainda não se encontram tantos estudos sobre o peso da ditadura em outros lugares. Isso não significa, porém, que não houve mudanças e intervenções significativas provenientes do aparato empresarial-militar vigente entre 1964-1985 em todo o Brasil. Ocorre, na prática, um silêncio historiográfico que oculta a memória e sobrepõe versões da historiografia dominante no interior do País.

O presente capítulo pretende, na corrente que já vem renovando os estudos sobre o período ditatorial, discutir as especificidades que essa forma de governo adquiriu longe dos centros grandes e médios. Nossa ênfase geográfica será o Submédio Rio São Francisco (com atenção especial para sua porção alagoana), de onde iniciaremos um panorama dos problemas que pode servir de ponto de partida para novos estudos e para apontar tendências explicativas que compreendem as especificidades do período nessa região.

A parte do Rio São Francisco que corta os estados de Sergipe e Alagoas foi alvo de intensa intervenção do Estado brasileiro entre os anos 1950 e 1960. Os contornos desenvolvimentistas e a expectativa de exploração do potencial energético da região já haviam sido alvo de estudos e ações anteriores, dada



a fartura de água com ocorrência de quedas naturais. Entretanto, a criação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), em 1945, e o início sistemático da exploração para fins de produção de energia elétrica em Paulo Afonso, na Bahia, em 1955, elevaram a importância do território, chamado tecnicamente, nos dias atuais, de “Submédio São Francisco”, um enclave em quatro estados do Nordeste: Alagoas, Bahia, Pernambuco e Sergipe. As cidades de Delmiro Gouveia, Paulo Afonso, Petrolândia, Piranhas e Canindé do São Francisco estão localizadas, elegendo-se Delmiro Gouveia como centro, num raio de, aproximadamente, 50 km em linha reta.

O histórico de intervenções da Chesf data de meados dos anos 1950, em particular os amplos deslocamentos populacionais causados pelas grandes obras que antecedem Itaipu, caso tido como clássico de interferência na vida de camponeses, ribeirinhos, pescadores e comunidades de povos originários e quilombolas. Neste sentido, pode-se argumentar que a expressão viva da ditadura iniciada a partir do golpe de 1964 possui múltiplos centros, a depender da ênfase imaginada. A noção de centro/periferia deve, aqui, obedecer a critérios um tanto mais fluídos. No caso particular, o exame de documentação sobre como o regime pensou e atuou no Submédio São Francisco evidencia, dentre outras questões, que o governo estava plenamente interessado em proteger a área de quaisquer inconvenientes. Dito de outro modo: os militares se esforçaram por isolar a região da influência de atuação de organizações “subversivas”. Tanto assim que, em junho de 1968, o governo regulamentou, poucos meses antes do Ato Institucional nº 5 (AI-5), a inclusão de Paulo Afonso como zona de “interesse da segurança nacional”. As razões para tanto foram:

[Em Paulo Afonso] se encontra a Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso cuja energia está estimulando, de forma acelerada, o desenvolvimento econômico da região nordestina brasileira e concorrendo para reduzir o atual desequilíbrio sócio-econômico existente entre esta região e a centro-sul do país (Brasil, 1968a, p. 8).

Tal medida corrobora a importância da região para os planos econômicos que estavam sendo implementados pelo regime. Os acordos comerciais, as contratações de conglomerados que viriam a ser conhecidos como “campeões na-



cionais" e a crescente internacionalização subordinada da economia brasileira tinham como um dos centros operativos a região do Submédio São Francisco.

Além de intensificar o controle social via mecanismos de repressão e facilitação de supressão violenta dos efeitos colaterais sociais causados por intervenções de grande porte, como são as construções de barragens, a ditadura de 1964 estabeleceu aparatos de atuação política na localidade. O crescente fechamento do regime tornou não só desejável como possível, aos militares e empresários, o espraiamento das forças da repressão na tutela do processo de escolha de quadros dirigentes municipais. A tentativa de estabelecer uma aparência de normalidade democrática permitiu regular e controlar a forma de eleição de mandatários locais. Na lei que instituiu as zonas de interesse de segurança nacional, havia um dispositivo que, se ativado, culminaria na dissolvência da prefeitura por parte da Presidência. Além disso, a própria lei já regulava a forma de implantação de ações de correção: "Parágrafo único. Comunicado pelo Presidente da República, por intermédio do Ministro da Justiça, ao Governador do Estado, que o Prefeito deixou de merecer confiança, deverá ser imediatamente exonerado" (Brasil, 1968b, n.p.).

Nessa região, é possível afirmar que Paulo Afonso, na Bahia, centralizou as atenções da repressão durante toda a vigência da ditadura. O projeto de produção de energia elétrica aproveitando-se das quedas naturais cabia, como dito, no interesse de dotar a região Nordeste de alguma industrialização. A dita modernização que povoou as utopias da intelectualidade progressista brasileira ganhou uma roupa conservadora ou, talvez, reacionária. Como já tratado em outros espaços, essa modernização criou paradoxos incontornáveis, a exemplo de pessoas que viviam sem energia elétrica ao lado do complexo hidrelétrico.

O presente texto não se pretende como uma iniciativa pioneira. O que segue nas próximas páginas é, em verdade, uma tentativa de sistematização míima de um material já tornado público, mas ainda encoberto pelo esquecimento e pelo ofuscamento causado pelas hierarquias que tão brutalmente atingem a produção historiográfica. Neste sentido, cumpre observar que o estudo pioneiro de João Victor dos Santos Silva (2018), que analisou a luta de trabalhadores por suas vidas quando da construção da Usina de Itaparica, entre 1976 e 1986, já identificou boa parte dos pontos aqui levantados. Tal conjunto de questões, por



sua vez, foi discutido no âmbito do projeto de pesquisa Rio de Lutas, que congregou, sob a liderança da Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs), pesquisadores da Universidade do Estado da Bahia (Uneb) e da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Foi, portanto, no interior de um importante esforço coletivo que tiveram lugar iniciativas no sentido de melhor compreender a atuação do Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais, em Petrolândia, Pernambuco, e das resistências naquele polígono. As fontes mais marcantes utilizadas no trabalho de Silva vieram do esforço de conservação levado a cabo por um dos mais importantes protagonistas dessa história, Alcides Modesto, e do esforço não menos hercúleo do já citado Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais em Petrolândia.

Outros trabalhos vêm abordando questões concernentes às relações estabelecidas pela Chesf com comunidades indígenas na região, como, por exemplo, os Tuxá e os Pankará. Um deles, já concluído, é de autoria de Edivania Oliveira (2022), que analisou, em distintas camadas, as relações que os Pankará estabeleceram com o rio e com o território e como, a partir disso, entabularam a luta de resistência. Erendira Silva, por sua vez, vem dirigindo, de modo ainda inconcluso, seu foco para as estratégias de resistência dos Tuxá também no rescaldo da incursão da Chesf para a construção da Usina de Itaparica. Jamile Silveira (2018) tem descortinado as relações da Chesf com mecanismos transnacionais de operação, tendo como horizonte a dita modernização.

As dificuldades que advêm da escolha de estudar o período nesse espaço se desdobram em duas faces: 1) a ausência de fontes escritas criadas pelos grupos subalternos; 2) a dificuldade desses grupos estruturarem na oralidade uma memória coletiva. Se é possível identificar esse importante personagem – a Chesf –, por um lado, as formas de resistência às remoções forçadas, à desterritorialização de comunidades inteiras, à territorialização segregada implementada pela companhia em Paulo Afonso e Piranhas, às exclusões normalizadas e à intensificação do fosso entre pobres e ricos, por outro, personagens da resistência estão escondidos nos documentos oficiais de Estado, salvo por raríssimas exceções, como será evidenciado. Trata-se de uma região que experimentava ciclos alternados de abandono e espoliação, intensificados pelos períodos de seca. A própria presença do Estado, quando ocorria, fazia-se por



meio de repressão policial ou via diversas formas de mandonismos localizados a respeito de quem ainda cabem estudos monográficos.

A rotina da Chesf na calha do Rio São Francisco foi a violência escondida por trás das luzes modernas. No âmbito desta pesquisa, se desconhece a quantidade de pessoas atingidas pelos deslocamentos forçados iniciados nos anos 1950 e somente concluídos nos anos 1990. Salvo por exceções pontuais, a maior parte dos empreendimentos da Chesf foi iniciada no período ditatorial e concluída durante essa mesma época. Os vínculos das empreiteiras com o regime já foram devidamente tratados por Pedro Campos (2014). Os estudos da Chesf e dessas empresas a respeito de comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas continuam inacessíveis, seja por dificuldade de encontrá-los, seja porque não existem mais.

Por fim, mas não menos importante, é preciso destacar que ao menos desde 2013 se tem notícia do descarte de documentação por parte do Centro de Documentação da Chesf. Os encaminhamentos específicos acerca desse mecanismo que pode, sim, ter sido executado a partir de preceitos técnicos bem delineados não são de conhecimento público. A comunidade científica e os movimentos sociais que ainda lutam por reparação histórica certamente não participaram desse debate, muito menos da análise sobre o que deveria (ou não) ser objeto de descarte, digitalização e/ou outras medidas no tocante à gestão de arquivos.

Alagoas no século 20

Tendo como intuito sair do eixo Rio-São Paulo quando se faz referência à ditadura iniciada em 1964, objetiva-se analisar os usos da repressão nesse período, assim como compreender de que forma o regime operou em outros estados brasileiros. No caso deste artigo, o centro de nossa análise é uma região, o Submédio São Francisco, com ênfase especial em sua porção alagoana. É preciso, para levantar este debate, ter em mente a ideia de memória coletiva. Para isso, faz-se necessário entender quem eram e como se faziam presentes os agentes repressores em Alagoas, além do silêncio de setores locais sobre a questão.



O século passado em Alagoas, no âmbito político, vivenciou diversos momentos que, por vezes influenciados pelo cenário nacional, marcam a esfera política local do estado. O coronelismo foi um dos sistemas recorrentes até a década de 1930 que permitia o exercício de poder por meio da exploração e da coerção, criando uma espécie de política do medo, visando ao controle de grupos subalternos, sustentando-se nas relações clientelistas e paternalistas construídas entre os coronéis e a população a partir da troca de benefícios por apoio político, quando este não era exigido de forma violenta.

Após a Revolução de 1930, durante os governos de Getúlio Vargas e a ampliação do populismo no Brasil, a mobilização política da população no País como um todo, inclusive em Alagoas, toma uma crescente, incentivada pela criação das leis trabalhistas e pelo processo de industrialização e urbanização, entre outros pontos que se manifestam politicamente no estado na figura de Arnon de Mello⁴⁵. Vale ressaltar sobre ele:

O jornal *Gazeta de Alagoas*, veículo ligado às Organizações Arnon de Mello, teve significativa importância nas décadas de 1950 e 1960, justamente por pertencer a Arnon de Mello, eleito governador de Alagoas em 1950, cujo mandato se iniciou em 1951 e se encerrou em 1956 [...] o período imediatamente anterior ao golpe de 1964 e que o próprio *Gazeta de Alagoas* foi um dos órgãos de imprensa que, juntamente com o *Jornal de Alagoas*, apoiou devidamente a deposição do Presidente João Goulart, além da campanha de desestabilização do governo deste último que foi promovida pelo periódico (Costa, 2014, p. 22-23).

A partir do que foi dito, vemos que personagens políticos alagoanos se debruçaram no apoio ao golpe e contra o governo de João Goulart. No entanto, “a participação do governador Luiz Cavalcante na conspiração para a derrubada de Jango, bem como o papel que desempenhou quando da posse do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco em abril de 1964 são simplesmente relegados aos véus do esquecimento” (Costa, 2014, p. 23), indicando, primeiro, um interesse de parcela política em fazer parte do governo militar, bem como que o cenário alagoano experienciou muitos momentos do que era a base do regime militar: a repressão.

O estado, após o golpe, passa a ser governado por simpatizantes do regime militar e/ou por militares que o próprio governo nomeava. À medida que os atos



institucionais eram sancionados e que a repressão e as censuras nos grandes centros urbanos e no eixo Rio-São Paulo aumentavam, o mesmo ocorria nas entradas do País e, não obstante, no estado de Alagoas. Dito isto, quando da abertura da Comissão da Verdade de Alagoas, em 2012, conseguimos identificar, a partir dos relatos de alagoanos torturados, como o regime militar não era exclusivo dos grandes centros. Em 2014, já haviam sido colhidos pelo menos 12 depoimentos de sobreviventes ao período sobre as torturas sofridas (Costa, 2014).

Mais tarde, em 2017, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Alagoas foi sede de mais depoimentos para a Comissão da Verdade. Naquele ano, o número de falas e de descobertas sobre a repressão vivida em Alagoas já era maior. Um dos depoentes, Edival Cajá, relembrou que: “esses heróis lutaram pela liberdade, por uma pátria livre, soberana e socialista. E hoje nós rendemos homenagens a estes homens e lutamos pela busca dos restos mortais de 150 companheiros que não foram devolvidos a seus familiares” (OAB Alagoas, 2017, n.p.).

Diante desses relatos, e de outros que foram surgindo depois, sabe-se até onde se cometiam os crimes de tortura em Alagoas. Em Maceió, onde hoje se encontra o Hospital Universitário (HU), durante o período ditatorial era lugar de tortura. Vejamos:

A localização geográfica do ambiente onde as torturas eram realizadas em Maceió. Pessoas que se manifestavam contra o regime militar e participavam de movimentos estudantis eram levadas para os galpões da Petrobras, que ficavam situados no local onde hoje funciona o Hospital Universitário (HU), na zona norte da cidade. Lá, verdadeiras agressões físicas e psicológicas eram executadas, deixando cicatrizes impossíveis de apagar (Costa, 2014, p. 22).

Alagoas, principalmente na capital, Maceió, vivenciou o período ditatorial sendo um ambiente de medo e silenciamento. Vários movimentos sociais e estudantis foram desarticulados e outros ficaram na resistência, porém sempre escondidos, para não sofrer represálias. A liberdade de expressão também foi podada no estado. Apesar de Maceió ter tido uma concentração maior dos abusos da ditadura, o interior também percorreu problemáticas construídas ou agravadas pelo regime militar.

Piranhas e sua circunstância

Sabe-se que a ditadura atuou em diferentes frentes para reprimir a sociedade e silenciar, principalmente, aqueles que se opunham à forma autoritária com que os militares estavam se impondo no País. Uma dessas frentes teve encontro com o avanço tecnológico da época possível e cabível para várias cidades brasileiras, ou seja, a visão desenvolvimentista existente no setor rodoviário em detrimento da tecnologia ferroviária, que ainda estava sendo implementada em algumas cidades, em sua maioria, interioranas. O incentivo à indústria automobilística contribuiu para o aumento do desinteresse nas ferrovias.

A importância das estações ferroviárias no Brasil vem desde o século 19, quando do início de suas construções nos grandes centros. Logo depois, passam para as cidades interioranas, mesmo que de início não houvesse interesse em estender as ferrovias para o Sertão (Lamounier, 2012), com o intuito de ligar cidades para um maior desenvolvimento local, por isso, são parte principal dos desdobramentos tecnológicos no País. Sua importância ainda se somava às questões agrícolas e à economia cafeeira nesse século, já que o transporte seria maior e mais rápido. Como diz Maria Lúcia Lamounier (2012, p. 36):

A construção da rede ferroviária teve um efeito para a expansão da produção cafeeira. A distância do porto de embarque, reforçada pela precariedade dos caminhos e das estradas de rodagem, e as deficiências do sistema anterior de transporte (tropas de mulas) condicionavam a expansão do cultivo.

Visto que o desenvolvimento do País com as ferrovias ocorre de forma satisfatória, até meados do século 20 elas ainda serão amplamente utilizadas, mesmo surgindo outras tecnologias e havendo o crescimento dos setores automobilístico e rodoviário. No período ditatorial, além das desativações, muitas ferrovias foram privatizadas, fragmentando as malhas ferroviárias e, com o tempo, descontinuando seu funcionamento, pois o setor privado visava ao lucro imediato. Quando isso não ocorria, o desinteresse pelas ferrovias aumentava, até elas serem deixadas de lado.

Em termos iniciais, a região do município de Piranhas é bastante conhecida por ter recebido, em 1859, D. Pedro II, quando o então imperador visitava cidades do interior do País e estava idealizando um projeto grandioso referente à



implementação de ferrovias que atinge diretamente Piranhas nos anos seguintes. D. Pedro II, diz o piranhense Inácio Loiola (Freitas, 2016), ao chegar à região do Sertão alagoano e ao visitar o Sertão da Bahia (cidade de Paulo Afonso), pensou em uma forma de unificar as regiões para que o Brasil crescesse economicamente igual, como acontecia com os países europeus. Desse pensamento, surge o projeto da instalação de uma transferrovia na região, pensando na integração regional.

Piranhas teve uma elevação no comércio e nas interações sociais quando da instalação da ferrovia na cidade, pois o transporte de mercadorias se intensificou, auxiliando o desenvolvimento econômico e, consequentemente, o acesso a produtos de outras regiões por onde a ferrovia passava. Essa expansão comercial proporcionada pela estrada de ferro contribuiu para o crescimento da cidade, a geração de empregos e o aumento da renda das famílias piranhenses. De forma geral, as ferrovias:

[...] eram consideradas satisfatórias, oferecia[m] segurança e melhorias na qualidade de vida das pessoas, como também estabilidade nos locais de deslocamento e por ser[em] um transporte barato quando utilizadas, contribuía[m] na economia familiar, assim como também proporcionava[m] diminuição da poluição do meio ambiente (Ramos, 2020, p. 45).

Impactos da ditadura no interior de Alagoas

No interior de Alagoas, houve um impacto considerável a partir de 1964, por conta, exatamente, da desativação de uma ferrovia. Uma das cidades impactadas pela ferrovia – e, depois, pela falta dela – foi Piranhas, localizada na microrregião do estado junto a Delmiro Gouveia e Olho d'Água do Casado. De acordo com documento da Comissão Nacional de Política Agrária (CNPA), em colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de outubro de 1952, tem-se o seguinte cenário da cidade de Piranhas: a principal fonte de renda advém da agricultura (feijão, milho e algodão), seguida da pecuária. Feijão e milho são consumidos parcialmente no município e outra parte da produção é destinada ao comércio com o estado de Sergipe e enviada a Penedo. O algodão, por sua vez, é dirigido às cidades de Água Branca e Pão de Açúcar. No relatório, há uma análise que sustenta a prevalência da policultura e a necessidade de que se mantenha assim. Mencionam-se também as dificuldades com



as estiagens e os prejuízos advindos delas; o documento aponta inexistência de notícias de “desinteligências entre proprietários e empregados” (Brasil, s.d.). O nível de exploração era altamente intenso: pagava-se menos de R\$ 0,01 (um centavo) por dia trabalhado, em valores convertidos. Há menção de possível emigração para o Paraná e São Paulo, particularmente naquele ano em que a seca estava especialmente vigorosa. Animais em geral morriam de fome, inclusive por conta da falta de apoio do estado.

Outro documento acerca da logística para escoamento da produção em Alagoas apontava para a interrupção da ligação entre Piranhas e Petrolândia, via trem, num ramal de cerca de 100 km que permitia comunicação intensa entre essas regiões. Diante disso, quando o período ditatorial é implementado no Brasil e se inicia o processo de privatizações e desativações de várias ferrovias ao redor do País, inclusive a de Paulo Afonso, em 1964, Piranhas passa por um momento de estagnação comercial e perda de crescimento e desenvolvimento social. Como diz Inácio Loiola, as ferrovias “foram desativadas, e, consequentemente, a cidade de Piranhas começa um processo de queda tanto econômica quanto social” (Freitas, 2016, n.p.).

Com a desativação da estação ferroviária de Piranhas na década de 60, a cidade sofreu forte impacto nos aspectos sociocultural e econômico, testemunhando a saída dos trabalhadores da Rede Ferroviária; o esvaziamento das casas; a diminuição da população e a perda de figuras importantes que, ligadas à Estação, estimulavam a cultura local (Rodrigues, 1999 citado por Barros, 2020, p. 87).

A presença da ditadura em Piranhas se faz de forma bastante concreta ao influenciar a economia local quando da desativação da ferrovia, bem como nas repressões conhecidas: atividades políticas eram limitadas; organizações sindicais, se houvesse, eram monitoradas, entre outros pontos. Outras cidades interioranas passam por questões específicas causadas pela ditadura.

Quando o regime militar já havia acabado e o então presidente, Fernando Collor, foi realizar uma visita à Usina Hidroelétrica de Xingó, agentes de campo, via documento FS1/00419/114/B2R/91, fizeram um sintético apanhado da região objetivando a preparação para a passagem do mandatário do mandatário. Em 7 de junho de 1991, a agência B2R apontava que: 1) a população de Piranhas



estava estimada em 9.600 habitantes; 2) não havia indústrias, o comércio era inexpressivo e a cidade era considerada turística; 3) o prefeito Inácio Loiola Damasceno de Freitas, eleito em 1988 pelo Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), era filiado ao Partido da Reconstrução Nacional (PRN), o mesmo do então presidente; 4) havia previsão de manifestação por parte de trabalhadores rurais do município de Petrolândia, em Pernambuco, com a demanda de acelerar o ritmo de implantação dos Projetos de Irrigação naquele município; 5) grupos não identificados oriundos de Maceió estavam organizando caravana para aproveitar a presença do presidente, a fim de realizar manifestações.

A ditadura continuou, de algum modo, nas formas democráticas de exercício de poder. Isso quer dizer que, por exemplo, lideranças que acumulavam capital político nos estertores do período ditatorial, em muitos casos, ampliaram suas influências. Com elas, perspectivas de Estado, de desenvolvimento e da forma de efetivar o processo político se perpetuam sob uma nova roupagem. Não se trata, aqui, de subestimar a importância da transição democrática; trata-se de caracterizar o que é democracia, identificando o que permanece da ditadura a despeito da democracia. Em Alagoas, a Organização Arnon de Mello, por exemplo, foi alçada a importante personagem ao longo do regime, o que culminou numa participação decisiva do aparato de comunicação no ambiente democrático pós-1988. No caso do Alto Sertão alagoano, com especial ênfase em Piranhas, pode-se localizar, precisamente na última década ditatorial, o surgimento da liderança dos irmãos Inácio Loiola Damasceno Freitas e Washington Luiz Damasceno Freitas. A ocupação de cargos públicos, as alianças forjadas ao longo do processo de redemocratização e o formato de distribuição de verbas permitiram garantir amplos poderes estatais para finalidades políticas privadas.

Em 1988, Inácio Loiola Damasceno Freitas foi eleito prefeito de Piranhas, pelo PMDB. Em outubro de 1990, Washington Luiz Damasceno Freitas foi eleito deputado estadual. Nessa última eleição, também concorriam ao governo de Alagoas Renan Calheiros e Geraldo Bulhões. O Serviço Nacional de Informações (SNI) fez um relatório acerca de Bulhões em 1979. Nele, consta que se trata de um “democrata” e “integrado” no quesito “Atitude face à Revolução de 31 de março de 1964” (Brasil, 1979, p. 20-21). O mesmo relatório aponta que, desde



1978, Bulhões guardava ressentimento do regime por ter sido preterido ao governo do estado.

O Submédio São Francisco em Alagoas também produziu relações em que o mandonismo local nem sempre se associou em paz com a ditadura. Em outras palavras, o coronelismo, que data desse período, não significou adesão irrestrita ao regime. Para tanto, podemos utilizar a cidade de Pão de Açúcar e a figura de Elísio da Silva Maia (1914-2001) como exemplo paradigmático. Pão de Açúcar, localizada a 75 km em linha reta de onde é a cidade de Delmiro Gouveia hoje, à beira do Rio São Francisco, 38 km após Piranhas no sentido da foz, tornou-se cidade ainda no século 17, quando o rei de Portugal cedeu o território para povos indígenas locais, os Urumaris (Barros, 2020). O município foi governado por um conselho de vereadores até 1892, quando assumiu o cargo de prefeito o senhor Miguel de Novaes e Mello.

Elísio Maia, grande influenciador das vivências de Pão de Açúcar em meados do século 20, era um personagem local que podemos definir como coronel. Tinha grande influência, era proprietário de várias terras e desempenhava papel político de destaque na região. Além disso, possuía indústria de beneficiamento de algodão. Sua trajetória política é uma narrativa entrelaçada com os fios complexos da história e da sociedade de Pão de Açúcar. Seu nome ressoa entre as vielas e os campos áridos da região.

Ter sido prefeito de Pão de Açúcar por dois mandatos, além de deputado, indica como Elísio Maia esteve presente por muito anos na vida política da região do alto sertão de Alagoas, fazendo jus à linhagem tradicional de políticos da qual foi fruto [...] ainda que os casos de violência chamem a atenção, destaco que eles não são capazes de explicar por si só o domínio de um político durante tantos anos, muito menos limitar as suas práticas (Matos Neto, 2012, p. 35).

A influência ativa de Elísio Maia se concretiza nos anos de 1953 a 1994, porém, isso não significa que após esse período sua autoridade e seu prestígio tenham acabado – pelo contrário. Como toda ação coronelista, seu predomínio encobria episódios violentos e muitas vezes permitia-lhe utilizar o bem público em benefício de seu próprio grupo político. Em 1962, constava na lista de



empreendimentos que recebiam isenções fiscais da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) (Brasil, 1962, p. 147).

A atuação de Elísio Maia foi lembrada pelos órgãos de inteligência da ditadura como prioritariamente violenta, tanto que os relatórios listam crimes de mando desde 1954, quando o então prefeito de Pão de Açúcar, Joaquim Rezende, foi assassinado por Maia. Digno de nota é também o fato de que o regime militar acusou-o de corrupção em relação a procedimentos bancários realizados no Banco do Brasil em 1964. Dentre os assassinatos imputados a Maia, incluem-se mortes encomendadas de oficial da Polícia Militar de Alagoas e “popular”, termo este sinônimo de cidadão comum. Além disso, a repressão também o acusou de ter um arsenal de armas em sua residência, incluindo metralhadoras de uso exclusivo do Exército.

A influência de Elísio Maia percorria não só as ruas da cidade de Pão de Açúcar, mas também o estado de Alagoas como um todo. Segundo relatos, podemos constatar que o que assegurou por muito tempo sua autoridade, além das próprias ações, foi a ligação com os poderes instituídos. Tanto que, mesmo cassado, ele conseguiu fazer seu filho participar das eleições. Segundo os órgãos de inteligência da ditadura, isso só ocorreu pela amizade que Maia mantinha com Divaldo Suruagy.

Maia teve seu mandato cassado em 1969, pelo AI-5. A ata da reunião que deliberou por sua cassação inclui uma pesada avaliação por parte do Conselho de Segurança Nacional. De acordo com o prontuário elaborado pelo 20º Batalhão de Caçadores, ele:

Nada fêz, até hoje, na Assembléia Legislativa que justificasse a sua presença no Poder Legislativo. A expressiva votação dentro e fora do seu município e motivada, unicamente, por antecedentes criminosos. – Alto fazendeiro, protetor de criminosos e pistoleiros, teve apoio eleitoral de outros elementos políticos ligados ao crime, em todo o Estado. [...] É considerado como um dos principais componentes do Sindicato do Crime em Alagoas. [...] Em Set 65 – Foi indiciado em IPM mandado instaurar pelo Cmdo do IV Exército, acusado de ter em seu poder armas e munições privativas das Forças Armadas e, até uma metralhadora pesada. – As expressivas votações obtidas dentro e fora de seu município são motivadas pelo lugar que ocupa no Sindicato do Crime, pela corrupção eleitoral e pela coação que exerce junto aos eleitores, sobretudo no seu município (Brasil, 1969, p. 56-57).



Tendo perdido seu mandato e com os direitos políticos suspensos por 10 anos, Maia se dedicou a tentar eleger seu filho. Em 1978, Elísio Sávio dos Anjos Maia foi eleito deputado estadual pela Aliança Renovadora Nacional (Arena). Tal situação abalou as bases da ditadura, uma vez que Maia havia sido cassado enquanto deputado do MDB e, possivelmente, utilizou a filiação de seu filho à Arena tão somente para garantir a inexistência de críticas. Ocorre que as bases arenistas iniciaram uma rebelião, em 1976, contra as articulações dele. Uma das críticas mais recorrentes foi realizada por Arabela Paiva, então candidata à prefeitura de Palestina. Ela enviou diversos telegramas e comunicações ao Ministério da Justiça solicitando providências acerca da participação do então ex-deputado Elísio Maia no pleito. Em particular, a queixa se tratava de sua presença num comício e culminava afirmando que o ex-deputado deixava a comunidade in tranquila, além de oportunizar que uma voz dissonante ao regime tivesse acesso ao povo.

Um ano e meio depois, a prefeita Arabela Paiva seria acusada de corrupção, depois que um processo de investigação conduzido pelos órgãos de repressão teria identificado um esquema que envolvia seu marido em conduta que incluía desvio de dinheiro público em benefício próprio.

Considerações finais

Os exemplos elencados sobre os mecanismos de atuação da ditadura no Submédio São Francisco incluem o esforço de implementação de um projeto de modernização conservador, como foi o caso da Chesf. A ditadura promoveu a remoção de populações, alterou o curso do rio, incidiu sobre o ecossistema e naturalizou a segregação social. Tais medidas de força estruturadas pelo regime militar nem sempre foram bem recebidas pelos grupos dominantes locais. Uma vez que tinham os processos de dominação em suportes arcaicos onde prevaleciam experiências de poder permeadas por práticas patrimonialistas, personalistas e patriarcais, a forma impessoal do Príncipe moderno nem sempre foi bem recebida, inclusive porque a incorporação de atores internacionais nos modos de reprodução da vida cotidianas alteravam em demasia aquelas maneiras de viver já consolidadas. Neste sentido, não é estranho que a documentação dos



órgãos da repressão não remetam a “comunistas” e “subversivos”; as palavras de ordem são corrupção e crime.

Quando se manejou a remoção de pessoas que detinham prestígio na comunidade, o esforço da ditadura fora imputar práticas de corrupção e crime. Esse mecanismo permitia a dilaceração moral desses sujeitos e tinha como propósito substituí-los por lideranças menos autônomas. A natureza moral do exercício autorizava, inclusive, que as mesmas práticas pudessem continuar ocorrendo, em escala ampliada, talvez, embora com o aval do regime, como identificado no já citado trabalho de Pedro Campos (2014).

Por fim, entende-se que são necessárias novas pesquisas que se debrucem sobre as duas faces da moeda que aqui aparecem: em primeiro lugar, as formas de resistência dos grupos subalternos diante da alteração nos mecanismos de dominação levada a cabo pela ditadura e, em segundo lugar, as disputas entre grupos dominantes, modernos e arcaicos, se é que é possível assim chamá-los, e seus desdobramentos.

Referências

ALEXANDRE, Thaina Evellyn Martiniano. **A trajetória política de Arnon de Mello**: um Cidadão Kane na terra dos caetés (1911-1983). 2023. 88 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.

BARBOZA, Monielly Suelen Gomes. **Luzes da dominação**: a usina hidrelétrica de Xingó e as relações de poder da Chesf na cidade de Piranhas/AL (1980-2000). 2021. 137 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.

BARROS, Taynnan Robert de Oliveira. **Política republicana, raízes coloniais**: um estudo sobre o coronelismo de Elísio Maia em Pão de Açúcar-AL (1953-1994). 2020. 111 f. Monografia (Licenciatura em História) – Campus do Sertão, Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2020.

BRASIL. Comissão Nacional de Política Agrária; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Encaminhamento**: br_rjanrio_s7_0_txt_cx031_pt001_d0001de0001. Brasília, s.d.

BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. **Ata:** br_dfanbsb_n8_0_ata_0005_0002_p_071_173_d0001de0001.pdf. Brasília, 1969. p. 56-57.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968.** Declara de interesse da segurança nacional, nos termos do art. 16, § 1º, alínea b, da Constituição os Municípios que especifica, e dá outras providências. Brasília, DF, 1968b.

BRASIL. Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Ministério da Justiça. **Ata:** 0006_f_133_149/br_dfanbsb_n8_0_ata_0003_0006_f_133_149_d0001de0001.pdf, Rio de Janeiro, 1968a. p. 8.

BRASIL. Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Ministério da Justiça. **Encaminhamento:** br_dfanbsb_v8_mic_gnc_iii_79000036_d0001de0001. Brasília, 1979. p. 20-21.

BRASIL. Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Ministério da Justiça. **Plano:** br_rjanrio_s7_0_txt_cx304_pt002_d0001de0001.pdf. Brasília, 1962. p. 147.

CALIL, Gilberto Grassi. O revisionismo sobre a ditadura brasileira: a obra de Elio Gaspari -segle XX. **Revista Catalana d'Història**, Barcelona, v. 7, p. 99-126, 2014.

CAMPOS, Alexander Moreira. **O Sindjornal e a reorganização do movimento sindical alagoano no contexto do novo sindicalismo (1978-1983).** 2023. 92 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas catedrais:** as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: Eduff, 2014.

DA COSTA, Rodrigo José. Por uma história do golpe civil e militar em Alagoas. **Crítica Histórica**, [S.l.], v. 5, n. 10, 2017.

DREIFUSS, René Armand. **1964:** a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.



DREIFUSS, René Armand. **A Internacional Capitalista**: estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918-1986). Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

DREIFUSS, René Armand. **O jogo da direita**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.
FICO, Carlos. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 2010.

FREITAS, Inácio Loiola Damasceno. Piranhas, 10 set. 2016. Entrevista concedida a Monielly Suelen Gomes Barboza.

FREITAS, Inácio Loiola Damasceno. Piranhas, 10 set. 2016. Entrevista concedida a Moniele Suelen Gomes Barboza.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. **Ferroviás e mercado de trabalho no Brasil do século XIX**. São Paulo: Edusp, 2012.

LEMOS, Renato L. C. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. **Marx e o Marxismo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, jan.-jul. 2014.

MACIEL, David. **A argamassa da ordem**: da ditadura militar à Nova República (1974-1985). São Paulo: Xamã, 2004.

MACIEL, David. **De Sarney a Collor**: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990). São Paulo: Alameda; Goiânia: Funape, 2012.

MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 28, n. 55, p. 245-263, jun. 2008.

MATTOS, Marcelo Badaró. Os trabalhadores e o golpe de 1964: um balanço da historiografia. **História e Luta de Classes**, [S.l.], v.1, n. 1, p. 7-19, abr. 2005.

MELO, Demian (org.). **A miséria da historiografia**: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.



MENDONÇA, Sonia Regina de. **O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)**. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 2010.

OAB ALAGOAS. **Comissão da Verdade promove sessão na OAB/AL para ouvir depoimentos sobre momentos vividos na época da ditadura**. Maceió, 20 jul. 2017. Disponível em: <https://www.oab-al.org.br/2017/07/comissao-da-verdade-promove-sessao-na-oab-al-para-ouvir-depoimentos-sobre-momentos-vividos-na-epoca-da-ditadura>. Acesso em: 30 jun. 2023.

OLIVEIRA, Edivânia Granja da Silva. **Os indígenas Pankará, o Rio São Francisco e a barragem de Itaparica (Luiz Gonzaga)**: movimentos identitários e relações socioambientais no Semiárido pernambucano (1940-2010). 2022. 252 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

RAMOS, Aminadabe Martins. **Ferroviás em Alagoas no século XIX e nas primeiras décadas do século XX**. 2020. 89 f. Monografia (Bacharelado em História) – Curso de História, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

RODRIGUES, Rosiane. **Piranhas**: retrato de uma cidade. Maceió: Catavento, 1999.

SILVA, Carla Luciana. O uso da imprensa como fonte historiográfica e a ditadura no interior do Paraná. [Entrevista realizada em 29 set. 2020]. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 32, e0301. jan./abr. 2021.

SILVA, Erendira S. Reassentamento da comunidade Tuxá Mãe Rodelas: acordos e convênios. In: SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA: CIÊNCIA PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES, 15.; SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 22., 2018, Feira de Santana. **Anais...** Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2018.

SILVA, João Victor dos Santos. **O povo versus a “Besta-Fera”**: o Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco-PE/BA – na organização do movimento dos trabalhadores ribeirinhos atingidos pela barragem de Itaparica – BA/PE – (1976-1986). 2018. 254 f. Dissertação (Mestrado em História) –



Programa de Pós-Graduação em História, Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2018.

SILVEIRA, Jamile Silva. “Braços cruzados, máquinas paradas”: trabalhadores, experiências e conflitos na capital da energia (1960-1980). **Revista Científica da Fasete**, 2018.1. Disponível em: <https://tinyurl.com/24ryyfbv>. Acesso em: 30 jun. 2023.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: golpismo e democracia. As faláciais do revisionismo. **Crítica Marxista**, Campinas, v. 10, n. 19, p. 27-19, 2014.

VIANA, Hitallo Philippe Alves. **O golpe empresarial-militar de 1964 em Alagoas**: a ação política liberal-conservadora no governo Luiz Cavalcante. 2023. 103 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.



CAPÍTULO 12

INDÍGENAS DE ALAGOAS: DA LUTA CONTRA A DITADURA MILITAR AO RECONHECIMENTO ÉTNICO

Amaro Hélio Leite da Silva

A pesquisa historiográfica sobre ditadura tem avançado nos últimos anos; contudo, há, ainda, muitas demandas e questões para se compreender e narrar sobre o período dos anos 1960-80. Embora tenham surgido inúmeros estudos e pesquisas sobre o tema, estes se concentram, basicamente, nas áreas urbanas ou sobre as ações de grande projeção nacional. Este é o caso dos movimentos de resistência, a exemplo de guerrilhas urbanas como o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8) e a Aliança Libertadora Nacional (ALN), fundada por Carlos Marighella, ou, ainda, de regiões mais distantes dos grandes centros, como a Guerrilha do Araguaia.

Os movimentos de combate ao regime ditatorial nas áreas rurais ainda são pouco conhecidos e raramente estudados, sobretudo quando se tratam de ações com protagonismo indígena, tais como a organização do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Água Branca e a guerrilha camponesa organizada pela Ação Popular (AP) no Alto Sertão de Alagoas, nos anos 1960.

A partir de 2013, com a formação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), os crimes da ditadura militar contra os povos indígenas ganharam visibilidade na opinião pública, revelando um documento de denúncia fundamental intitulado *Relatório Figueiredo*, além de outros relatórios importantes da própria comissão⁴⁶. A partir deles, foi possível conhecer o *modus operandi* da política genocida do governo militar e seu processo de institucionalização em praticamente todo o território nacional. Entretanto, ainda sabemos muito pouco sobre a luta dos povos indígenas no contexto ditatorial, mormente nos interiores e Sertões do Brasil⁴⁷.



A imagem do genocídio indígena cometido pelo regime militar chocou o Brasil. Mas, ainda assim, encobriu a resistência nas pequenas áreas do mundo rural, marcadas pela vida, pelo trabalho e pela organização política dos indígenas nesse período. Este é o caso de indígenas do Alto Sertão de Alagoas, que se organizaram em sindicatos e cooperativas de trabalhadores rurais e participaram ativamente de um movimento revolucionário de esquerda contra o governo militar. Tratam-se de indígenas pertencentes às comunidades Jiripankó, Katokinn, Karuazu e Kalankó, que atuaram na guerrilha organizada pela AP nos anos 1960.

Esses indígenas estabeleceram vínculos com os trabalhadores rurais e outros grupos marginalizados da região e construíram formas de resistência política ao sistema social vigente. Trabalhando com os testemunhos deles e de outras lideranças da região, chegamos à organização sindical dos trabalhadores no ano de 1963, no município de Água Branca, enfaticamente atuando no povoado de Pariconha, no Sertão alagoano, e transformando-o em núcleo de uma organização de guerrilha camponesa. Trata-se do movimento guerrilheiro organizado pela AP. Neste sentido, o indígena Katokinn Arlindo Perigoso afirma que houve uma grande movimentação na região, sinal de que o processo não estava sendo articulado sem o necessário contato com a base:

Aí, tinham diversas pessoas que descia [sic.] das serras. E daqui, tinha Caraibeiras, Moxotó, Teodósio, Ouricuri, Figueiredo, Serra da Jurema, Serra dos Vitórios, Serra do Cavalo... Nesse tempo, Pariconha era município de Água Branca. [...] Então, tudo isso foi na época que nós estávamos a fim de fazer a nossa casa do sindicato, aqui em Pariconha (Feitosa, 2001, n.p.).

A AP surgiu da esquerda católica, especialmente da Juventude Universitária Católica (JUC). Da crítica ao sistema capitalista, passando por uma espécie de socialismo cristão, ela avança para a luta armada e rompe com a hierarquia da Igreja, adotando uma postura cada vez mais revolucionária, de integração na vida dos trabalhadores urbanos e rurais⁴⁸. É essa política que chega ao Alto Sertão de Alagoas para organizar a guerrilha camponesa junto aos indígenas e trabalhadores rurais.

No livro *Serra dos Perigosos* (Silva, 2007; 2023), já destacamos o encontro desses indígenas com o movimento revolucionário da Ação Popular nas serras de Pariconha (AL). Neste artigo, enfatizaremos mais detalhadamente o signifi-



cado da luta contra o regime e suas consequências para a organização política e étnica desses povos, refletindo sobre a aparente dicotomia entre a identidade étnica (tradição cultural) e sua condição de trabalhador (proletário). Trata-se de discutir, como inflexão, a aparente contradição entre classe e etnia, mostrando que essas duas formas de vida não só construíram uma relação possível no contexto de exceção da ditadura, como fizeram parte da história desses povos do Alto Sertão alagoano, inclusive para o reconhecimento identitário e territorial. Isso pode ser visto tanto no movimento de formação de guerrilha quanto no de emancipação política de Pariconha, que abordaremos aqui.

É importante deixar claro, desde o início, o que entendemos por indígena e quem são as etnias do Alto Sertão alagoano. Por indígena, entendemos aquele que se reconhece e é reconhecido num determinado modo de vida comunitário e étnico. Isso significa dizer que esse indígena é resultado de uma história coletiva, familiar e tradicional construída por um determinado tronco ancestral, mas, ao mesmo tempo, também construída na tensão com a sociedade nacional, seja em função da sua luta pelo reconhecimento étnico ou pela sobrevivência. Portanto, ao nosso ver, não há como entender a formação dos povos indígenas do Alto Sertão sem o conhecimento da sua história ancestral/comunitária e da relação com o modo de produção capitalista, pois foi dessa relação que surgiram os encontros e os desencontros com a sociedade envolvente, que condicionaram a formação de novas formas de sociabilidades indígenas.

Os povos indígenas do Alto Sertão

Os indígenas do Sertão alagoano – bem como de outras regiões – passaram por várias tentativas de assimilação à sociedade nacional, que vão desde os aldeamentos missionários, passando pelo uso de sua mão de obra (escravizada, assalariada ou compulsória) até chegar à política de integração à civilização do Império e da República, através do Diretório Pombalino, do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e da Fundação Nacional do Índio (Funai), respectivamente. Na prática, isso significou a usurpação de suas terras, a exploração do seu trabalho e a miscigenação forçada. Em outras palavras, era a tentativa de aniquilamento dos aldeamentos e da identidade étnica, o que provocou diversas formas de resistência para além das guerras: fugas individuais e coletivas, migração e sur-



gimento das **novas formas de sociabilidade indígena**. Nesse processo, segundo Medeiros (2000, p. 174), “os povos indígenas se apropriaram de elementos externos à sua cultura, transformando-os e incorporando-os com uma nova significação e função”, além da busca de terra para subsistência e formação do seu território.

Este foi o caso dos índios do Alto Sertão alagoano, cuja formação histórica se deu a partir da expulsão dos Pankararu do seu território – como consequência da Lei de Terras de 1850 e da extinção dos aldeamentos durante a década de 1870 –, que forçou várias famílias a migrar para o Sertão de Alagoas. Em busca da sobrevivência material e cultural, essas famílias vão estabelecer relações com a população pobre do lugar e, sobretudo, relações de parentesco e trocas interétnicas de saberes e práticas culturais que vão dar origem às comunidades indígenas Jiripankó, Kalankó, Karuazu, Koiupanká e Katokinn.

A formação desses povos está ligada, diretamente, à diáspora Pankararu, motivada pelo problema da terra e, consequentemente, pela necessidade de trabalho e subsistência, quando algumas famílias migraram do Brejo dos Padires (PE) para as serras de Pariconha e Água Branca (AL), na segunda metade do século 19. Entretanto, até o final da década de 1970, nenhuma delas era (re) conhecida como indígena, seja pelo Estado ou pela sociedade nacional. Esse reconhecimento só ocorreu no final do século 20 e início do 21, quando surgiram como novas sociedades indígenas, reivindicando a demarcação de suas terras e a legitimidade de sua indianidade.

Sabemos da importância do tronco Pankararu e das relações interétnicas no processo de formação dessas novas etnias, em que a troca de saberes e de experiências ritualísticas entre os parentes indígenas foram fundamentais. Entretanto, consideramos também importante o trabalho, sua relação com a terra e as alianças estratégicas. Ou seja, além das relações de parentesco e de produção, a organização política e as alianças construídas devem ser consideradas como fundamentos da formação dos aldeamentos no Alto Sertão de Alagoas e estão profundamente ligadas à luta pela terra.

Não há como compreender a história dos povos indígenas sem a luta pela terra, especialmente a dos indígenas alagoanos. A política de extermínio Caeté nasceu da expansão dos engenhos de açúcar sobre as terras indígenas do Lito-



ral. Já a política de extermínio dos Tapuias do Sertão nasceu da expansão das fazendas de gado sobre as terras indígenas sertanejas. A matriz de produção colonial muda sua forma de exploração ao longo do tempo, mas seu objetivo continua o mesmo: ocupar e expandir as rotas de acumulação sobre as terras indígenas e quilombolas. Foi assim no Litoral Caeté, no Sertão Tapuia/Cariri, na Mata Cabana (dos cabanos indígenas e negros papa-méis) e continua sendo nas áreas ocupadas pelos povos indígenas. Esse era o modo de povoamento traçado pela sociedade branca colonial, conforme Almeida (2018, p. 67):

A matriz de produção é montada a partir da atividade de povoamento, decorre da implantação dos objetivos coloniais, e monta-se uma economia subalterna, capaz de manter-se e alimentar a renda do capital no espaço que a subordina.

Diante desse quadro, não havia muita opção para esses povos: restavam o trabalho escravo ou compulsório, o extermínio ou a resistência, sobretudo através da luta pela terra e pelo território. Foi justamente essa luta que levou os indígenas do Alto Sertão a se organizar no sindicato dos trabalhadores rurais, no movimento de guerrilha camponesa, e a lutar pelo reconhecimento étnico. É um processo de organização política que vai do sindicato à luta contra a ditadura militar e pelo socialismo; da luta pelo socialismo à luta contra o poder local e pela emancipação política de Pariconha, e da luta pela emancipação política à luta pelo reconhecimento étnico e territorial. Essa é a história dos indígenas do Alto Sertão de Alagoas, no contexto dos anos 1960 a 1980.

A organização política

A organização política dos indígenas no sindicato dos trabalhadores rurais na década de 1960 não foi por acaso. Eles viviam em aldeias ainda não reconhecidas pela sociedade nacional, mas viviam também a experiência de trabalhador rural. A história de sua formação comunitária foi a da luta pela terra, para plantar, criar animais, alimentar as famílias e a própria comunidade. Não dava para escapar da sina do trabalho na enxada, fosse nas terras de arrendamento ou nas terras dos fazendeiros locais. Para subsistir, era preciso vender a força de trabalho de alguma forma; ou seja, era necessário encontrar algum modo de geração de renda, pois o capitalismo é implacável: sem dinheiro, não se vive.



O problema era que os fazendeiros locais dominavam as terras, as águas e o poder político na região, restando ao indígena, de um lado, a subordinação de seu modo de vida e a exploração da sua mão de obra e, de outro, a resistência a partir da sua organização social, política e étnica.

No testemunho do indígena Jiripankó Severino José do Nascimento, da Serra do Ouricuri (Pariconha), é possível identificar a indissociabilidade entre formação social e proletarização: “posso dizer que me criei no cabo da enxada, trabalhando para um fazendeiro por nome de Linduardo” (Nascimento, 2004, n.p.). A maioria dos indígenas da região confirmou essa experiência como condição imperativa à sua sobrevivência⁴⁹. O caso de Severino José do Nascimento é exemplar para demonstrar que ele não estava só, mas acompanhado da mãe e de outros trabalhadores indígenas, revelando que o modo de produção capitalista subordina também outras gerações. Vale a pena retomar o relato do índio Severino para entendermos melhor esse processo de exploração:

Nós éramos dez filhos. Comecei trabalhando para esse Linduardo com oito anos de idade. No dia que eu cheguei pra trabalhar, no primeiro dia, o filho do Linduardo disse: “Esse merda aqui vai deixar o feijão todo”. Aí minha mãe: “Não. O que ele for deixando eu vou catando”. Pra ganhar quanto? Pra ganhar dois mil réis. Isso ele pagava uma parte em dinheiro e outra parte em feijão, farinha [...] (Nascimento, 2004, n.p.).

O testemunho do cacique Jiripankó Genésio Miranda vai na mesma direção, pois ele lembra que, com as invasões sistemáticas das terras indígenas, o grupo foi obrigado a trabalhar nas fazendas dos brancos. Essa relação continua como prática comum, em que a mercadoria força de trabalho é vendida:

Quando chove, vão plantar nas terras do proprietário; e, quando entra o verão, também... Essa rapaziada nova vai para as usinas cortar cana. A gente é obrigado a fazer isso para não morrer de fome... Plantar de meia ou de renda... O importante é a gente ter a terra natural da gente, porque a gente planta o que quer e colhe a hora que quer, e tem o que comer à vontade (Nascimento, 2004, n.p.).

Há uma identificação entre terra e liberdade. A necessidade de vender a força de trabalho ou compor contratos agrários comuns na região é vista como decorrente da imposição do sistema. O cacique fala dos moços, significando



aqueles que estão na idade de permanência na força de trabalho regional. Então, as pessoas válidas para o trabalho migram, pois não há viabilidade para a economia local gerar postos de modo significativo e nem de responder com o aporte de renda necessário.

Estes relatos demonstram o fato de que essa história não pode ser isolada da história do capitalismo na região. Foi nesse contexto que se formou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Água Branca (que, na época, englobava também Pariconha). Inicialmente ligado à Igreja Católica, o sindicato passou a aglutinar as principais lideranças dos trabalhadores rurais e indígenas das serras de Pariconha e Água Branca.

Segundo Silva (2023), o problema da terra estava ligado à concentração do poder econômico e político, e a sindicalização seria a alternativa tanto para os indígenas quanto para os trabalhadores rurais. Ou seja, “numa região marcada pelo conflito de terra e poder, a sindicalização rural surgiu como uma das principais estratégias de luta dos trabalhadores e foi, também, de índios do sertão alagoano” (Silva, 2023, p. 115). A criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Água Branca possibilitou o avanço na forma de organização de indígenas e de trabalhadores⁵⁰. E, na medida em que a estruturação política do sindicato avançava, avançava também a integração entre classe e etnia.

Quando a Ação Popular chegou ao Alto Sertão de Alagoas, em meados da década de 1960, os indígenas e trabalhadores rurais já sabiam o que queriam: terra para plantar e um instrumento de organização política para combater a exploração dos fazendeiros locais. A AP veio radicalizar a organização sindical e a luta contra o poder local e nacional/ditatorial, bem como atuar efetivamente na vida cotidiana da população, sobretudo na organização política dos trabalhadores rurais. Tinha, ainda, como propósito a construção de uma guerrilha camponesa rumo à revolução socialista. Entretanto, é importante destacar que essa vinda não foi de cima para baixo; algumas lideranças sindicais já conheciam a AP e a trouxeram para o Sertão. Este foi o caso de José Novaes e dos irmãos Correia: Josué e José.

Segundo José Correia (2001), presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, “não foi o pessoal da AP que escolheu Pariconha, fomos nós que escolhemos o pessoal da AP” (Correia, 2001a, n.p.). Trabalhadores rurais e indígenas



fundam sua representação política e buscam a AP para fortalecê-la. Radicalizando seu projeto político, alguns militantes da AP chegaram ao Alto Sertão de Alagoas e encontraram as bases para a realização de sua política de integração na produção⁵¹, incorporando-se à vida política e cotidiana dos indígenas e moradores da região. Este foi o caso de Roberto, Juarez, Dodora e Rosa. Roberto era Aldo Arantes, um dos coordenadores nacionais da AP, e Juarez era Gilberto Franco Teixeira, um dos militantes; já Dodora era Maria Auxiliadora de Almeida Cunha e Rosa era Rosemary Reis Teixeira, responsáveis pela alfabetização dos camponeses. Neste sentido, relata José Correia:

[...] a gente precisava de técnicos e só encontrava os técnicos na AP. Aí, foi como eles chegaram aqui. Depois que eles se entrosaram mais e viram que aqui era bom para o trabalho, aí chegaram mais. [...] Porque a gente já tinha uma consciência; era companheiro da gente, tava sendo perseguido por aí afora e não tinha onde ficar. E aqui tinha mais segurança pra eles. Só com uma condição: eles tinham que ir pra roça mais a gente trabalhar; porque não tinha outro jeito. Eles tinham que se camuflar por aqui. [...] Viveram na roça porque não tinha outro jeito de viver. De dia trabalhava, à noite ou um pedaço da tarde ensinava, mas tinha que trabalhar um pouco na roça (Correia, 2001a, n.p.).

Vemos, então, que os indígenas não estavam passivamente à espera da Ação Popular; eles viviam as contradições políticas de ser indígena sertanejo e trabalhador rural: tinham modos de enfrentamento e procuravam caminhos de unidade na luta. Formas de resistência jamais deixaram de existir, embora nem todas fossem evidentes.

Da Ação Popular à guerrilha: a relação classe/etnia no contexto ditatorial

Mas qual a identidade entre esse movimento da AP e os indígenas do Alto Sertão? Qual seria a relação entre um movimento revolucionário e uma comunidade tradicional e étnica? Para respondermos a estas questões, consideramos três elementos: a luta pela terra, a luta contra o regime ditatorial/latifundiário e os ideais socialistas/comunitários.

O sindicato unificava as lutas pela terra, contra o sistema ditatorial e coronelista. Embora fosse um período em que não se falava, ainda, na existência de comunidades indígenas no Sertão de Alagoas, esses indígenas já habitavam



a região há pelo menos um século e mantinham laços de parentesco com seu tronco Pankararu e com outras etnias. Eles já sabiam, desde o Brejo dos Padres (PE), o que significava a luta pela terra e contra o coronelismo, cuja forma de atuação se assemelhava muito ao governo militar. Portanto, lutar contra o poder local não era muito diferente de lutar contra o regime militar e contra o sistema capitalista.

Algumas lideranças indígenas, como Sebastião Antônio da Silva (Baião), apontam para o fato de que o povoado de Pariconha era uma área de grande exploração política e econômica, onde a censura e a ausência de liberdade assemelhavam-se a uma vida escrava. Mas isso não significava a aceitação passiva dessas condições. Pelo contrário, foi daí, segundo seu depoimento, que surgiu a luta:

O povo vivia quase escravo. Escravizado pelos políticos. Ninguém podia falar em política que era preso. E foi assim que começou a luta. Água Branca tinha os coronéis que o pessoal votava neles... Aqueles que falassem que não votava neles, era chicote (Silva, 2001a, n.p.).



Não é difícil imaginar a relação direta entre os poderosos locais e o regime militar. Foi neste contexto de falta de liberdade política que se deu o movimento de afirmação de um modo de vida indígena. Aí, manifesta-se nosso problema: por que os indígenas que vivem junto a uma sociedade rural-tradicional se articularam a um movimento político de não indígenas, num contexto ditatorial, nos anos 1960? Quais são os significados e as consequências dessa articulação para a vida desses indígenas à época?

Não podemos afirmar que essa experiência formou uma consciência de classe revolucionária nos indígenas, mas é possível supor, numa alusão a Gramsci, que, enquanto indígenas trabalhadores, eles viviam a ambiguidade da sua consciência, como “identidades que se alternam, uma deferente” (tradicional e conservadora) e “a outra rebelde”, o que foi muito bem tratado por Thompson (1989). Gramsci chama de “duas consciências teóricas (ou uma consciência contraditória)”, que são resultado da mesma realidade: de um lado, a que se adequa à ordem social e em “conformidade com o *status quo*, necessária para a sobrevivência” – que, no caso dos indígenas, referem-se também à sua tradição

étnica –; de outro, o “senso comum”, que surge, segundo Gramsci, da “experiência da exploração, dificuldades e repressão compartilhada com os companheiros de trabalho” (Thompson, 1989, p. 20).

No caso desta última, ela pode levar a variados modos de resistência, inclusive à revolta – embora esta seja menos frequente e se coloque como forma de rebeldia voltada para a defesa dos costumes, como lembra-nos Thompson (1989, p. 19-20). Daí, consideramos a entrada desses indígenas no sindicato e, consequentemente, no movimento de guerrilha da AP como possibilidade de uma consciência rebelde e revolucionária.

Para Thompson, a experiência vivida de trabalhador e compartilhada com os outros trabalhadores pode levar à consciência de classe. Essa é a condição para o amadurecimento de uma consciência de classe, na medida em que, partindo de sua própria experiência: “Aprenderam a ver suas vidas como parte de uma história geral de conflitos” (Thompson, 1987, p. 304). No caso dos indígenas do Alto Sertão, aprenderam, pela sua experiência de trabalhadores rurais, a visão do seu modo de vida como parte dos conflitos com o modo de produção capitalista. A continuidade da entrevista com seu Baião demonstra claramente a ideia de consciência de classe que estamos considerando:

- Quando o senhor entrou no movimento, o senhor tinha consciência de que era um movimento para derrubar a ditadura e preparar uma revolução?
- Eu tinha consciência de que precisava disso. Ainda hoje eu penso que tem de criar... [...] Era para derrubar a situação do País. Mudar de estrutura, para socialista. Nós não somos grandes nem pequenos, todos são iguais. Eu pensava nisso. O capital não era importante. O importante era a pessoa. O que acha? Não é isso aí? O que é mais importante? Somos nós... Nós é que produzimos; nós é que damos comida a todos; nós trabalhamos... Como é que vamos ter valor? A gente quer lutar para adquirir o seu valor. Agora, é difícil. É difícil e é fácil, dependendo do povo querer. Nós queremos, por causa de nós mesmos (Silva, 2001a, n.p.).

As falas dos indígenas não diferenciavam muito a ditadura militar das formas de atuação do poder local. Os indígenas já sabiam o que era censura, falta de liberdade política, perseguição, violência e morte. Os coronéis de Água Branca tinham imposto todas as formas de violência aos indígenas, que começavam com a exploração e o controle do trabalho, passavam pela proibição da



organização política – seja enquanto trabalhador rural ou como sociedade indígena – até chegar à perseguição e à violência física contra as lideranças das comunidades e dos trabalhadores. Portanto, quando o regime militar foi instaurado no Brasil, em 1964, os indígenas já conheciam, na prática, seu significado e sabiam da necessidade de combatê-lo.

Já do ponto de vista da proposta de radicalização da AP, do seu movimento guerrilheiro e socialista, esta não pareceu tão estranha como apressadamente podemos pensar. A ideia de socialismo era muito bem assimilada e ressignificada por aqueles indígenas, pois remetia à sua vida comunitária e ao seu modo de vida anticapitalista⁵². É claro que poderíamos discutir que tipo de socialismo é esse – se ele se aproxima mais de uma espécie de comunismo primitivo ou de um socialismo marxista-leninista proposto pela AP – e com o que os indígenas mais se identificavam. Entretanto, entendemos que não cabe aqui essa discussão, pois interessa-nos saber que a ideia de socialismo mobilizava os indígenas e trabalhadores rurais do Alto Sertão, uma vez que surgia como possibilidade de luta pela terra, contra o poder local e contra o modo de produção capitalista.

No livro *Serra dos Perigosos*, demonstramos que classe e etnia não são realidades antagônicas. Nele, afirmamos que a condição de classe não anula a condição de etnia (Silva, 2023). A realidade de trabalhador rural vivida pelos indígenas sertanejos amplia sua consciência política e permite que eles se vejam tanto como classe como quanto etnia. A entrevista realizada com o indígena Manoel de Cesário, a respeito dos objetivos propostos pelos militantes da AP, esclarece melhor essa dupla consciência, aparentemente contraditória, entre classe e etnia:

- Na opinião do senhor, o que eles queriam aqui?
- Eles queriam guerra. Queriam fazer uma revolução, lutar contra o governo, pra gente tomar conta do território brasileiro. Acho que eles queriam isso.
- O senhor era a favor?
- Bom, eu tava na luta, tinha que tá a favor. E, agora, a gente tá metido nessas aldeias; a gente também tá lutando pela terra. Não é a mesma coisa, quase? O mesmo assunto? É porque agora a luta tá pública: a gente pode se manifestar aqui, ir a Brasília... Fazer uma manifestação em qualquer lugar, nós, índios (Pereira, 2001, n.p.).



Manoel de Cesário fala da luta contra a ditadura militar e da proximidade entre ela e a população indígena. Segundo Silva (2023), nessa relação, a luta pela terra é o ponto de encontro entre o indígena e a classe, demonstrando que se, por um lado, o problema da terra está no centro dos conflitos entre indígenas e brancos, por outro, ele possibilita também o contato entre classe e etnia. O indígena pode ser classe sem deixar de ser indígena, já que os interesses da classe podem ser, também, os da sua etnia. A luta pela terra amplia o sentido da coletividade indígena, e também a do trabalhador rural. Foi justamente essa a razão que levou alguns indígenas de Pariconha ao sindicato e ao encontro com o movimento revolucionário da AP.

Mesmo vivendo o sofrimento nos momentos de fome, seca e repressão, os indígenas não negaram sua participação no movimento e sua posição na luta de classes, o que pode ser compreendido a partir do testemunho de seu Dedé (indígena da Serra do Engenho), ao afirmar que: “A gente era comunista, a gente acompanhava, era da luta, era da Ação Popular” (Dedé, 2001, n.p.). Experiência, luta e companheirismo formaram a consciência de classe dos trabalhadores rurais e, em particular, dos povos indígenas.

A percepção de um movimento revolucionário aparece claramente no entendimento dos indígenas da região, a exemplo de seu Baião, que faz alusão aos militantes da AP como subversivos, uma ameaça à segurança nacional. Nesta percepção, a condição subversiva não seria problema, mas uma necessidade de ação clandestina e integrada ao modo de vida local. A integração dos militantes da AP à região poderia se dar de várias formas. Alguns, como Aldo Arantes e Gilberto Teixeira, integraram-se como contratados do sindicato e da cooperativa; outros, como trabalhadores rurais. Disse Baião:

Eles ficavam aí como operários da cooperativa. Naquele tempo, era proibido pelo governo essas pessoas, porque eles eram tratados como subversivos. Aí, aquilo ali era para ser assassinado se eles pegassem. Aí, eles lutavam clandestinos pelos matos (Silva, 2001a, n.p.).

Terra e liberdade unificavam os atores da guerrilha. A luta pela terra, pela emancipação política, contra a escravidão disfarçada nos latifúndios – enfim, as formas de luta desenvolvidas pelo sindicato – levou os militantes indígenas



aos militantes da AP. Esse encontro trouxe, de modo categórico, a luta de classes para a área indígena e a possibilidade concreta de uma guerrilha camponesa.

A luta de classes fazia parte da vida indígena na região, era o resultado da luta pela terra e contra o contínuo das relações de exploração, que podem ser entendidas também como “escravidão”, no dizer de seu Antônio José da Silva (Antônio Galego). Na sua visão, era uma “história de luta” que se contrapõe a uma “história de escravidão”. É na luta diuturna pela sobrevivência e contra a exploração do modo de produção dominante que os índios estabelecem alianças e exclusões, formando sua consciência de classe:

Ah, não esquece da luta, porque a gente sempre tá travando ela, por causa que é em benefício nosso e da nação também. Porque tem muita gente aqui desorientado que não entende de direito. São escravos até demais. Porque o homem que diga: eu vou botar uma enxada nas costas, eu vou dar um dia de serviço a um latifundiário... Não vá dizer que ele não é escravo, não. Ele é escravo, é escravo (Silva, 2001b, n.p.).

Já na visão da indígena Maria do Carmo (Caboca da Serra do Engenho), essa luta criou um sentimento de pertença a um movimento político, num sentido classista que se aproxima muito do comunitário. Mesmo existindo o imaginário anticomunista da “lei da besta fera”, parte dos índios não negou a importância dos militantes da AP na descoberta de uma nova consciência política: articulação de classe e etnia: “O povo dizia que era lei dos comunistas, lei da besta fera. Aí, a gente tinha entendimento de alguma coisa, dizia: não, minha gente, esse povo anda assim pra fazer uma comunidade, para o povo se unir. São tudo irmão. A gente é tudo unido, tudo combinado” (Santos, 2001, n.p.).

O “fantasma do comunismo” rondava a região, como uma espécie de **assombração** que ameaçava as formas sociais tradicionais. Entretanto, se, para uma parcela da população local, os comunistas eram a ameaça, para os indígenas do movimento, essa ameaça estava na polícia e nos poderosos da região. O ônus da perseguição não era obstáculo para a luta.

O objetivo da AP era formar uma guerrilha camponesa nos moldes da revolução chinesa. O Alto Sertão alagoano teria as condições ideais para formar as massas rurais rumo a uma guerra popular, cercando as cidades pelo campo, tal como pensava a AP em suas origens, ao privilegiar o meio rural. Para tanto,



foi montada uma escola de formação política e treinamento guerrilheiro na Serra do Pajeú.

A condição estratégica das serras sertanejas foi importante para a organização do movimento guerrilheiro. Enquanto a Serra do Engenho serviu à integração dos militantes, a Serra do Pajeú serviria à preparação de quadros políticos da guerrilha. Situada entre a Serra do Engenho e a Serra do Ouricuri, a do Pajeú dava uma visão geral da região, o que, possivelmente, reflete sua escolha para escola de estruturação político-militar do movimento. Apesar da prioridade à formação de quadros locais, alguns militantes da AP de outros estados passaram por esta escola.

É difícil mensurar quantos militantes frequentaram a escola, mas sabe-se que alguns fizeram o curso e foram atuar em outras regiões; outros ficaram na própria área. Josué Correia fala da capacidade de formação da escola: “Eu não sei precisar exatamente o número de pessoas, mas tinha um bocado de gente; porque tinha gente de vários estados do Brasil que passaram por todo esse processo. Não houve só um, houve vários cursos” (Correia, 2001b, n.p.).

Josué Correia fala da existência de duas escolas de formação: a de quadros e a de guerrilha (Correia, 2001b, n.p.). Enquanto a de guerrilha preparava grupos de ação militar, a de formação de quadros preparava as lideranças políticas do movimento. O relato de Josué confirma essa prática:

Na guerrilha [escola de formação guerrilheira], ninguém se conhecia, não. Nós atuávamos à noite. De dia, todo mundo andava e só conhecia a mim, porque eu era o elo de ligação de todos os grupos [...] Ninguém conhecia ninguém. Nós procurávamos formar grupos que não se identificassem um do outro (Correia, 2001b, n.p.).

Além das lideranças do movimento, alguns indígenas da região participaram dessa formação. Este é o caso de Antônio Galego, que fez o treinamento de guerrilha e fala da disposição de participar em luta armada proposta pelo movimento: “Então, nós brigávamos com as armas nas mãos. As nossas armas nas mãos era [sic.] a coragem e a fé que a gente tinha. Depois, deram outra coisa para nós andar nas mãos, mas nessa luta, a nossa coragem era a fé de nós fazermos aquele trabalho” (Silva, 2001b, n.p.).



É fato que não houve a guerrilha em Pariconha, mas houve escola, formação e treinamento guerrilheiro. Alguns militantes indígenas e trabalhadores rurais fizeram curso de formação na área, enquanto outros chegaram a buscar treinamento fora do País, inclusive curso de aperfeiçoamento político-militar na China. Este foi o caso de José Novaes (Zé Novaes), um dos fundadores do sindicato dos trabalhadores rurais, junto com os irmãos Correia, e uma das maiores lideranças da AP em Pariconha⁵³. No dizer de Josué Correia, “Estávamos com toda a documentação tirada para viajar para a China” (Correia, 2001b, n.p.).

Em depoimento sobre os objetivos da formação guerrilheira, Aldo Arantes mostra a influência da revolução chinesa e os limites do movimento de guerrilha organizado pela AP. Na sua visão, o objetivo seria a formação política e militar conjugada, mas, efetivamente, o que se propunha como militar pagava o preço das condições materiais. Disse Arantes:

Qual era o objetivo? Era a formação político-militar. [...] Então, a gente tinha aula de formação política; tinha treinamento militar, naquela época. Um treinamento, evidentemente, com armas muito rudimentares. Não era nada assim... O conteúdo fundamental do curso era político, não era militar. [...] Naquela época, nós estávamos muito influenciados pela concepção maoísta. Era questão da guerra prolongada, o cerco das cidades pelo campo; o que implicava, por isso mesmo, que a ênfase maior era na política (Arantes, 2001, n.p.).

A influência maoísta de **guerra prolongada** significava, fundamentalmente, a ênfase na formação política, pois, ao contrário da ideia de foco guerrilheiro, a construção da revolução popular necessitava de uma preparação maior dos trabalhadores rurais e de uma integração mais efetiva dos militantes da AP à vida deles.

O movimento cresceu através dos sindicato e da cooperativa dos trabalhadores rurais que, juntamente com indígenas, aderiram ao movimento porque encontravam um instrumento de luta legítimo nessas organizações. Era o contraponto às formas de poder na região. Sentindo-se ameaçadas por este crescimento, as autoridades locais começaram a reagir.

Depois da visita do governador Lamenha Filho a Pariconha, é desencadeada uma ação militar de caça às lideranças e aos guerrilheiros do movimento. Nela, foram presas as lideranças locais da AP: Josué Correia, Zé Novaes e José



Correia; e as lideranças da AP que vieram de fora: Roberto, Juarez, Maria e Rosa, além dos seus filhos.

O movimento revolucionário da AP fracassou com a repressão e prisão das principais lideranças da AP e dos trabalhadores rurais no final dos anos 1960⁵⁴. No entanto, a consciência política de organização e de mudança continuou viva entre os indígenas e as lideranças sindicais da região. Isso pode ser visto no movimento de emancipação política de Pariconha, no processo de reconhecimento étnico das comunidades do Alto Sertão e na organização dos partidos na região, notadamente do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e do Partido dos Trabalhadores (PT).

Os indígenas na emancipação de Pariconha (1987)

A luta pela emancipação política de Pariconha era contra o domínio da família tradicional dos Torres de Água Branca. O movimento uniu as principais lideranças indígenas e sindicais da região, além de aliados políticos de esquerda. Segundo o cacique Genésio (2001), Zé Correia foi fundamental no processo de emancipação, sobretudo sua estratégia política combinada com os indígenas e as lideranças locais. A ação exigiu uma trama que envolvia as principais autoridades da região, inclusive o desembargador Washington Luiz e o prefeito de Água Branca, Zeca Torres. Isto é que podemos verificar no relato do cacique Genésio:

Um cabra curioso, um cabra meio estruturado, por nome de Zé Correia, chegou e disse: olhe, eu vou abrir de vocês e vou cair do lado deles. Aí, nós fechamos. Quem estava na cabeça da luta era ele. Combinou comigo: olhe, vocês fiquem no lado do Washington Luiz, que era desembargador, que eu fico do lado do Zeca Torres. Mesmo assim ele fez: – Zeca, vamos ganhar Pariconha, porque você vai ser o chefe político. – O que é que precisa? – Precisa de 40 mil conto. Ele: – Tá. Eu sei que ele ajeitou com Zé Correia... Aí, ganhamos a política. Quando nós ganhamos, Zé Correia voltou para o nosso lado. Foi como foi eleito o prefeito de Pariconha (Miranda, 2001, n.p.).

Outro testemunho importante foi dado por Jaime Correia, que, junto aos seus irmãos Josué e Zé Correia, participou ativamente no processo de emancipação de Pariconha. Jaime, que na época era uma das lideranças locais, alguns



anos depois tornou-se cacique Katokinn, embora tenha disputado com Maria das Graças Soares de Araújo (cacique Nina) a legitimidade desse reconhecimento.

Segundo a entrevista de Jaime Correia a Zennus Dinys Feitoza dos Santos, o processo de emancipação ocorreu no início dos anos 1980 e uniu os antigos guerrilheiros aos sindicalistas, políticos de esquerda e indígenas na luta para escapar do julgo das oligarquias locais, sobretudo da família tradicional dos Torres de Água Branca (Santos, 2023). Ainda segundo Jaime, a ideia de emancipação partiu depois das eleições fraudulentas para prefeito de Água Branca, quando Zé Correia concorreu como candidato, mas perdeu, num pleito acirrado, marcado pela imposição do poder local dos Torres. Não é preciso muita imaginação para saber como se davam as eleições nos interiores de Alagoas. A literatura é vasta sobre as fraudes e a violência das famílias tradicionais.

O fato é que tanto a participação de Zé Correia como candidato quanto o movimento de emancipação organizado por ele e as lideranças locais demonstravam que os antigos guerrilheiros e indígenas tinham peso político na região, conforme podemos ver no depoimento de Jaime, quando fala da eleição e do processo de emancipação:

Isso aconteceu em 1983. Eu estava no Maranhão, aí Zé Correia, entrou em contato comigo, falou para eu vir até aqui no Pariconha, [para] nós fazermos um [trabalho]. Colher assinaturas das pessoas, porque ele tinha sido candidato a prefeito de Água Branca. É a política... Só que teve o seguinte: Não tinha nem como Zé Correia ganhar uma candidatura [eleição] na Água Branca dos Torres. Zé Correia, um camarada da roça, um matuto... mas na realidade um cara muito inteligente e informado, não tinha como a gente dá de testa com os Torres em Água Branca (Miranda, 2001, n.p.).

O movimento de emancipação exigiu mobilização política dentro e fora de Pariconha, sobretudo nas cidades de Maceió (no bairro do Jacintinho) e São Paulo (capital), onde viviam várias pessoas dos aldeamentos e povoados de Pariconha, a exemplo de Capim e Tanque. Em São Paulo, Josué Correia foi fundamental na organização dos conterrâneos para a coleta de assinaturas. Isso ocorreu depois do fim do movimento guerrilheiro da AP, quando Josué migrou e tornou-se liderança importante dos nordestinos na capital paulista, sendo vice-presidente da União dos Nordestinos em São Paulo. Nas palavras do próprio Jaime Correia:

Aí nós fomos pra São Paulo. No Brás, fizemos nosso trabalho, colhemos um monte de assinaturas. Aí Josué morava lá, e ele era vice-Presidente da União dos Nordestinos, em São Paulo. Aí o que é que aconteceu: Josué reuniu aquele povo todinho. Josué foi, conseguiu um salão muito grande lá – na Associação da União dos Nordestinos –, e veio muita gente, inclusive uma mulher que foi uma grande guerreira aqui e foi obrigada a fugir... Não uma só, mas três: Lena de Moça, Pacinha e outra. Se não me engano, ela morou em Delmiro Gouveia. Se não morreu, ela ainda vive lá. Fizeram-se presentes essas pessoas da gente: Guriba, Lena de Moça... Enfim, trouxemos as assinaturas suficientes para desmembrar o Pariconha de Água Branca e isso aconteceu (Miranda, 2001, n.p.).

Zé Correia assumiu interinamente, por poucos meses, a prefeitura, até a primeira eleição municipal, que elegeu Paulo Andrade. Desse processo, ficam evidentes a força dos indígenas sertanejos e seu protagonismo na luta política da região. A batalha pela emancipação reuniu os antigos guerrilheiros e parceiros do movimento contra a ditadura militar⁵⁵, evidenciando os frutos políticos desse movimento, que vai se estender também para a luta dos povos indígenas no processo de reconhecimento étnico e do seu território nos anos 1980/1990.

Genésio Miranda foi convidado a participar da administração, mas se recusou, pois dizia que não queria ser empregado de ninguém. O cacique sabia que a luta continuava com o reconhecimento da comunidade e a demarcação do território. Por enquanto, considerava o bastante educar suas crianças, conforme podemos ver na continuidade do seu relato:

Entrou o Paulo Andrade como candidato a prefeito e me chamou: vou lhe dar um emprego. Eu não quero não, eu não sou empregado de ninguém. – E o que é que você quer? – Eu quero é uma boa assistência na educação para as nossas crianças (Miranda, 2001, n.p.).

O reconhecimento étnico Geripankó (anos 1990)

No mesmo período do movimento de emancipação de Pariconha, acontece também o início da luta pelo reconhecimento dos Geripankó (Jiripankó), primeira comunidade indígena a ser reconhecida na região. O processo que gerou os índios do Alto Sertão alagoano está, nitidamente, associado à forma de tomada de terra e ação política de enfrentamento do poder local, que atravessa



o Império e passa pela República. Violência e resistência – pelo trabalho e pela terra – marcam a gênese da formação dessas etnias.

A fala do cacique Genésio Miranda, destacando que sua comunidade já habitava a região havia mais de 100 anos e que tem o documento de posse da terra⁵⁶, cuja área conta com “mais de três legoas com alguns posseiros que moram dentro”, era um indicativo de que os conflitos de terra acompanhavam a história e a luta pelo reconhecimento da comunidade:

A aldeia onde moramos chamamos Ouricuri. Faz mais de 100 anos que moramos aí. Minha mãe, Maria de São Pedro, que já tem quase 80 anos, nasceu aí no Ouricuri, em Pariconha. Também o mais velho do grupo, Jardelino Pereira, com seus 90 anos, também nasceu aí em Ouricuri, em Pariconha (Alagoas, 1985, n.p.).

O povo Geripankó deu início ao movimento de reconhecimento étnico e territorial no Alto Sertão a partir da vinda de uma equipe da Fundação Nacional do Índio (Funai), em novembro de 1983. A pedido dos parentes Pankararu, o grupo visitou a comunidade na Serra do Ouricuri e ouviu dos indígenas suas reivindicações: uma escola, um posto de enfermagem e a instalação de um posto da Funai (Relatório, 1993).

Em 1986, outra equipe da Funai visitou a comunidade para levantamento territorial e confirmação da autenticidade da escritura das terras indígenas, mas a prefeitura de Água Branca se recusou a reconhecer e negou qualquer doação de terras à comunidade. Essa negativa revelava o clima de tensão entre os indígenas e o poder local, que afetou também o grupo de trabalho da Funai, paralisando o estudo da área a ser delimitada (Relatório, 1993). Isso fica evidente a partir do relato de um indígena que, depois das ameaças dos coronéis da região, se recusou a cooperar com o GT, pois alegava que “tinha família para criar e não queria morrer” (Relatório, 1993, p. 56). O nome desse indígena é omitido, por motivos óbvios, mas é possível perceber, pela sua fala, que ele conhecia muito bem o histórico de violência do poder local.

No mesmo Documento de Identificação e Delimitação da Área Indígena Geripankó (elaborado pela Funai em 1993), ele cita a participação dos Geripankó no movimento de emancipação de Pariconha e a relação de amizade entre estes e Zé Correia, presidente da Comissão de Emancipação e, naquele momento,



prefeito do município. Ainda segundo o documento, Zé Correia se identificava como indígena e se colocava à disposição para colaborar com a luta do povo Geripankó. Assim diz o documento: “Através de depoimento do GT, José Correia (que se diz índio) mostrou-se à disposição para colaborar nessa luta pela terra indígena dos Geripankó” (Relatório, 1993, p. 49).

Em 1987, o cacique Genésio Miranda da Silva enviou um ofício à Funai relatando os problemas enfrentados pela comunidade e solicitando a demarcação das terras, pois argumentava que os indígenas estavam sendo massacrados pelas autoridades locais (Ofício, s.d.). Nesse mesmo ano, uma reportagem da *Gazeta de Alagoas* chamou atenção para a luta dos Geripankó pelo reconhecimento e pela demarcação das suas terras. Nela, o cacique Genésio relatou um pouco da história do seu povo, da luta pela sobrevivência e pela terra, além dos conflitos com os fazendeiros locais e da aliança com Zé Correia para a emancipação de Pariconha. A respeito desta última, ele reafirma sua importância: “porque assim nós achamos que a situação vai melhorar para todo mundo lá” (Gazeta de Alagoas, 1987, n.p.).

Quanto ao reconhecimento étnico, desde 1986, o território Geripankó passou a ser considerado oficialmente, pela Funai, como indígena, pois se agia como se já existisse um posto indígena. E, finalmente, em 14 de junho de 1993, depois de muitas ameaças do poder local, a área Geripankó foi delimitada em 1.110 hectares. Embora não fosse o total reivindicado pelos indígenas, a equipe do GT da Funai considerou-a justa, pois, segundo o documento de identificação e delimitação, “ali estão localizadas as tradições mais importantes desse grupo” (Relatório, 1993, p. 58).

É importante destacar que os conflitos de terras – ainda hoje existentes – se deram nas serras de Pariconha, mas de domínio das famílias tradicionais de Água Branca. Portanto, mesmo com o apoio das lideranças políticas de Pariconha, os indígenas tiveram que lutar contra os interesses da família Torres.

Vê-se, então, que a história de alianças entre indígenas, trabalhadores rurais e a esquerda foi fundamental não só para o movimento de combate à ditadura militar, mas também para a emancipação de Pariconha e o reconhecimento dos povos indígenas. É preciso destacar também que essa mesma rede



de alianças foi essencial para a organização e o fortalecimento dos partidos de esquerda na região, especialmente o PCdoB e o PT.

Considerações finais: a organização da esquerda

Já demonstramos, no livro *Serra dos Perigosos*, que 1968 é o ano da grande virada política da Ação Popular. Aqui, vamos destacar que essa virada vai chegar, também, a Alagoas, provocando uma reorganização da esquerda local. Nesse mesmo ano, a repressão acabou com a experiência da AP em Pariconha e a direção nacional do movimento entrou em mais uma luta interna, que resulta na origem de uma nova organização dissidente, chamada Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), cujos fundadores discordavam da orientação maoísta dada pela direção (Brasil Nunca Mais, 1986, p. 101). Esse processo de luta interna se intensifica no início dos anos 1970, quando a AP se transforma em Ação Popular Marxista-Leninista (AP-ML) e vai se aproximando cada vez mais do PCdoB, até sua incorporação definitiva, em 1973.

Ainda no mesmo livro, seguimos mostrando que, depois de um longo processo de disputas internas, finalmente os militantes da AP começaram a entrar no PCdoB, entre 1972 e 1973; até que, em 1974, dá-se a adesão em massa dos seus militantes (Partido Comunista do Brasil, 2000)⁵⁷. A maioria dos membros da direção nacional reconheceu o PCdoB como sendo o único partido revolucionário da classe operária brasileira, a “autêntica vanguarda proletária” (Partido Comunista do Brasil, 2000, p. 117). Em Alagoas, a militância da AP-ML vai ter um papel decisivo na formação do PCdoB local. Segundo Almeida (s.d.), é deste núcleo da AP-ML que saem os primeiros quadros do PCdoB no estado e sua primeira direção.

De acordo com Edvaldo Francisco Nascimento (2023) – uma das principais lideranças políticas do PCdoB no Sertão –, a organização do PCdoB em Alagoas contou com a colaboração importante dos indígenas e sindicalistas de Pariconha, a ponto de constituir uma base importante do partido na região (Nascimento, 2023). Nessa organização, destacam-se os nomes dos irmãos Correia – Josué e Zé –, além de Arlindo Perigoso e da cacique Katokinn Nina. Como fruto desse trabalho político, podemos destacar a eleição, nos anos 1990, de Talwany Carlos Gregório (funcionário da Funai) a vereador pelo PCdoB de Pari-



conha e a candidatura da cacique Nina pelo PCdoB, além de outras em Delmiro Gouveia e Água Branca.

Ainda em Pariconha, depois dos anos ditoriais, algumas das principais lideranças retornaram à região, no início dos anos 1980, e reconstruíram suas militâncias políticas. Alguns líderes se incorporaram ao PCdoB, como Arlindo Perigoso, Josué Correia, Dedé e outros. Josué Correia, depois de fundar a Associação dos Nordestinos no estado de São Paulo, voltou e se transformou no principal representante do partido na região. José Correia não se filiou ao PCdoB, mas retomou as atividades do sindicato, reconstruindo-o. Os irmãos Correia foram decisivos também no processo de emancipação de Pariconha, enfrentando os Torres numa disputa política, conforme narrado anteriormente (Correia, 2016). E, finalmente, os indígenas mobilizaram-se no processo de luta pelo reconhecimento étnico e pela demarcação de suas terras, que permanece até hoje.

Em Delmiro Gouveia, o PCdoB chegou a eleger dois vereadores, Oberman Alves da Silva (vereador mais jovem do Brasil à época), em 1988, e Edvaldo Francisco Nascimento, que foi eleito por três mandatos, nos anos 2000; além de Augusto César, pelo PDT. Em Água Branca, Luiz Xavier foi eleito pelo PT, derrotando, pela primeira vez, a oligarquia dos Torres.

A história de combate à ditadura militar não pode ser reduzida aos grandes centros e movimentos políticos do Brasil, pois existiu também nos pequenos espaços e movimentos, a exemplo do Alto Sertão de Alagoas, com a ação sindical e de guerrilha camponesa de Pariconha. Nesse processo, o protagonismo indígena foi decisivo no combate ao regime militar e fundamental para a organização e a autonomia política tanto dos trabalhadores rurais quanto dos povos indígenas da região.

Se é verdade que a integração classe/etnia não produziu o efeito revolucionário esperado de uma guerrilha camponesa nos anos 1960, por outro lado, foi fundamental para a emancipação política de um município majoritariamente indígena (Pariconha), para o reconhecimento étnico e territorial dos Jiripankó e para a organização da esquerda na região, formando e elegendo lideranças importantes para o parlamento e a luta da própria sociedade.



Referências

ALAGOAS. Secretaria para Assuntos do Gabinete Civil. **Ofício de Clóvis Antunes Carneiro de Albuquerque ao Sr. Presidente da Funai, Gerson da Silva Alves**. Maceió, 18 mai. 1985.

ALAGOAS. Secretaria para Assuntos do Gabinete Civil. **Ofício nº 04/85, de Clóvis Antunes Carneiro de Albuquerque, representante do governo do Estado de Alagoas para assuntos indígenas ao Sr. Presidente da Funai, Gerson da Silva Alves, sobre a tribo Ouricuri-Geripancó**. Maceió, 18 mai. 1985.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. Caderneta de lembranças. **Revista de Estudos Avançados da USP**, São Paulo, n. 13, v. 37, p. 75-86, 1999.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. **Memorial biographico de Vicente de Paula, o capitão de todas as matas**: guerrilha e sociedade alternativa na Mata alagoana. Maceió: Edufal, 2018.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. **Notas sobre o PCdoB Alagoas**. Manuscrito citado com autorização do autor, s.d.

ARANTES, Aldo. [S.l.], 20 mar. 2001. Entrevista concedida a Amaro Hélio Leite da Silva.

ARANTES, Aldo. **Alma em fogo**: memórias de um militante político. São Paulo: Anita Garibaldi/Fundação Maurício Grabois, 2013.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil**: nunca mais – um relato para a história. Petrópolis: Vozes, 1986.

ARRUDA, Paulo Décio. **Alagoas**: sindicatos rurais e dominação. 2000. Tese (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Disponível em <https://memoriasdaditadura.org.br/cnv-e-indigenas>. Acesso em: 21 nov. 2021.

CORREIA, Jaime. Pariconha, 2016. Entrevista concedida a Zennus Dinys Feitosa dos Santos.

CORREIA, José. [S.l.], 20 mar. 2001a. Entrevista concedida a Amaro Hélio Leite da Silva.



CORREIA, Josué. [S.l.], 20 mar. 2001b. Entrevista concedida a Amaro Hélio Leite da Silva.

DEDÉ. [S.l.], 20 mar. 2001. Entrevista concedida a Amaro Hélio Leite da Silva.

FEITOSA, Arlindo Cipriano. [S.l.], 07 mar. 2001. Entrevista concedida a Amaro Hélio Leite da Silva.

GAZETA DE ALAGOAS. **Pariconha deseja ser município.** Maceió, 10 jun. 1987.

GAZETA DE ALAGOAS. **Tribo do Alto Sertão quer reconhecimento.** Maceió, 05 ago. 1987.

MARIÁTEGUI, José Carlos. O problema das raças na América Latina. In: BELLOTTO, Manoel L.; CORRÊA, Anna Maria M. (org.). **Mariátegui**. São Paulo: Ática, 1982.

MEDEIROS, Ricardo Pinto. **A descoberta dos outros:** povos indígenas do Sertão nordestino no período colonial. 2000. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.



MENDES, Cândido. **Mementos dos vivos:** a esquerda católica no Brasil. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1966.

MIRANDA, Genésio. [S.l.], 08 mar. 2001. Entrevista Concedida a Amaro Hélio Leite da Silva.

NASCIMENTO, Edvaldo Francisco do. [S.l.], 10 set. 2023. Entrevista concedida a Amaro Hélio Leite da Silva.

NASCIMENTO, Severino José do. [S.l.], 12 set. 2004. Entrevista concedida a Amaro Hélio Leite da Silva.

OFÍCIO do cacique Genésio Miranda ao Superintendente da Funai da 3ª Região, Recife-PE. Aldeia Geripankó/Ouricuri/Água Branca/AL, s.d.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro:** documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. São Paulo: A. Garibaldi, 2000.

PEREIRA, Manoel de Cesário. [S.l.], 20 mar. 2001. Entrevista concedida a Amaro Hélio Leite da Silva.

RELATÓRIO de Identificação e Delimitação da Área Indígena Geripankó, município de Pariconha/AL, GT 1285/92 de 20.08.92, coordenação da antropóloga Fátima Brito. Recife, 22 jul. 1994.

RELATÓRIO de Identificação e Delimitação da Área Indígena Geripankó, município de Pariconha/AL, 01 jul. 1993.

RELATÓRIO de Identificação e Delimitação da Área Indígena Geripankó, município de Pariconha/AL, 01 de julho de 1993.

SANTOS, Maria do Carmo. [S.l.], 16 mar. 2001. Entrevista concedida a Amaro Hélio Leite da Silva.

SANTOS, Zennus Dinys Feitoza dos. Pariconha e a luta de suas lideranças em busca de autonomia: a saga dos irmãos Correia. **Campus/O Dia**, Maceió, 16-22 abr. 2023.

SILVA, Amaro Hélio Leite da. **Serra dos Perigosos**: guerrilha e índio no Sertão de Alagoas. Maceió: Edufal, 2023.

SILVA, Antônio José da. [S.l.], 15 mar. 2001b. Entrevista concedida a Amaro Hélio Leite da Silva.

SILVA, Sebastião Antônio. [S.l.], 21 mar. 2001. Entrevista concedida a Amaro Hélio Leite da Silva.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas**: história de sangue e resistência indígena na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.



CAPÍTULO 13

“NÃO ENTENDEMOS DEMOCRACIA COM BARRIGA VAZIA”: SEM TERRA, REFORMA AGRÁRIA E O SNI EM ALAGOAS NO CONTEXTO DA NOVA REPÚBLICA

José Vieira da Cruz

Aline Oliveira da Silva

Introdução

Não entendemos democracia com barriga vazia. Vamos conquistar a reforma agrária nem que seja na marra. Com essa consciência e com essa determinação, os sem terra alagoanos realizaram mais uma ação decidida de luta contra a exploração (JST, 1990, p. 16).

A epígrafe, extraída do *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (JST), reporta-se à ocupação do prédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e de um supermercado em Maceió, em julho de 1990. O ato reuniu aproximadamente 300 trabalhadores/as rurais sem terra dos assentamentos Peba e Lameirão – localizados no Sertão de Alagoas, próximos do Rio São Francisco e das divisas com Sergipe, Bahia e Pernambuco – e do assentamento Boa Vista – situado na região do Litoral Norte, no outro extremo de Alagoas, próximo a Pernambuco.

O texto enfatiza a perspectiva dos movimentos sociais do campo na luta por justiça social, segurança alimentar, reforma agrária e, em particular, democracia – bandeiras reivindicadas na agenda dos movimentos sociais do campo e da cidade no contexto pós-ditadura e de advento da Nova República, momento histórico marcado pela retomada de eleições diretas para a Presidência da República, pela aprovação de uma nova Constituição e pelos desafios associados



à efetivação do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Neste cenário – decorrido entre o final da década de 1980 e meados da década de 1990 –, tanto a produção historiográfica quanto as fontes institucionais evidenciam experiências, estratégias e disputas fomentadas na contínua dialética de reconstrução e de efetivação do Estado Democrático de Direito (Doimo, 1995; Araújo, 1997).

Diante desses/as movimentos/experiências/agendas, a frase “não entendemos democracia com barriga vazia” externa de forma acentuada os limites, as contradições e os entraves políticos inerentes ao fazer-se de uma nova realidade histórica, tensionada entre ceder ao *Leviathan* do latifúndio, à exclusão social e aos resquícios da ditadura (Sallum Júnior; Kulgemas, 1991) ou avançar pelos caminhos de participação, inclusão e democracia (Reis; O'Donnell, 1988; Santos, 2019).

Segundo Maria Zilma Tavares Costa (2016), à época membra da coordenação do MST/Alagoas e participante das experiências descritas, a ocupação de espaços públicos realizada pelos/as trabalhadores/as rurais sem terra foi uma das estratégias de pressão política tanto sobre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) quanto sobre os órgãos estaduais de Alagoas responsáveis pelas políticas agrárias. Segundo a ativista, a estratégia de ocupação de latifúndios improdutivos e de prédios públicos tinha também a especificidade de ter ocorrido na Unidade Federativa administrada pelo grupo político do então presidente da República Fernando Collor de Mello. O referido político foi o primeiro a ocupar o cargo por meio de uma eleição direta realizada após a aprovação da Carta Magna de 1988 (Zaverucha, 2000; Maciel, 2013).

Já os manifestantes envolvidos na ocupação mencionada pelo *JST*, além da preocupação com os rumos que a democracia estava tomando, também pressionaram gestores públicos, partidos políticos, centrais sindicais e demais setores da sociedade e do Estado para o reconhecimento, a resolução e o atendimento de demandas sociais historicamente acumuladas. Neste sentido, retomaram a bandeira da “reforma agrária na lei ou na marra”, anteriormente empunhada pelas Ligas Camponesas nas décadas de 1950/1960.

A exemplo de outros movimentos sociais do campo, os participantes das Ligas foram duramente reprimidos pela coalizão agrária, empresarial, militar e conservadora que sustentou os longos 21 anos de ditadura no Brasil, entre 1964



e 1985 (Aued, 2012; Camarano, 2012). Segundo Antônio Montenegro (2004), as Ligas Camponesas floresceram na região Nordeste como uma reação à realidade social de exclusão de direitos sindicais dos/as trabalhadores/as rurais. Naquele período, a sindicalização rural, embora estivesse prevista na Constituição de 1946, era impedida pelos latifundiários e pelas demais elites estabelecidas. Diante daquele cenário, as Ligas foram criadas como associações de auxílio mútuo e, logo depois, transformadas em associações de resistência às tentativas de aumento dos preços do arrendamento de terras. Na década de 1960, as Ligas se espalharam para vários estados, com a bandeira da “reforma agrária radical”, e transformaram-se em símbolo de luta dos/as trabalhadores/as rurais (Colleti, 2019).

A memória política acerca das Ligas Camponesas contribuiu, décadas depois, nos anos de 1980, junto com outras estratégias de resistência à ditadura civil-militar, para a germinação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Segundo João Pedro Stedile — membro da coordenação nacional desse movimento e autor de diversos estudos sobre a questão agrária —, as Ligas Camponesas, enquanto experiência de luta pela reforma agrária, respeitadas sua importância e as especificidades históricas, contribuíram para a tessitura do MST a partir da construção de diferentes caminhos, como a organização dos/as trabalhadores/as para a promoção de ações de ocupação de latifúndios improdutivos e outras estratégias de acesso à terra e de reconhecimento de direitos (Stedile; Fernandes, 2012).

Em comum entre os dois contextos/movimentos — o das Ligas Camponesas (1950/1960) e o do MST (1980/1990) —, observa-se que persistiram os resquícios tanto do *modus operandi* quanto da estrutura da ideologia de segurança nacional de violência, repressão, vigilância e negação de direitos aos/as trabalhadores/as do campo (Comblin, 1978; Miguel, 2002). Os registros institucionais do Sistema Nacional de Informações (SNI) e dos órgãos que o antecederam trataram, de forma explícita e/ou velada, ações, movimentos e experiências desses trabalhadores como questão de polícia e de ameaça à segurança nacional (Brasil, 1988; Ferreira, 2020).

A comunidade de órgãos de informações e de segurança nacional foi estruturada durante a ditadura civil-militar, mas sua atuação, seu funcionamento,



objetivos e relatórios de vigilância, controle e repressão imposta adentraram a Nova República (Fico, 2001). Neste novo contexto pós-ditadura civil-militar, o SNI continuou a produzir, enviar e montar dossiês — com ofícios, mensagens, perfis, informes e outros documentos (Brasil, 1991). Um exemplo que corrobora essa afirmação são os mais de uma centena desse tipo de unidades documentais produzidas sobre experiências, mobilizações e lideranças sociais do campo e da cidade no período posterior à aprovação da Constituição de 1988 (Brasil, 2023).

Em Alagoas, por exemplo, os registros focalizaram as experiências de (re) ocupação da Fazenda Peba, em decorrência da resistência dos sem terra frente a um descumprimento de acordo de arrendamento de terras (Brasil, 1988). A luta política em torno desse litígio — ocorrido no município de Delmiro Gouveia, Sertão do Rio São Francisco —, após diversas ações, confrontamentos, reverses e avanços, resultou na criação do assentamento Peba e, logo em seguida, do assentamento Lameirão (Silva, 2021).

Alagoas, assim como outros estados, como atestam os registros, continuou a ser palco de tensões políticas associadas ao acesso à terra, à justiça social e à democracia. As elites econômicas, políticas e institucionais, adaptadas de um contexto a outro, persistiram apoiando, de forma explícita e/ou velada, a repressão aos movimentos sociais do campo e da cidade. E, dessa forma, mantendo o legado historicamente acumulado de violências deferidas contra os/as escravizados/as fugidos/as, povos originários e brancos pobres que constituíram o Quilombo dos Palmares, na região do Litoral Norte, nos idos do século XVII (Funari, 2001; Gomes, 2007; Lindoso, 2007), como também da severa repressão imposta aos remanescentes indígenas e camponeses da Serra de Pariconha, na época município de Água Branca, no Sertão de Alagoas, no contexto da ditadura civil-militar das décadas de 1960 e 1970 (Silva, 2007).

Derivados desse acúmulo de demandas, resistências e retomadas por direitos historicamente negados, os horizontes de expectativas políticas das décadas de 1980/1990 configuraram um novo capítulo dessa história social, política e agrária (Thompson, 1998; Linhares; Silva, 2021). A esse respeito, os estudos de Koselleck (2006) apontam que o conceito de “horizonte de expectativa”, compreendido nos contextos pessoal e interpessoal, ajuda a compreender anseios não realizados e experiências ainda não vividas, mas desejadas. O historiador



destaca que a construção dessa realidade ainda não experimentada é tecida por meio de uma análise racional, alicerçada nos diagnósticos do passado e do presente para projetar ações futuras e, assim, modificar o presente histórico. Em torno desse diálogo, fazemos um paralelo com as expectativas comuns aradas pelos/as trabalhadores/as sem terra alagoanos que, a partir do contexto de exclusão do acesso à terra, compuseram organizações e ajudaram a construir centrais para alcançar anseios democráticos comuns.

No fazer-se desse outro contexto — da (re)ocupação da Fazenda Peba de modo diferente ao da experiência camponesa da Serra de Pariconha —, feitas as devidas ressalvas históricas, os registros do SNI, da imprensa popular e de fontes orais evidenciam a aproximação dos sem terra do Peba das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), do Sindicato dos Trabalhadores/Trabalhadoras Rurais (STTR) do município de Inhapi, de ativistas da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do MST (Brasil, 1984; Brasil, 1985; Silva, 2019).

A respeito das contribuições das entidades acima citadas na luta pela terra em Alagoas no contexto da Nova República, cada uma ao seu modo contribuiu para, a partir da década de 1980, a retomada da luta pela terra a partir da constituição de ocupações que resultaram nos primeiros assentamentos de reforma agrária no Sertão de Alagoas — acontecimentos transcorridos no curso da década de 1980, após a ditadura civil-militar, como a aprovação da atual Carta Magna do País e debates, mobilizações e negociações em prol da efetivação do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária.

Neste contexto, as CEBs, sob inspiração da Teologia da Libertação e, em particular, das orientações pedagógicas e missionárias da Teologia da Enxada, realizaram um intenso trabalho de formação junto aos/as trabalhadores/as rurais sem terra. Essa atuação resultou na construção de uma consciência de classe desses trabalhadores em favor das mobilizações por reforma agrária, justiça social e democracia no Sertão do Nordeste do Brasil.

Já a questão sindical — observada mediante a reorganização do Sindicato Rural de Inhapi, a partir da oposição ao sindicalismo burocrático atrelado ao Estado — evidencia como a nova diretoria do sindicato, eleita em 1984, associou-se à construção de um novo tipo de sindicalismo mais independente, autônomo, crítico e engajado na luta em favor da reforma agrária. Segundo



José Cazuza Ferreira de Oliveira (2021), ex-seminarista da Teologia da Enxada e membro daquela diretoria do STTR/Inhapi, o anseio dos/as trabalhadores/as rurais perpassava o acesso à terra. E, neste sentido, era necessário construir tanto alianças quanto práticas sindicais socialmente referenciadas com a luta pelo acesso à terra, à justiça e à democracia, ideias que passaram a ser construídas pela proposta da CUT acerca de um “Novo Sindicalismo”. Observa-se, assim, que a germinação da CUT em Alagoas tem, desde suas origens, sementes lançadas pelos integrantes do STTR/Inhapi. Nesse processo de construção, os sindicalistas sertanejos foram, ao mesmo tempo, partícipes, porta-vozes e agentes que protagonizaram debates de pautas sociais importantes para os/as trabalhadores/as do campo junto aos fóruns de discussão nacional e estadual da central (Brasil, 1985).

Portanto, a pauta da reforma agrária nas organizações populares da Igreja Católica, nos sindicatos e nas centrais é resultado do olhar crítico e reflexivo dos/as trabalhadores/as sem terra, que, à medida que passaram a compor essas organizações coletivas, suscitarão o debate do acesso e da permanência na terra, da democracia e da justiça social enquanto expectativas comuns. Em torno desses horizontes políticos, ocorreu a ocupação da Fazenda Peba, em 1987. Os ativistas dessa experiência passaram a exigir das autoridades que as terras fossem desapropriadas para fins da reforma agrária a partir dos critérios do 1º PNRA (1985) — já que a propriedade, listada como improdutiva em 1986, configurava-se como área de conflito social, conforme registros dos órgãos públicos responsáveis (Brasil, 1986). Essa experiência de resistência persistiu entre os anos de 1987 e 1988, através de ocupações, mobilizações sociais e negociações políticas – ações acompanhadas, monitoradas e vigiadas, de forma sistemática, atenta e constante, pelos órgãos da comunidade de segurança e informação (Brasil, 1986; 1988; 1989; 1990; 1991).

Dentro dessa perspectiva, o conceito de experiência utilizado ao longo do texto fundamenta-se nas contribuições do historiador e ativista social Edward Palmer Thompson (1981). Ele, ao pensar o conceito de experiência, de modo dialético, posicionou-se contrário ao estruturalismo de Althusser, por considerar que ele reduzia os acontecimentos sociais às questões econômicas rígidas. Para Thompson, analisar a experiência dos sujeitos em seu fazer-se é



fundamental para compreender o protagonismo histórico de homens e de mulheres a partir do contexto social que os envolvem. Desse modo, as experiências dos/as trabalhadores/as sem terra em Alagoas, no contexto da Nova República, evidenciadas pelos registros do SNI, revelam impasses, negociações e avanços da ação desses sujeitos diante da estrutura social, política e econômica que os tensionava.

Esses registros descortinaram um acúmulo de experiências que resultaram na criação dos assentamentos Peba e Lameirão enquanto arados que potencializaram as pautas de reforma agrária, justiça social e democracia em Alagoas (Cruz; Silva, 2022). Em torno dessa discussão, o texto aborda, em um primeiro momento, como — no contexto do 1º PNRA (1985) e da atual Constituição (1988) — o SNI vigiou, catalogou e ajudou a reprimir as ações dos sem terra. Já no segundo momento, estuda-se a documentação do SNI sobre as ações do MST e de suas lideranças em Alagoas no contexto da Nova República.



Os movimentos sociais do campo sob o olhar do SNI

Para Linhares e Silva (2021), a retomada das mobilizações sociais em favor da reforma agrária nas últimas décadas do século XX emergiram em resposta aos debates, contradições e disputas em torno do 1º PNRA, revigorando o ânimo dos movimentos sociais do campo, apesar dos obstáculos políticos e econômicos. Neste horizonte, é importante resgatar o compilado de experiências das décadas de 1950/1960, bruscamente interrompidas pelo golpe e pela ditadura civil-militar. Segundo Maia (2020), as discussões acerca da reforma agrária não foram resolvidas e retornaram à cena política, econômica e social do País. Um dos capítulos mais recentes desse processo socioeconômico e histórico inconcluso são as ações da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do processo movido pela Câmara Legislativa Federal em relação ao MST (Brasil, 2023a).

Em torno dessa dialética de interrupções e de retomadas, o engenheiro agrônomo José Gomes da Silva — colaborador do texto do Estatuto da Terra, publicado em 1964, que regulamentava os direitos e as obrigações relativos aos bens e imóveis rurais, especificamente para a execução da reforma agrária — mais uma vez foi convidado a pensar propostas para as questões fundiárias e

para o desenvolvimento econômico do campo. Desta feita, ele participou da elaboração do 1º PNRA, concebido sob a inspiração de uma reforma agrária clássica, massiva e rápida. É neste horizonte político de ideias que surge o MST (1984), um movimento com o objetivo de constituir estratégias sociais para tencionar o direito de acesso a terra e, consequentemente, o cumprimento do plano — através de ocupações de terra e de espaços públicos, atividades de rua, imprensa popular e escolas formativas, dentre outras ações, mobilizações e experiências (Stedile; Fernandes 2012).

Segundo Linhares e Silva (2021), as ocupações de terra arregimentadas pelo MST estabeleceram um novo marco político. Assim, no contexto de reabertura democrática, as ações realizadas pelo movimento resultaram em um conjunto de experiências organizadas em vários estados — em torno da segurança alimentar, da justiça social, da reforma agrária e da democracia enquanto agendas de lutas unificadas junto à sociedade.

Ao redor desse horizonte de expectativas, uma das primeiras ocupações do MST em Alagoas ocorreu na Fazenda Peba, localizada a seis quilômetros da sede do município de Delmiro Gouveia, nos idos de 1987 e 1988, realizada por 66 trabalhadores sem terra que entraram em litígio pelos cerca de 1.200 hectares do imóvel rural (Silva, 2018). Essa disputa teve início no destrato provocado pelo proprietário da fazenda, Miguel Gandu Dacach, em desfavor dos/as agricultores/as que cultivavam suas lavouras, sob forma de arrendamento, nos idos de 1986 (Brasil, 1988). Essa área foi enquadrada pelo Incra, em conformidade com os critérios do PNRA, como propriedade improdutiva. Diante dessa constatação, o dono do latifúndio havia tomado a iniciativa de arrendar 500 tarefas de terras, o equivalente a 130 hectares, para cerca de 66 famílias pelo período de três anos (Correia, 2020). Segundo o exame das fontes registradas pelo SNI, há evidências de que o latifundiário tinha o objetivo de evitar que a propriedade permanecesse como terra improdutiva e, portanto, enquadrada nos parâmetros de desapropriação fundiária (Brasil, 1988).

O arrendamento foi firmado a partir de acordos verbais entre os/as trabalhadores/as e o proprietário da fazenda entre 1984 e 1986. Nessa sequência temporal, as terras arrendadas foram preparadas para o plantio de milho, feijão, algodão, batata-doce e outras culturas agrícolas costumeiras na região. Passados



dois anos, o proprietário tentou desfazer o acordo com as famílias e as ameaçou retirá-las da fazenda. Nesse ínterim, para intimidar os sem terra/arrendatários, o latifundiário soltou o gado na lavoura cultivada. Esse distrato evoluiu para enfrentamentos pessoais, atos de violência e disputas judiciais (Brasil, 1988). Diante do conflito agrário, os/as trabalhadores/as rurais sem terra ocuparam a fazenda em 1987 e a reocuparam em 1988 (Costa, 2016; Oliveira, 2016). Para Manoel de Aguiar Correia (2020), sindicalizado do STTR/Inhapi e membro das ações de ocupações da Fazenda Peba, a tomada da terra foi uma resposta organizada dos/as trabalhadores/as ao conflito eclodido no final de 1986.

A morosidade das autoridades em relação ao litígio contribuiu para o acirramento do conflito transcorrido entre 1986 e 1988. Nesse interstício, os/as trabalhadores/as rurais sem terra foram alvos de milícias armadas, intimidações policiais e judiciais, incêndios de barracos e despejos (Brasil, 1988). A resposta dos/as sem terra às investidas policiais, judiciais e políticas foi a organização da ocupação da sede do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad) no estado — situado próximo à Praça Centenário, na capital Maceió, em 1988 (Oliveira, 2016). Participaram dessa ocupação cerca de 180 pessoas, inclusive crianças, que reivindicaram uma audiência com o governador para exigir a desapropriação das terras da Fazenda Peba. Durante a ação, Isnaldo França Matta, à época delegado do Mirad/AL, informou que a desapropriação não ocorreria por conta do imóvel ter menos de 500 hectares de terras e, dessa forma, não se enquadrar nos critérios do PNRA — conforme Decreto nº 95.715/1988 (Brasil, 1988).

Diante da negativa junto ao Mirad quanto à possibilidade de desapropriação das terras da Fazenda Peba, os/as trabalhadores/as sem terra permaneceram ocupando o prédio da delegacia do ministério, exigindo que as autoridades competentes apresentassem soluções diante do impasse jurídico (Oliveira, 2021). Perante essa posição dos manifestantes, segundo relatórios do SNI, no dia seguinte à ocupação do Mirad/Alagoas, autoridades de Brasília autorizaram a intervenção de forças federais para desmobilizar os/as trabalhadores/as (Brasil, 1988). No entanto, o despejo não aconteceu, em razão de um diálogo entre a comissão de negociação dos/as acampados/as e os representantes do órgão federal em Alagoas.

Após a negociação, os/as sem terra transferiram parte do acampamento para a Praça Centenário — espaço público, histórico e palco de lutas sociais — em Maceió, para manter a pressão política (Brasil, 1988b). Dessa forma, recuando para avançar, mais uma vez, os sem terra se valeram do recurso da ocupação para constituir fato político, como também mobilizar apoio popular à causa da reforma agrária. O acampamento prolongou-se de 26 de setembro a 18 de outubro de 1988, quando os/as trabalhadores/as conseguiram que o estado adquirisse parte das terras da Fazenda Peba. Segundo o SNI, a propriedade tinha cerca de 1.100 hectares, entretanto, deste quantitativo, apenas 200 hectares foram alcançados e destinados para fins de constituição da reforma agrária (Brasil, 1988b). A esse respeito, é importante destacar que o período de ocupação coincide com a votação e a aprovação da Constituição de outubro de 1988.

Os 200 hectares negociados foram obtidos com recursos do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (Papp). Entretanto, esse quantitativo de terras foi suficiente apenas para assentar oito famílias — número estabelecido a partir do critério de viabilidade produtiva da área (Costa, 2016). Diante dessa constatação, os/as sem terra mantiveram-se na Praça Centenário e persistiram com a pressão social e política para aquisição de outras áreas para o assentamento das demais famílias que desde 1986 participaram do processo de conflito, ocupação e reocupação do Peba (Brasil, 1988b; Oliveira, 2016).

Após a negociação da Fazenda Peba, os/as trabalhadores/as sem terra começaram a identificar outras áreas passíveis de reforma agrária — no intuito de acelerar as negociações com o governo estadual. No processo de reconhecimento das terras improdutivas da região, observaram a Fazenda Lameirão, área de 1.634,3 hectares — também localizada em Delmiro Gouveia, às margens do Rio São Francisco. Segundo os registros do SNI, a fazenda, em posse de José Serpa de Menezes, estava alocada para a vistoria do Incra entre os anos de 1986 e 1987, portanto, habilitada para desapropriação, por já ter sido identificada como latifúndio improdutivo (Brasil, 1987). A aquisição do Lameirão para fins de reforma agrária também foi igualmente monitorada pelos órgãos de informações, desde o quantitativo de famílias ao tamanho da área e ações de resistências dos sem terra (Brasil, 1989).

As experiências de (re)ocupação de terras improdutivas, acampamento em praças públicas e pressão social constituíram-se em arados/instrumentos de aprendizado pedagógico, simbólico e político — tanto para os assentamentos Peba e Lameirão quanto para a retomada dos movimentos em favor da reforma agrária no estado no contexto da Nova República. Deste modo, compreende-se que a vigilância institucional dos órgãos da comunidade de segurança e de informações sobre os assentamentos, as lideranças e os movimentos revelam o grau de preocupação das elites políticas, econômicas e agrárias quanto às experiências/resistências dos/as trabalhadores/as sem terra (Brasil, 1988; 1991).

O MST na mira dos órgãos da comunidade de segurança e informação

Após os trâmites relacionados à aquisição das fazendas Peba e Lameirão, os/as trabalhadores/as sem terra, organizados pelo MST, foram estimulados a participar de encontros, reuniões e cursos formativos. A esse respeito, Genivaldo Vieira da Silva, membro da coordenação do MST/AL no contexto em estudo, em entrevista concedida ao *JST* durante a realização do encontro estadual, em dezembro de 1988, fez um balanço dos erros e acertos da luta em favor da reforma agrária. Ele destacou o avanço na organização do movimento, a identificação de territórios enquadrados nas normas do PNRA e a formação de novas lideranças para os STTRs do Agreste e do Sertão, além do estabelecimento de parcerias com sindicatos filiados à CUT e junto aos setores populares da Igreja Católica (*JST*, 1989). Em torno do mesmo compartilhamento de ideias, José Cazuza Ferreira de Oliveira, membro da coordenação do MST no período em estudo, destacou a melhora da organização política e do processo de análise crítica das necessidades dos assentamentos e das ações em favor da reforma agrária (Oliveira, 2021).

Observa-se que as mobilizações dos/as sem terra continuaram sob vigilância do SNI no curso dos anos de 1988 a 1991 — após, portanto, a promulgação da Constituição e a realização de eleições diretas para a Presidência do País. Foram localizados, no site do Arquivo Nacional, cerca de 600 dossiês, 15 conjuntos de documentos sobre as lideranças do campo e suas experiências em favor da reforma agrária junto ao MST, STTRs e CUT/Rural (Brasil, 2023). Esses documentos, balizados pela Doutrina de Segurança Nacional, compreendiam



a questão social do campo como um risco à estabilidade do País. Neste sentido, os membros da comunidade de segurança e informação dedicaram-se a identificar lideranças dos movimentos sociais, ocupações, infraestrutura dos assentamentos, jornadas de lutas, endereços das secretarias do MST e extratos telefônicos, bem como a analisar a situação social, econômica e política dos/as camponeses/as naquele contexto.

Em relação ao ano de 1988, a comunidade elaborou e/ou colecionou três registros sobre as ações fundiárias associadas à Fazenda Peba. Dois dos três documentos discorreram a respeito do histórico do conflito e acerca da experiência de ocupação da Fazenda Peba, do Mirad e da Praça Centenário. Esses documentos relatam também a postura política e os procedimentos administrativos do governo estadual para adquirir as fazendas em litígio (Brasil, 1988; 1988a; 1988b).

O terceiro registro corresponde ao Informe nº 40/130/AC/88, que se dedicou a monitorar a reunião da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Alagoas (Fetag/AL). O encontro de lideranças sindicais aconteceu em Delmiro Gouveia, entre os dias 19 e 20 de janeiro de 1988. É importante registrar que o município foi um dos primeiros a fundar um núcleo da União Democrática Ruralista em Alagoas (UDR/AL). Ainda sobre o evento, registrou-se que ele teceu estratégias de atuação sindical para o Sertão, elaborou um “documento reivindicatório” expondo a situação dos conflitos agrários e identificou áreas propícias à desapropriação pela Comissão Agrária de Alagoas (Brasil, 1988c). O informe sobre a reunião da Fetag/AL teve o cuidado/a preocupação de anexar o documento elaborado pelos sindicalistas, bem como a lista dos participantes presentes e as discussões dos grupos de trabalho realizados pelos/as trabalhadores/as. O cabeçalho desse informe, a exemplo dos demais, contém a sequência Sistema Nacional de Informações (SNI), Agência Central (AC) e carimbo do órgão. Esse dossiê foi classificado com o número 1 pelos agentes de informações (Brasil, 1988c). Os documentos do SNI categorizados com o número 1 atestavam que o conteúdo era confiável e seguro.

A Agência Central era organizada a partir de três seções: informações estratégicas, segurança interna e operações especiais — arquitetura que, em algum grau, inspirou a constituição das agências regionais congêneres. O SNI



contou com, aproximadamente, dois mil funcionários, além de colaboradores de outros órgãos federais, estaduais e, possivelmente, municipais. Assim, o SNI constituiu-se como uma agência profissional, institucional e com ramificações sobre diversos assuntos, áreas da administração pública e fatos políticos de interesse direto do presidente da República (Fico, 2001). No contexto em discussão, o cargo foi ocupado por José Sarney (1985-1990) e por Fernando Collor de Mello (1990-1992). No final da década de 1990, o SNI foi substituído pelo Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), subordinado à Agência Brasileira de Inteligência (Abin), através da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999.

Em 1989, os documentos produzidos pelo SNI monitoraram a ocupação da Fazenda Lameirão pelos/as sem terra. A fonte apontou que, em razão da proximidade do inverno, os camponeses, como de hábito e seguindo suas tradições e costumes, preparam a terra para o plantio no início de março. Esse período/essa estação, como observado pelos agentes do SNI, coincidia com os momentos propensos para tensões sociais — pois os/as trabalhadores/as tendiam a exercer maior pressão política, no intuito de serem atendidos em suas demandas pelo direito à terra, à segurança alimentar, à justiça social e à democracia (Brasil, 1989a).

O Sertão de Alagoas, no ano de 1989, foi fortemente marcado por perseguições aos movimentos sociais do campo, tanto por parte dos latifundiários quanto por autoridades judiciais, policiais e políticas (Oliveira, 2021). O *JST* divulgou a entrevista concedida por Genivaldo Vieira da Silva, uma das lideranças do MST/AL, que denunciou a intensificação de inúmeras formas de violência deferidas contra os/as trabalhadores/as. Naquele ano, integrantes do movimento tiveram suas residências invadidas durante a noite por forças policiais, ocorreram prisões sem os respectivos mandados judiciais e reuniões foram interrompidas por denúncias anônimas. Além disso, o jornal, baseado em denúncia realizada em programa televisivo local, acusou o então secretário de Segurança Pública de Alagoas de ter dito que os invasores de terras no estado iriam ser tratados à bala (*JST*, 1989).

Atentos a esse cenário de tensões, agentes e colaboradores do SNI subsidiaram a produção, o adensamento e a compilação de dois documentos robustos acerca das ações do MST em Alagoas. O primeiro foi subdividido em três



partes. Na primeira delas, intitulada “Perspetiva de instalação de base de apoio do MST para o Nordeste, no estado de Alagoas”, descreveram a constituição de uma base de apoio para as lideranças no município de Arapiraca e analisaram as implicações da instalação da secretaria do MST naquele município. De acordo com essa parte do documento, eram condições favoráveis para a ampliação das ocupações de terra e, consequentemente, a ramificação do movimento na região Nordeste — a partir das experiências desenvolvidas em Alagoas.

Na sequência, os agentes que produziram a fonte tiveram acesso ao nome do locatário, assim como ao nome do proprietário e aos respectivos endereços das pessoas que frequentaram o imóvel. Também identificaram textos apostilados e demais impressos que subsidiaram tanto os cursos de formação política quanto as reuniões entre os participantes e as lideranças do MST. Esses documentos foram classificados/descritos como fonte associada ao “Comando Nacional”. É interessante observar que, entre os assuntos destacados pela fonte, está o relato da Secretaria de Segurança Pública do estado de Alagoas (SSP/AL) descrevendo uma operação que apurou denúncias acerca da existência de uma carroça carregada de armamentos, espingardas de diversos calibres — dentre eles, os de 12 mm, 38 mm e 44 mm — no acampamento da Fazenda Boa Vista, localizada no município de Jacuípe, Litoral Norte do estado, ocupada em maio de 1989. Contudo, ao chegar ao local, os policiais não encontraram as armas. Segundo o SNI, a partir de relatos dos funcionários da SSP/AL, parlamentares ligados ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) pressionaram o governo estadual para a punir os policiais que participaram da operação no acampamento (Brasil, 1989b).

Já em um outro informe, o de nº 961/1/89-CI/DPF, os agentes ratificaram as informações na primeira parte do dossiê e destacaram ocupações de terras realizadas no município de Arapiraca. O documento é referenciado em seu cabeçalho pelo Ministério da Justiça, DPF/AL, com carimbo do Centro de Informações, e é avaliado com número 1 — evidências do grau de confiabilidade do registro e do enlace dos órgãos da comunidade de segurança e informações (Brasil, 1989b).

A terceira parte do documento refere-se ao Informe nº 1128/V/89-CI/DPF, também elaborado com cabeçalho do Ministério da Justiça, Departamento de



Polícia Federal e carimbo do Centro de Informações, avaliado com número 1. Esse documento esmiúça as reuniões realizadas na região Agreste, os espaços onde elas aconteceram, quem eram os proprietários dos imóveis, quem foram os participantes e os nomes populares das lideranças regionais, assim como o histórico das lideranças sindicais. Esse/a monitoramento/controle/vigilância revelou o planejamento das ações de ocupações de terras e os nomes das fazendas passivas/objetos de interesse para reforma agrária na região observadas/ os pelo movimento, além de descrever/identificar/fichar as lideranças. No final desse informe, foi anexado o extrato das ligações realizadas pela conta telefônica contratada pela secretaria do MST/Alagoas instalada em Arapiraca — em clara quebra de sigilo telefônico sem devida autorização legal (Brasil, 1989b).

Outro informe, o de nº 1352/01/IV/89-CI/DPF, foi produzido em novembro de 1989, mas datado como janeiro de 1990, com o assunto “Ativistas dos movimentos sindicais, fundiários e religiosos no Brasil”, iniciado com cabeçalho do Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal e carimbo do Centro de Informações e igualmente produzido com nível de confiabilidade 1. Neste documento, assim como nos demais, observa-se como a Polícia Federal e outros órgãos tanto faziam parte e/ou colaboraram com o SNI quanto centraram vigilância em torno das tensões sociais do campo — não para combater as injustiças sociais, mas por compreendê-las como caso de polícia e de interesse de segurança nacional.

Esse informe registrou que a base de apoio do MST/Alagoas mudou, presumidamente de Arapiraca, para a capital Maceió. O documento também destaca que a então secretaria de Arapiraca era também um dos eixos nacionais do movimento. O SNI destacou que a Delegacia de Ordem Política, Social e Econômica da Secretaria de Segurança Pública do estado de Alagoas (Dopse/SSP/AL) recebeu um telefonema anônimo denunciando o encontro de uma quadrilha de assaltantes, indicando o endereço da secretaria do MST como local. O informe apontou que os policiais apuraram a denúncia e identificaram, tomaram depoimento e fotografaram as lideranças que estavam em reunião no espaço. Nessa ação, foram identificadas nove pessoas: Genivaldo Vieira da Silva, Edgar Jorge Kolling, Carlos Finatto Delle, Zenaide Buzenello, Heloíza Muniz de Amaral, Rubeneia Leandro de Souza, Rozineide Clemente Caetano, Margarida de Aguiar



Correia e Ivan Brito de Assis. Além disso, foram registrados também seus endereços, número de identidade e idade, assim como as ações que desenvolviam no estado junto às ocupações e/ou reuniões com trabalhadores/as rurais. As nove lideranças ficaram detidas na Dopse/SSP/AL das 18h às 00h (Brasil, 1990).

As autoridades policiais tinham, com essa ação, o objetivo de obter dados dos nomes das lideranças nacionais do MST e de quem as financiava. A fonte discorre acerca de diversas informações sobre as ações realizadas pelo MST em Alagoas e seus líderes. Dentre elas, destaca-se o relato de Genivaldo Vieira da Silva, que expôs o processo de negociação da Fazenda Lameirão junto ao governo estadual. Durante as seis horas em que as lideranças permaneceram na Dopse/SSP/AL, receberam ligações telefônicas de parlamentares, dentre eles José Dirceu (PT/SP), Plínio de Arruda Sampaio e o assessor parlamentar do Partido dos Trabalhadores no Congresso Nacional, Cesar Goes. Esse informe apontou as autoridades políticas estaduais com quem o MST matinha contato, dentre elas: o deputado federal José Renan de Vasconcelos Calheiros, do Partido da Renovação Liberal (PRN), o jornalista e ativista político Enio Lins de Oliveira e o vereador do Partido Socialista Brasileiro (PSB) Ronaldo Augusto Lessa Santos (Brasil, 1990).

A partir da análise desses dossiês e dos informes neles contidos, infere-se que as ações de ocupação de terra em Alagoas, a exemplo do contexto da República Velha, reservadas as especificidades históricas, tratavam as questões sociais como caso de polícia. Contudo, na perspectiva dos/as trabalhadores/as rurais sem terra, as experiências em favor da reforma agrária eram e são um direito a ser reivindicado, conquistado e consolidado num fazer-se de um Estado republicano, democrático e cidadão (Linhares; Silva, 2021).

Já em 1990, o SNI produziu quatro dossiês acerca da questão agrária em Alagoas. O primeiro relatou a ocupação do Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas (Iteral) pelas famílias dos assentamentos Peba e Lameirão, que se deslocaram para Maceió em 15 de janeiro de 1990. A ocupação reivindicou a demarcação das terras da Fazenda Lameirão, a construção de barragens e cisternas, o cadastro das famílias, projetos para desenvolvimento dos assentamentos e a aquisição de novas áreas para assentar famílias sem terra não contempladas (Brasil, 1990a).



O segundo documento, nomeado *Principais áreas de conflitos fundiários nos estados de jurisdição deste órgão*, identificou áreas rotuladas enquanto “potencial de tensão social” nos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. A respeito das localidades de eminente conflito social em Alagoas, destacou a Fazenda Boa Vista, de aproximadamente 1.200 hectares, localizada no município de Jacuípe, Litoral Norte de Alagoas, a Fazenda Lameirão, de cerca de 1.635 hectares, e a Fazenda Peba, de aproximadamente 200 hectares — as duas últimas no município de Delmiro Gouveia. Esse documento apontou também as ações realizadas pelo MST/AL, em particular, as protagonizadas pelos/as trabalhadores/as das fazendas em 23 de junho de 1990. Essas iniciativas abrangeram a Jornada de Luta dos Trabalhadores Rurais, de 23 a 25 de julho de 1990, a ocupação do Incra, as passeatas e o saque a um supermercado em Maceió. Segundo o SNI, na ocasião, os/as trabalhadores/as fizeram reféns os funcionários daquele órgão federal (Brasil, 1990b).

Sob outro ponto de vista, o *Jornal Sem Terra* noticiou que a mobilização, contendo aproximadamente 300 trabalhadores/as, teve por objetivo reivindicar a regularização dos assentamentos em processo de negociação e melhorias na infraestrutura, como escolas, postos de saúde e de insumos para a produção agrícola (JST, 1990). Ainda segundo o periódico, essas ações/mobilizações/reivindicações ocorreram por conta da negativa do Incra e do governo estadual em receber a comissão de negociação dos/as trabalhadores/as sem terra. Em resposta, o movimento ocupou a sede do Incra e um supermercado, para obtenção de alimentos básicos para as famílias que estavam acampadas em Maceió — ocupações reprimidas por policiais armados que cercaram os manifestantes. Em meio a essa tensão, políticos e lideranças do movimento estabeleceram esforços para que a desocupação do prédio público ocorresse de forma negociada entre os/as trabalhadores/as e o comando policial (JST, 1990).

Passado o momento de pressão das forças de segurança, os ativistas foram atendidos com a realização de uma audiência junto a autoridades estaduais, que disponibilizaram três mil quilos de sementes para plantio e agendaram nova audiência para apresentação da pauta dos assentamentos. É importante registrar que uma comissão fiscalizou as dependências do Incra e constatou que não houve danos ao patrimônio público. Segundo o relato do trabalhador rural



Cícero Rogério — assentado na Fazenda Boa Vista — ao *JST* (1990), os sem terra não conseguiam entender como, em um contexto de democracia e cidadania e de uma nova Constituição, apenas poucas pessoas comem, enquanto a grande maioria permanece de barriga vazia e com fome.

Ainda sobre a Jornada de Luta de 1990, o SNI produziu um segundo documento, em que detalhou com mais informações as ações realizadas em âmbito nacional, assim como as ações estaduais. No que se refere às mobilizações tecidas em Alagoas, foram destacadas: ocupação do Incra, saque a um supermercado, identificação da equipe de negociação por parte do governo e dos sem terra, quantitativo de pessoas que participaram das ocupações e organização de um ato público em Maceió, que mobilizou diferentes segmentos sociais (Brasil, 1990c).

Em 1990, o SNI organizou também um dossiê sobre áreas de conflitos fundiários e a situação atual dos projetos de assentamentos sem infraestrutura básica no estado de Alagoas (Brasil, 1990d). O documento listou as lideranças do MST em Alagoas e as instituições e figuras políticas que apoiavam as ações aradas pelo movimento. Além disso, subdividiu os projetos de assentamentos em: “acampamentos e/ou áreas invadidas no Estado de Alagoas e Projetos de assentamentos no Estado de Alagoas” (Brasil, 1990d, p. 3). Neste sentido, foram listadas 13 fazendas habilitadas à reforma agrária em que o processo de negociação estava em tramitação para a regularização das famílias e a emissão de posse, sendo três delas oriundas de ocupações de terras mobilizadas pelo MST.

Dos 10 *Projetos de Assentamentos no estado de Alagoas* — que não foram oriundos de ocupações de terras organizados pelo MST —, seis não continham planos de assentamentos elaborados pelos órgãos competentes, assim como não haviam recebido créditos destinados para a produção agrícola — a exemplo do Programa de Crédito Especial Para a Reforma Agrária (Procera). Acerca dos registros dos três “acampamentos e/ou áreas invadidas no Estado de Alagoas” (Brasil, 1990d, p. 3), ou seja, territórios oriundos de ocupações de terra mobilizados pelo MST, a fonte apontou que as famílias assentadas na Fazenda Boa Vista receberam benefícios governamentais para alimentação e crédito agrícola. Já em relação às famílias assentadas no Peba e no Lameirão, o SNI não fez menção aos benefícios governamentais para esses territórios; porém, a partir do cote-



jamento de outras fontes, é possível apontar que, em 1990, as famílias do Peba e do Lameirão, diante da organização de associações de cooperativismo agrícola, elaboraram projetos para a infraestrutura dos assentamentos, assim como receberam subsídios agrícolas. Contudo, os investimentos em infraestrutura e crédito foram resultado de processos de pressão política junto às autoridades competentes (Oliveira, 2021; Correia, 2020; Silva, 2021).

Nos idos de 1991, o SNI produziu um dossiê acerca do Movimento sindical no meio rural, nos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte (Brasil, 1991). Esse documento analisou as atividades agrícolas dos respectivos estados e a atuação dos movimentos sociais do campo a partir da realidade socioeconômica dos trabalhadores/as rurais. Além disso, ressaltou que os conflitos fundiários que emergiram foram resultado das condições precárias em que os/as trabalhadores/as rurais estavam situados, pela estiagem prolongada ou pela situação de carência de estruturas básicas no campo. Desse modo, para o SNI, a falta de condições básicas e de dignidade no campo contribuiu significativamente para a tessitura de ocupações e manifestações em favor da reforma agrária no contexto da Nova República.

Esse documento também ressaltou que as ações dos movimentos sociais perpassaram pela capacitação dos/as trabalhadores/as para desenvolver ações de confronto junto aos governos federal, estaduais e municipais. Ademais, enfatizou que investimentos nas áreas rurais contribuiriam para a melhoria das condições de vida dos/as trabalhadores/as rurais sem terra, e assim diminuiriam as tensões sociais existentes nas regiões em que ocorriam. Por fim, o documento contém um anexo identificando as principais lideranças dos movimentos sociais nos estados de Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco, assim como as principais áreas de conflitos sociais no campo dos respectivos estados.

Considerações finais

O presente estudo descortinou as ações de vigilância institucional operacionalizadas pelo SNI sobre as experiências políticas dos/as trabalhadores/as rurais sem terra no contexto da Nova República, do PNRA (1985) e da Constituição de 1988 em Alagoas. Desta forma, a partir da pesquisa desses registros,

é possível compreender melhor os desdobramentos e as interrelações sociais, políticas e institucionais tecidas em relação às demandas por reforma agrária na Nova República, um momento histórico marcado por esforços, negociações e desafios para redemocratizar o País recém-emerso de um longo período de golpe, ditadura e negação de direitos. Justamente por conta desse passado próximo, recente e sensível, o estudo do período entre meados das décadas de 1980 e de 1990 suscita o aprofundamento do conhecimento acerca de reminiscências, vestígios e persistências de ações da comunidade nacional de segurança e informação — capitaneadas pelo SNI.

Neste sentido, as experiências em favor da reforma agrária aradas pelos/as sem terra em Alagoas — frutos de ocupações de terras organizadas pelo MST — foram observadas tanto pelos agentes do SNI quanto por sua rede de colaboradores como um caso de polícia, repressão e vigilância institucional. Dentre experiências/territórios/assentamentos, destacam-se o Peba, o Lameirão e o Boa Vista. A persistência, a resiliência e a resistência das vivências associadas a esses territórios, ainda que sob a alça de mira do SNI, revelaram ambivalências, contradições e paradoxos do olhar do Estado brasileiro em relação às injustiças sociais do campo — suas causas, tensões e partes interessadas. Aqui, neste texto, descortinamos uma parte desse fazer histórico em favor da reforma agrária, da segurança alimentar, da justiça social e dos recuos e avanços da democracia entre brasileiros/as de todos os cantos, lugares e regiões. Estudar esse passado próximo, à luz da crítica política, social e histórica (Rémond, 2003), é imprescindível para compreender significados, paradoxos e disputas em torno da construção de um projeto nacional soberano, cidadão e democrático — de um país sem fome, com justiça social, respeito e participação de todos/as.

Referências

ARAÚJO, Luis Ernani Bonesso de. **O acesso à terra no Estado Democrático de Direito.** 1997. 275 f. Tese (Doutorado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997. Disponível em: <https://tinyurl.com/5n856fnh>. Acesso em: 13 jun. 2023.

AUED, Bernadete. Nos caminhos da cisão. In: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil**: história e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 77-101.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. **Dossiê**: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_III_85006810_d0001de0002.pdf, Brasília, 1985.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. **Dossiê**: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_III_86007457_d0001de0001.pdf, Brasília, 1986.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. **Dossiê**: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_III_87007746_d0001de0001.pdf, Brasília, 1987.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. **Dossiê**: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_88068826_d0001de001.pdf, Brasília, 1988.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. **Dossiê**: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_III_88008251_d0001de0001.pdf, Brasília, 1988a.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. **Dossiê**: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_III_88008420_d0001de0001.pdf, Brasília, 1988b.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. **Dossiê**: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_88065428_d0001de000.pdf, Brasília, 1988c.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. **Dossiê**: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_III_89008557_d0001de0001.pdf, Brasília, 1989a.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. **Dossiê**: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_89072395_d0001de0001.pdf, Brasília, 1989b.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. **Dossiê**: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_90074247_D0001de0001.pdf, Brasília, 1990a.

BRASIL. Arquivo Nacional. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. **Dossiê**: BR_DFANBSB_H4_MIC_GNC_III_900009044_d0001de0001.pdf, Brasília, 1990b.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. **Dossiê**: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_90074532_d0001de0001.pdf, Brasília, 1990c.



BRASIL. Arquivo Nacional. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. **Dossiê**: BR_DFANBSB_H4_MIC_GNC_III_900009104_d0001de0001.pdf, Brasília, 1990d.

BRASIL. Arquivo Nacional. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. **Dossiê**: BR_DFANBSB_H4_MIC_GNC_III_910009445_d0001de0001.pdf, Brasília, 1991.

BRASIL. Arquivo Nacional. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. **Dossiê**: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_III_84006181_d0001de0002.pdf, Brasília, 1984.

BRASIL. Câmara Legislativa. **CPI sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)**. 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/mvtvcba6>. Acesso em: 30 jul. 2023.

BRASIL. Sistema Integrado do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>. Acesso em: 16 jun. 2023.

CAMARANO, Marcia. **João Sem Terra**: veredas de uma luta. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2012.

COLLETI, Claudinei. Os sindicatos rurais de trabalhadores rurais no Brasil: origem e características fundamentais. **Revista de Direitos Fundamentais**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 129-149, 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/3j4keubs>. Acesso em: 19 mar. 2024.

COMBLIN, Joseph. **A ideologia da segurança nacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CORREIA, Manoel de Aguiar. Delmiro Gouveia, 04 set. 2020. Entrevista concedida a Aline Oliveira da Silva.

COSTA, Maria Zilma Tavares. Maceió, 26 jul. 2020. Entrevista concedida a Aline Oliveira da Silva.

CRUZ, José Vieira da; SILVA, Aline Oliveira da. Arados da reforma agrária no Sertão do São Francisco: experiências do Peba e Lameirão, Delmiro Gouveia, Alagoas, 1986-1989. **Crítica Histórica**, Maceió, v. 13, n. 26, p. 257-281, 2022.



Disponível em: <https://doi.org/10.28998/rchv13n26.2022.0012>. Acesso em: 03 mai. 2023.

DOIMO, Ana Maria. Perfil dos movimentos sociais e das ONGs na Grande Vitória em meados dos anos 90: a face integrativa em tempos de globalização. In: **Sinais**: Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Vitória, v. 1, n. 4, p. 225-275, dez. 2008. Disponível em: <https://tinyurl.com/2rw9rwsd>. Acesso em: 16 jun. 2023.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

FERREIRA, Olga Larissa Veiga. **“Onde termina a justiça social e começa a subversão?”**: Igreja Católica progressista e movimentos sociais no campo sob a vigilância do SNI na Paraíba (1975-1985). 2020. 366 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/21137>. Acesso em: 16 jun. 2023.

FICO, Carlos. **Como eles agiam os subterrâneos da ditadura militar**: espiagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FUNARI, Pedro Paulo A. Heterogeneidade e conflito na interpretação do Quilombo dos Palmares. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p. 11-38, 2001. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2117>. Acesso em: 16 mai. 2023.

GOMES, Flávio. **Palmares**: escravidão e liberdade no Atlântico Sul. São Paulo: Contexto, 2005.

JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **A vitória é certa**. Maceió, n. 95, ano 9, jul./ago. 1990.

JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Mobilização permanente**. Maceió, n. 83, ano 9, mai. 1989.

JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Nesta luta até o fim**. Maceió, n. 87, ano 9, set. 1989.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 2006.



LINDOSO, Dirceu. **O poder quilombola**: a comunidade mocambeira e a organização social quilombola. Maceió: Edufal, 2007.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra prometida**: uma história da questão agrária no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

MACIEL, David. De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise – 1985-1990. São Paulo: Alameda, 2013.

MAIA, Cláudio Lopes. José Gomes da Silva: projeto, luta e história. In: MOTA, Márcia; PARAGA, Pedro (org.). **Intelectuais e a questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Seropédica/UFRRJ; Lisboa: Proprietas, 2020.

MIGUEL, Luís Felipe. Segurança e desenvolvimento: peculiaridades da ideologia da segurança nacional no Brasil. **Diálogos Latinoamericanos**, Santa Maria, n. 5, p. 40-56, 2002. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/162/16200503.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2023.

MONTENEGRO, Antônio Torres. As ligas camponesas às vésperas do golpe de 1964. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, v. 29, n. 2. Disponível em: <https://tinyurl.com/2a566mf7>. Acesso em: 19 mar. 2024.

OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Delmiro Gouveia, 09 fev. 2016. Entrevista concedida a Aline Oliveira da Silva.

OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Delmiro Gouveia, 19 jul. 2021. Entrevista concedida a Aline Oliveira da Silva.

OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Delmiro Gouveia, 27 jun. 2020. Entrevista concedida a Aline Oliveira da Silva.

REIS, Fábio Wanderley; O'DONNELL, Guillermo (org.). **A democracia no Brasil**: dilemas e perspectivas. São Paulo: Vértice, 1988.

RÉMOND, Réne. **Por uma nova história política**. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SALLUM JÚNIOR, Basílio; KULGEMAS, Eduardo. O Leviathan declinante: a crise brasileira dos anos 80. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 13, p. 145-



159, 1991. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8626>. Acesso em: 10 jun. 2023.

SANTOS, Thiago Araújo. Dilemas políticos para o Semiárido brasileiro: um breve panorama até crise do lulismo. **Nera**, São Paulo, v. 46, p. 170-194, 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/naxxhs2m>. Acesso em: 09 mai. 2023.

SILVA, Aline Oliveira da. **A luta pela terra no Sertão do Rio São Francisco**: a experiência do assentamento Lameirão, Delmiro Gouveia, Alagoas 1989-2014. 2019. 113 f. Monografia (Licenciatura em História) – Curso de História, Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/riufal/5039>. Acesso em: 24 jun. 2023.

SILVA, Aline Oliveira da. **Da teologia da enxada ao MST**: conflitos, (re)ocupações e as experiências de reforma agrária do Peba e do Lameirão, Delmiro Gouveia, Alagoas, Sertão do São Francisco, 1982-1989. 2023. 223 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/8990>. Acesso em: 20 mai. 2023.

SILVA, Amaro Hélio Leite da. **Serra dos Perigosos**: guerrilha e índio no Sertão de Alagoas. Maceió: Edufal, 2007.

SILVA, José Roberto. Um pouco da história do MST em Alagoas: dos começos até 2007. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de et al. (org.). **A questão agrária em Alagoas**: índios, sem terras e canavieiros. Maceió: CBA, 2018.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo, 2012.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. **Miséria da teoria**: um planetário de erros, uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ZAVERUCHA, Jorge. **Frágil democracia**: Collor, Itamar, FHC e os militares (1990-1998). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.



SOBRE OS/AS AUTORES/AS

Airton de Souza Melo

Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Alexander Moreira

Mestre em História pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Atua como professor contratado da Prefeitura de Maceió e coordena o Grupo de Estudos Marxista (Gema).

Aline Oliveira da Silva

Mestra em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas (PPGH/Ufal).

Amaro Hélio Leite da Silva

Doutor em História e professor do Instituto Federal de Alagoas (Ifal), Campus Maceió.

Anderson da Silva Almeida

Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e professor dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), onde coordena o Viramundo: Coletivo de Pesquisadores/as em História, Ditaduras, Transições e Arte Engajada.

Aruã Silva de Lima

Professor da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre



em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs). Graduado em licenciatura em História pela Universidade Federal da Bahia (Ufba).

Geraldo de Majella

Historiador e escritor com diversos livros publicados. Graduado em História pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal), com especialização pela Universidade Estadual de Alagoas (Uneal).

João José da Silva

Mestre em Educação Brasileira pelo Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e servidor técnico em assuntos educacionais da Ufal.

José Cláudio L. S. Júnior

Mestre em História pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Autor da dissertação *Antes do Planalto: a fabricação de Collor e o crepúsculo de Fernando nos periódicos Gazeta de Alagoas e Jornal de Alagoas (1979-1989)*.



José Vieira da Cruz

Doutor em História Social (Ufba), professor associado II (UFS), membro do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas (PPGH/Ufal) e do Profhistória/UFS.

Magno Francisco da Silva

Mestre em História pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal).

Marcelo Góes Tavares

Historiador, doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e mestre em História Cultural pela Universidade de Brasília (UnB). É docente no curso de História da Universidade Estadual de Alagoas (Uneal)/Campus

III. Coordena o Laboratório de História, Memória e Política (Lahmp) da Uneal. Atua nas áreas de História do Brasil e de Alagoas, Memória, Trabalho e Política.

Matheus Araújo Machado de Freitas

Mestrando em História pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Graduado em História pela Universidade Estadual de Alagoas (Uneal). Membro do Laboratório de História, Memória e Política da Uneal. Bolsista de mestrado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal).

Monielly Suelen Gomes Barboza

Mestra em História pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal).

Renata Gusmão

Graduada e mestra em História pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal).



Rodrigo José da Costa

Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor adjunto de História Contemporânea da Universidade Federal de Alagoas.

Thiago Henrique Farias Pereira

Mestrando em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), na linha de pesquisa Cultura e Memória. Graduado em História pela Universidade Estadual de Alagoas (Uneal)/Campus III.

NOTAS

Capítulo 1 - “Inimigos” de Estado: trabalhadores, comunistas e polícia política em Alagoas (1961-1964)

- 1 Henrique Equelman (Paraíba, 1908 – Maceió-AL, 05/1979). Deputado estadual, prefeito de Maceió, secretário de estado, advogado. Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife. Foi delegado de polícia em Maceió. Deputado estadual em três legislaturas: 1959-62; 1963-1967 e 1967-1970, pelo PTB, do qual foi líder na Assembleia (Barros, 2005).
- 2 Durante alguns anos, a documentação da Dopse/AL esteve disponível, sem qualquer tipo de restrição, no endereço eletrônico do Portal Memórias Reveladas do Arquivo Nacional (<http://www.an.gov.br/mr>). No momento de fechamento deste texto, a consulta não está disponível e não há nenhuma informação sobre a possibilidade de acesso.
- 3 Ao sair da prisão, Jayme Amorim de Miranda não demorou muito tempo em Maceió; entrou na clandestinidade, indo morar no Rio de Janeiro com a família. Realizou algumas viagens internacionais como dirigente nacional do PCB, mas em 1975 foi sequestrado pelos órgãos de repressão. Nunca mais foi visto. Faz parte da relação dos desaparecidos políticos do Brasil. Nessa época, integrava a Comissão Executiva do Comitê Central do PCB (Majella, 2010).
- 4 No exílio, Nilson viveu em Moscou, Paris e Lisboa. Retornou a Alagoas meses antes da promulgação da Anistia, ocorrida em 1979. Foi reintegrado às suas atividades como jornalista e radialista. Integrou a redação do jornal *Correio Sindical* de São Paulo, órgão dos comunistas voltado para o movimento sindical. Trabalhou, ainda, como repórter nos jornais *Tribuna de Alagoas* e *Correio Brasiliense*. Foi candidato a deputado estadual por duas vezes, mas não conseguiu se eleger. Com a legalidade do PCB, em 1985, se candidatou a prefeito de Maceió. Sobre a trajetória de Nilson, ver Majella (2010).



Capítulo 2 - Luiz Cavalcante e o Seminário Socioeconômico: um projeto conservador para Alagoas (1961-1964)

- 5 Sobre a crise política entre a renúncia de Jânio Quadros, a Campanha da Legalidade e a posse de João Goulart, sugerimos ver Ferreira e Gomes (2014).
- 6 As Ligas Camponesas se constituíram como um movimento social e político que surgiu no Brasil, principalmente na região Nordeste, durante a década de 1950 e início dos anos 1960. Elas representaram uma forma de organização dos trabalhadores rurais em busca de melhores condições de vida e de luta por reforma agrária e justiça social. Tinham forte atuação no estado de Pernambuco, onde eram lideradas por Francisco Julião. Essa atuação é amplamente estudada por historiadores como Pablo Francisco de Andrade Porfírio, em sua dissertação *Pernambuco em perigo: pobreza, revolução e comunismo (1959-1964)*, defendida em 2008.

Capítulo 3 - O governador Luiz Cavalcante foi a sentinelas do golpe militar de 1964 em Alagoas

- 7 Sobre o assunto, ver: MAJELLA, Geraldo de. *Rubens Colaço: paixão e vida – a trajetória de um líder sindical*. Recife: Edições Bagaço, 2010; MAJELLA, Geraldo de. *Mozart Damasceno, o bom burguês*. Recife: Edições Bagaço, 2011; MAJELLA, Geraldo de. *O PCB em Alagoas: documentos (1982-1990)*. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2011; MAJELLA,

Geraldo de. *Um jornalista em defesa da liberdade*. Recife: Bagaço, 2014; PEDROSA, Valter. *Niquinha, minha flor*: contribuição à denúncia da repressão. v. 1. Brasília: Galilei/Roteiro, 1990. Artigos e entrevistas: FIGUEIREDO, Sebastião. A história do PCB. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 26 mai. 1985; MIRANDA, Nilson. Vítima da ditadura. *Extra*, Maceió, p. 14-15, 16-22 jul. 2000; MIRANDA, Nilson. No tempo da Voz do Povo. *A Voz do Povo*, Maceió, ano 38, p. 3-4, 1985; MIRANDA, Nilson. Bita Miranda: exemplo de firmeza e solidariedade. *Edição Extra*, Maceió, p. 4, 8-14 abr. 2001; WALKÍRIA, Cláudia. Relatos sobre os horrores dos porões da ditadura. *Tribuna de Alagoas*, Maceió, p. 6, 24 abr. 2005; WALKÍRIA, Cláudia. Rubens Jambo fala sobre os terríveis anos do regime militar. *Tribuna de Alagoas*, Maceió, p. 5, 10 abr. 2005; WALKÍRIA, Cláudia. A participação de Alagoas no golpe militar de 1964. *Tribuna de Alagoas*, Maceió, p. 5, 03 abr. 2005; JAYME MIRANDA, vida e luta. Documentário (20 minutos). Direção: Alberto Leão Maia. Maceió, 2006; COSTA, Rodrigo José da. *O sufrágio vermelho*: os comunistas e as eleições em Alagoas (1982-1990). Maceió: Edufal, 2023.

- 8 Luiz de Souza Cavalcante (1913-2002) ingressou na Escola Militar de Realengo em 1937, formou-se em Engenharia Militar e seguiu a carreira militar até a patente de general de brigada. Em 1954, foi eleito suplente do senador Rui Palmeira (UDN). Nas eleições de 1958, elegeu-se deputado federal pela coligação PSD-PTB PRP e, em 1960, governador de Alagoas pela UDN. Em 1966, foi eleito deputado federal pela Arena; nas eleições de 1970, foi eleito senador pela Arena; em 1978, com o fim do bipartidarismo, filiou-se ao PDS.
- 9 Quando a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) foi criada, reuniu várias organizações e programas de assistência externa existentes. Até então, nunca houvera uma única agência encarregada do desenvolvimento econômico estrangeiro; portanto, com a aprovação da Lei de Assistência Externa, de 1961, pelo Congresso, as atividades de assistência externa dos EUA passaram por uma grande transformação. A liderança dessa mudança foi o presidente norte-americano John F. Kennedy. Os EUA eram o principal protagonista da Guerra Fria – esse é um dado relevante para situar a conjuntura internacional à época (USAID, s.d.).
- 10 Aliança para o Progresso foi um projeto político executado pelo governo dos Estados Unidos durante a presidência de John F. Kennedy. O objetivo era integrar os países da América nos aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais frente à ameaça soviética, no momento em que o mundo estava submetido à Guerra Fria e Cuba representava, no continente americano, o perigo comunista.
- 11 Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, órgão do governo dos Estados Unidos encarregado de distribuir a maior parte da ajuda externa, seguindo as diretrizes do Departamento de Estado dos EUA.
- 12 Sala de rádio era o local, no Palácio dos Martírios, onde havia um radiotelegrafista, profissional que operava a estação de radiocomunicações e trafegava informações em forma de dados, de radiotelefone, de telemática e de radiotelegrama (Código Morse) por meio de ondas radioelétricas. Nesta sala, havia aparelhos de telefones que solicitavam linhas para outros estados. À época, as ligações eram muito difíceis e demoradas.
- 13 Jorge Lamenha Lins, conhecido como Marreco, humorista e radialista, havia sido eleito vereador. Teve o mandato cassado e os direitos políticos suspensos por 10 anos. Em 1982, foi eleito vereador pelo PMDB.
- 14 Maria Augusta Neves de Miranda (1918-?), conhecida como Marinete, nasceu em São José da Laje (AL). Sobrinha do dirigente comunista Péricles de Araújo Neves, proprietário da loja A Preferida, localizada na Rua Moreira Lima, 142, no centro de Maceió. Alexandrina Neves de Miranda, mãe de Marinete, faleceu no dia do nascimento e coube ao tio, Péricles de Araújo Neves, criar e educar a sobrinha. Desde a década de 1930, ambos militavam no Partido Comunista Brasileiro (PCB).
- 15 Aparelho pode ser apartamento, casa, sítio utilizado como refúgio ou para reunião de órgão de um partido ou organização revolucionária que atua na clandestinidade, com formas de uso distintas, como: realização de reuniões, funcionamento de gráfica, depósito para armazenar material de propaganda, armas etc. Há um sistema de comando com autonomia,



mas integrado à hierarquia do partido ou organização clandestina.

Capítulo 4 - Crises políticas e um golpe contra o trabalhismo: Muniz Falcão e as eleições de 1965 em tempos de ascensão autoritária

16 Sobre a formação do governo Luiz Cavalcante e elaboração de seu Plano de Governo, ver o capítulo *Luiz Cavalcante e o Seminário Socioeconômico: um projeto conservador para Alagoas (1961-1964)*, presente nesta coletânea.

Capítulo 5 - Partido Comunista Revolucionário (PCR): origem e trajetória em Alagoas durante a ditadura militar

17 Conforme consta no site do partido, o 5º Congresso do PCB, realizado em 1960, alterou o nome do partido para Partido Comunista Brasileiro. O objetivo era conseguir a legalização, tendo em vista que a Justiça brasileira acusava o PCB de ser um partido internacional, impedindo seu registro eleitoral.

18 No dia 8 de maio de 2003, Rogério Moura Pinheiro, então reitor da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), reintegra oficialmente Manoel Lisboa como estudante de Medicina. O ato póstumo fez parte das cerimônias referentes à chegada dos restos mortais de Manoel Lisboa a Maceió, enterrados no mesmo dia, no Cemitério Parque das Flores.

19 O irmão de Manoel Lisboa, Carlos Cavalcanti, era capitão do Exército. Quando soube da prisão e do assassinato do irmão, em 1973, pediu baixa imediatamente, conforme revela Alfredo Lisboa, sobrinho de Manoel Lisboa, para o documentário *Manoel Lisboa: herói da resistência à ditadura*, lançado em 2016 e dirigido pelo cineasta argentino Carlos Pronzato. Participei como colaborador da produção do referido filme.

20 Selma Bandeira tornou-se deputada estadual pelo PMDB em 1983-86, vindo a falecer em um acidente de carro no dia 7 de setembro de 1986, quando voltava de um comício durante campanha para deputada federal.

21 Em 1978, ocorreu uma série de prisões contra os dirigentes do PCR. Após esse período, o partido realiza uma fusão com o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8). Valmir e Selma optam por não acompanhar esse movimento de unificação; Selma segue atuando politicamente e ingressa no PMDB. Em 1982, é eleita deputada estadual. Selma falece no dia 7 de setembro de 1986, após um acidente automobilístico, quando retornava de um comício de sua campanha para deputada federal.

22 O PCdoB, organizado em 1962, iniciou sua atuação em Alagoas a partir do mesmo núcleo que fundou o PCR. Manoel Lisboa, Selma Bandeira e Valmir Costa integravam o partido antes de fundarem o PCR. Dessa maneira, apenas na década de 1970 o PCdoB vai se reorganizar em Alagoas.

23 Rubens Quintella era o delegado responsável pela perseguição aos comunistas em Alagoas durante a ditadura militar.

24 O documento 0051/CISA – ESC RCD, do Ministério da Aeronáutica, datado de 3 de outubro de 1973, traz uma lista com o nome e o codinome de vários militantes do PCR, junto com sua descrição física.

25 Após a redemocratização, Ronaldo Lessa foi eleito vereador, deputado, prefeito de Maceió e governador de Alagoas.

Capítulo 7 - Estatizando um empreendimento sem torná-lo público: um estudo sobre a construção do Trapichão (1968-1970)

26 A investigação do objeto deste texto originou-se no decorrer do mestrado, concluído em 2019, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas. No presente escrito, foi desenvolvida uma versão revisitada do trabalho original, que contém avanços em relação à época em que foi inicialmente elaborado. Gostaria de agradecer ao professor Anderson Almeida pelo convite para integrar a coletânea, bem como ao professor



Alberto Saldanha, que, provavelmente sem perceber, contribuiu enormemente para o amadurecimento da minha visão sobre o tema. Registro também uma saudação à professora Ana Paula Palamartchuk, que, mesmo não estando mais entre nós, continua me influenciando com sua trajetória como mulher, pesquisadora, docente e militante. Por fim, agradeço a Everton Rosendo pelo impulso e pelas considerações.

27 Para concretizar interesses das elites dirigentes dos setores economicamente dominantes, veículos propagandísticos que desejavam mobilizar a opinião pública através de grupos de ação política e ideológica foram criados pela coalizão empresarial-militar. Conferir: Dreifuss (1981); Campos (2014); Silva (2016).

28 Em entrevista, um dos homens que acompanhou de perto parte das negociações, o jornalista Lauthenay Perdigão, afirmou que houve uma viagem do governador Luiz Cavalcante e de Ib Gatto Falcão, à época secretário de Planejamento do estado de Alagoas, para o Rio de Janeiro, onde negociaram com o senador Teotônio Vilela, filiado à Arena, um ministério para ser chefiado por um alagoano. A concessão ocorreria como contrapartida ao apoio que o estado de Alagoas prestou ao golpe em 1964. Lá, governador e secretário encontraram com quem veio a ser o arquiteto do Trapichão, João Khair, e voltaram para Alagoas com a proposta de construção do estádio. Perdigão finaliza esse trecho da história afirmando que “dr. Ib Gato sempre diz que Alagoas perdeu um ministério, mas ganhou um estádio”.

29 Em 2008, a imprensa local publicou frações de uma entrevista realizada com o “doutor” Ib Gatto Falcão. Ali se verifica a participação deste e de outros políticos da época nos bastidores do golpe no Palácio Floriano Peixoto (Alagoas 24 Horas, 2008).

30 Considerando as características gerais da obra extraídas dos livros de ocorrência e no que imagens do canteiro sugerem, supomos que o preenchimento dos vários pisos das arquibancadas com concreto era feito manualmente. Provavelmente, eram os serventes que iam e voltavam carregando remessas de concreto em latas sobre os ombros ou em carros de mão. Em um momento mais avançado, já havia caminhos improvisados de madeira que facilitavam esse deslocamento. Porém, a fase inicial ocorria em um solo arenoso, que se assemelhava à areia de praia.



Capítulo 9 - Em assembleia permanente: a greve dos trabalhadores da construção civil de Maceió em tempos de ditadura (1979)

31 Divaldo Suruagy foi governador de Alagoas de 1975 a 1978, deixando o cargo em meados de 1978 para disputar a eleição para deputado federal, sendo eleito. O vice-governador Geraldo Melo governou até o fim do mandato.

32 A oposição ao sindicato, identificado como atrelado ao governo do estado, fortaleceu as lutas pela redemocratização e pela conquista da direção da Associação dos Professores de Alagoas (Apal) – o que só aconteceu em 1984, quando a chapa encabeçada por Alba Correa foi eleita. Sob nova direção, a pressão sobre as autoridades pela equiparação salarial com outros cargos de nível superior ganhou mais força. “No dia 22 de novembro de 1988, logo após ser promulgada a Constituição Federal, realiza-se a assembleia para a criação do Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Estado de Alagoas, o Sinteal. Proclamada a fundação do sindicato, instala-se uma comissão provisória que tem como presidente a professora Alba Correia. Tal comissão tinha o compromisso de preparar o 1º Congresso do Sinteal para aprovação do seu Estatuto, e eleger sua primeira diretoria” (Sinteal, s.d.).

33 Em Alagoas, sindicatos estavam sendo criados, e outros se reorganizando diante do cenário de lutas com o Novo Sindicalismo; houve a fundação do Sindicato dos Oficiais de Barbeiros e Cabeleireiros do Estado de Alagoas, instalado no Palácio do Trabalhador, em julho de 1979, assim como a contratação de advogados pelo Sindicato dos Radialistas, Sindicatos dos Professores empurrado pela base para a luta, a exemplo de outras categorias, como a construção civil.

34 Para compreender melhor a relação entre economia e a classe trabalhadora brasileira no período da ditadura: Rubens Penha Cysne (1994), Eli Diniz (1994), Ricardo Lara (2015) e Ricardo Antunes (1988).

- 35 A matéria exalta a participação de Túlio Marroquim, presidente do sindicato patronal, na efetivação do aumento, sem se referir à atuação dos trabalhadores no processo. A disputa entre trabalhadores e estabelecimentos bancários em Alagoas contou com a visita do ministro do Trabalho Murilo Macedo no processo de negociação.
- 36 O presidente do Sindicato dos Enfermeiros disse que o reajuste teria início em novembro e os pagamentos atrasados seriam divididos em quatro parcelas. Representantes de outras categorias estiveram presentes na assembleia do setor de enfermagem.
- 37 Estados do Nordeste corriam risco de desabastecimento energético após as greves na Companhia Energética de Pernambuco (Celpe) e na Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf). A imprensa noticiou que o suprimento de energia corria risco, com cortes em algumas áreas do Recife. A greve na Celpe durou alguns dias. A Chesf entrou em greve, e 2/3 dos operários aderiram à paralisação nas usinas Paulo Afonso 1, 2 e 3. Em Alagoas, o governo do estado, observando o movimento em Pernambuco e na Bahia, firmou, com a Companhia de Eletricidade de Alagoas (Ceal), acordo com o sindicato, concedendo um reajuste de 50% no dia 1º de novembro de 1979.
- 38 O jornal *Gazeta de Alagoas* conseguiu informações sobre a assembleia de mestres de obras e noticiou que cerca de 6 mil trabalhadores poderiam entrar em greve. Havia o receio de que os acontecimentos de Minas Gerais se repetissem em Alagoas.
- 39 O jornal *Gazeta de Alagoas* afirmou que cerca de 700 trabalhadores estavam no momento da votação da proposta feita pelos patrões; já o *Jornal de Alagoas* contabilizou 900 pessoas durante o dia da assembleia. Não há número exato, porque não houve contagem oficial e os operários chegavam e saíam a todo momento. Durante o dia e à noite, na paralisação, passaram pelo palácio possivelmente mais de 1 mil por dia.
- 40 Consta que a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado de Alagoas iria se reunir somente no dia 6 de novembro para tomar posição oficial, já que estava como observador, sem interferir na situação, que tinha mais de 15 dias. A federação tratava, oficialmente, a situação como um problema de falta de comunicação das duas partes, ou seja, os patrões recusavam-se a dialogar com o conjunto da classe operária.
- 41 O único jornal que conseguiu trazer a notícia do fim da greve, no dia 7 de novembro, foi a *Gazeta de Alagoas*, incluindo a notícia nas últimas horas da noite, expondo a informação do fim da paralisação.



Capítulo 10 - Da unidade à ruptura: os encontros estaduais da classe trabalhadora (Enclats) e a participação dos jornalistas alagoanos na construção de um organismo intersindical durante a transição

- 42 Esta greve aconteceu em Alagoas e em São Paulo, mas com resultados distintos. Em São Paulo, foi duramente reprimida e não conseguiu ter ganhos para a categoria. Já em Alagoas, teve um desfecho vitorioso: foi estabelecido o piso salarial da categoria.
- 43 Movimento paredista é um termo usado para designar as greves que os sindicalistas deflagram.
- 44 O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8) foi um grupo que participou da luta armada contra a ditadura.

Capítulo 11 - As veredas da ditadura nos sertões do Rio São Francisco: patrimonialismo, autoritarismo e violência no Alto Sertão das Alagoas (1964-1988)

- 45 Político alagoano que teve uma importante participação no processo de o estado sair do coronelismo. Investiu em infraestrutura, educação, saúde e outras áreas e foi um governante populista.
- 46 O Relatório Figueiredo (1967), elaborado pelo procurador Jader de Figueiredo Correia, gerou uma Comissão de Inquérito em 1967 e apurou a política de genocídio indígena do regime militar. Já a Comissão Nacional da Verdade (2014) apresentou um relatório em três volumes, com mais de três mil páginas, em que constavam, no segundo volume, diversas formas de violação dos direitos humanos: esbulho de terras, violência física, tortura, prisões, fome,

doenças e assassinatos cometidos contra os povos indígenas nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Fonte: Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/cnv-e-indigenas>. Acesso em: 21 nov. 2021.

Capítulo 12 - Indígenas de Alagoas: da luta contra a ditadura militar ao reconhecimento étnico

- 47 Sabemos que foram raros, ao ponto de Rubens Valente, em *Os fuzis e as flechas*, afirmar que merecem destaque apenas os textos *Vítimas do milagre* (1978), de Sheldon H. Davis; *Nossos índios, nossos mortos* (1978), de Edilson Martins, e *Die if you must* (2003), de John Heming (Valente, 2017, p. 8), desconhecendo a nossa pesquisa *Serra dos Perigosos* (Silva, 2007).
- 48 Segundo Candido Mendes, a AP absorveu os católicos de esquerda. Seu depoimento traz outro elemento fundamental: a integração da ideia de cultura popular, algo informe, ao nosso ver, mas que levava diretamente ao encontro da cotidianidade (Mendes, 1966 citado por Silva, 2023, p. 108).
- 49 Todas as entrevistas realizadas com os indígenas da Serra do Ouricuri e da Serra do Engenho atestam uma história de vida proletária: trabalhando nas fazendas da região, nas cidades vizinhas ou nos grandes centros urbanos.
- 50 Para Paulo Décio Arruda (2000), o processo de sindicalização rural construído na década de 1960 surgiu para conter a expansão das Ligas Campesinas e dos comunistas. Almeida (1999) concorda que esse controle era uma preocupação de parte da hierarquia da Igreja, mas havia grupos de esquerda contrários a esta posição. Alguns avançavam em suas proposições políticas de alianças à esquerda, inclusive com consequências na região de Pariconha.
- 51 Segundo Aldo Arantes (2013, p. 150), membro da executiva da AP, a integração na produção tinha “influência da Revolução Cultural Chinesa, ganhou uma conotação de reeducação ideológica”.
- 52 Isto fica evidente na análise de José Carlos Mariátegui (1982, p. 72), quando afirma que “As ‘comunidades’, que demonstraram sob a opressão mais dura condições de resistência e persistência realmente assombrosas, representam um fator natural de socialização da terra. Os índios têm hábitos arraigados de cooperação”.
- 53 Quando José Novaes volta da China, funda uma Escola de Formação Político-Militar em Pariconha. Para tanto, foi comprado um pequeno sítio na Serra do Pajeú (Arantes, 2013).
- 54 Para saber mais, ver: SILVA, Amaro Hélio Leite da. *Serra dos Perigosos: guerrilha e índio no Sertão de Alagoas*. Maceió: Edufal, 2023.
- 55 Segundo reportagem da *Gazeta de Alagoas* de 10 de junho de 1987, o movimento de emancipação contou com a participação e o apoio de lideranças indígenas Geripankó, do PCdoB e de lideranças políticas da região.
- 56 Há uma cópia de uma certidão, datada de 15 de fevereiro de 1943, que faz referência ao documento original de compra dessas terras pelo índio Zé Carapina. Há uma outra cópia de um documento que seria, possivelmente, a certidão da escritura original dessas terras, encontrada no Cartório do Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Água Branca, no Livro de Transcrição das Transmissões n. 3, à folha 6, n. de ordem 756, de 16 set. 1942.
- 57 Trecho do Informe de Organização, aprovado no VI Congresso do PCdoB.



A Edufal não se responsabiliza por possíveis erros relacionados às revisões ortográficas e de normalização (ABNT).
Elas são de inteira responsabilidade dos/as autores/as.

O que o leitor tem em mãos é o primeiro volume de uma coletânea de estudos sobre o impacto da ditadura militar no estado de Alagoas. O trabalho é organizado por historiadores competentes que reuniram um grupo de jovens colaboradores dedicados a um sério exercício profissional.

O livro oferece estudos que abarcam ampla diversidade temática, enfocando diferentes questões e fenômenos pelas lentes da história política, cultural e social, sem descuidar das questões econômicas, essenciais para a compreensão daquele período. Chama a atenção também – e merece elogios – o pluralismo de perspectivas teóricas, já que foram incluídos colaboradores com posicionamentos distintos; uma atitude saudável, na contramão dos que pretendem enquadrar a história em rígidos (e inférteis) esquematismos.

Os trabalhos aqui reunidos trazem análises instigantes sobre a atuação das forças golpistas em 1964 e também sobre as ações dos órgãos de repressão durante a ditadura que visaram a alvos considerados “comunistas”, ou seja, lideranças e militantes progressistas envolvidos em lutas por distribuição de renda e democratização do poder. Além disso, a coletânea oferece estudos sobre a atuação de líderes políticos, de movimentos sociais e de produtores culturais engajados em ações voltadas à resistência contra a ditadura ou que eram consideradas inconvenientes ou subversivas na visão dos defensores da ordem.

Por outro lado, há estudos sobre casos de adesão à ditadura, sem esquecer que, às vezes, tais atitudes (resistência ou adesão) trilhavam a fronteira tênue que as distingue da atitude intermediária da acomodação, uma espécie de caminho do meio em que muitos investiram, buscando negociar e diminuir os riscos em meio a um contexto autoritário-repressivo.

Outro aspecto importante é que as pesquisas se embasam em acervos de fontes primárias, o que fornece consistência documental às análises dos autores.

No preocupante cenário político atual, em que vemos forças influentes trabalhando para que a ditadura seja esquecida, enquanto outros comemoram nostalgicamente aquele período tendo em vista justificar um novo regime autoritário, é fundamental que historiadores/as ofereçam contribuições ao conhecimento crítico da nossa história recente, baseados em métodos científicos, porém, motivados politicamente para defender a democracia. Parece-me ser esta a proposta do livro – que, portanto, deve ser saudado. E lido!

Rodrigo Patto Sá Motta

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

